

ANDRÉA TELO DA CORTE | ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

VASCONCELOS TORRES

O "SENADOR DO POVO"
E OS DESAFIOS DO SEU TEMPO



Este ano comemora-se o centenário de João Batista Vasconcelos Torres, meu amigo e contemporâneo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Este livro, reunindo textos do parlamentar e estudos sobre ele, insere-se num conjunto de eventos que só não é mais amplo em função da pandemia que o País atravessa.

Encontramo-nos ainda no Palácio Tiradentes, na legislatura de 1959. Trazia uma importante bagagem política: vinha da escola de Amaral Peixoto — em cujo Gabinete Civil trabalhara durante seus anos de interventor no Rio de Janeiro —, participara da Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro de 1947, fora Deputado Estadual pelo PSD por três mandatos e Presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Advogado do Banco do Brasil e professor de Sociologia, tinha grande vocação para o contato com o homem do povo e uma popularidade que fazia fáceis suas eleições.

Voltei a encontrá-lo no Senado Federal, já então em seu segundo mandato. Vasconcelos Torres era um Senador muito atuante, foi vice-líder da maioria e do Governo.

Durante seus longos anos de política, teve participação fundamental nos assuntos fluminenses, sendo autor de leis como as que criaram o município de Volta Redonda e a Universidade Federal Fluminense, além de ter apoiado a fusão com o Estado da Guanabara, em 1974.

Vasconcelos Torres era um intelectual, membro da Academia Fluminense de Letras e de outras instituições culturais, autor de quinze livros, professor da Fundação Getúlio Vargas.

No Senado Federal era um espírito de conciliação e entendimento, sustentado por sua longa experiência política.

Natural de Campos, sua presença se estendia a todo o Estado do Rio, onde conhecia como poucos as lideranças locais, as características e necessidades de cada município e de sua população.

Vasconcelos Torres faleceu muito moço, aos 62 anos. Mas permaneceu vivo no espírito de sua família, de seus amigos e da população fluminense. Este livro é o testemunho de sua memória.

Escrevo estas palavras com a lembrança daquele colega de uma personalidade cativante, amigável, inteligente, ativo e sempre presente nos trabalhos do Senado.

De partidos opostos — eu da UDN, ele do PTB —, tínhamos uma convivência estreita e dele a lembrança que guardo é do grande parlamentar, admirável político que gozava do respeito e do carinho de todos nós.

José Sarney



VASCONCELOS TORRES

O "SENADOR DO POVO"
E OS DESAFIOS DO SEU TEMPO

Mesa Diretora do Senado Federal

Biênio 2019–2020

Senador Davi Alcolumbre
PRESIDENTE

Senador Antonio Anastasia
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Lasier Martins
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Sérgio Petecão
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Eduardo Gomes
SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Flávio Bolsonaro
TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Luis Carlos Heinze
QUARTO-SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador Marcos do Val

Senador Weverton

Senador Jaques Wagner

Senadora Leila Barros

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

Luiz Fernando Bandeira
de Mello Filho

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

ANDRÉA TELO DA CORTE | ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

VASCONCELOS TORRES

O "SENADOR DO POVO"
E OS DESAFIOS DO SEU TEMPO

BRASÍLIA - 2020

SENADO FEDERAL





Corte, Andréa Telo da.

Vasconcelos Torres : o “senador do povo” e os desafios do seu tempo / Andrea Telo da Corte, Ismênia de Lima Martins, coordenadora. — Brasília : Senado Federal, 2020.

275 p. : il., fots.

ISBN: 978-65-5676-048-3

1. Torres, Vasconcelos, atuação parlamentar. 2. Política e governo, Brasil. 2. Senador, Brasil. I. Martins, Ismênia de Lima, coord. II. Título.

CDD 320.981

Ficha Técnica

Autoria

Andréa Telo da Corte

Coordenação

Ismênia De Lima Martins

Secretaria de Gestão de Informação e Documentação

Diretora

Daliane Aparecida Silverio De Sousa

Coordenador-Geral

Maciel Rodrigues Pereira

Coordenação de Arquivo

Samanta Nascimento da Silva Santos

Carla Mendes de Jesus

Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos

Altino Carlos de Oliveira Júnior

Ana Lúcia Leal Siqueira

Caroline Alves Ferreira

João Siqueira Ornelas Júnior

Marília Cristina da Silva

Marli Guedes da Costa

Paloma Gomes Mesquita

Pedro Américo Pinheiro Câmara

Coordenação do Museu

Alan Silva

Gabriel Breda Bernardo

Coordenação da Biblioteca

Patrícia Coelho Ferreira Meneses da Silva

Maria de Fátima S. Costa

Osmar Carmo Arouck Ferreira

Responsáveis pela ficha catalográfica:

Cláudia Coimbra Diniz

Marcela Caldas Villas Boas de Carvalho

Secretaria de Editoração e Publicações

Diretor

Fabrcio Ferrão Araujo

Coordenador-Geral

Luiz Carlos da Costa

Coordenação Industrial

Hélio Lopes de Azevedo

Tadeu José Kairala

Letícia Torres

Tatiana Nassif

Projeto Gráfico e Editorial

Camila Sena Hott

Leonardo Correa Matoso

Tratamento de imagem

Raul Rodrigues Grilo

Revisão de texto

Marco Aurélio de Souza Couto

João Paulo Santos Francisco


Laura Silva Santana

Maria Eduarda Garcia Siqueira

Rebeca Soares da Paz de Siqueira

Vitória Lima de Oliveira





“Para um parlamentar, mesmo um Senador da República, não existem assuntos de maior ou menor importância para o país. Nem assuntos inoportunos. Tudo o que se refere à vida do país e do povo, em qualquer setor, é importante, e o presente, o momento que passa, é a exata oportunidade que deve ser aproveitada sem hesitação para fazermos, ou tentar fazer, aquilo que nos parece necessário. Sempre entendi desse modo meu papel de parlamentar. Sempre fiz um grande esforço para marcar minha presença em todas as coisas, pois a luta pelo interesse público, ou a travamos em todas as frentes, ou perderá sentido aquilo que fizemos numa só direção. Volto minha atenção agora para o latim, com o mesmo apaixonado interesse com que relatei há dias o projeto do aeroporto supersônico da Guanabara, e com que tenho tratado, através do tempo, dos mais diferentes assuntos, desde o problema do desflorestamento, do financiamento da safra até a necessidade de abolir o fardão caricato ainda usado por nossos diplomatas. Apaixono-me pelos assuntos. Vivo intensamente qualquer luta que esteja travando, mas isso não significa que me deixe levar pelo aspecto emocional de cada batalha. Estou sempre raciocinando, tome nota disso.”

Vasconcelos Torres

21/6/1970



A edição desta obra em comemoração ao centenário de Vasconcelos Torres, nosso pai, avô e bisavô, vem da certeza de que o registro da sua trajetória e legado merecem ser guardados na história e em nossas vidas.

Sua vida pública está gravada na sua atuação parlamentar, seus livros publicados, projetos aprovados, pronunciamentos, entre outros. Uma trajetória norteadada pelo objetivo de “servir” às pessoas, pensando num grande Brasil.

Sua vida pessoal está registrada principalmente pelo modelo de vida exemplar e legado de amor que deixou para nossa família.

Órfão de pai aos 6 anos, vindo de uma família simples, sempre se destacou nos estudos. Foi por meio deles, com determinação, que alcançou notoriedade e sucesso, sempre priorizando a educação. Foi um aluno brilhante, em todas as etapas da sua formação. Na faculdade de Direito, foi líder estudantil, o que criou a ponte definitiva para sua carreira política.

Outras questões também o mobilizaram, principalmente o meio ambiente, a desigualdade social, a soberania nacional, a indústria nacional e a política econômica, entre outras pautas, ainda atuais.

Jovem, se casou aos 29 anos com Carlota, que foi parceira e ali-cerce para sua vida política; sempre dedicada e incansável. Construíram uma relação sólida, por laços de amor e afeto e pelo compartilhamento de valores como família, religião, justiça, integridade, ética, generosidade, solidariedade e importância dos estudos: pilares que construíram a base da nossa educação.



Descrever o filho, o pai e o avô seria definir a medida exata entre um amor sem limite e exemplo a ser seguido. Nosso sentimento é de amor incondicional, muito respeito e orgulho por sua história de vida.

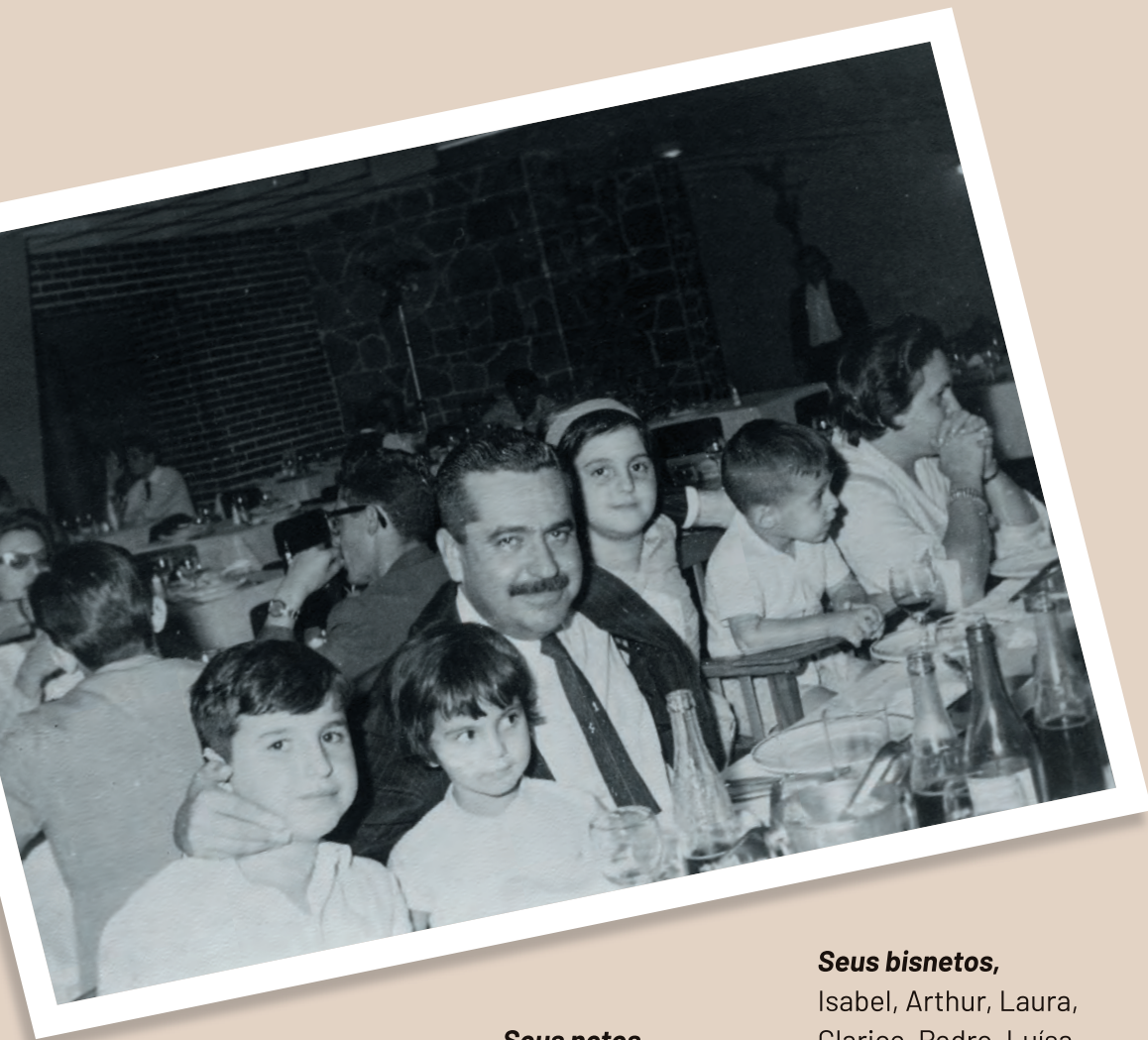


Sentimos muito sua falta. Sua partida precoce, aos 62 anos, nos deixou sem chão. Ao longo do tempo, fomos percebendo sua vida nas nossas. E como ele é tão presente até hoje!



Somos muito unidos e amigos, uma família que preserva sua memória e seus sábios ensinamentos.

Para sempre em nossas vidas!
Saudades Infinitas.



Seus filhos,

João Batista, Angela
Cristina, Clara Maria
e Antônio Rosalvo.

Seus netos,

João, Cristiana,
Patrícia, Renata,
Pedro, Felipe, Alice,
Daniel, João Pedro e
Bernardo.

Seus bisnetos,

Isabel, Arthur, Laura,
Clarice, Pedro, Luísa,
Eduardo, Antonio,
Lucas, Maria Antônia,
Maria Clara,
Maria Victória,
Rodrigo e Felipe.



Nossos agradecimentos especiais a nossa prima Doutora Ismênia de Lima Martins, professora Emérita da UFF; à Doutora Andréa Telo da Corte, Professora e pesquisadora; a Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal, e a toda equipe envolvida neste projeto. Sem a participação e mobilização de todos, seria impossível realizar este “sonho”.

Família Vasconcelos Torres



Em campanha eleitoral.

Sumário

19 APRESENTAÇÃO

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

23 APRESENTAÇÃO

Ismênia de Lima Martins
Prof.^a Emérita da UFF

29 À GUISA DE INTRODUÇÃO

31 *DAS COMEMORAÇÕES*

33 *DA PESQUISA HISTÓRICA*

36 *DAS FONTES*

40 *DO TEXTO*

45 *DO LEGADO*

49 CAPÍTULO 1. VASCONCELOS TORRES E SEU TEMPO

50 *O BREVE SÉCULO DE VASCONCELOS TORRES*

62 *A “VELHA PROVÍNCIA” E O ESTADO DO RIO DE
JANEIRO*

73 CAPÍTULO 2. A TRAJETÓRIA DE UM POLÍTICO POPULAR

74 *ANOS DE FORMAÇÃO*

86 *O JOGO POLÍTICO-PARTIDÁRIO E A FIXAÇÃO DE UM
TIPO POLÍTICO*

121	CAPÍTULO 3. A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FLUMINENSE: O SONHO DE UMA GERAÇÃO CONCRETIZADO POR VASCONCELOS TORRES.
141	CAPÍTULO 4. O SENADOR DO POVO
144	<i>DO PTB À ARENA</i>
181	CAPÍTULO 5. NO SENADO
185	<i>DEMANDAS POPULARES</i>
191	<i>QUESTÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS</i>
193	<i>TEMAS DE REPERCUSSÃO NACIONAL</i>
221	CAPÍTULO 6. FOLCLORE POLÍTICO E MEMÓRIA
243	PARTE II - DISCURSOS
251	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
263	ANEXOS
265	<i>DADOS BIOGRÁFICOS</i>
269	<i>PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA</i>
272	<i>ÍNTEGRA DO PROJETO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE</i>





Apresentação

“Ergui um monumento mais duradouro que o bronze, mais elevado que as pirâmides dos reis. Nem a chuva cortante, nem o vento devastador; nem a sequência inumerável dos anos, nem a passagem das eras conseguirão destruí-lo.” São poucos os homens que, após uma vida, podem verdadeiramente reproduzir as palavras do poeta latino Horácio, formuladas no século I a.C. Um desses homens é, sem dúvida, o Senador João Batista Vasconcelos Torres, cujo centenário celebramos neste ano de 2020. O Senado Federal, cumprindo a função de preservar a memória da Casa e daqueles que construíram sua história, tem a honra e o orgulho de publicar esta obra, que tão bem resgata a biografia e o trabalho do Senador.

Nascido em Campos dos Goytacazes, em 1920, Vasconcelos Torres soube, desde cedo, que a educação era o grande meio de transformação da vida. Estudioso e aplicado, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói, onde deu início à vida política, assumindo o papel de líder estudantil. Posteriormente, ingressou na política institucional como Deputado Estadual. Foi, depois, Deputado Federal e, enfim, Senador.

Foram dezesseis anos no Senado, de 1962 a 1978, convertidos efetivamente em uma produção legislativa extraordinária (2.260 proposições e projetos apresentados), que traduziu suas principais preocupações: o desenvolvimento regional do estado do Rio de Janeiro, a agroindústria do açúcar, o êxodo rural, a indústria automobilística, o petróleo, a educação e a soberania do país. Seus discursos em plenário reforçavam tais preocupações, e, de forma pioneira, ele chegou a tratar de questões ambientais e da proteção da Amazônia.

Há, no entanto, um projeto de lei que merece menção especial e que o próprio Senador considerava o mais relevante de sua vida parlamentar: o da criação da Universidade Federal Fluminense. É tocante o pedido aos filhos de que, em sua lápide, constasse o título que recebera dos alunos e professores da Universidade: PAI DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

O projeto concretizava a importância que Vasconcelos Torres dava à educação como instrumento de elevação pessoal e de transformação do país. Representava também sua eterna crença na política como a grande arte do convívio humano, da resolução de conflitos e da construção de soluções conjuntas. A certa altura da obra, conta-se que o Senador tinha gosto por narrar a fábula das duas rãs que caem em baldes de leite: uma julga não ter como sair e, resignada, entrega-se à morte; a outra agita-se, tentando sobreviver e, de tanto se movimentar, faz o leite virar manteiga e consegue se salvar. Ainda que, tantas vezes, as respostas aos dilemas do país pareçam distantes ou impossíveis, só a ação política é capaz de nos levar a elas.

Possam a lição da fábula e o exemplo do “Senador do Povo” servir de inspiração para nossas lutas políticas presentes.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente do Senado Federal





Apresentação

Convidada pela família do Senador Vasconcelos Torres para coordenar o seu 1º centenário, expus-lhes minha proposta para assumir tal função. A mesma decorria da minha experiência de 50 anos como docente do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, quando participei, ora na qualidade de conferencista, ora na de coordenadora de diversas efemérides, como os 500 anos da “Descoberta” da América, em 1992, dos 100 anos da Abolição, em 1988, dos 500 anos do “Descobrimento” do Brasil, em 2000, dos 200 anos da Chegada da Corte, em 2008, dos 450 anos do Rio de Janeiro, em 2015, entre outros.

Nessas oportunidades sempre procurei ultrapassar as comemorações ao promover o debate acerca da produção historiográfica sobre o tema, ao ressaltar os diferentes fenômenos econômicos, políticos, sociais e culturais que envolveram e marcaram tais eventos. Além disso, busquei compreender como as questões do presente relembram e redefinem o passado, porque é o presente e suas circunstâncias que conferem sentido ao acontecimento.

Tal como naqueles eventos anteriores, propus não me limitar aos festejos, ao elaborar uma agenda acadêmica que permitisse a produção de novos conhecimentos e o debate acerca dos fenômenos relacionados à política fluminense, uma vez que o período no qual atuou o Senador carece de estudos e é marcado por lacunas que a historiografia fluminense ainda não logrou êxito em avançar. Assim, o calendário de comemorações se iniciaria na sua data natalícia, em 2 de abril, com uma missa solene oficiada pelo arcebispo de Niterói e uma homenagem da Câmara de Vereadores da cidade. No mês de junho estaria prevista a homenagem no Senado Federal, com lançamento deste livro, e na Universidade Federal Fluminense, cujo projeto de criação é de sua autoria, e que

coincidentalmente festeja seus 60 anos neste 2020. Encerrando as celebrações, estava prevista, também, a realização de um seminário interinstitucional sobre história política fluminense e outra publicação.

Todavia, o acaso, o fator imponderável que caracteriza a história, e que sempre merece um capítulo nos livros sobre metodologia da História, marcou presença no ano de 2020 pela pandemia mundial da Covid-19, desorganizando calendários e ceifando, tragicamente, milhares de vidas.

Não fosse o desejo de contribuir com o presente e a certeza de que a história enquanto ciência é capaz de oferecer possibilidades que orientem a ação dos seres humanos nas suas escolhas sociais e políticas, este centenário e seus produtos, particularmente este livro, não teriam se transformado em realidade.

Na verdade, no que se refere ao livro, o pedido inicial da família foi para que se fizesse um estudo introdutório a uma seleção de discursos de Vasconcelos Torres, em publicação a ser organizada pelo Senado. Para tanto, convidei para trabalhar comigo uma ex-aluna e colega de trabalho, Andréa Telo da Corte, com quem há pelo menos 20 anos desenvolvo pesquisas sobre temáticas relacionadas ao recorte espacial do território fluminense, sobretudo do antigo Estado do Rio de Janeiro. Por motivo de saúde, não pude levar adiante a empreitada, mantendo apenas discussões com Andréa, a quem coube a tarefa de conduzir a pesquisa e a integralidade da escrita do texto. Pelos esforços exaustivos empreendidos pela autora, para contextualizar os discursos e a fatura e expressividade do material sistematizado, propus-lhe optar, ao invés de uma simples apresentação, por uma trajetória do Senador.

Diferente da biografia, em cujo cerne encontra-se o problema da identidade pessoal e todos os paradoxos que a envolvem, e que também implicaria, em tese, a busca de um método capaz de ultrapassar a

totalização dos dados e informações disponíveis, a trajetória recorta um aspecto específico da biografia de um indivíduo, no caso, a atuação política do Senador, evidenciando sua relação com seus pares e com seus constituintes dispostos no período entre 1947 e 1978, tempo de sua ação como protagonista político.

Ao seguir esse propósito, Andréa esquadrinhou em curto período de tempo, um conjunto amplo de fontes, que incluem o arquivo do Senador, inédito até então; os livros escritos por ele, diversos jornais no recorte temporal entre 1940 e 1978, a documentação de polícia e os anais do Senado Federal entre 1963-1978, realizando, também, algumas entrevistas.

Nesse sentido, sua pesquisa caracterizou-se pelo fôlego e pela sagacidade, ao perseguir os movimentos de continuidade e transformação no pensamento do Senador em suas obras publicadas entre os anos 40 e 50 e sua prática política ao longo do tempo, na descrição e interpretação das notícias cotidianas sobre suas posições públicas, e o anedotário que os jornais foram registrando sobre sua atuação. Pode-se afirmar que a autora usou lupa para recuperar as notas miúdas dos jornais, aquelas que, perdidas nos cantos das páginas, revelam os segredos das tramas políticas.

Embora a pesquisa obrigatoriamente tivesse que contemplar os anais do Senado na busca dos discursos de Vasconcelos, — fontes que têm sido pouco valorizadas pela historiografia sobre o passado recente —, a autora o fez de modo original ao buscar suas particularidades e relacioná-las à dinâmica do jogo político tanto no sentido da grande política, como daquela que se convencionou chamar de “pequena política”. Além disso, preocupou-se, como já disse, exaustivamente, com a contextualização, ao realçar a dimensão conjuntural em que foram proferidos, e correlacioná-los com a notícia produzida pelos jornais sobre estes mesmos discursos.

Tal esforço permitiu recuperar, dentro dos limites que a ciência histórica permite, a trama complexa dos dias que marcaram as ações de Vasconcelos Torres e o seu protagonismo como político, oferecendo ao público um painel múltiplo das tensões enfrentadas pelo Senador, e as possibilidades que tinha à sua frente por ocasião de suas escolhas, seja a entrada no PTB, a opção pela ARENA, o apoio à Fusão e o desenlace de sua carreira política.

Cabe apontar, também, a operacionalidade dada pela autora a conceitos como cultura política e imaginário político, que são quase exclusivamente acadêmicos, mas que, na sua prosa ágil e instigante, dão relevo à criação da *persona* política de Vasconcelos Torres, “o homem do bigode, charutos e pés espalhados”, aproximando-o do seu leitor.

São muitos os elogios que poderia fazer à Andréa Telo, mas o mais importante seria destacar seu trabalho como uma contribuição para a historiografia fluminense do período, reafirmando a importância de se ultrapassar a comemoração e colaborar com a ampliação do conhecimento, a promoção de novas pesquisas e a renovação historiográfica. O livro, nesse sentido, cumpre todos esses requisitos.

Não poderia encerrar essa apresentação sem revelar meu grau de parentesco com a família de Vasconcelos Torres, que era casado com minha tia Carlota. Como estava sempre em viagem, eram raras as festividades familiares em que comparecia, e, quando presente, distinguia-me sempre nas conversas, o que, para uma jovem, como eu era na época, ávida por conhecimento, significava uma identificação de nossos interesses pelos problemas socioeconômicos, e que nos evidenciava no contexto familiar.

Além disso, mais do que laços familiares, compartilho com Vasconcelos o amor absoluto pela Universidade Federal Fluminense, que

tanto ajudou a criar e que minha geração sustentou, legando-a às novíssimas gerações.

Por fim, dedico uma homenagem a meus primos, filhos do Senador: João Batista, Angela Cristina, Clara Maria e Antônio Rosalvo, que mantiveram vivo e pulsante seu amor filial, que os levou a este movimento de memória, compreendendo que o importante não era exaltar ou glorificar, mas oferecer às gerações futuras o retrato mais próximo que a pesquisa histórica pode permitir da trajetória de um político fluminense, apaixonado, e que viveu integralmente sua vocação.

Niterói, 6 de maio de 2020

Ismênia de Lima Martins

Prof.^a Emérita da UFF



À GUISA DE INTRODUÇÃO

Em 2 de abril de 2020, João Batista de Vasconcelos Torres comemoraria 100 anos. Conhecido em sua época como o “Senador do povo” ou “Vasconça”.

Sua trajetória política remonta a 1947, quando foi eleito Deputado para a Assembleia Constituinte fluminense, logo após o final do Estado Novo, e se estende até 1978, quando expira seu mandato no Senado Federal. Nesse período atuou como um político profissional, ora legislando com seus pares na Câmara Alta ou Baixa, ora ouvindo as reclamações do povo nas ruas.

Agindo em diversas frentes, conciliou questões locais como as reivindicações de seus eleitores por bolsas de estudos, internações ou empregos, além das solicitações de movimentos sindicais e de prefeitos; aos grandes temas do desenvolvimento regional do estado, como a agroindústria do açúcar, o êxodo rural, e a industrialização da Baixada Fluminense; e, ainda, às questões nacionais como a indústria automobilística, o petróleo, e a soberania do País.

Registraram-se, também, preocupações e discursos pioneiros, à época, sobre a questão ambiental, a ocupação da Antártica e a defesa da Amazônia.

Morto em 1982, a poucos dias do primeiro pleito direto para Governador, após o fim da ditadura que teve início em 1964, Vasconcelos Torres deixou consagrada no imaginário sócio-político da época um tipo

próprio. O farto bigode, o charuto na boca, os pés espalhados¹ e a indefectível Polaroid, com a qual se deixava fotografar junto a seus eleitores, oferecendo a fotografia emoldurada como recordação. A forma como fazia política e a sensibilidade com a qual apreendia o mundo a seu redor, assim como o humor e a ironia que empregava em suas frases de efeito, destacaram-no no mundo político. Entrecortado por conjunturas difíceis, atravessou com fidalguia, cruzando, inclusive, fronteiras partidárias.

Celebrar o Senador é, sem dúvida, projetar sua trajetória para o presente, assim como registrar a sua história para gerações atuais e futuras. Nesse contexto, resgata-se também a importância do antigo Estado do Rio de Janeiro. Portanto, tais questões confrontam com a temática da memória e dos embates em torno de sua construção.

Memória, história e legado, é importante dizer, são categorias históricas que têm raiz epistêmica comum, embora apontem para problemas diferentes. Este livro, produto das comemorações do centenário do Senador, abordará alguns desses aspectos, cuidando para refletir o homem em seu tempo e as pontes que se abrem entre passado e presente, cuja característica comum é a figura do político enquanto agente e da política como meio de transformação social.

1 Pé espalhado refere-se à forma dos pés em posição parada, conforme os ponteiros do relógio, na posição 10 horas e 10 minutos.



DAS COMEMORAÇÕES

A comemoração do centenário do Senador Vasconcelos Torres decorre da iniciativa familiar de resgatar sua memória, apoiada pelo Senado Federal, instituição na qual foi protagonista político por 16 anos, entre 1962, quando se elegeu Senador pelo PTB e 1978, quando encerrou seu mandato pela ARENA.

O fato de ser um empreendimento de iniciativa familiar poderia, *a priori*, limitar seu horizonte a mera exaltação. No entanto, preocupados com o que acreditam ser o legado do Senador, e com aquilo que sua trajetória pode informar sobre o tempo passado, deixaram de lado a crônica jornalística e procuraram apoio acadêmico por intermédio da Prof.^a Emérita da Universidade Federal Fluminense Ismênia de Lima Martin, Decana do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, que os orientou no sentido de enquadrá-la nos marcos do que se convencionou chamar de nova história política, que já não

se apresenta tão nova assim, visto que vem sendo amplamente difundida desde os anos 90 do século XX.

A nova história política se caracteriza “por ocupar-se do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais”, dos diversos atores que frequentam o espaço público, — os políticos profissionais, os partidos, as massas, homens e mulheres comuns —, “perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central.”² Marieta de Moraes Ferreira (2003) destaca, ainda, que diferente da história política tradicional, os novos estudos buscam a explicitação dos fenômenos políticos pela “combinação entre a observação do instantâneo e do extremamente lento”, ou seja, na pluralidade de ritmos temporais.³ Procuram, também, “na longa duração, a história das formações políticas e das ideologias” que servem de base para formação de culturas políticas⁴ — tradições, hábitos e práticas —, que, capitalizadas pela sociedade, envolvem-na e emolduram-na.

Importante destacar que a nova história política advoga, com igual ímpeto, “a valorização do sujeito, do acontecimento e da narrativa na história”, o que combina muito bem com o interesse que a história desperta hoje em dia, caracterizando muitos casos de fenômeno editorial. Esses interesses também se manifestam no desejo de protagonismo do historiador na divulgação do seu trabalho e do aumento da sua audiência. Assim, pretende-se, neste livro, aliar o arcabouço acadêmico à divulgação histórica para realçar a dimensão pública da história e da trajetória particular de Vasconcelos Torres.

2 FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação in REMOND, René. Por uma história política. 2ªed.; Rio de Janeiro, FGV, 2003, p.7.

3 FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. Idem.

4 FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. Ibidem. Cultura política é um dos conceitos utilizados para desenvolver esse trabalho. A fim de não sobrecarregar o leitor optou-se por diluir sua explicação ao longo dos capítulos.

Sendo homenageado pelo Governo Português.



DA PESQUISA HISTÓRICA

A comemoração do centenário do Senador Vasconcelos Torres alude a um período ainda pouco frequentado pelos pesquisadores da história, tanto aqueles que estudam a ditadura de 1964-79, como seus desdobramentos nos anos 70, e também àquela que aborda a história política de um modo geral. Nesse sentido, trata-se de um tempo ainda nebuloso, em que as relações entre os poderes Executivo e Legislativo foram obliteradas pela conjuntura de exceção, quando a atuação do político profissional foi deslegitimada e as instituições legislativas, descaracterizadas.

O exame da trajetória do Senador alude, também, à lembrança do antigo Estado do Rio de Janeiro, unidade federativa que desapareceu em março de 1975, menos de um ano após ser votada a Lei complementar número 20, que decretou a fusão entre os Estados do Rio de Janeiro

e da Guanabara.⁵ O desaparecimento desse estado não pôs fim apenas a uma tradição e a uma lenda histórica, mas às aspirações eleitorais e projetos de desenvolvimento de dezenas de políticos, entre eles o próprio Vasconcelos Torres.

Vale dizer que a escolha do verbo desaparecer tem aqui dupla conotação, pois tanto se refere àquilo que inexistiu, portanto, é abstrato, como ao que foi encoberto pela poeira do tempo. Sob esse prisma, a celebração da memória do Senador é feliz oportunidade para dar visibilidade a algumas tramas e atores da história fluminense. Assim como é ocasião para apreender o método político de Vasconcelos Torres, cujo conjunto de hábitos, práticas, e tradições políticas foram tecidos em um caldo cultural “mixado” pelas relações que envolvem desde o movimento estudantil fluminense do final dos anos de 1930 à reorganização do quadro partidário após a queda de Getúlio, ao amaralismo,⁶ e também, na crescente polarização nacional que marcou o transcurso dos anos 50 para 60 do século XX, resistindo, finalmente, à tábula rasa imposta ao país pelo AI-2, em 1965, com a instituição do bipartidarismo.

Nesse sentido, merecem destaque as incursões populares do Senador pelo Estado do Rio, seu saber quase onisciente das mazelas locais, sua ubiquidade, e, ainda, a capacidade de transmitir ao seu eleitor a sua presença. Padrinho de mais de 500 afilhados, conhecedor das datas e festividades locais, multiplicava-se pelos distritos, distribuía cartões de visita, apertava mãos, clicava sua Polaroid, ao mesmo tempo em que falava ao *A Voz do Brasil*, articulava projetos de lei e requerimentos para atender às demandas dos seus constituintes e publicava livros que entregava pessoalmente na porta de fábricas e de usinas de açúcar.

5 De acordo com a Lei complementar número 20, de 1 de julho de 1974, votada pelo Congresso durante a presidência do general Ernesto Geisel, os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro transformaram-se em um único Estado, a partir de 15 de março de 1975, mantendo a denominação de Estado do Rio de Janeiro. A lei, na prática, reunia as duas regiões separadas originalmente pelo Ato Adicional de 1835.

6 Refere-se aqui à liderança inconfundível de Ernani Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro, entre a Interventoria Amaral Peixoto (1937-1945) e seu Governo constitucional (1951-1954).

Portanto, o presente estudo, ao discutir a memória política do Senador, problematiza a experiência social na qual se forjou como político e cidadão, além de dar visibilidade à história fluminense.



Vasconcelos Torres sendo cumprimentado pelo Embaixador do Brasil, Boulitreau Frago. Ao lado, o Ministro de Estrangeiros Franco Nogueira, de Portugal. Comunidade Luso Brasileira.

Com a esposa Carlota e deputados em uma solenidade.



DAS FONTES

A fim de contemplar a trajetória de Vasconcelos Torres e adentrar seu “mundo político”, optou-se por trabalhar com diferentes conjuntos de fontes: jornais, documentação da polícia política e os discursos, requerimentos e projetos de lei produzidos pelo Senador em sua passagem pelo Senado Federal, livros de sua autoria e entrevistas, além de documentação mantida por seus familiares.

No que se refere aos jornais, contamos com a colaboração competente de Gêssica da Silva Alves, aluna de graduação de História da UFF, para mapear a presença do Senador, particularmente em *O Fluminense* e *O Diário de Notícias*, entre 1947 e 1978.

Nesse sentido, foram checadas todas as referências ao seu nome, o que resultou em um conjunto impressionante de informações e na certeza de que uma das estratégias do Senador era manter-se no foco da

imprensa. *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, jornais que tinham sucursais em Niterói, foram pesquisados, de forma dirigida a momentos marcantes, como a Revolta das Barcas, em 1959, o *impeachment* de Badger Silveira, em 1964, as listas de cassados que se seguiram ao golpe de 1964, ou ainda ao projeto de lei da fusão em 1974 e as eleições parlamentares de 1978.

Como político baseado em Niterói e morador da cidade, Vasconcelos foi alvo de constante atenção de *O Fluminense*, que era publicado na capital do Estado do Rio e cujo proprietário e diretor responsável foi o ex-Deputado da UDN Alberto Torres. Embora compartilhassem um sobrenome comum, não eram parentes, mas foram amicíssimos, o que valeu ao Senador cobertura integral por este jornal. Vale ressaltar que *O Fluminense*, fundado em 1878 é a mais longeva publicação diária do Estado do Rio, com grande penetração no interior nas décadas de 1940, 50 e 60, caracterizando-se também por ser quase sempre situacionista e adotar postura dócil nas ditaduras. No caso de Vasconcelos, mesmo nos momentos em que adotou atitudes diferentes daquelas propaladas pelo jornal, esse diário sempre lhe garantiu destaque.

Já o *Diário de Notícias* foi fundado em 1930, no Rio de Janeiro, no auge da crise que levou ao Movimento de 30 e a posse de Vargas no Governo Provisório. Ao longo de sua trajetória foi marcadamente liberal, preocupado com a questão trabalhista, mas crítico de Vargas. No entanto, esse periódico, talvez por suas relações com a UDN, cobriu com sobriedade Vasconcelos Torres.

O Senador foi alvo de dezenas de investigações dos órgãos da polícia política, o que determinou um olhar cuidadoso para com essa documentação. Para esse fim, foram consultados os registros do Fundo do Serviço de Comunicações do Ministério da Justiça, do Fundo do Serviço Nacional de Informações e da Delegacia de Ordem Política e Social, sob custódia no Arquivo Nacional. De modo similar, verificamos o Fundo

das Polícias Políticas constantes do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), particularmente do DOPS-RJ, onde encontramos várias anotações sobre ele. Tais registros estão relacionados, sobretudo, a Inquéritos Policiais Militares (IPMs) nos quais foi arrolado.

Outro conjunto de fontes analisadas foram os discursos, projetos de leis e requerimentos feitos pelo Senador no decurso dos seus 16 anos no Senado Federal. Nesse caso, tivemos de desenvolver uma estratégia para lidar com a enormidade desse material, o que seria impossível sem o auxílio da equipe do Senado, dirigido pela Dra. Ilana Trombka. Trata-se de 1319 “usos da fala” realizados por Vasconcelos Torres, e 2.260 projetos e proposições feitos pelo Senador, conjunto eloquente sobre a sua atividade parlamentar.

Quanto aos “usos da fala”, concentrou-se sua análise nas situações emblemáticas e nos projetos de lei de sua autoria. Tal documentação refere-se a discursos na tribuna do Senado, que englobam assuntos diversos. Assim, um único “uso da fala” pode conter menções à legislação trabalhista, a reivindicações de prefeitos de municípios do Rio de Janeiro, a homenagens, ou, ainda, a relatos de viagens, pedidos para transcrição de discursos ou discussão de assuntos internos da Casa, entre outras coisas.

A eficiente equipe do Senado enviou esse material a partir de filtros pré-classificatórios que o distribuíram em aproximadamente 60 temas. Reclassificados diversas vezes, chegou-se a uma seleção de discursos que cobrem 10% desses “usos da fala”, e que se acredita serem as questões primordiais de Vasconcelos Torres, constituindo-se, assim, em uma amostra significativa do pensamento do Senador. Nesse sentido, merecem destaque os assuntos relacionados aos seguintes temas: relações externas; segurança nacional; desenvolvimento regional; movimento e legislação trabalhista; política habitacional; política econômica e industrial; pesca; petróleo; forças armadas; reforma política;

economia popular; ciência e tecnologia; educação; meio ambiente e soberania nacional.

Paralelo ao seu expressivo trabalho no Senado, Vasconcelos Torres escreveu livros. Alguns foram compilações de discursos precedidos de prefácios significativos da posição do autor. Outros foram ensaios de sociologia, escritos na sua juventude, inspirados em Oliveira Viana, de quem foi amigo e discípulo. Outros ainda tratam de temas candentes da economia fluminense e nacional como *Condições de Vida do Trabalhador da Agroindústria do Açúcar*, de 1945; *Mobilidade Rural Brasileira*, de 1950, e *Uma Face Agrária do Problema Fluminense*, de 1951. Nem todos os livros foram consultados. O volume de documentos produzidos pelo Senador ultrapassa em muito os limites deste livro, mas estes constituem, vale dizer, fontes primárias consideráveis para uma pesquisa de fôlego sobre o próprio Senador e a história fluminense. Nesse sentido, gostaria de registrar um agradecimento ao Dr. Wellington Paes, médico campista, em cuja soberba biblioteca encontrou-se edições esgotadas de Vasconcelos, além de outros registros de sua atuação política.

Apresentadas as fontes, é preciso dizer que, metodologicamente, os dados revelados pela pesquisa foram cruzados. Assim, além de conhecer parte de seu cotidiano nos jornais, suas teses e discursos nos livros e no Senado. Pode-se acompanhar a repercussão de seus atos percebendo a forma como era visto e como situava-se no jogo partidário da época, depreendendo, também, seus projetos políticos de longo prazo.

Algumas entrevistas foram realizadas com intuito de coligir dados biográficos do Senador, referências ao seu cotidiano, ao seu método político. Nesse caso, foram privilegiados, sobretudo, familiares. Poucos contemporâneos do Senador ainda gozam o sabor da vida, mas questões de tempo, espaço e logística dificultaram a realização desses encontros.



DO TEXTO

O presente livro é composto de três partes e uma conclusão. A 1ª traça a trajetória do Senador apoiada nas fontes mencionadas e possui quatro capítulos. A 2ª reproduz alguns dos seus discursos mais importantes, selecionados a partir dos filtros descritos anteriormente. Na 3ª, apresenta-se a sua produção parlamentar por intermédio de seus projetos aprovados, ao que segue uma conclusão. Estão presentes, no decorrer dessa leitura, diversas fotos que compõem o acervo fotográfico familiar.

Assim, tomando como ponto de partida a tese do historiador francês Marc Bloch, de que a atmosfera em que reside o pensamento do historiador é a categoria da duração,⁷ pretendeu-se, na 1ª parte, capítulo 1, VASCONCELOS TORRES E SEU TEMPO, contextualizar o período histórico no qual viveu o Senador, 1920-1982, entrelaçando três planos

⁷ BLOCH, Marc. Introdução à história, 29. Sintra, 5ª ed. Publicações Europa-América, s/d. CB.29.

diferentes: as transformações que atingiram o mundo no período; aquelas que abrangeram o Brasil, e ainda as que o alcançaram de mais perto, na perspectiva local, onde verdadeiramente atuou e sentiu o impacto das mudanças. Importante lembrar aqui que não se objetiva recuperar a história da época, e sim, utilizando-se os conceitos “experiência e expectativa”, delinear o mundo no qual viveu o Senador e que lhe proporcionou uma determinada experiência social na qual orientou suas ações, isto é, seu horizonte de expectativas⁸.

No capítulo 2, A TRAJETÓRIA DE UM POLÍTICO POPULAR, privilegiou-se analisar o recorte temporal entre 1930 e 1962, em parte porque nele se encontra o esforço do Senador para estudar e se fazer conhecido no mundo das ciências sociais e da política estudantil, definindo, também, algumas das suas marcas distintivas como político. Por outro lado, destacaram-se os anos entre 1946-1962, que caracterizaram a redemocratização brasileira, ao que muitos historiadores denominam de “tempo da experiência democrática”.⁹ Nesse período, Vasconcelos trabalhou muito, seja como Professor, advogado de seguradora, de banca particular e de cooperativas. Foi, também, o momento da sua estreia como político profissional, enfrentando, assim, as vicissitudes e idiossincrasias da política partidária, da luta na tribuna e, particularmente, da fixação do que viria a ser sua liderança e estilo político próprio fixando o tipo: “o homem do bigode, do charuto e do pé espalhado.” O ano de 1962 marca o final de seu mandato como Deputado Federal pelo PSD e sua eleição a Senador pelo PTB.

8 KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. RJ, Contraponto, ed. PUC-Rio, 2006. p. 305-309. Não é nossa intenção fazer longa análise de conceitos relativos à teoria da história, mas, a fim de esclarecer ao leitor, a experiência e a forma como os indivíduos e as sociedades elaboram o acontecimento passado. A experiência está saturada da realidade, incluindo os comportamentos individuais ou coletivos e se considerando as possibilidades realizadas ou falhas. Já a expectativa, ou horizonte de expectativa é o espaço da experiência aberto para o futuro. Assim, o horizonte de expectativas é orientado pela experiência, mas aberto ao futuro. O jogo entre experiência e expectativa forma a tessitura do tempo histórico.

9 Jorge Ferreira e Lucília Delgado de Almeida Neves, coordenadores da coleção O Brasil Republicano (5 volumes, Civilização Brasileira) propuseram periodizar o período republicano brasileiro no século XX da seguinte forma: O tempo do liberalismo oligárquico – Da Proclamação da República à Revolução de 1930; O tempo do nacional-estatismo – Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945); O tempo da experiência democrática (1946-1964); O tempo da ditadura (1964-1985) e O tempo da Nova República – Da transição democrática à crise política de 2016.

No que se refere ao capítulo 3, A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: O SONHO DE UMA GERAÇÃO, optou-se por destacar aquilo que o Senador reputou como o projeto mais importante da sua vida parlamentar: a criação da UFF. Solicitou aos filhos que em sua lápide constasse o título recebido em vida, de Pai da Universidade Federal Fluminense. Assim, obedecendo ao desejo de memória do próprio Vasconcelos Torres, mergulhou-se no cotidiano da sociedade local para compreender suas demandas pela fundação de uma instituição de ensino superior federal e como o Senador personificou essa luta, que se deu entre 1948-1961.

O capítulo 4, O SENADOR DO POVO, abordou sua trajetória no Senado entre 1963-1978, levando em consideração as mudanças partidárias, as ameaças sofridas e as suas estratégias para sobreviver politicamente à conjuntura de exceção que marcou o período. Dedicou-se especial atenção aos temas privilegiados por ele na tribuna do Senado Federal, e, como não poderia deixar de ser, ao problema da fusão, que ainda hoje é motivo de dúvidas no Estado do Rio. Foram examinados, também, os motivos que podem ter levado à sua derrota política em 1978 e ao seu esquecimento, retomando-se aqui o problema da memória.

A 2ª e a 3ª parte, como já foi referido, oferecem ao leitor meios para entrar em contato diretamente com o Senador e seu tempo, a partir de seus discursos, seus projetos aprovados. Tal conjunto, além de proporcionar sabor de vida ao passado, ecoa, também, certa sociabilidade política que se perdeu na passagem dos tempos.

É importante ressaltar que este livro, dentro do quadro comemorativo que lhe é peculiar, constitui-se em um lugar de memória efetivo para o Senador. Como ensinou o historiador francês Pierre Nora, a memória, para subsistir, precisa ser revestida de “uma dimensão

material, uma aura simbólica e um lugar funcional”¹⁰, sem os quais não sobrevive. Explicando melhor, por aludir ao Senador em diversos acervos documentais, por estar possuído por uma imaginação que o investe de aspirações simbólicas, por cristalizar a lembrança, e, sobretudo, por carregar em si uma vontade de memória, este livro se transforma em lugar de memória para Vasconcelos Torres.

Porém, esse também é um livro de história. Memória e história em tudo opõem-se, embora estejam entrelaçadas. Novamente recorre-se a Pierre Nora para evidenciar as diferenças. Enquanto a memória é afetiva, “em permanente evolução, é aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável a todos os usos e manipulações”¹¹, a história “é a reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais.” Enquanto a primeira se alimenta de lembranças vagas, a segunda “é uma operação intelectual e laicizante que demanda análise e discurso crítico.”¹² Portanto, este é um livro que conta uma história, pois, ao conjugar o homem ao seu tempo, analisará suas práticas.

Muito além da comemoração, pretende-se que o livro contribua para o estudo de aspectos pouco conhecidos da historiografia que possam vir a ser pesquisados futuramente, colaborando, dessa forma, com o desenvolvimento de novos estudos históricos.

Sobre o texto há, ainda, uma questão que deve ser mencionada: as notas de rodapé. Sabe-se que nem sempre os leitores apreciam sua leitura, porém referenciar a fonte, dar ciência ao leitor de onde saiu a informação e citar os autores usados para balizar as análises fazem parte do ofício do historiador. Neste livro, em função do público que se pretende abranger, evitaram-se notas explicativas e teóricas, os rodapés são

10 NORA, Pierre. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12119/8763>. Acesso em: 16 fev. 2020. p.21

11 NORA, Pierre. Idem, p.9.

12 NORA, Pierre. Ibidem, p.9.

apenas referenciais. Assim, o leitor pode, sem culpa, seguir o texto, consultando-as apenas se quiser. O historiador, no entanto, não pode deixar de escrevê-las.





DO LEGADO

Considerando que a evocação da lembrança de Vasconcelos Torres é, também, a evocação do seu legado, em que termos pode-se considerá-lo?

Em termos materiais, entre tantos projetos de lei aprovados pelo Senador, há aquele que não cairá jamais por substituição a outro, um legado material e simbólico de Vasconcelos Torres para a sociedade brasileira, que é impossível mensurar materialmente, e que, em tempos em que se ensaiam campanhas contra a educação pública, precisa ser continuamente lembrado: o projeto de lei de criação da Universidade Federal Fluminense, que remonta aos seus tempos de Deputado Estadual, em 1959. Essa é uma das histórias que, como já foi mencionado, constarão das páginas deste livro.

A instituição pela qual a sociedade da época tanto ansiava e pela qual Vasconcelos Torres soube criar oportunidades políticas por cuja existência ostenta, em seus quadros hoje, 45.762 alunos, 3.543 docentes, 4.662 técnicos administrativos, 131 cursos de bacharelado e licenciatura. Em 60 anos de existência, passaram por seus bancos cerca de 500.000 alunos. Como mensurar esse legado, e o tanto que a sociedade local e nacional ganhou com a riqueza e a ciência gerada, pelos alunos, servidores e professores que frequentaram suas salas?

Há ainda que pensar seu legado de outra forma. O que poderia conectar mundos tão diversos como o nosso, marcado pelo advento da *web*, das redes sociais, da globalização da economia, e o “mundo adormecido” de Vasconcelos Torres?

As conjunturas que caracterizaram a vida do Senador foram complexas, porém Vasconcelos, prosador de primeira, costumava explicar a importância da política a partir da universal fábula das rãs, que, na sua versão, ganhou o seguinte teor: “duas rãs caíram em um barril de leite. Uma considerou impossível sair dali e morreu afogada. A outra tanto se debateu que transformou o leite em manteiga, fez dela seu pé de apoio e conseguiu saltar para a vida.”¹³ Para Vasconcelos Torres, a política, sem dúvida, não era o problema, mas a solução para os tempos que vivia, o meio para saltar para a vida. Em sua trajetória, evidencia-se o reconhecimento da política como valor absoluto, como meio de transformação, a única forma possível de atender às demandas populares.

Assim, além das heranças materiais, um dos legados possíveis de Vasconcelos Torres para o nosso tempo tão dilacerado pela antipolítica e pela desqualificação das instituições democráticas talvez seja esse amor ampliado pela política, – a política da comunidade, que carrega em si a ética, pois não pode ser exercida fora dos seus templos e por aventureiros –. Não se trata das mesmas práticas políticas ou do *modus*

13 O Fluminense 28/9/1982. ed. 03542B(4). p. 9.

operandi da sua época, porque os tempos são outros, e há sinais mais que evidentes do esgarçamento da democracia representativa, todavia, pode ser uma inspiração para redescoberta de novas dimensões do político e da política.



Na sede do PSD, em reunião com um dos caciques do partido, Coronel Agenor Barcelos Feio.





CAPÍTULO 1. VASCONCELOS TORRES E SEU TEMPO

Tão diferente é meu hoje de qualquer dos meus ontens...que às vezes me parece que vivi não uma única existência, mas várias, quando digo, desatento, 'minha vida', sem querer me questiono: 'Qual vida?'

Stefan Zweig, *O mundo de Ontem*.

O BREVE SÉCULO DE VASCONCELOS TORRES

O tempo do Senador Vasconcelos Torres pode ser enquadrado naquilo que Eric Hobsbawm conceituou como breve século XX.¹⁴ O historiador inglês, longe das balizas temporais tradicionais, analisou esse tempo a partir da unidade das questões que para ele o definiram como um período peculiar da história: o espaço entre 1914-1991, ou seja, os anos que vão da 1ª guerra mundial ao esfacelamento da URSS.

Em primeira análise, esses anos encerram uma era, 1914-1945, que contemplou um período de colapso mundial e de derrocada dos valores iluministas e liberais característicos da *belle époque* e da destruição em escala industrial de seres humanos, a que denominou de Era das Catástrofes.

Em seguida, considera o período entre 1945-1970 como espécie de Era de Ouro¹⁵. Nesse período, o ocidente, submerso na Guerra Fria¹⁶, vivia a expectativa de uma debacle nuclear experimentando, paralelamente, 25 a 30 anos de extraordinário crescimento econômico, tecnológico e, ainda, transformações sociais inéditas e incomparáveis com qualquer outra fase da história. A crise do petróleo, no início dos anos 70, encerrou essa era.

Já os anos entre 1973-1991, segundo o mesmo autor, corresponderiam às “décadas de crise”, ou “o desmoronamento”, caracterizado pelo esfacelamento do império soviético e com ele das ideologias que apaixonaram milhões de pessoas naquela época, além das dúvidas e incertezas que tomaram corpo com as crises frequentes do capitalismo.

14 HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991. SP, Cia das Letras, 1995. Ver Introdução.

15 Sobre o tema ver HOBBSAWM, Eric. Op. cit. P. 253-281.

16 Sobre o tema ver HOBBSAWM, Eric. Op. cit. P.223-252.

Como já foi dito, o tempo de vida do Senador João Batista Vasconcelos Torres, que também foi breve (1920-1982), coincide com boa parte das questões aludidas por Hobsbawm sobre o breve século XX. Afinal, tendo nascido em 1920, vivenciou em sua infância e adolescência as lembranças gravadas na memória social do seu tempo sobre a 1ª Guerra Mundial, a eclosão da Revolução Russa e o *crash* da bolsa de Nova York, que se transformou numa hecatombe econômica mundial. Já se formara em Direito quando a 2ª guerra entrava em sua fase final e a verdade sobre os campos de extermínio em massa veio à tona.

Além disso, quando Vasconcelos assumiu seu primeiro mandato político, em 1947, o mundo já vivia a Guerra Fria, e, até o final de sua carreira política, em 1978, experimentou com assombro e certamente com satisfação, uma vez que era conectado, para usar uma expressão corrente, as transformações tecnológicas que, em consonância à alteração radical dos padrões comportamentais, mudaram nossa relação com o tempo e o espaço e implodiram as noções de hierarquias sociais.

Embora o Senador não tenha tido tempo de ver o desmoronamento do império soviético, sentiu a crise econômica que contaminou o mundo, e particularmente o Brasil, a partir da derrubada dos preços do petróleo em 1973, tema, aliás, frequente de seus discursos no Senado.

No Brasil, as transformações não foram menos impactantes. Seu nascimento, em 1920, a pouco mais de 30 anos da abolição da escravidão, da grande imigração e da Proclamação da República, permitiu-lhe uma convivência com a 1ª e 2ª gerações que retinham a memória social daquela conjuntura. Assim, cresceu assistindo à constituição da classe operária brasileira, integrada por libertos e seus descendentes, e imigrantes pobres. Cresceu, também, sob os escombros das guerras oligárquicas que resultaram na Revolução de 1930.

Da mesma forma, presenciou greves e reivindicações por direitos trabalhistas, experimentando, após 1930, o impacto da construção de uma agenda social que incluía o povo, e que instituía o salário mínimo¹⁷, consolidava as leis trabalhistas,¹⁸ e um modelo sindical corporativista¹⁹ que ultrapassou os limites da Era Vargas.

Principalmente, foi contemporâneo de um dos mais espetaculares processos de industrialização que um país viveu, induzido pelo Estado entre 1930 e 1980²⁰, em suas três fases: com Vargas, entre 1930-1945, no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-60), apogeu do desenvolvimentismo²¹ e com os militares, entre 1968-1973.

Como jovem adulto egresso do movimento estudantil, Vasconcelos Torres viveu e foi protagonista político no período da redemocratização, a partir de 1946 e sua implosão com a deposição de João Goulart e a instauração de uma ditadura militar, com amplo apoio popular em 1964.²²

17 O salário mínimo não era nacional, era local, estabelecido pelos Governadores e possuía variações no interior do próprio estado. Ainda atingia apenas o trabalhador urbano.

18 A origem da CLT antecede sua outorga, em 1942, reunindo leis que foram conquistadas durante as recorrentes greves dos anos 10 e 20, e também a leis que visavam valorizar o trabalhador, alçado na Era Vargas a parceiro das iniciativas empresariado do Estado e também do empresariado. Ver também GOMES, Ângela Maria de Castro. Economia e trabalho no Brasil republicano. In: A República no Brasil. GOMES, Ângela M. C.; PANDOLFI, Dulci; ALBERTI, Verena. A República no Brasil. RJ, Nova Fronteira, CPDOC, 20202. p.217-260.

19 D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano, v. 2. RJ, 2003, Civilização Brasileira, 2003.

20 Para os interessados no tema recomendamos a coleção O Brasil Republicano, coordenado pelos Professores Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, 2003, Civilização Brasileira. Particularmente os textos: LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A política econômica em tempos de turbulência. In: v.2. P. 241; MOREIRA, Vânia M^ª Lozada. Os anos JK: industrialização e modelo Oligárquico de desenvolvimento rural. Volume 3, p. 155; e no vol.4, PRADO, Luiz Carlos Delorme & EARP, Fábio Sá. O "milagre brasileiro": crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda. p. 207.

21 De modo geral, o desenvolvimentismo relaciona-se à estratégia político-econômica adotada durante o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), inspirada nas teses cepalinas (CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe). Baseava-se na intervenção do Estado na economia, no aumento da participação do capital privado nacional e na incorporação do capital estrangeiro ao processo de industrialização, visando à superação do subdesenvolvimento. O plano de metas, cuja meta síntese era a construção de Brasília, foi a grande marca do período.

22 Para o debate historiográfico e conceitual sobre o golpe de 1964 ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade interpretações In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo, MOTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe a ditadura militar: quarenta anos depois. Bauru, Edusc, SP, 2004. No mesmo livro ver o artigo: Aarão Reis, D. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória.

Como Senador, vivenciou o AI-5 e também os desdobramentos do “milagre econômico”²³ dos anos 70.

Importante destacar a transformação da estrutura demográfica do país nesse período. Entre 1940 e 1980, o número de habitantes elevou-se de 41.165.289 para 119.002.706, registrando um crescimento de quase 130% em apenas 4 décadas!²⁴ De acordo com o IBGE, o ápice desse processo se deu na década de 1950, quando foi maior a diferença entre nascimentos e mortes, e o país cresceu a uma taxa geométrica de 3,0% ao ano.²⁵ Nota-se, ainda, que em 1940, a taxa de desenvolvimento urbano era de 31,2%, atingindo, em 1980, 67,6%. No caso da região sudeste, ampliou-se de 39,4% para 82,8%.²⁶

A mudança dos padrões demográficos, portanto, se relaciona estreitamente às transformações econômicas em curso que determinaram um amplo processo de urbanização, associado às migrações internas, sobretudo em direção à região Sudeste, maior beneficiária das intervenções do Estado. As migrações já são visíveis em 1950, mas explodem nas décadas seguintes, alterando o perfil das cidades.

Vasconcelos Torres, então Professor de sociologia da Escola de Estado Maior do Exército (1947– 1949), leitor voraz e consciente da importância dos dados produzidos pelo IBGE, viu com preocupação esse

23 De 1967 a 1973 o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e inéditas, decorrentes, em parte, da política econômica implementada sob a orientação do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, mas também por uma conjuntura externa favorável, que se rompe com a crise do petróleo em 1973, elevando imediatamente os juros da dívida externa. Em linhas gerais, baseou-se em um rigoroso ajuste fiscal, que levou à queda da inflação; na reforma do sistema financeiro, com a ampliação, tanto do financiamento dos *deficits* públicos, como da oferta de crédito imobiliário, e na criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), imposto recolhido dos trabalhadores e destinado ao sistema habitacional, que fomentou a construção civil no país. O Governo Militar apostou em empréstimos internacionais para a construção de grandes obras públicas, no crescimento imediato de mercado interno e externo, e no incentivo à instalação de multinacionais no país. Tudo isso garantido por um forte arrocho salarial.

24 SIMÕES, Celso Cardoso Silva. Breve histórico do processo demográfico in https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884_cap2.pdf Acesso em: 21/2/2020.

25 SIMÕES, Idem.

26 SIMÕES, Ibidem

fenômeno. Em 1950 lançou o livro *A Mobilidade Rural Brasileira*²⁷, em que dialoga com importantes nomes da Sociologia da época, como Donald Pierson, Lynn Smith, Arthur Hell Neiva, Oliveira Viana, P. Sorokin, Laurent Deschesne, entre outros.

Neste livro, Vasconcelos demonstra conhecimento detalhado acerca das condições em que se encontrava a agricultura e dos métodos de trabalho arcaicos que subsistiam no campo. Relacionava o aumento da importação de alimentos como decorrência do abandono da agricultura pelo Estado enfatizando, justamente, o problema das migrações campo-cidade. A seu ver, o êxodo rural precisaria ser contido por uma política de Estado que fixasse o lavrador a terra. Afirmava:

Uma das tarefas urgentes é fazer com que a profissão de agricultor seja encarada devidamente pelo Estado e que a agricultura ofereça bem-estar a quantos nela mourejam. A agricultura e a nação não podem viver separados. A agricultura sem combate às pragas, sem financiamento, sem assistência médico-social, etc. não compensa e da ausência de interesse infalivelmente surge o rumo à cidade, quando o roteiro deveria ser outro. E dizer-se que em 97% dos municípios brasileiros a agricultura é praticada!²⁸

Em outra passagem, Vasconcelos Torres adverte para um dos fenômenos decorrentes das migrações, que seria mais tarde analisado por outros autores: “a emigração não se verifica somente da parte do trabalhador. Facilmente encontramos casos de proprietários que deixaram suas glebas e se proletarizaram.”²⁹ Chama atenção, também, para aquilo que acreditava como efeitos indesejados do êxodo rural: “a macrocefalia urbana alimenta-se da gente que emigra, mas no seu seio residem os

27 VASCONCELOS TORRES, J.B. *A Mobilidade Rural Brasileira*. D.F. Livraria Clássica Brasileira S. A., 1950.

28 VASCONCELOS TORRES, Op. cit. Idem. P.52.

29 VASCONCELOS TORRES, Op. cit. Ibidem. P.55.

germes dos desajustamentos sociais, alimentados no caldo de cultura que é a marginalidade de muitos dos indivíduos que ficaram sem atividade ocupacional.”³⁰

Foi sob a ótica da fixação do lavrador ao campo e do desenvolvimento de uma política pública de financiamento da agricultura que Vasconcelos Torres primeiro se destacou como Deputado, elegendo esses temas como questões prioritárias dos seus trabalhos parlamentares e dedicando-se, também, a escrever sobre o assunto.³¹

Vale dizer que a preocupação com a questão das migrações não era exclusiva de Vasconcelos. Em seu arquivo, guardado pelo filho João Batista, encontramos uma carta de agradecimento pelo envio dos originais do referido livro, ainda em 1949, assinada pelo ex-Presidente Dutra. O Marechal reconhece no livro “assunto da maior atualidade”, e que “um dos grandes temas nacionais do momento é o das migrações internas, cuja intensidade aumenta progressivamente.” Portanto, foi com a atenção voltada para esse problema que muitos intelectuais assistiram ao processo em curso, experimentando na “própria pele” os efeitos do adensamento urbano e da transformação dos padrões de consumo que se operaram a partir dos anos 50.

No Brasil da década de 50, tomou forma um programa do Governo de substituição das importações de bens de consumo a partir dos incentivos fiscais para que fossem produzidos no país. Eletrodomésticos,

30 VASCONCELOS TORRES, Op. cit. Ibidem. P.43.

31 Vasconcelos Torres publicou muitos livros, a maior parte, entretanto, reflete sobre a questão agrária fluminense e a população rural: Cooperativismo s/d; Conceito de religião entre as populações rurais do Brasil, 1941; Ensaio de sociologia rural brasileira, 1943; Movimentos migratórios da população rural brasileira, 1950; *Uma face do problema agrário fluminense* 1951; e Condições vida dos trabalhadores da agroindústria do açúcar, 1945; *Cana de açúcar, sabor amargo de uma cultura perseguida*, 1976. Em relação a Condições vida dos trabalhadores da agroindústria do açúcar, encontramos no arquivo do Senador, guardado por seu filho, João Batista, uma carta de agradecimento, datada de 28/3/1945, pelo envio do livro de Alexandre Farquharson. Vasconcelos Torres mantinha correspondência com vários de seus pares pelo mundo. Farquharson era o secretário geral do britânico The Institute of Sociology, egresso de Le Play House. Na correspondência citada, além de agradecer o livro, Farquharson declara seu interesse pelo material e se compromete a dar notícias sobre uma possível publicação do estudo em inglês, talvez pelo próprio Instituto.

liquidificadores, geladeiras, máquinas de costura, de lavar louça, rádios e toca-discos passaram a ser produzidos pela General Motors, Walita e Arno, e outras empresas que se instalaram nas grandes cidades. Mas foram a indústria automobilística, a produção de combustíveis e a construção de rodovias³² que puxaram o desenvolvimento, afetando os modos de vida e de consumo da população. Em pouco tempo a Vemag, a Willys, a Ford, a Volkswagen, a General Motors e a Mercedes Benz, juntamente com a Fábrica Nacional de Motores, produziram caminhões, jipes e utilitários e, logo, carros de passeio.

O Governo JK permitiu, também, uma abertura generalizada das importações, possibilitando, no caso do setor farmacêutico, a chegada dos antibióticos ao país, o que iria se refletir na redução da taxa de mortalidade. Relógios de pulso, máquinas de escrever, televisores e outros bens entraram em massa.

As comunicações também se modificaram. O rádio desde 1930 entrava diretamente na casa das famílias, democratizando o acesso à notícia, à música, ao teatro, a cursos, à propaganda comercial, entrelaçando diversos interesses. A percepção das possibilidades abertas pela radiodifusão à propaganda de Governo levou Vargas, em 1938, a instituir a obrigatoriedade da veiculação em todas as emissoras do país do programa *A Voz do Brasil*. Programa que atuou e atua, uma vez que resiste ao tempo chegando até o presente, como porta-voz dos Governos.

Além do rádio, o advento da televisão e de uma nova forma de compra no varejo – os supermercados – mudaria de vez os hábitos dos brasileiros das grandes cidades.³³

32 Vale lembrar a criação da Petrobrás em 1953 no Governo Vargas. A implantação da indústria automobilística e a construção de rodovias são pontos constantes do plano de metas de JK, que posteriormente inviabilizariam a expansão da malha ferroviária e de trólebus no país.

33 ALBERTI, Verena. O século do moderno: modos de vida e consumo na República In: A República no Brasil. GOMES, Ângela M. C.; PANDOLFI, Dulci; ALBERTI, Verena. A República no Brasil. RJ, Nova Fronteira, CPDOC, 2002. p.301-302.

Os novos padrões demográficos, de transportes, de comunicações e de consumo resultaram em uma grande demanda pela intensificação dos padrões urbanos, com a modernização das cidades e a construção de equipamentos sociais em larga escala para atender às reivindicações por educação, saúde, habitação e lazer que acompanharam o novo perfil da população urbana. Não se trata apenas da massa proletária, mas aquilo que Nícia Vilela Luz denominava como o advento das novas “classes médias”³⁴, integradas por antigos proprietários rurais que migram para as cidades em busca de melhores condições de vida, sobretudo alguma “colocação” no Estado, fenômeno sobre o qual Vasconcelos Torres já advertira no livro anteriormente citado, *A Mobilidade Rural Brasileira*. Nícia chama atenção, também, para camadas sociais em ascensão, que pleiteavam seu acesso à modernidade.

Sobre essas classes médias, a autora explica: “pode-se afirmar que, do ponto de vista social, constituem várias camadas e vários grupos, cuja heterogeneidade nos impede de classificá-las como burguesas.”³⁵ Heterogêneas, no momento de realizarem suas alianças políticas, optam por diferentes consórcios, demandando do campo político novas relações e modos de fazer política, assim como determinam uma estrutura mais complexa do Estado para atender seus pleitos. Estava aberta uma nova era para a política e para a administração pública.

Amaral Peixoto, destacado *personagem* político do período, compadre de Vasconcelos Torres e responsável direto pela sua entrada no meio, explicou, no livro *Artes da Política* (1985), as dificuldades que os Governadores passaram a enfrentar desde seu tempo na interventoria:

34 LUZ, Nícia Vilela. O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano. SP, Revista de História. 1964. p. 20. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322612638_O_papel_das_classes_medias_brasileiras_no_movimento_republicano. Acesso em: 21/2/2020.

35 LUZ, Nícia Vilela. Idem. p.20

O problema é que no mundo inteiro a máquina administrativa, em vez de simplificar, complicou-se. Atualmente o Governo age em um número enorme de setores, que antes não agia. Se o Campos Sales aparecesse hoje aqui e soubesse que tinha que construir casas, ficaria horrorizado. Mas agora é preciso construir. Daí a complexidade da máquina governamental.³⁶

No decorrer da euforia desenvolvimentista na qual Vasconcelos Torres também plasmou seu pensamento, novas interpretações sobre o Brasil foram formuladas. O sociólogo Jacques Lambert, que esteve no país em 1939 integrando uma missão francesa para inauguração da Faculdade Nacional de Filosofia, publicou em 1957, um livro que por décadas influenciaria a análise do pensamento social brasileiro sobre o período em questão: *Os dois Brasis*.³⁷

Nesse livro, que na atualidade pode ser entendido como o testemunho de uma época que começa com Vargas, em 1930 e o início do Governo JK, em 1956, o autor aponta de um lado, para o espetáculo do crescimento brasileiro no período, relacionando-o diretamente à herança varguista; de outro, assinala o desenvolvimento desigual e a existência de uma estrutura dual que divide o país em dois Brasis, duas culturas. Leitura obrigatória na época, ressaltava a articulação dessa dualidade aparente, como se verifica no trecho a seguir:

(...) No decorrer do longo período de isolamento colonial, formou-se uma cultura brasileira arcaica que conserva ainda a marca da escravidão e do século XVI (...). Em contraste (...) a atividade dos habitantes de São Paulo e da maior parte dos Estados do Sul, acarreta a formação de uma outra sociedade (...)

36 Amaral Peixoto In: CORTE, Andréa Telo. *Artes da Política*. Dialogo com Amaral Peixoto. 3ª ed. revista e aumentada. Niterói, RJ, Museu do Inga, 2014. P.297

37 LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. 2ª ed. SP, Cia Editora Nacional, 1967.

que se projeta aos poucos por toda parte (...). O afluxo de imigrantes europeus, arrancados do seu meio originário e trazendo novas técnicas e modos de vida, o desenvolvimento de novas formas de agricultura, a criação de uma grande indústria, a concentração de capitais nacionais e estrangeiros, o desenvolvimento dos transportes, tudo contribuiu para (...) unir uma vasta sociedade em constante evolução. Conquanto o país novo e o país velho, colonial, tenham cada qual seu domínio próprio – o primeiro no Sul e o segundo no Nordeste – (...) os dois Brasis são igualmente brasileiros, mas estão separados por vários séculos.³⁸

Jacques Lambert assinala, portanto, a existência de uma sociedade desigualmente desenvolvida, na qual convivem diversos tempos de sua formação histórica. Dualismo que deveria ser superado em nome de uma modernização que articulasse os cidadãos ao Estado nacional sem a mediação das antigas oligarquias locais e do coronelismo.³⁹

Lambert, ao relacionar a herança varguista a uma agenda desenvolvimentista, naturalizava os enormes problemas do Brasil e a própria formulação do processo de industrialização do período.⁴⁰

Vasconcelos Torres, embora compartilhasse de uma visão positiva da herança varguista, não corroborava a tese do autor francês. Entendia e analisava as questões do subdesenvolvimento.

Ressalte-se também que a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a Cepal, foi criada em 1948, comprometida com a

38 LAMBERT, J. Op. cit. p. 102-107.

39 CARNEIRO LEÃO, Igor Zanoni Constant; & e OGAMA, Danilo Ferraz de Oliveira. Relendo os Dois Brasis, de Jacques Lambert: o desenvolvimento econômico e sua apologia. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, v.38, n.133, p.245-258, jul./dez. 2017. Disponível em: Dialnet-RelendoOsDoisBrasisDe-JacquesLambert-6245374 (1). Pdf Acesso em: 22/2/2020. p.246.

40 CARNEIRO LEÃO & OGAMA. Op. cit. p.246.

elaboração de estratégias de desenvolvimento para os países latino-americanos. A partir das noções de centro, formado pelos países industrializados, e periferia, pelos países que se subordinavam às necessidades daqueles, verificaram como os ganhos de produtividade eram transferidos da periferia para o centro perpetuando a situação de dependência externa, o subdesenvolvimento.⁴¹

Pouco tempo depois, em 1951, Vasconcelos Torres lançou o livro *Uma face do problema agrário fluminense*, em que analisa a situação do campo no Estado do Rio, baseado nos censos demográficos do IBGE, em documentos produzidos pelas secretarias de Governo e em conceitos cepalinos. No livro, afirma:

inegavelmente, é subdesenvolvida a economia do Brasil. (...) A subalimentação vem se agravando, sem que os economistas e nutrólogos estudem perfeitamente a relação entre a agricultura e a subsistência. Sobem, num crescendo os preços dos produtos agrícolas (...) Gerson Augusto da Silva, num bem lançado artigo sobre Concentração industrial e enfraquecimento do mercado interno disse com acerto que não é apenas na troca de matérias primas e gêneros alimentícios por produtos industrializados de alto valor unitário que reside toda a iniquidade do antagonismo entre os centros industriais e as regiões agropecuárias. (...) O industrial e o comerciante dos grandes centros, possuindo melhor organização, estão aparelhados para incorporar ao preço das mercadorias tudo o que sobre elas recaia. O mesmo não acontece com os produtores do interior, não só por falta de organização, como também porque os preços de suas mercadorias são fixados, menos por eles mesmos do que por mercados consumidores do país ou do estrangeiro (...) ⁴² (grifos meus).

41 ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Teorias para o desenvolvimento. Ago. 2018. Disponível em: <https://revista-pesquisa.fapesp.br/2018/8/20/teorias-para-o-desenvolvimento>. Acesso em: 22/2/2020.

42 VASCONCELOS TORRES, J.B., *Uma face do problema agrário fluminense*, 1951, p.29.

Como se depreende da leitura, Vasconcelos Torres parte para analisar os problemas da agricultura fluminense, pensando a relação campo-cidade como uma escala da relação centro-periferia, sublinhada pelos cepalinos. Apresenta, inclusive, um panorama do “problema de moto-mecanização da lavoura”. A referência ao economista Gerson Augusto da Silva, que viria a ser Presidente do Conselho de Política Aduaneira do Governo JK e, em 1969, diretor do Programa de Tributação da OEA, é outra alusão às suas preocupações com o subdesenvolvimento. Ainda neste livro, propõe a reformulação da repartição estadual ligada ao assunto do cooperativismo no Estado, com a finalidade de acabar com a escassez de alimentos. Não à toa Josué de Castro⁴³ é uma presença em suas páginas.

Portanto, o tempo da experiência de Vasconcelos Torres foi marcado pela passagem de um Brasil rural, agroexportador, para um novo país, imerso em um processo acelerado de industrialização, urbanização e complexificação tanto das suas camadas sociais quanto da máquina pública. Ademais, viveu em um tempo atravessado por sucessivas crises políticas, que dificultaram o exercício da cidadania, desqualificaram, em diversos momentos, tanto a ação dos políticos profissionais como a legitimação das instituições democráticas.

Tempos que exigiam novas formas de pensar e, nesse sentido, Vasconcelos Torres deixou de lado o pensamento autoritário de Oliveira

43 CASTRO, Josué de, Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço), 1ª ed., 1946.

Viana⁴⁴, seu Professor e amigo, atentando para os recentes estudos demográficos, sociológicos, econômicos e sociais publicados na época. Engajado na política, procurou novas formas para atender às demandas de seus possíveis eleitores, seja do campo ou da cidade.

A “VELHA PROVÍNCIA” E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em consonância ao processo de modernização em curso no país, o Estado do Rio de Janeiro de Vasconcelos Torres experimentou transformações políticas, econômicas e sociais que repercutiram no campo político. A “Velha Província” fluminense, ao contrário do Distrito Federal, que esteve sempre às voltas com projetos de reformulações urbanas, arrasamento de morros e grandes obras, o Estado fluminense conheceu um ritmo lento de urbanização, que se acelerou apenas durante a Era Vargas.

Predominantemente rural, a “Velha Província” manteve-se conflagrada por crises intestinas no interior das suas elites que não conseguiram reunir-se em torno de um projeto político comum para o Estado.⁴⁵ Tal situação começaria a ser superada sob a interventoria Amaral Peixoto (1937-1945), já no Estado Novo.

44 Francisco José de Oliveira Viana foi Professor de Vasconcelos Torres na faculdade de Direito. Uma grande amizade os uniu, entretanto, a curiosidade intelectual do Senador e seu aprendizado na política afastaram-no do pensamento do ex-Professor, cuja obra tinha como *leitmotiv* a interpretação crítica da realidade brasileira. Viana fundamentou suas análises nas seguintes teses: o determinismo geográfico e a miscigenação teriam gerado as características específicas do povo brasileiro; a incompatibilidade existente entre o liberalismo e a realidade brasileira, uma vez que o brasileiro era desprovido do senso de solidariedade social e refratário à noção de espírito público. “Defendia a tese de que (...) o Estado liberal, alegadamente anacrônico, amorfo e inorgânico, seria transformado em um novo Estado, estruturado, orgânico e corporativo. Esse Estado remodelado também deveria dispor de características centralizadoras e intervencionistas, operando através de um Poder Executivo forte. Em consequência, seria fortalecida a coesão nacional, decorrente da conciliação dos interesses de classes. Já os políticos profissionais de formação generalista, do Estado liberal, também deveriam ser substituídos por especialistas selecionados pela competência técnica.” Chaves, Luís Guilherme Bacelar; Francisco José de Oliveira Viana In: Verbetes disponíveis em <https://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-jose-de-oliveira-viana>. Acesso em: 23/2/2020.

45 Sobre o tema ver: FERREIRA, Marieta de Moraes, A Velha província fluminense: crises e alternativas In: CORTE, Andréa Telo da, Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no Cenário da Federação, Niterói, Museu do Ingá, 2010, p.19-38.

Assim, o Estado do Rio teve pouca importância política na Primeira República, relegado a estado de 2ª grandeza no cenário da Federação, ainda que alguns políticos fluminenses, inclusive pela proximidade da Capital Federal, ali tenham ocupado posições importantes e desfrutado de algum prestígio. Até a escolha da sede da capital foi motivo de conturbação política. Entre os vários municípios pretendentes, Campos dos Goytacazes foi sempre o principal protagonista entre 1880 e 1930, chegando até a cogitar a formação de um novo ente federativo junto com regiões do Espírito Santo e Minas Gerais.⁴⁶ De modo que Niterói demorou a consolidar-se como locus político para as elites do Estado, ou seja, como espaço privilegiado do exercício da política e da cidadania, referência para modelar a cultura para os municípios vizinhos⁴⁷. A incipiente urbanização local lhe conferia aspectos de cidade de interior, inferiorizada na comparação com o Rio de Janeiro. Niterói consubstanciou-se, portanto, em espaço de esquecimento, carência, hibernação⁴⁸.

Vasconcelos Torres, durante seus primeiros vinte anos, conheceu um Estado dependente da exportação da laranja, da crescente importância da agroindústria do açúcar em Campos, da extração salineira na Região dos Lagos e da contínua dependência do café como um dos itens fundamentais da sua balança comercial.⁴⁹

46 PEREIRA, Walter Luís, Créditos e bancos em Campos dos Goytacazes (1863-1888) in CORTE, Andréa Telo da. Novos capítulos de História Fluminense, Niterói, Funarj, 2014, ALVES, Heloiza Manhães, A sultana do Paraíba: reformas urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes, 1890-1930, RJ, Aperj, 2009.

47 FERREIRA, Marieta de Moraes, Niterói Poder, A cidade como centro de poder, In: MARTINS, I. & KNAUSS, P. Cidade Múltipla, Niterói, Niterói Livros, 1997. p.79.

48 FERREIRA, Marieta de Moraes, Niterói Poder, A cidade como centro de poder, In: MARTINS, I. & KNAUSS, P. Op. Cit, p.79-80.

49 O café, super produzido no noroeste fluminense, deixou de ser a principal receita do tesouro do estado em 1933 para ocupar o 6º lugar em 1939; a laranja assume em 1934 o principal lugar na arrecadação estadual, ampliando sua área de cultivo de 11,500 he, em 1931 para 30,909 he, em 1937. São Gonçalo, Maricá, Magé e Itaboraí também eram importantes áreas produtoras e exportadoras de laranja para a Argentina e Europa. Somente Nova Iguaçu possuía, em 1935, 25 *packing houses*. Ver: SANTOS, Ana Maria dos; MENDONÇA, Sonia Regina de, A economia agrícola fluminense (1910-1920), Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006, p.88.

A indústria, de modo geral, se desenvolveu de modo privado e espontâneo. Niterói, onde viveu o Senador, foi um polo industrial de relativa magnitude, com diversos estaleiros, em função de uma pré-indústria naval nascida ainda na época imperial; e polo de fábricas de tecidos e fósforos.⁵⁰ Tecelagens, como a Companhia Petropolitana de Tecidos, que remonta a 1873, também se destacaram. O município de São Gonçalo, reunindo indústrias de pequena monta, era sede da Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas e da Companhia Nacional de Cimento Portland, chegando a ser caracterizada como a “Manchester” fluminense, em comparação com a cidade londrina.⁵¹

O Estado Novo, entretanto, inverteu a situação ao privilegiar o território fluminense com um largo financiamento Federal para implementação de um parque industrial para instalação de indústrias de bens de capital, cumulando-o, ainda, com verbas federais para saneamento da Baixada Fluminense. Assim, quando Vasconcelos Torres assumiu seu primeiro mandato como Deputado Estadual em 1947, o Estado do Rio de Janeiro já sediava a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN/1942) em Volta Redonda, a Fábrica Nacional de Motores (FNM/1942), em Duque de Caxias, e a Fábrica Nacional de Álcalis (1943) em Cabo Frio. Vale destacar que a usina de Volta Redonda foi o maior símbolo da Era Vargas, empreendimento estratégico para a industrialização do país e para divulgação das realizações nacionalistas e trabalhistas do Estado Novo.⁵² Já em seu segundo mandato, presenciou a inauguração da Refinaria de Mangueiros e, posteriormente, da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), em 1961.

50 Na Ponta d'Areia, entre outros estaleiros menores, destacavam-se o Estaleiro Mauá, a Cia. Cantareira e Viação Fluminense, a Cia. de Comercio e Navegação Costeira, e o Loide Brasileiro. No Barreto, a Cia. Manufatura Fluminense e a Cia. Industrial Fluminense compunham um polo de produção de tecidos.

51 ARAÚJO, Victor Leonardo de; MELO Hildete Pereira de, O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”, Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014, Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/11532/9081>, Acesso em: 20/2/2020, p.69.

52 GOMES, Ângela Maria de Castro, Economia e trabalho no Brasil republicano, In: A Republica no Brasil, Op. cit., p.244.

Ainda na conjuntura da interventoria Amaral Peixoto e depois em seu Governo constitucional (1951-54), Vasconcelos Torres, presenciou primeiro como auxiliar de gabinete do interventor e depois como Deputado, o saneamento financeiro do estado. Assim como, a construção de um plano rodoviário que ligou o estado de norte a sul, o início dos processos de eletrificação rural e de edificação das usinas hidrelétricas no norte fluminense. Também a construção em série de grupos escolares e a instalação nos diversos municípios do Estado de equipamentos sociais, como bibliotecas e museus, valorizados pela estética modernista, marca registrada da administração Amaral Peixoto.⁵³

É possível afirmar que, em meio à invenção de um país moderno operado pela Era Vargas, o Estado do Rio, sob a égide de Amaral Peixoto, também foi reinventado. O Estado do Rio foi, ainda, o laboratório de experiências do Estado Novo, com a criação pioneira do DASP, Departamento de Administração e Serviço Público; na adoção de concursos públicos e na efetivação de modelos de assistência social e política educacional que foram implementadas pelo país posteriormente.

Desfrutando do prestígio e da influência política de Amaral Peixoto, Niterói foi, então, o palco privilegiado da campanha promovida pelo interventor para a adesão do Brasil ao comando dos Aliados em 1942, oportunidade em que a cidade ganhou a alcunha de “França Livre”. Os estudantes de Direito filiados ao Centro Acadêmico Evaristo da Veiga, da antiga Faculdade de Direito de Niterói, assumiram a campanha com passeatas nas ruas em plena vigência da censura, mas com a complacência do Comandante.

É impossível falar do Estado do Rio nesse período, sem mencionar a influência que o Comandante Amaral Peixoto teve e teria até os anos

53 Sobre o tema ver: KNAUSS, Paulo, Amaral Peixoto e a arquitetura moderna: a construção do patrimônio cultural fluminense, *In*: CORTE, Andréa Telo da (Org), Amaral Peixoto: História, memória, política, Niterói, Museu do Iná, 2010, p.113-128.

80, inclusive na atração de jovens para a atividade política, sobretudo lideranças estudantis como o próprio Vasconcelos, Badger e Roberto Silveira, Jorge Loretti, entre outros, que viriam a assumir importantes postos na administração fluminense nas décadas seguintes.⁵⁴ Vale dizer que Roberto foi aquele que imporia ao comandante, sua maior derrota na política local,⁵⁵ constituindo-se em outra liderança que marcou época no Estado do Rio.

Com a retomada constitucional, dois partidos de âmbito nacional foram criados: O Partido Social Democrático, o PSD, que se baseou na força local dos interventores egressos do Estado Novo e o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, que viveu no entorno de Vargas até seu suicídio em 1954, quando definiu um novo perfil político.

No Rio, Amaral Peixoto comandou a organização dos diretórios do PSD e, com base no prestígio alcançado na interventoria, transformou-se rapidamente em chefe político. Sua forma de atuar politicamente ensejou o “amaralismo”, um conjunto de práticas e hábitos políticos que lograram êxito em se enraizar na prática local e que tinha na rigorosa disciplina partidária seu cerne político.

O amaralismo foi, portanto, uma das características da “cultura política” fluminense, que influenciou a prática de seus herdeiros políticos. Por cultura política “entende-se o conjunto de valores, tradições, práticas, representações políticas partilhados por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns ao

54 Roberto e Badger Silveira foram Governadores do Estado do Rio respectivamente entre 1959-61 (Roberto morreu em fevereiro de 1961) e 1963-64 (Badger sofreu *impeachment* em maio de 1964), pelo PTB. Jorge Loretti, filiado à UDN foi secretário de Interior e Justiça de Roberto e chefe do Gabinete Civil de Badger, tendo sido, posteriormente Presidente do Tribunal de Justiça do RJ entre 1991-92.

55 Trata-se da eleição para Governador de 1958, quando Roberto Silveira, do PTB, ganhou a eleição contra Getúlio Moura, do PSD, e indicado pelo Comandante.

passado”.⁵⁶ Vasconcelos Torres, tendo ingressado no PSD em 1946, manteve-se no partido até 62, sendo moldado, em certo sentido, por essa cultura política. Todavia, não é possível reduzi-lo ao amaralismo. Embora nele tenha-se formado, compartilhando valores comuns, o Senador se tornou uma voz independente ao longo da sua atuação como político profissional, construindo seu tipo, e uma maneira de fazer política.

Em 1950, liderando as bases do amaralismo, o Comandante venceu as eleições para o Governo do Estado com uma votação consagrada.

Na sua administração 1951-1954, Niterói conheceu a implementação de um conjunto importante de reformas urbanas como a construção de hospitais, inauguração de cursos superiores, museus, obras assistenciais, a reativação da alfândega, o investimento em transportes públicos, a abertura de importantes vias como a Avenida Amaral Peixoto, cuja lógica de construção repete, em parte, a abertura da Avenida Presidente Vargas no Distrito Federal. Ainda, outros equipamentos urbanos como um estádio, a edificação de repartições públicas e escolas, sempre caracterizados pelo traço modernista, mudaram a cidade revestindo-a, finalmente, de um ar de capital.

Com a intensificação dos seus padrões urbanos, a capital começou a tomar a forma de lócus político, atraindo para o Palácio do Ingá, a sede do poder, as elites locais. O Estado do Rio finalmente voltava à cena política nacional e o fazia como um dos seus mais destacados agentes.

56 MOTTA, Rodrigo Patto Sá, Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia *In: Motta, R. Culturas Políticas na Historiografia, Novos Estudos, BH, Fino Traço, 2014, p.21; Ver também: GOMES, Ângela de Castro, História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões “um sistema de representação complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, O conceito permite a aproximação com uma certa visão de mundo que orienta as ações dos atores sociais no tempo longo, redimensionando o acontecimento para além da curta duração,” *In: SOIHET, R; BICALHO, M. F.; GOUVEIA, M. F. (Org), Culturas políticas, Ensaios de história cultural, história política e ensino de história, p.31.**

O desenvolvimento econômico do estado deu nova vida aos estaleiros de Niterói, fortalecendo o sindicato dos operários navais, que se transformou em um dos mais importantes do país no período, cortejado por todos os políticos da época, inclusive Vasconcelos Torres, que manteve relação com diversas outras representações sindicais, até mesmo durante a ditadura militar.

Além disso, a capital se tornou o lugar dos comícios, das manifestações e de revoltas. Em 1953 foi a campanha pela Petrobrás. Entre 1955 e 64 foram os inúmeros movimentos de lavradores pela reforma agrária que tomaram conta das principais praças da cidade. Mas foi em 22 de maio de 1959 que uma fúria tomou conta da capital fluminense. Trata-se na verdade, da maior revolta urbana ocorrida até então: o “quebra-quebra das barcas”, quando aproximadamente 30.000 pessoas incendiaram a estação das barcas que fazia a travessia Niterói-Rio, pondo fim, na prática, ao monopólio da travessia pertencente à família Carreteiro. O quebra-quebra estendeu-se pela cidade atingindo, inclusive, os bens pessoais dos proprietários e ameaçando outros capitalistas, sobretudo aqueles que se destacavam no ramo da alimentação, conhecidos como os “tubarões”. Esse acontecimento singular, também conhecido como Revolta das Barcas, reforça o status de grande centro político que a cidade fluminense conquistou ao longo da década de cinquenta. Vasconcelos Torres, que desde 1955 questionava da tribuna os maus serviços prestados pelos Carreteiros à população, foi testemunha ocular dessa história.

Paralelo a todo esse processo, é importante destacar que o Estado do Rio, por ter recebido tantos investimentos federais, era o lugar privilegiado do trabalhador com direitos. Assim, o plano de industrialização que alcançou o estado — do Vale do Paraíba à Região dos Lagos, e parte da Baixada Fluminense⁵⁷ — começou a atrair migrantes de todas as par-

⁵⁷ Na Baixada foram instaladas, também, indústrias metalúrgicas, químicas, de instrumentação, têxteis, frigoríficas e de alimentos. Além disso, em função do seu saneamento e do baixo valor da terra, atraiu migrantes de toda parte do país.

tes atrás, não apenas de trabalho, mas da carteira assinada e dos direitos trabalhistas.

De acordo com os dados censitários de 1940, 50 e 60, houve, respectivamente, um saldo de 479.374 migrantes no Estado do Rio de 1940 para 50, e de 1.030.464 entre 1950 e 60. Os anos entre 1970 e 80, registram, ao contrário, a redução da escalada migratória para o Estado do Rio, com saldo de 392.614.⁵⁸ A concentração populacional se deu principalmente nas cidades de Duque de Caxias, Magé, Nilópolis, Nova Iguaçu, São Gonçalo, São João de Meriti e Niterói. A 1ª fase das migrações é caracterizada pelo deslocamento interno ao próprio Estado do Rio, principalmente do norte fluminense para as novas regiões industriais. A 2ª fase, que registra números impressionantes, relaciona-se, principalmente, às sucessivas levas migratórias nordestinas para o sudeste.

O Estado do Rio chega, portanto, ao final da década de 50 com novo perfil demográfico, econômico e social. A progressiva incorporação da massa trabalhadora ao processo político em curso desde a reconstitucionalização de 1946 e do aparecimento de novos partidos, impôs uma pesada derrota ao amaralismo vigente. Em 1958, após uma disputada campanha política para o Governo do Estado, o petebista Roberto Silveira foi eleito Governador com a maioria dos votos derrotando a poderosa máquina política do PSD, o que se tornou possível com a inesperada aliança com a UDN. O estado fluminense passou a ser então um dos cinco estados brasileiros comandados pelo PTB em franco crescimento no país.

A derrota imprevista do PSD levou o partido a uma crise política interna. Por sua vez, a morte inesperada de Roberto Silveira, em fevereiro

58 SOUZA, Joseane de; FRUTUOZO, José Victor de Paula. Rio de Janeiro: considerações sobre os processos de expansão urbana e interiorização do crescimento (1980-2010). *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana*, Curitiba, v.10, n.1, p.124-139, Apr. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692018000100124&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Feb. 2020. https://doi.org/10.1590/2175-3369_010_001_ao12. Ver também população recenseada nos municípios em 1940 e 1950 *In*: VASCONCELOS TORRES, Uma face agrária do problema fluminense. Op. cit. p.21.

de 1961, abriu uma lacuna no PTB. O quadro político-partidário fluminense se deteriora, vivenciando conflitos agravados pela situação política do país, com a renúncia de Jânio, a turbulenta posse de Jango em setembro de 1961 e o processo de radicalização política que toma conta do país entre 1961 e 1964. Greves e novos motins urbanos⁵⁹acirram os conflitos no território fluminense.

Vasconcelos, que vinha, ao longo da década de 50, se identificando com a plataforma reformista dos petebistas, deixa o PSD para concorrer a Senador pelo PTB em 1962, eleito por maioria consagradora. Todavia, suas pretensões políticas de governar o Estado do Rio, declaradas desde 1960, foram sepultadas com o golpe de 1964, e logo depois pela instituição de eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais, surgindo então os Governadores biônicos pelo AI-3 em 1966. Vasconcelos não seria Governador se não fosse pelo voto popular. Em 1978, recusou-se a concorrer ao Senado como indicado pelo Governo Federal, o chamado Senador biônico, pois sua linguagem e seu tipo político foram forjados na democracia.

Entre 1964 e 1974, houve uma progressiva desarticulação do quadro político fluminense, suas lideranças que não foram cassadas foram ofuscadas. Vasconcelos Torres, por motivos diversos, opta pela entrada na ARENA, em 1965. Em 1974, o Presidente Geisel apresenta o projeto da fusão entre os Estados do Rio e da Guanabara. A ideia não era estranha aos antigos parlamentares e na verdade era aventada desde a constituição de 1891, mas, somente no final dos anos de 1950, com a transferência da capital para Brasília, voltou a ser cogitada. Vasconcelos Torres, como Deputado Federal, foi Presidente da comissão criada na Câmara Federal, em 1960, para avaliar a possibilidade da fusão. Ressalte-se que tal proposta, era então desejada por várias entidades como a Federação das Indústrias da Guanabara e vários políticos, como Vasconcelos, que sempre se apresentava defensor da fusão.

59 Refiro-me aqui ao grande motim de Duque de Caxias e entorno em julho de 1962.

Todavia, a fusão efetivamente ocorrida em março de 1975, obscureceu as lideranças do antigo Estado do Rio, o que foi claramente demonstrado pelas eleições de 1978, quando o Senador do povo não alcançou a reeleição para o Senado. Na ocasião, valendo-se de sua verve trocista reconheceu a ironia do novo Estado do Rio não ter mais um lugar para ele, justamente o único parlamentar da bancada arenista que defendeu a fusão e zombou: “bombocado nunca é de quem faz.”⁶⁰ Na verdade, diversos fatores concorreram para sua derrota e para que a fusão não tenha sido o sucesso que seus defensores prometiam.

Como o “breve século XX” caracterizado por Eric Hobsbawm, com o qual abrimos o capítulo, o Brasil e o Rio de Janeiro de Vasconcelos Torres experimentaram transformações profundas entre 1930-1980 como o processo de industrialização e urbanização acelerada que, embora tenha atualizado o país no concerto internacional das nações, manteve-o na periferia do sistema capitalista.

Vasconcelos Torres em seu também breve tempo de vida, procurou, incansavelmente, explicações e respostas para as contradições que emergiram da modernização em curso. Prova disso são seus incontáveis projetos de lei, suas numerosas falas e seus livros provocativos. Não se recusou a debater nenhum assunto, interessou-se por todos os temas.

Enfim, qual Stefan Zweig, autor da epígrafe que dá luz a este capítulo, é possível supor que o Senador tenha vivido em sua breve existência muitas vidas, tal foi a velocidade e a intensidade das transformações experimentadas. Nesse caso, sob o império da sobrevivência política foi obrigado a reinventar-se inúmeras vezes.

60 JB, 27/9/1982, p.2.



Vasconcelos Torres, com o presidente Dutra.



CAPÍTULO 2. A TRAJETÓRIA DE UM POLÍTICO POPULAR

“Eu estou sempre em campanha” costuma dizer o senhor Vasconcelos Torres, para quem as atividades políticas são um moto contínuo. A cada nova eleição, depois de conhecidos os seus resultados, ele reinicia a campanha, não importando se só vá se empenhar, de novo com os mistérios das urnas, quatro ou cinco anos depois.”

Jornal do Brasil, 30/5/1978.

Vasconça! Era assim que o eleitor do antigo Estado do Rio de Janeiro conhecia Vasconcelos Torres. É difícil imaginar que um homem que na esfera privada era austero, reservado, erudito, dono de uma vasta biblioteca, correspondendo-se com importantes sociólogos e antropólogos mundo afora fosse, na esfera pública, se transmutar em *persona* pública tão popular.

Neste capítulo, pretende-se desvendar como Vasconcelos Torres se transformou em político popular, demonstrar seus métodos políticos e sua atuação como Deputado Estadual, Federal e também como fixou as bases para a construção da sua *persona* política.

ANOS DE FORMAÇÃO

Ainda que seus dados biográficos sejam unânimes em relação à sua data de nascimento 2 de abril de 1920, o mesmo não ocorre com relação ao local. Em que pesem, os registros dominantes sobre sua naturalidade apontassem Campos dos Goytacazes, para outros o lugar de nascimento seria Niterói. Para o historiador que trabalha com o tema da memória, o mais importante não é a verdade absoluta, inacessível a qualquer estudioso das ciências humanas, mas aquilo que o indivíduo ou grupo social entende que seja a sua experiência. Assim, para Vasconcelos Torres, estar vinculado a Campos dos Goytacazes deveria carregar um significado político importante, sobre o qual se pode apenas especular, vislumbrando uma estratégia de inserção nos grupos políticos da época, uma vez que aquela cidade do norte fluminense desfrutava de uma representação política destacada.

Sabe-se, entretanto, que Vasconcelos sempre viveu em Niterói e boa parte de seu tempo de criança e juventude passou no bairro do Fonseca. Aos seis anos se depararia com seu 1º grande desafio: o falecimento do seu pai, o tenente da Polícia Militar Rosalvo Martins Torres,

com 33 anos. Cresceria ao lado da mãe, Zélia de Vasconcelos Rosa Torres, presença constante ao longo de sua vida e do irmão menor, Rosélio, que, como o pai, morreria muito novo. A casa dos avós maternos seria seu refúgio.

Aos dez anos, tendo encerrado o curso primário no Colégio Brasil, então uma das mais prestigiosas instituições de ensino privado da cidade, Vasconcelos Torres se depararia com seu 2º desafio: continuar a estudar. Como? O próprio Vasconcelos contaria essa história no livro *Comandante Ari Parreiras*⁶¹, escrito em homenagem ao ex-interventor fluminense (1931-1935):

(...) foi um mês após a posse do Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro que um menino de calças curtas, com dez anos de idade, dirigiu-se à portaria do Palácio do Ingá e disse assim:

– O comandante Ari Parreiras pode atender-me?

Este menino era eu.

O interlocutor se apresentaria como oficial de gabinete do interventor e declararia que o mesmo estava muito ocupado e perguntou-lhe o que desejava. A resposta do menino seria incisiva:

Respirei com dificuldade e eloquentemente, solenemente, rebati aquele 'petit-discours' do Oficial de Gabinete.

– Eu pretendo falar com o comandante Ari Parreiras. Só com ele.

61 VASCONCELOS TORRES, J. B. *Comandante Ari Parreiras*. RJ, Editora Zélio Valverde, 1940, pp. 29-35.

Para que a citação não fique longa, abreviou-se um pouco a narrativa sem, no entanto, despojá-la da emoção com que o autor a revestiu:

No ímpeto de coragem aproximei-me daquele vulto alto e simpático (...) e falei:

– Bom dia senhor comandante, disse com voz sumida. (...) Eu desejava falar com o senhor (...), é sobre mim mesmo.

– Que há? Indagou.

– Eu terminei meu curso primário..., ao terminar esta frase senti-me corajoso, não sei se incentivado pela bondade paternal com a qual estava sendo ouvido, ou então porque estava mesmo possuído de coragem.

– Sou órfão de pai. Minha mãe é viúva e luta muito, muitíssimo, Sr. comandante. Eu quero estudar, porém, (...) não queria dar mais despesas em casa... o senhor sabe perfeitamente (e sabia) que quem deseja estudar no Brasil precisa ser muito rico. Sei que o Estado tem ao seu dispor, em vários estabelecimentos de ensino, algumas matrículas gratuitas e, portanto, peço ao senhor, uma delas para mim, isto é, se for possível...

(...)

Foi rápido, num instante... S. Excelência depois de perguntar meu nome e endereço, chamou um funcionário moreno e mandou que ele tomasse de um papel e anotasse o seguinte:

– João Batista de Vasconcelos Torres. Travessa do Cunha, 83. Colégio Brasil.

Era o Colégio Brasil, justamente o do meu interesse.

Alguns dias depois eu tive o conhecimento de que poderia prestar exames de admissão ao ginásial, visto ter a matrícula assegurada pelo Governo do Estado. Que indizível alegria!

A narrativa é, sem dúvida, emocionante. Além disso, o texto registra o talento de um jovem que valorizou a oportunidade de estudar e adquirir conhecimento, o que seria o grande diferencial ao longo de sua vida.

Muitas considerações podem ser tecidas a partir do texto, entretanto interessam aquelas que permitam pensar na trajetória posterior de Vasconcelos Torres.

O livro, escrito em 1940, narraria um fato ocorrido em 1930, quando Vasconcelos Torres já cursava a Faculdade de Direito de Niterói, e que em seu horizonte se descortinavam milhares de possibilidades para o seu futuro, inclusive na vida pública.

Assim, depreende-se não apenas a gratidão a Ari Parreiras, mas a importância que aquela família, particularmente, a sua mãe, D. Zélia, deu à escola como forma de inclusão social para seus filhos. Não à toa, a educação seria um dos temas frequentes do Senador, seja concedendo bolsas de estudos, seja levando ao Senado reivindicações salariais de professores e reformas de currículos. Seu comprometimento com a Educação o levou a incentivar a implantação de várias faculdades e universidades, destacando-se a criação da UFF.

Há, também, outro aspecto que interessa ressaltar. É a partir da mesma narrativa que Vasconcelos Torres começaria a construir sua *persona* política, que terá como marco inicial a determinação de um menino pobre, que valoriza a educação e a vê como único meio de ascensão

social. Não se sabe se em 1940 ele já pensava em entrar na política, sabe-se apenas que já estava envolvido no meio estudantil, outro dado importante na construção da sua figura pública.

A participação de Vasconcelos Torres no movimento estudantil, tudo indica, é anterior à sua entrada na faculdade. No Fundo das Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) localizou-se um documento no acervo do Departamento de Ordem Política Social que atesta seu envolvimento. Trata-se do Termo de Declaração que presta João Batista de Vasconcelos Torres à 3ª Delegacia Auxiliar de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, em 20/10/1937.

O documento refere-se a um incidente ocorrido em Campos dos Goytacazes, no comício em prol da campanha à presidência da República do ex-Senador paraibano José Américo de Almeida. Tal campanha resultou frustrada em virtude do golpe desferido por Vargas com apoio do Exército contra o Congresso Nacional levando o país à ditadura do Estado Novo. Apesar de o Brasil encontrar-se em Estado de sítio desde novembro de 1935, havia a promessa de eleições presidenciais em 1938. Em 1937, José Américo lançaria sua candidatura com forte apoio dos revolucionários de 30, concorrendo contra o paulista Armando Salles de Oliveira e o integralista Plínio Salgado.

José Américo, que imprimiu à sua campanha uma orientação popular, fez comícios em favelas e locais populares, atraindo a atenção dos simpatizantes da Aliança Nacional Libertadora e da União de Estudantes Democráticos (UED)⁶², tornando-se alvo da polícia política e da oposição de Vargas.⁶³

62 A UED foi criada em 1934.

63 Sobre o contexto ver: José Américo de Almeida. *Verbete*. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AFraVargas2/biografias/Jose_Americo_de_Almeida. Acesso em: 27/2/2020. Vale dizer que, desde 1933, quando foi criada a Delegacia Especial de Segurança, Política e Social (DESPE), a polícia política da Era Vargas, o Governo atuava com violência para reprimir manifestações sociais, o que se intensificou com a Intentona comunista de novembro de 1935 e que levou a decretação do Estado de sítio. Nesse mesmo ano também foi estabelecida a Lei de Segurança Nacional, com base na qual prendeu-se indivíduos supostamente identificados como comunistas e demais adversários de Vargas. Em 1938, após o golpe do Estado Novo, a Ação Integralista Brasileira foi fechada.

No caso em questão, houve no campo do Ypiranga, em Campos, um comício a favor de José Américo, quando se defrontaram a União de Estudantes Democráticos e os integralistas. Vários estudantes foram presos e Vasconcelos Torres fora um deles. Na época tinha apenas dezessete anos. Não se sabe quanto tempo ficou detido, se tem apenas seu depoimento em que assinala ser “terminantemente contra o comunismo”. Defenderia-se dizendo que estava em Campos apenas para se confraternizar em manifestação de camaradagem com os estudantes campistas.

Embora não se saiba das consequências psicológicas, a prisão aparentemente não resultou em perseguição ao jovem Vasconcelos, e não seria usada contra ele. Não era um segredo absoluto, uma vez que veio à tona em reportagem do *Jornal do Brasil* sobre as eleições para a Constituinte fluminense de 1947.⁶⁴ Também não se sabe se ele teve ajuda de algum amigo ilustre para salvá-lo das garras do DEOSP. O que importa nesse depoimento é que, por camaradagem ou não, Vasconcelos Torres já estava inserido de alguma forma com os movimentos estudantis da época, laço que se aprofundou na faculdade.

Outro dado que aponta para essa ligação encontra-se na biografia de Roberto Silveira⁶⁵, na qual uma pequena referência revela que Vasconcelos Torres, já veterano na Faculdade de Direito, seria responsável pelo setor de propaganda do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga (CAEV), em 1944. Segundo o biógrafo de Roberto, Vasconcelos teria apoiado a gestão de Badger Silveira à frente do CAEV e desejaria candidatar-se à direção do Centro Acadêmico. Entretanto, perderia para outro colega, Hélio Quaresma.

64 JB, 18/1/1947, ed. 0015, p.7. A reportagem, na verdade, noticia o uso da máquina e da intimidação pelo prefeito do município de Paraíba do Sul “para atemorizar o eleitorado da UDN, do PR, do PDC”, exceto o PSD. Vasconcelos Torres era um dos candidatos possedistas.

65 ROCHA, José Sérgio. *Roberto Silveira: a pedra e o fogo*. Niterói, Casa Jorge Editorial, 2003, p.122.

Enquanto estudava e fazia política estudantil, Vasconcelos também trabalhava para ajudar a família. Venderia utensílios variados de porta em porta, qual os *clientelshits* judeus ou os mascates libaneses radicados na cidade de Niterói. Teve vários empregos, um deles foi o de vendedor de enceradeiras.⁶⁶ Entre os anos de 1944 e 1945, já atuava como auxiliar no gabinete do interventor Amaral Peixoto, que buscou apoio político junto à liderança estudantil da época. Vasconcelos Torres, Roberto Silveira e Alexandre Camacho,⁶⁷ aproximavam-se, então, cada vez mais da política institucional.

Além disso, entre sua entrada na faculdade e sua formatura, em 1944, Vasconcelos Torres também se dedicou à sociologia, ampliando seu conhecimento, escrevendo e divulgando suas pesquisas. Sua ligação com esta disciplina relaciona-se ao curso de Direito, uma vez que o próprio programa do bacharelado daquele curso compreendia não apenas as ciências jurídicas, mas também as sociais.⁶⁸ Oliveira Viana, que integrava o corpo da faculdade desde 1916, foi um de seus Professores e talvez tenha sido seu introdutor na matéria. Foram amigos durante toda a vida, mas, como já foi dito, Vasconcelos ultrapassaria a relação de discípulo para produzir um conhecimento diferenciado do seu mestre. Observe-se que ele não seria apenas grato ao amigo, foi um dos oradores da sessão promovida pela Câmara em sua homenagem, por ocasião de seu falecimento⁶⁹, em 1951. Posteriormente, em 22 de maio do mesmo ano, proporia à Assembleia Legislativa do Estado um projeto para compra da casa do sociólogo, a fim de transformá-la em ‘Casa de Oliveira Viana’, um centro de estudos superiores diretamente subordinado à Secretaria de Educação e Saúde, de modo a permitir a conservação de sua valiosa biblioteca.⁷⁰ Tal projeto só seria deliberado pela Assembleia fluminense

66 Entrevista de João Batista Vasconcelos Torres Filho à autora, em 7/1/2020.

67 Amaral Peixoto. *Artes da Política*, Op. cit., p.295.

68 No verbete destinado ao Senador no Dicionário de Política Republicana do Rio de Janeiro (Op. cit.), Vasconcelos Torres aparece como bacharel em ciências Jurídicas e Sociais.

69 *O Fluminense*, 29/3/1951, p. 2, ed. 8719.

70 *O Fluminense*, 23/5/1951, p. 6, ed. 8765.

quatro anos depois. Além disso, foi autor do livro, *Oliveira Vianna sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de Sociologia*, publicado em 1956.

Importante destacar que a ação de Vasconcelos Torres nesse episódio foi fundamental. Destacar tal fato é relevante neste texto porque se constitui em outro marco da figura que construiu: a transformação em legado material, ou seja, em equipamento social, de bens simbólicos como o conhecimento. Na época de sua morte, Oliveira Viana possuía uma biblioteca de cerca de 12 mil volumes, livros mandados comprar em sua maioria em Paris, Londres e Estados Unidos. A produção mais expressiva em Sociologia, Antropologia e Direito de seu tempo. Além disso, deixou farta correspondência com intelectuais e políticos de 1ª grandeza com quem conviveu, como Monteiro Lobato, Gustavo Capanema e o próprio Vargas. Vasconcelos Torres, por saber do que se tratava, asseguraria não apenas aos fluminenses, mas aos pesquisadores de épocas futuras o acesso a esses bens.⁷¹

Entre os livros que publicaria no período destacam-se: *Conceito de religião entre as populações rurais do Brasil*, de 1941, e *Ensaio de sociologia rural brasileira*, de 1943. Ambos mereceriam prefácio de Oliveira Viana e o último referido seria destacado no próprio ano de lançamento no prestigioso periódico *Bibliography of Agriculture*, publicação mensal do United States of Agriculture. Em 1945 editaria *Condições de Vida do Trabalhador da Agroindústria do Açúcar*, que aprofundava o tema tratado no livro anterior.⁷²

Lembrando que o objetivo é verificar como Vasconcelos Torres foi adicionando marcas distintivas para construir seu estilo de fazer política,

71 Vale dizer que a casa continua como equipamento social ligada à FUNARJ, vinculada à Secretaria do Estado de Cultura.

72 *Conceito de Religião entre as Populações Rurais do Brasil*. RJ, Prefácio de Oliveira Viana. Editora A. Coelho Branco Fº, 1941; *Ensaio de Sociologia Rural Brasileira*. Prefácio de Oliveira Viana. RJ, Branco, 1943; e *Condições de Vida do Trabalhador da Agroindústria do Açúcar*. RJ, IAA, 1945. Esses dois últimos livros estão indisponíveis para consulta nas instituições pesquisadas. Sobre Ensaio de sociologia ver: https://books.google.com.br/books?id=BuVGrrGNCmoC&pg=SI1=-P139A&lpq=SI1-P139A&dq=Ensaio+de+sociologia+rural+brasileira,+1943&source=bl&ots=1o7fNs0OrH&sig=ACfU3U30bINTA-00knp7UA4-ltcCmodda0&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjijPzKxPLnAhW_FLkGHSYrA_o06AEwAnoEFCAgQAQ#v=onepage&q=Ensaio%20de%20sociologia%20rural%20brasileira%2C%201943&f=false

vale descrever como o autor entendia a vida do trabalhador rural, grupo ao qual, posteriormente, defenderia como político e com quem travaria um constante diálogo traduzidos na sua ação parlamentar. Em *Conceito de Religião entre as Populações Rurais do Brasil*, Vasconcelos Torres descrevia a vida da população rural do Estado do Rio como “miserável”, “endividado” e sem expectativa:

o trabalhador rural brasileiro é um homem que vive de sol a sol, que leva uma vida bruta; vive do trabalho para o trabalho... Ao chegar em casa (...) Poucas vezes ri. A seu respeito criaram lendas (...). Costumam pintá-lo com um embriagado. Esta injustiça é inominável... (...) O trabalhador rural é um infeliz.⁷³

O autor, metodologicamente, optou pela descrição detalhada das suas conversas com a população local. Em Campos, ao visitar uma usina de açúcar relataria a conversa que manteve com o vendeiro e o gerente inglês da usina que cismava em dizer que os trabalhadores eram bem tratados. Ele, entretanto, apresentaria outra interpretação:

o operário ligado diretamente à fábrica tem regalias. Assim podemos diferenciar o trabalhador industrial do trabalhador rural: o primeiro come manteiga e o segundo nem a conhece. Em nossas pesquisas sempre encontramos trabalhadores em déficits com os armazéns. (...) Ele não conhece cooperativas, sindicatos, etc. Em matéria educacional vive completamente alheio.⁷⁴

No texto, Vasconcelos evidenciaria o paradoxo no qual o país entrara ao consolidar as relações de trabalho na forma da lei. Trabalhadores de fábrica passaram a ser amparados legalmente, já os rurais, além

73 VASCONCELOS TORRES. *Conceito de Religião entre as Populações Rurais do Brasil*. RJ, Prefácio de Oliveira Viana, Editora A. Coelho Branco Fº, 1941, p. 27.

74 VASCONCELOS TORRES. Op. cit., p.31.

de viverem em uma estrutura arcaica, pré-capitalista, estavam muito distantes da ordem legal.

Em *Ensaio de Sociologia Rural Brasileira*, o autor voltaria a apresentar uma investigação objetiva da vida do trabalhador rural brasileiro insistindo, dessa vez, na questão do êxodo rural. O livro mereceria a atenção do sociólogo francês Roger Bastide, hoje reconhecido como referência para os estudos de antropologia daquele período, que então lecionava na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Na verdade, tudo indica que o autor antes de lançar a público seu livro, ofereceu os originais a Bastide, na esperança de conhecer as impressões do mestre sobre seu trabalho. E a resposta foi significativa! Em carta datada de 27/12/1942⁷⁵, Roger Bastide, além de acusar o recebimento do livro, afirma que seu “autor em menos de cem páginas e com grande objetividade científica”, traçou “um excelente quadro da imensa vida rural brasileira.” Destacou que sua abordagem ofereceria “a diversas equipes de pesquisadores todo um programa de pesquisas futuras”. E encerrou a carta lembrando o agradável momento que ambos compartilharam nos corredores da Faculdade de São Paulo, o que evidencia que mantiveram encontro pessoal.

Considerando que nesse período a Escola de Sociologia Paulista, animada pela presença de Donald Pierson⁷⁶, sofreria grande reformulação, projetando-se nas décadas seguintes sob liderança de Florestan Fernandes, como paradigma de novas interpretações sobre o país, a resposta deve ter agradado Vasconcelos Torres, uma vez que Bastide sugeria-lhe a continuidade do trabalho, convocando-o, implicitamente, a participar dessa renovação. É possível que ele tenha considerado a hipótese da vida acadêmica. O fato é que sua curiosidade intelectual o levou

75 Arquivo Vasconcelos Torres, Niterói, Nesta oportunidade manifesto meus agradecimentos ao querido amigo, Prof. Dr. Vitor Fonseca (PPGH-Ciência da Informação-UFF) pela tradução das cartas.

76 A relação entre o Senador e o antropólogo Donald Pierson se evidencia no arquivo de Vasconcelos Torres por meio de carta datilografada, datada de 2/2/1974, à propósito do recebimento do livro *Compromisso de Riachuelo*. Pierson, demonstrando a intimidade dos dois anota em letra cursiva seu endereço em Indianápolis, EUA.

a ultrapassar os limites da Faculdade de Direito de Niterói para circular nos corredores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas -USP em busca de interlocução.

Assim, adicionando a distinção acadêmica ao seu currículo, Vasconcelos Torres iria se diferenciando de outros políticos do seu tempo. O mundo rural fluminense, analisado inicialmente sob o olhar objetivo do cientista, ocuparia posição relevante no desenvolvimento da sua ação parlamentar estaria presente em toda sua trajetória ao se transformar em político atuante.

Em Niterói, Vasconcelos continuaria a elaborar sua sociologia rural ao ampliar as investigações sobre as condições de trabalho no campo, o que o levaria a ingressar no Instituto do Açúcar e do Alcool, na Seção de Estudos Econômicos,⁷⁷ por onde publicaria em 1945 o livro sobre a vida do trabalhador da agroindústria do açúcar.⁷⁸

É importante ressaltar para o leitor que ao enfatizar os interesses científicos de Vasconcelos, objetiva-se destacar sua qualidade intelectual como autor, sua erudição e interesses acadêmicos afinados com as novas abordagens e métodos de pesquisa da época. Ao que parece, por certo tempo Vasconcelos Torres tentou conciliar vida acadêmica e vida política, acabando por optar pela política. Porém, no transcurso de sua prática persistiria sua atualização intelectual colocando-a a serviço de suas estratégias, da seleção das ferramentas e de suas escolhas.

Assim, os anos entre 1930 e 1945, seriam para Vasconcelos, não apenas os anos da Era Vargas, mas, seus anos particulares de formação, que o tornariam apto para a atuar como protagonista político após o fim do Estado Novo.

77 JB, 7/2/1947, p.1, ed. 0030.

78 Existe uma referência a tal livro na Food and Agriculture Organization of United Nations. Disponível em: <http://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=US201300348265>. O texto, entretanto, não está disponível online.

Em outras palavras, considerando o acúmulo de experiências geradas desde que o menino pobre ousou atravessar os salões do Palácio do Ingá para poder estudar; a experiência do interrogatório na 3ª Delegacia da capital; as habilidades políticas adquiridas na sua passagem pelo movimento estudantil e o desenvolvimento intelectual obtido em suas investigações sociológicas, Vasconcelos Torres distinguiria-se por acumular grande capital cultural e social, no sentido de incorporar aquilo que Pierre Bourdieu designaria como *habitus*.

Habitus, conforme explica Maria Drosila Vasconcelos seria “uma matriz cultural, determinada pela posição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações e que traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais e estéticos.”⁷⁹

A partir da incorporação dessa matriz cultural, Vasconcelos Torres, conforme sugere a autora, potencializou sua capacidade para desempenhar com competência, seriedade, confiança, e previsibilidade⁸⁰ suas atividades públicas, qualificando-se para assumir um lugar destacado no campo político. Por conseguinte, desenvolveu uma estratégia individual que lhe permitiria criar seu tipo, sua figura política única e particular. Definiu seu estilo e liderança⁸¹, posteriormente quando ingressou no cenário político formal.

79 FERNANDES, Raquel Brum. *Pierre Bourdieu e a noção de liderança política*. Revista Ensaios Publicação do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e das graduações em Ciências Sociais e Sociologia da UFF, v. 2, nº3. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/37124> Acesso em: 1º/3/2020.

80 Por previsibilidade entenda-se sem traições.

81 VASCONCELOS, Maria Drosila. *Pierre Bourdieu: A herança sociológica*. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 78, p. 77-87, Apr. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1º/3/2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200006>. “[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] Bourdieu, 1983b, p. 65, apud SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. Revista Brasileira de Educação, Maio/Jun/Jul/Ago 2002 Nº 20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>. Acesso em: 1º/3/2020.

O JOGO POLÍTICO-PARTIDÁRIO E A FIXAÇÃO DE UM TIPO POLÍTICO

O quadro que explica o fim do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas em 1945, relaciona-se à queda dos regimes fascistas com o fim da 2ª guerra mundial, a perda de apoio das Forças Armadas pelo ditador e ao rompimento da censura por parte dos intelectuais.

Um novo tempo para o Brasil iniciou-se, ainda que marcado pelo retorno ao cenário das antigas elites afastadas da política desde 1937. Comprometidas com o liberalismo, com o discurso contrário à legislação trabalhista e a Vargas, agruparam-se em diversas siglas partidárias, com especial destaque para a UDN. Por outro lado, os interventores foram mobilizados por Getúlio para usar a máquina administrativa e fazer frente à propaganda udenista, defender a intervenção do Estado na economia e a CLT. O PTB, por sua vez, criado para mobilizar os trabalhadores em torno do Presidente, somente encontrou sua vocação política após o suicídio deste em 1954. Vasconcelos Torres enfrentou os primeiros momentos sem apoio explícito do Presidente.

Em tal panorama, a grande novidade política da época conforme assinala o Professor Jorge Ferreira, foi a presença massiva da população nas ruas “receosos de perderem a cidadania conquistada na década anterior”⁸², sobretudo “conscientes dos embates políticos, dos conflitos econômicos e das contradições experimentadas por uma sociedade dividida em classes”⁸³.

Dessa experiência social emergiu uma cultura política baseada em práticas, métodos, símbolos e lemas políticos inéditos que consubstanciaram a renovação do campo político brasileiro. De modo geral, tanto a imprensa da época como a análise científica posterior a adjetivaram

82 FERREIRA, Jorge, A democratização de 1945 e o movimento queremista, *In*: Ferreira & Delgado, Op. cit., v.3, 2003, p.43.

83 FERREIRA, Jorge, *Idem*, p.41.

negativamente, identificando-a com populismo⁸⁴, conceito desprovido de clareza teórica e impregnado de preconceitos. Há vasta literatura escrita sobre o tema e pode-se afirmar que o sentido negativo da expressão deslizou dos marcos acadêmicos para alcançar o senso comum, tornando-se um clichê para, sobretudo, desqualificar políticos populares.

A expressão carregaria consigo um duplo discurso contra a atuação dos políticos e do Estado. Os primeiros, sempre acusados de má fé, interessavam-se apenas em manipular os trabalhadores para atingir o poder em benefício próprio. O segundo, autoritário perpetuava a submissão das massas em troca de concessões e assistencialismo. Assim, populismo virou uma pecha, um defeito moral, que rotulou políticos, e conforme Ferreira “culpabilizou o Estado”, e “vitimou a sociedade”, reduzindo-a a mero agente passivo da relação política.

Entre 1980/1990, entretanto, sob o crivo de novas abordagens historiográficas⁸⁵, as teses pré-estabelecidas sobre o populismo foram recusadas. Parte expressiva dos autores, a partir da adoção dos conceitos de cultura e circularidade cultural demonstraram que as ideias não são produzidas apenas pela classe dominante e impostas de cima para baixo. Considerando, assim, a produção de valores das classes populares, e evidenciando os processos de apropriação cultural que ocorrem entre grupos e classes sociais.

Distante das antigas concepções, as análises do período 1930-1964 afastaram-se das teses sobre manipulação e submissão política das massas para valorizar os trabalhadores como agentes ativos do processo político. Optou-se, por investigar trajetórias políticas, experiências

84 Nesse sentido, 1930 marcaria o início do populismo na política brasileira, 1945 seu rearranjo institucional e 1964 seu colapso. FERREIRA, Jorge. Introdução. In: FERREIRA, J. *O populismo e sua história. Debate e crítica*. RJ, Civilização Brasileira, 2001. p.7

85 Particularmente apoiadas na nova história política, na história cultural e na história social inglesa. Para maiores esclarecimentos, remeto o leitor à leitura do artigo de Ângela Castro Gomes *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. In: FERREIRA, J. *O populismo e sua história*, Op. cit., pp. 17-57.

partidárias e sindicais da época. O conceito foi revisto e reinterpretado em diversos dos seus aspectos, como sua origem, suas condições de produção e a validade de sua utilização. Ainda, reexaminou-se a sua relação com os fenômenos do sindicalismo, do trabalhismo, do nacionalismo e também do desenvolvimentismo característico do período 1930-1964.

Não há como desvincular deste debate um político que tenha vivido esse período. É possível, entretanto, abordar o assunto sob nova ótica, aquela que privilegia a cultura, a fim de investigar sua trajetória para desvendar, mesmo que parcialmente, as ideias, experiências e estratégias políticas⁸⁶ que possibilitaram a sua consagração nas urnas e sua liderança política.

Vasconcelos Torres, que viveu intensamente os anos entre 1930-1964, não se importunou com rótulos, nem enveredou por questões ideológicas. Original, aliou o conhecimento acadêmico a um conjunto de estratégias, formas de abordagem pessoal, uso de imagens, *jingles*, frases e práticas que o aproximaram criativamente dos eleitores atuando, como dizia, “na assembleia ou na imprensa como uma voz do povo.”⁸⁷

Enquanto no plano nacional desenrolavam-se as disputas em torno da sucessão de Getúlio, no Estado do Rio de Janeiro antigas lideranças retornaram a cena. Esse foi o caso do embaixador Raul Fernandes⁸⁸ e dos

86 FERREIRA, J. O Nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, J. *O populismo e sua história*. Op. cit., p.110.

87 *O Fluminense*, 4/6/1948, p.1, Edição 1996.

88 O embaixador Raul Fernandes foi Presidente eleito do Estado do Rio de Janeiro em 1923, tendo assumido o cargo por apenas 11 dias. Foi embaixador do Brasil em diversas legações nos anos 20, ocupando também cargos de Estado entre 1934 e 37. Morreu em 1968.

irmãos Edmundo e Hélio de Macedo Soares,⁸⁹ cujas trajetórias remontam à Primeira República. Estes, ao lado de Amaral Peixoto e das lideranças egressas do movimento estudantil, disputaram cargo a cargo a chefia política fluminense.

O ex-interventor Amaral Peixoto, a partir da renovação econômica do Estado e da pacificação das belicosas elites locais, com quem estabeleceu uma relação de reciprocidade e lealdade, montou os diretórios do PSD. Assim, possuindo, por um lado, o controle da máquina administrativa e, por outro, dos diretórios, transformou-se naquele momento a maior liderança do Estado do Rio de Janeiro.

Na verdade, Amaral Peixoto, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães definiram para o PSD nacional uma forma de fazer política que manteve o partido sempre em evidência e próximo ao poder. Situado ao centro, o PSD apoiou grande parte da pauta modernizadora da época.⁹⁰ Entretanto, dificultou como pôde avanços radicais na reforma administrativa do Estado, na reforma agrária, e sobretudo, na extensão da legislação trabalhista ao campo.⁹¹

Partido poderoso numa época em que a cédula eleitoral era distribuída pelo próprio candidato, ser pessedista significava assumir, de acordo com a cientista política Lucia Hipólito, “um estilo de prática política voltado para o entendimento e o pragmatismo.”⁹² Nesse sentido,

89 Militar de carreira, o general Edmundo Macedo Soares e Silva, participou do levante dos tenentes na década de 1920. Formado engenheiro na França, foi autor do projeto que serviu de base para a montagem da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda. Foi ministro da Viação e Obras Públicas do Governo Dutra, elegeu-se Governador em 1958, apoiado pela coligação PSD-UDN-PTB. Faleceu em 1989; Hélio de Macedo Soares e Silva também foi egresso da Escola militar. Em 1939 assumiu a Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, na interventoria Amaral Peixoto. Em 1947 foi eleito Deputado à Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro na legenda do Partido Social Democrático. Em 1964 apoiou o golpe militar. Faleceu em 1978.

90 como “o monopólio estatal do petróleo, a intervenção do Estado na economia, as iniciativas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek, a extensão do voto ao analfabeto e uma política nacional de energia nuclear” PSD, In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>, Acesso em: 4/3/2020.

91 PSD, In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>, Acesso em: 4/3/2020.

92 PSD In: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>, Acesso em: 4/3/2020. Ver também Hipólito, Lúcia. *PSD de Reposas e Reformistas*. RJ, Paz e Terra, 1984.

afirma a autora, “os pessedistas passaram a ser identificados como ‘raposas’ políticas, hábeis na negociação, espertos, porém prudentes, preferindo o cochicho ao discurso inflamado, o diálogo à conspiração.”⁹³

Seria Vasconcelos Torres um exemplo de bom pessedista? Para a questão várias respostas podem ser vislumbradas em suas maneiras de fazer política e em sua atuação parlamentar.

Em 2 de dezembro de 1945 realizaram-se eleições presidenciais e para a Assembleia Nacional Constituinte, quando o Marechal Dutra foi eleito Presidente. Amaral Peixoto foi o Deputado mais votado pelo Rio de Janeiro, apresentando-se logo como candidato ao Governo do Estado em 1947. Todavia, suas pretensões foram preteridas pelas articulações entre Dutra e Edmundo Macedo Soares, que se tornou Governador do Estado pela aliança PSD-UDN-PTB.

Nesse período, Vasconcelos Torres, em conjunto com Roberto Silveira⁹⁴, Miguel Alvim Filho, Hélio de Almeida e Carlos Roberto de Aguiar Moreira, e até com o comunista Afonso Celso Nogueira Monteiro, entre outros estudantes, formou a Ala Moça do PSD⁹⁵, percorrendo municípios e ajudando a montar os diretórios do partido.

Enquanto ajudava a criar os diretórios, Vasconcelos cuidava também de estruturar sua vida financeira. Assim, recém-formado assumiu um posto de advogado na então famosa empresa de seguros A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil e, junto com o colega Ivan Leal, montou uma bem-sucedida banca de advocacia que perdurou até 1960, quando a mudança da capital para Brasília obrigou-o a alterar seu cotidiano.⁹⁶ Colaborou também com a imprensa, no jornal *Correio da Manhã*, escrevendo artigos e colunas.⁹⁷

93 Também HIPÓLITO, Lúcia. *PSD de Raposas e Reformistas*. RJ, Paz e Terra, 1984.

94 Em 1947, Roberto Silveira sem espaço para concorrer à Deputado Estadual pelo PSD vai para o PTB, por onde é eleito para a Constituinte estadual.

95 ROCHA, J.S. *Roberto Silveira: a pedra e o fogo*, Op. cit., p. 149.

96 João Batista de Vasconcelos Torres Filho em entrevista à autora. 7/1/2020.

97 *Correio da Manhã*, 2/2/1947, p.24, ed. 16028.

De acordo com João Batista de Vasconcelos Torres Filho, no curso desse período o convívio com o colega Carlos Roberto de Aguiar Moreira⁹⁸, foi uma influência positiva para seu pai, refinando ao estilo da melhor sociedade e ampliando seus contatos políticos. Bem nascido, Carlos Roberto, que também foi líder estudantil e naquele momento montava sua própria banca, aspirava a uma cadeira na Constituinte Estadual de 1947, para o que não poupou recursos. Todavia, convidado para assumir o posto de secretário particular do Presidente Dutra, abriu mão de sua campanha. Vasconcelos Torres, com a determinação que lhe era peculiar, agarrou a oportunidade de entrar para a chapa estadual⁹⁹ e com a campanha herdada do amigo, foi eleito Deputado pelo PSD.

Vale dizer que o pessedismo, e particularmente o estilo de Amaral Peixoto, certamente, influenciaram Vasconcelos Torres no seu modo de fazer política: percorrer incansavelmente as cidades e distritos do estado, andar na rua para ver e ser visto pela população, falar com todo mundo, construir elos com as chefias locais, prestigiar seus cabos eleitorais, anotar os traços particulares e as histórias de vida dos eleitores, interessando-se por cada detalhe.

Embora imerso na cultura política pessedista, tal cultura, como frisado, foi apenas o meio para desenvolver sua própria mística, pois foi no seu próprio “fazer-se político” que Vasconcelos Torres se tornou o popular “Vasconça”. Sua atuação na Constituinte estadual em 1947 e nas legislaturas ordinárias seguintes até 1958 foram a oportunidade para esse “fazer-se” único.

98 Sobre Carlos Roberto de Aguiar Moreira ver: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moreira-carlos-roberto-de-aguiar>

99 Amaral Peixoto, *Artes da Política*. Op. cit., p. 296.

Estreando na Alerj em 1947¹⁰⁰, antes de completar 27 anos, Vasconcelos Torres foi um Constituinte destacado, “tomado pela euforia da redemocratização”¹⁰¹. Em suas primeiras falas investiu contra aquilo que considerava o problema central do Estado, o problema rural como registra o importante diário *Correio da Manhã*:

O Sr. Vasconcelos Torres foi o orador seguinte. Tratou do êxodo das populações rurais. Citou o caso de pessoas que viajam por todo território fluminense arrecadando com promessas vãs, homens e mulheres para trabalhar no Rio e em Niterói. Que grande número desses homens e mulheres, não conseguindo realizar seus sonhos na cidade, terminam estendendo a mão à caridade pública. Terminou pedindo à Assembleia que na preparação da Constituição dedique especial atenção ao problema do latifúndio...¹⁰²

Na sua pauta a extinção progressiva dos latifúndios e a disponibilização das terras devolutas se combinavam como forma de atenuar os malefícios da grande propriedade e do êxodo rural. Paradoxalmente, as migrações ocorriam em um Estado com baixa densidade demográfica rural, agravando a situação do campo e, por conseguinte, da escassez alimentar.

Chama atenção a defesa da presença da corrente migratória portuguesa para colonizar as amplas faixas de terra deixadas ao largo pelo Estado, aliada à tese da autopreservação do território e da unidade étnica. Este, um tema muito caro ao pensamento social do período, que

100 A Alerj que promulgou a Constituição estadual era dominada por pessedistas. Grande parte dos Deputados se reelegeram aos seus cargos na década seguinte, constituindo um alto grau de sociabilidade. Foram companheiros de Vasconcelos Torres na Constituinte: Cardoso Miranda, Gouveia de Abreu, Oscar Fonseca, Tenório Cavalcanti, Moacir de Paula Lobo, Evaldo Saramago Pinheiro, Ponce de Leon, Walkirio de Freitas, Fonseca Dória, Roberto Silveira, Hipólito Porto, Bezerra de Menezes, Mario Guimarães, Arlindo Rodrigues, Amílcar Perlingeiro, Togo de Barros, José Brigagão, Nelson Rebel, Alberto Torres e Freire de Moraes, Agenor Barcelos Feio, Arino de Matos.

101 JB, 27/9/1982, p.1.

102 *Correio da Manhã*, 5/3/1947, p.12, ed. 16052.

registrou dezenas de títulos sobre o assunto. No caso de Vasconcelos Torres sobressai a influência de Oliveira Viana.¹⁰³

Vasconcelos sublinhava a necessidade de manter um fluxo constante de imigrantes portugueses, não apenas como agricultores, mas para suprir as necessidades urbanas, como carpinteiros, eletricitas, mecânicos, calceteiros, bombeiros e pedreiros.¹⁰⁴ Isso é revelador da carência de profissionais qualificados nas cidades, que então se modernizavam sem mão de obra adequada. Talvez por isso, os constituintes apoiaram unanimemente a obrigatoriedade do ensino gratuito e do estabelecimento do ensino secundário em cidades com mais de 10.000 habitantes. Ao Estado coube o papel de estimular a economia, seja na eletrificação, na concessão de subsídios e créditos rurais, fomento da industrialização, construção de casas populares e a saúde. Tratava-se de forma bastante embrionária da montagem de um Estado de bem-estar social.

Vasconcelos Torres, como ele próprio diria mais tarde, sempre fez grande esforço para marcar sua presença em todas as áreas por considerar esse o dever do parlamentar. Nesse sentido, a Constituinte fluminense foi para ele um laboratório que trouxe ao debate diversas questões como o cooperativismo e a defesa da criação de conselhos de contribuintes para decidir sobre recursos interpostos de decisões administrativas. Também enfrentou o problema das autonomias municipais. O olhar multifocal se constituiu em uma das suas marcantes características políticas.

Ainda em 1947, em meio aos trabalhos constituintes, Vasconcelos Torres se torna “o primeiro moço e civil a ser nomeado para catedrático

103 CÔRTE, A. T. *De Indesejável a desejável*. Breve História da Imigração Portuguesa através da Política de Imigração Brasileira. In: CÔRTE, A.T. *A Imigração madeirense para Niterói*. Um estudo de caso. Niterói, Dissertação de Mestrado. PPGH-UFF, 2002, Cap.2.

104 *Correio da Manhã*, 17/4/1947, p.12, ed. 16088

na Escola do Estado Maior do Exército¹⁰⁵, quando sua diretoria de ensino era dirigida por Humberto Castelo Branco. Seus destinos se cruzariam novamente em 1964, quando aquele foi o 1º Presidente da ditadura e poderia ter assinado a cassação de seu mandato de Senador.

Em 1948, a fim de defender a tese do municipalismo, outro tema de sua agenda política que perduraria até os tempos do Senado, preside a instalação da Associação Fluminense de Municípios.¹⁰⁶ Em 1949 deixa a cátedra na Escola do Estado Maior do Exército.

Nesse mesmo ano casou-se com Carlota Paz, filha de Antônio Augusto da Paz, destacado comerciante importador e exportador, usineiro, com empreendimentos em vários outros campos como imobiliário, industrial, etc... uma lenda no mundo dos negócios do antigo Estado do Rio. O enlace foi noticiado pelo *Correio da Manhã*.¹⁰⁷

Em 1950, quase ao fim da legislatura daquele ano e já eleito para a seguinte, Vasconcelos Torres renuncia ao mandato de Deputado Estadual para assumir um cargo como advogado do Banco do Brasil. Em janeiro de 1951 se licencia sem vencimentos do cargo e toma posse na Assembleia para seu segundo mandato.

Paralelamente a todas essas atividades, o Deputado começava a se destacar por seu inigualável tipo. Em charge publicada no jornal *O Estado*, de 8 de fevereiro de 1948, o caricaturista Lanza, a propósito do carnaval, satirizava a “salinha”, como era chamada a Assembleia fluminense, marcando os Deputados por seus tipos. Vasconcelos Torres aparecia, pela primeira vez, como o homem do bigode e do charuto. Mais tarde, acrescentaria outras marcas: o pé espalhado e a Polaroid.

105 *Correio da Manhã*, 7/3/1947, p.12, ed. 16054. No Arquivo Vasconcelos Torres foram encontrados quatro textos provavelmente datilografados por ele e que se referem às suas aulas na Escola de Estado Maior, intituladas: Declínio das festas rurais brasileiras (16/6/48); Movimentos de população no Nordeste e no São Francisco (29/10/48); A mobilidade social (26/10/1948) e Educação e Mobilidade social (s/d).

106 *O Fluminense*, 7/10/1948, p.1, ed. 20099.

107 *Correio da Manhã*, 2/4/1949, ed. 17189(1).

A melhor descrição desse tipo político se encontra nas reportagens realizadas na ocasião do seu falecimento em 1982 e que se reportam a própria fala do autor:

... afinal, criei um tipo, o charuto na boca, o terno escuro, o andar espalhado, bem distante daquela figura que carregava sobre os ombros aquele amargor do mundo. Ninguém vai se esquecer que eu fui o parlamentar que apresentou o maior número de projetos e que disputou a presença na tribuna quase no corpo a corpo.¹⁰⁸

E o repórter prossegue:

O seu estilo é o do corpo a corpo. O eleitor do interior fluminense o trata na intimidade por Vasconça. Seu símbolo de campanha não muda, por outro lado, a cada nova eleição apresenta-se como o homem do charuto e do pé espalhado. (...) Ele punha o charuto do lado, quase como se mastigasse, puxava a tragada e lá vinha aquela resposta, límpida e clara, suavizando o ambiente com uma gargalhada. 'O charuto foi sempre o meu melhor secretário no decorrer das campanhas e mandatos'¹⁰⁹

Bigode, charuto e pé espalhado foram as marcas de distinção cultivadas por Vasconcelos Torres ao longo de toda a sua vida política. Trata-se de uma criação, de uma forma de estilização de vida para a qual concorreu todo o seu capital cultural, como mencionado anteriormente, no sentido das experiências acumuladas na família, na escola, na Universidade, no movimento estudantil e nos importantes livros que escreveu.

108 JB, 27/9/1982, Política.

109 JB, 21/11/1978, p.4.

A construção desse “tipo” ultrapassa o sentido usual do *marketing*, criou símbolos e vínculos afetivos entre ele e o seu eleitor. Foi o meio, a estratégia que criou para se movimentar em direção ao eleitorado, a fim de tornar-se próximo dele. Vasconcelos Torres nunca descuidou dessa imagem, ao contrário, reiterou-a “a cada nova eleição, apresentando-se como o homem do charuto, do bigode e do pé espalhado”. Procurou preservá-la no tempo, mantendo essa imagem irretocável. Espirituoso, cultivou em torno de si um enorme folclore político que o particularizaria ainda mais para o seu eleitor. Nesse sentido, Vasconcelos Torres não se difere apenas dos pessedistas, como se tornou um político popular, um líder populista. Como explica Jorge Ferreira: “a expressão, pode ser traduzida, na linguagem de nossos dias no que chamamos de líder popular, de alguém que representa, autenticamente, os anseios políticos populares ou dos movimentos populares.”¹¹⁰

A liderança e popularidade de Vasconcelos Torres cresceram nos anos 50. Na Assembleia Fluminense seu olhar continuava múltiplo. Em 1949 publicou o livro *Problemas do Município de Parati*, no qual compiliou vários discursos e requerimentos que fez denunciando o seu estado de abandono. A cidade se encontrava isolada e sem estradas, com os moradores assediados por intermediários paulistas para trabalharem no porto de Santos, já que inexistia um cais para os pescadores. Em 1951 denuncia a existência de um movimento para anexar Parati a São Paulo¹¹¹, alcançando sucesso nessa sua luta.

Neste mesmo ano, 1951, lança o livro *Uma Face do Problema Agrário Fluminense*, que é uma crônica da situação de atraso e subdesenvolvimento em que se encontrava o Estado do Rio de Janeiro. Na verdade, sua leitura revela que, nos sessenta anos que separavam o Império da República, pouca coisa havia mudado no campo fluminense. O estado ainda era muito rural e apresentava uma estrutura precária.

110 FERREIRA, J. *O Nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. In: FERREIRA, J. *O populismo e sua história*. Op. cit., p.116.

111 *O Fluminense*, 3/7/1951, p 6, ed. 08799.

Em linguagem clara e objetiva e competente uso de fontes estatísticas, ele analisa os efeitos negativos da ultra-burocratização da secretaria de agricultura; a baixa remuneração de agrônomos, veterinários e práticos rurais; a precariedade da assistência médico-social dos lavradores; o orçamento irrisório para o fomento à produção; as constantes ameaças dos usineiros aos lavradores. Também denuncia destilarias fantasmas em prejuízo do plantador de mandioca, assim como a presença de “tubarões escorchando os lavradores”; reivindica seguro de acidente de trabalho pago pelo Estado e não por fazendeiros; pleiteia, ainda, um serviço de aparelhamento de pesquisas agrônômicas, rede de silos, câmaras frigoríficas e armazéns de expurgo. Enfim, o livro é um importante inventário de problemas do Estado do Rio. Nele se encontram também quase todas as pautas que defenderá na sua carreira.

Nesse sentido, merece destaque o capítulo intitulado *A Leopoldina e o desflorestamento no Estado do Rio. A marcha para o deserto. Carvão negócio lucrativo*:

Na terra fluminense ainda não se estudou devidamente o papel da Leopoldina Railway na economia do Estado. Reservas florestais foram abatidas em benefício da empresa, deixando o deserto e modificando as condições climáticas da região. (...) Por mais que procurasse não logrei obter informes precisos sobre a devastação das nossas florestas. Mas qual o viajante, mesmo o menos atento, que não observa as derrubadas? Quem não conhece os industriais de carvão, que armam os seus balões à custa do machado? Quem não sabe que a nossa obsoleta ferrovia alimenta as suas caldeiras com as madeiras de nossas regiões? Quem ignora que a venda do carvão vegetal não seja um lucrativo negócio? (...) Pelejei para conseguir números. Não logrei intento. Mas, o problema está tão claro que dispensa as cifras. Tomemos cuidado com a silvicultura para que o Estado do Rio não se transforme num segundo Ceará. A terra calcinada,

além de perturbações meteorológicas afugenta o homem.¹¹²

Vasconcelos Torres não era apenas um líder popular, mas um cidadão antenado com as questões do seu tempo. Percebeu a “desertificação das matas”, para a população rural e para as gerações futuras. Além disso, apontava os maus serviços da empresa que mantinha um número restrito de vagões. Em algumas zonas do interior suprimia os trens aos domingos¹¹³, desorganizando a produção nas pequenas cidades do norte fluminense. Ao denunciar corajosamente uma empresa tão poderosa emprestava sua voz para aqueles que não tinham visibilidade alguma.

Importa destacar a sua preocupação com as questões ambientais, mostrando-se, de certa forma, à frente do seu tempo. Homem de larga visão, concebia o futuro como um projeto.

Outra questão manifestada no livro é o estímulo ao cooperativismo, que acreditava ser uma das chaves para o desenvolvimento do país. Para ele, a reduzida adesão ao cooperativismo tinha relação com a tendência do brasileiro ao individualismo, numa alusão clara à tese do insolidarismo de Oliveira Viana. Entendia o cooperativismo como forma de redenção de zonas agrícolas arruinadas, como, por exemplo, o Vale do Paraíba:

As cooperativas, no meu entender, dinamizariam a atividade e poderiam encarregar-se desse esforço de redenção de uma zona, que não é nenhum peso morto, não é o doente portador de moléstia incurável, com prazo certo de validade. Antes o homem imobilizado por uma queda e que só carece de retirar o gesso do pé para andar.

112 VASCONCELOS TORRES. *Uma face do problema fluminense*. Op cit., p. 26.

113 VASCONCELOS TORRES *Uma face do problema fluminense*. Op cit., p. 31.

Como reformista, Vasconcelos Torres via no cooperativismo uma forma de dirimir os conflitos entre classes. *Uma Face do Problema Agrário* era uma verdadeira plataforma de Governo. Não se sabe como o livro repercutiu entre seus pares, nem junto ao Governador. Na assembleia e nas relações pessoais ele poderia ser amável, mas sua narrativa era implacável!

Em 1952 o ano Legislativo correu tranquilo, Vasconcelos Torres assumiu a presidência da Casa de 4 de julho a 15 de março de 1953. Respeitando um acordo de cavalheiros, resistiu às tentações do continuísmo não cedendo às pressões para continuar na presidência durante todo o ano de 1953.

Neste mesmo ano, em mais uma demonstração de sua capacidade, publicou *A Mobilidade Rural Brasileira*. Novamente envia um exemplar para Roger Bastide. Em carta, o Professor francês reafirma o valor do autor ao considerar o volume como “consistente contribuição” e sublinhar “a elaboração em curso de uma nova sociologia rural brasileira”.¹¹⁴ Sugere que Vasconcelos prolongue a pesquisa chamando sua atenção para outras investigações que estavam em curso em São Paulo sobre o tema da mobilidade.¹¹⁵ Ressalta que “o mérito principal do livro é ter se voltado para a mobilidade rural sob um aspecto social e não puramente demográfico” e abrir um “verdadeiro campo de pesquisas”.¹¹⁶

Sua atuante vida parlamentar, além das constantes viagens pelo interior para contato direto com os eleitores, absorveram todo o seu tempo. Fatos esses que o levariam a deixar Sociologia em segundo plano. Embora nunca abandonasse sua percepção sociológica em tudo que produzia.

114 Bastide chama a atenção do jovem autor para dois pontos da recente obra: “a oposição entre pescadores e agricultores.” Os primeiros fixados ao solo e os segundo com maior mobilidade”, recordando assim, “suas próprias impressões de pesquisa no Estado de São Paulo e da Baía, e atentando para o fato de que a “água fixa mais que a terra”.

115 De acordo com Bastide, tais pesquisas indicavam que “a propriedade que parece um elemento de fixação, na realidade não impede as migrações temporárias porque os trabalhadores que vendem sua mão de obra aqui são proprietários no Ceará ou em outros lugares.”

116 Arquivo Vasconcelos Torres. Niterói.

Em 1954, o PSD elegeu um novo Governador, Miguel Couto Filho, e mergulhou em crise. Havia muitos jovens líderes pessedistas, mas os “cardeais” do partido não lhes cediam espaços. Na Assembleia não conseguiram fazer maioria. O PTB, mesmo antes da morte de Getúlio Vargas iniciava um processo de transformação ao questionar-se sobre o tipo de compromisso que deveria ter com o movimento popular: ser um partido de trabalhadores e sindicalistas ou o partido de Vargas? Enquanto essas questões se desenrolavam, na Assembleia fluminense discutia-se também a emancipação de Volta Redonda.

Distrito de Barra Mansa, em 1941, Volta Redonda, foi escolhida como local para instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), atraindo centenas de trabalhadores e fomentando uma cadeia de fábricas e serviços no seu entorno. Em pouco tempo, os moradores deram início ao movimento de emancipação do lugar. Vasconcelos Torres acolheu os apelos e defendeu o pleito na Assembleia¹¹⁷. Os barra-mansenses se revoltaram e decidiram fazer o enterro simbólico do Deputado. Mas Vasconcelos não se intimidou e até compareceu ao evento.¹¹⁸ Seus pares, entretanto, viram na sua iniciativa um meio para lançar-se a Deputado Federal.

Vasconcelos Torres, contrariando as insinuações de seus colegas, candidatou-se novamente para Deputado Estadual no pleito que seria realizado em 3 de outubro de 1954. No dia 19, *O Fluminense* anunciava o seu nome como um dos Deputados eleitos “que voltariam a compor a salinha” no ano seguinte. E antes mesmo de iniciar seu 3º mandato promoveu uma série de denúncias contra o Grupo Carreteiro, principal empresa de transporte marítimo da cidade, conforme registrado no mesmo jornal:

O Deputado Vasconcelos Torres denunciou que a Frota Barreto e Carioca estariam se mancomunando, no sentido de se transformar em uma única organização, para explorar os serviços marítimos

117 *O Fluminense* 8/4/1954, p.1, ed. 21941.

118 Entrevista de Rosalvo Vasconcelos Torres à autora em 20 de janeiro de 2020.

entre Niterói e a Capital da República. Afirmou que o boato corrente era difícil de ser aceito e fez um apelo ao senhor José Carreteiro, com objetivo de não concluir os entendimentos que visam exclusivamente criar um monopólio odioso o qual prejudicará a população niteroiense.¹¹⁹

A travessia marítima entre Rio e Niterói foi, sem dúvida, o ponto de maior sensibilidade da capital fluminense. Desde o início do século XX, os jornais noticiavam a insatisfação da população com os serviços inicialmente levados a cabo pela Companhia Cantareira e Viação Fluminense, que controlavam o transporte aquaviário. A partir de 1953, a empresa passou a ser administrada pela Frota Barreto S/A, pertencente ao Grupo Carreteiro.

Os Carreteiros exerceram constante pressão junto aos governos federal e estadual para aumento de subsídios ao transporte marítimo, além de majorarem sucessivamente os preços das passagens. As manobras da empresa não passaram despercebidas pelos Deputados. Vasconcelos Torres entre os anos de 1955 /59 apontou de modo sistemático as ilegalidades praticadas pelo grupo.

Em 12 de janeiro de 1955, o Deputado subiu pela primeira vez à tribuna para denunciar o aumento das passagens das lanchas.¹²⁰ Em 23 de março, propôs uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar tais reajustes, percebidos por ele como um “atentado à economia popular”¹²¹.

Em seguidas sessões, travaria debate com a oposição pela instauração da referida CPI¹²², combatendo, também, as subvenções públicas à empresa. Àquela altura a cidade estava com os olhos atentos para o que

119 *O Fluminense*, 12/11/1954, p.1, ed. 22122.

120 *O Fluminense*, 12/1/1955, p.1, ed. 22170.

121 *O Fluminense*, 23/3/1955, p. 1, ed. 22228.

122 *O Fluminense*, 29/5/1955, p.1, ed. 2233.

ocorria na Assembleia, cujos discursos de Vasconcelos foram transcritos pelo *O Fluminense* do seguinte modo:

Sr. Presidente, as empresas autorizadas a fazer o transporte de passageiros entre Niterói e Distrito Federal, empresas essas enfeixadas nas mãos de um só homem, arquetam neste momento um plano diabólico. Visam simplesmente à paralisação do serviço, para intimidar a COFAP [Comissão Federal de Abastecimento e Preços] e a Comissão de Marinha Mercante. A coisa faz até lembrar uma velha e pitoresca anedota, a do 'dá ou desce'. Não é admissível que esses empresários (...) deixem, de um momento para outro, as duas populações em poder dos meios de transporte do *trust* Carreteiro.¹²³

A situação permaneceria tensa e Vasconcelos Torres em face a mais uma solicitação do grupo para elevar o preço dos bilhetes, voltaria à carga contra os Carreteiros. Em 19 de abril, conforme se lê no jornal, faria uma denúncia grave:

No expediente, o Sr. Vasconcelos Torres (...) acrescentou que os donos das Frotas 'Barreto e Carioca' estavam agora tentando subornar certos elementos com a finalidade de conseguir que o pessoal marítimo, em caso de greve, se recusasse a aceitar o pagamento dos seus salários atrasados, que serão feitos pela COFAP.¹²⁴

Vasconcelos Torres, afastando-se do perfil pessedista de conciliação não negociaria uma saída palatável para a crise com os Carreteiros. Ao contrário, aumentaria o tom das críticas ao revelar que o Grupo

123 *O Fluminense*, 6/4/1955, p. 1, ed. 2240.

124 *O Fluminense*, 19/4/1955, p.1, ed. 22250.

estaria comprometido com “manobras escusas” e que ele possuía provas “incontestáveis”, que comprovariam outras irregularidades.¹²⁵

Acrescentaria também, que as concessionárias vinham há longo tempo fraudando os mapas relativos ao número de passageiros que diariamente atravessavam a Guanabara, a fim de enganar a COFAP em caso de fiscalização, e que a maioria dos acidentes verificados com as lanchas seriam “tecnicamente provocados”, a fim de que o estaleiro, de propriedade dos referidos concessionários, tivesse trabalho e meios de canalizar para os seus próprios bolsos grande parte da arrecadação das empresas.

O Grupo Carreteiro se defenderia das acusações atribuindo ao Deputado uma ação persecutória contra a companhia.¹²⁶ A propósito do desmentido dos Carreteiros, Vasconcelos voltaria a declarar “que as denúncias que fizera continuavam firmemente de pé”.¹²⁷ Lembraria, ainda, que a principal delas, o suborno, “com a distribuição de ações das empresas a indivíduos conhecedores de danos propositais provocados nas embarcações”¹²⁸ não fora desmentido. Ademais, declararia sua intenção de continuar subindo à tribuna “para dar conhecimento de novas irregularidades praticadas pelos monopolistas do tráfego de lanchas na Guanabara.”¹²⁹

Em 27 de maio, Vasconcelos Torres subiria novamente à tribuna para acusar os Carreteiros de lhe oferecer propina “visando à compra de seu silêncio.”¹³⁰ João Batista de Vasconcelos Torres Filho, em entrevista para este livro, se recordou da visita de um intermediário do Grupo à sua casa e do chamado do pai para que ele fosse à sala assistir o que se desenrolava ali. Na ocasião, recomendou-lhe que nunca aceitasse dinheiro

125 *O Fluminense*, 6/5/1955, p.1, ed. 22264.

126 *O Fluminense*, 7/5/1955, p.1, ed. 22265.

127 *O Fluminense*, 10/5/1955, p.1, ed. 22267.

128 *Idem*.

129 *Ibidem*.

130 *O Fluminense*, 27/5/1955, p.1, ed.22282.

de suborno. João se lembra ainda hoje, orgulhosamente, da atitude do seu pai.

Na mesma sessão, Vasconcelos denunciaria que o Ministro da Viação extrapolara sua competência e passando por cima do Cofap, decidira provisoriamente pelo aumento das passagens. Ressalvando a honrabilidade pessoal do Ministro, afirmaria acreditar que o suborno tivesse chegado às altas esferas da administração do país.

Mas quem sabe se, por influência das antecâmaras ministeriais, onde negociatas se fazem de toda natureza, não tivesse S. Excelência passado por cima de uma determinação legal, que dispõe, taxativamente, que só a COFAP pode homologar ou autorizar os aumentos.¹³¹

Como reação imediata à intervenção do ministro da viação e às pressões de Deputados e, principalmente, mediante a insatisfação popular, o Governador do Estado, Miguel Couto se reuniria com o Ministro Marcondes Ferraz e com a Cofap para efetivar um acordo e pôr termo ao confronto com os Carreiros. As passagens não seriam majoradas, mas o grupo ganharia um empréstimo do Governo Federal para prover o pagamento dos salários de seus trabalhadores. Se posteriormente a Cofap deferisse o aumento, o grupo teria que ressarcir o ministério.

Vasconcelos Torres celebraria o acordo como uma vitória popular, mesmo assim, o Deputado não daria trégua aos Carreiros. Em 4 de junho, *O Fluminense* mais uma vez registrava denúncia do Deputado contra empresa, em face de uma fraudulenta emissão de 'moedas' de cinquenta centavos fabricadas por eles como substituição ao troco.¹³²

Enquanto Vasconcelos encaminhava a nova denúncia, o ministro da Viação conduzia ao Procurador Geral da República uma queixa

131 *O Fluminense*, 27/5/1955, p.1, ed. 22282.

132 *O Fluminense*, 4/6/1955, p.1, ed. 22289.

crime contra o Deputado fluminense. O fato causou sensação nos meios políticos locais, mas a assembleia acabou por negar a licença para abertura de inquérito.¹³³

Importante lembrar que na mesma conjuntura em que os parlamentares do Estado do Rio viviam os impasses com as Frotas Barreto e Carioca, o Brasil vivia dias de alta tensão com a proximidade das eleições presidenciais.

A crise político-militar que resultou no suicídio de Vargas, em 1954, não deu sinais de arrefecimento em 1955 e a proximidade das eleições aguçava os ânimos. A UDN e a ala mais conservadora das Forças Armadas não aceitavam a provável vitória da chapa Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB) à presidência. Carlos Lacerda passou a defender abertamente a deflagração de um golpe que impedisse a possível vitória desses candidatos. Em junho do mesmo ano, o general Cordeiro de Farias, nome emblemático do Exército, manifestou-se de forma dúbia à imprensa: “Não sou o que vulgarmente se denominaria hoje um golpista, mas também não sou um anti golpista”.¹³⁴

O clima de conflito toma conta da sociedade e repercute na Assembleia Fluminense. Vasconcelos Torres foi um dos primeiros a se manifestar, pronunciando-se favoravelmente às eleições e à posse dos eleitos.¹³⁵ Assim, entre agosto e novembro daquele ano os Deputados subiam à tribuna ora para debater a situação nacional, ora para discutir o problema do Grupo Carreteiro.

Em 18 de agosto de 1955, Vasconcelos Torres voltaria a criticar os serviços das Frotas Barreto e Carioca, “declarando que, além da costeira falta de horário das lanchas, persistia a mesma imundície naquelas embarcações e o descaso pelos passageiros.” Na mesma sessão faria

133 *O Fluminense*, 16/6/1955, p.1, ed. 22298.

134 Sobre Cordeiro de Farias, ver: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-cordeiro-de-farias-1>. Acesso em: 6/3/2020.

135 *O Fluminense*, 5/8/1955, p.1, ed. 22342.

troça da campanha publicitária que os Carreiros promoviam nas rádios locais: “Você sabe por que paga 4,50 por passagem?”

Segundo o Deputado deveria oferecer-se a seguinte resposta: “Sim, sei perfeitamente: é devido à ambição dos concessionários...”¹³⁶

Em poucos dias, sem dar trégua aos “tubarões das Frotas”, denunciaria o Grupo pela interrupção dos serviços que a empresa efetuava entre o Barreto e o Rio, prejudicando a massa proletária daquela região, e encaminharia à Mesa um projeto autorizando o Poder Executivo a explorar o serviço marítimo entre o Barreto e o Distrito Federal, com preço fixo de três cruzeiros o bilhete.¹³⁷

Às vésperas da eleição presidencial em 11 de novembro e sob ameaça de golpe de Estado, aconteceria o incêndio da lancha *Carioquinha*, da Frota Carioca, matando inúmeras pessoas. Vasconcelos Torres, em discurso afirmou tratar-se de sinistro premeditado, pois as embarcações estavam seguradas por preço muito superior ao seu valor real.¹³⁸

Algum tempo depois do desastre da *Carioquinha*, os jornais noticiaram que a Justiça havia anulado a majoração dos preços das passagens autorizada em maio pelo Ministro da Viação e que tanta celeuma provocou. Mas o Deputado Vasconcelos Torres não teria tempo para comemorar. A UDN e a ala conservadora do Exército não aceitariam a vitória de Juscelino e ameaçariam a posse. Os militares, entretanto, se dividiram mergulhando numa contenda onde havia pouco espaço para a política dos civis. Estava em questão a continuidade dos princípios que passaram a vigorar com a Carta de 1946.

136 *O Fluminense*, 18/8/1955, p.1, ed.: 22349.

137 *O Fluminense*, 24/8/1955, p.1, ed.22354.

138 *O Fluminense*, 14/9/1955, p.1, ed.22371.

Enquanto isso, na Assembleia fluminense, os pessedistas e petebistas faziam moções de apoio ao General Lott. Os udenistas tentavam se desvincular da pecha de golpistas e admoestavam os adversários.¹³⁹

O ano de 1955 foi, portanto, um ano de grandes combates. Vasconcelos Torres, ao encampar como bandeira a luta contra os desmandos da Frota Barreto e Carioca, tornou-se porta-voz da insatisfação popular. Da mesma forma, seu posicionamento de estrita observância às regras democráticas acrescentou mais peso ao seu nome, ampliando seu capital político junto aos eleitores e, sobretudo, adicionando mais uma marca distintiva ao seu currículo: líder popular.

Nesse período, os “arapongas” do DOPS acrescentaram outra anotação ao seu prontuário provando que mesmo em tempos de democracia o aparelho repressivo continuava a funcionar:

João Batista Vasconcelos Torres ex-Deputado Estadual à Assembleia de Niterói pelo PSD, (...) foi signatário de um manifesto ao povo fluminense, convidando a comparecer ao comício em defesa da constituição e por eleições livres a 3 de outubro, o qual teria sido realizado no largo do Barreto, em Niterói, promovido pela liga de defesa da Legalidade. Segundo dados não processados de 1/9/1955 apresentou requerimento ao plenário da Assembleia legislativa fluminense propondo que aquela câmara se manifestasse claramente contra as chamadas ‘soluções extra-legais’ para o problema sucessório presidencial.¹⁴⁰

Entre 1956 e 1958, Vasconcelos Torres seguiria esforçando-se para traduzir o sentimento popular na Assembleia, mas no PSD as coisas iam mal. Se a eleição de Miguel Couto Filho já havia dividido o partido em

139 *O Fluminense*, 15/11/1955, p.1, ed.22322.

140 João Batista Vasconcelos Torres. *Fundo Polícias Políticas*. Notação 151, F.164, APERJ. Trata-se de uma anotação s/d que se refere a 1955.

1954, a escolha do candidato para sucessão deste em 1958 abriu um conflito interno no pessedismo.

Amaral Peixoto, embaixador brasileiro em Washington desde 1956, participaria muito pouco das articulações para a definição do nome do partido ao Governo do Estado, entregando ao controverso coronel Barcelos Feio as rédeas do partido. Feio, na contramão das novas lideranças, escolheria Getúlio Moura candidato. Considerado o chefe político da Baixada Fluminense, Moura era conhecido como “o homem do terno panamá e do chapéu branco”, desconhecido no restante do Estado do Rio. Vasconcelos, mesmo não concordando com a indicação, mas preso à disciplina partidária trabalharia para o candidato.

Enquanto a escolha de Moura repercutia negativamente no Estado, Roberto Silveira articulava uma coligação entre PTB, UDN, PDC (Partido Democrata Cristão) e PSB (Partido Socialista Brasileiro). Com o lema *Para velhos problemas, novas ideias*, o jovem trabalhista de 35, com métodos muito parecidos com os de Vasconcelos Torres, partiria para o corpo-a-corpo e daria uma “surra” no PSD, que conseguiria ao menos fazer o Vice-Governador, Celso Peçanha.

Os trabalhistas não apenas ganhariam como impingiriam a maior derrota da carreira do Comandante. Amaral Peixoto, candidato a Senador, de última hora perderia, também, a senatoria para Miguel Couto Filho. O amaralismo entrava em crise e vários líderes pessedistas migrariam para outros partidos, como aconteceria com Vasconcelos Torres, em 1962. Nessa mesma eleição, Vasconcelos colheria os frutos da sua combatividade no caso do Carreiros e se elegeria Deputado Federal para a legislatura 1959-1962. Assim, em 31 de janeiro de 1959, ele se despediria da Assembleia fluminense.¹⁴¹

Em sua perspicácia habitual, em 20 de março de 1960, o Deputado Federal estreado requeria à Mesa da Câmara a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar problemas relacionados à

141 *O Fluminense*, 31/1/1959, p.1, ed.23286.

Aviação Civil.¹⁴²A CPI alcançaria repercussão nacional ganhando as páginas dos principais jornais. Sobre a questão registra-se a seguinte fala de Vasconcelos Torres: “A crise da aeronáutica civil tem o seu ninho na DAC [Departamento de Aviação Civil]”¹⁴³.

Paralelamente à CPI, Vasconcelos defenderia uma emenda constitucional propondo imunidades para os vereadores nos seus municípios, uma vez que estando muito mais próximos dos eleitores estariam, também, mais expostos a pressões, inclusive ameaças de morte.

Entretanto, mesmo como Deputado Federal continuaria a pressionar os Carreiros. Em 31 de março de 1959 encaminharia requerimento ao Ministro do Trabalho indagando se a Frota Carioca, a Frota Barreto e a Cantareira vinham recolhendo regulamente ao Instituto dos Marítimos, as contribuições exigidas pela legislação. Já ao ministro da Marinha perguntaria se a Capitania dos Portos fiscalizava com frequência as embarcações pertencentes àquelas empresas.¹⁴⁴

Em 16 de maio, Vasconcelos Torres, a fim de apurar novas irregularidades do Grupo Carreiro, iria requerer informação aos ministérios da Viação, Fazenda, Marinha e à prefeitura do Distrito Federal.¹⁴⁵ Entretanto, não haveria tempo para respostas. Em 22 de maio, os matutinos anunciariam greve dos funcionários das frotas. Os Carreiros, mais uma vez, se recusariam a pagar o aumento de 30% decretado pelo Governo Federal aos funcionários, alegando que a subvenção recebida não era suficiente para fazê-lo. Desde a noite anterior sob ameaça da greve e a pedido do Governador Roberto Silveira, tropas de fuzileiros navais ocupariam os estaleiros da Ponta d’Areia, de São José, Cruzeiro do Sul e Cantareira em Niterói. Mas, como “a notícia já chega à banca dos jornais desatualizada”, ao amanhecer, 3.000 pessoas esperavam impacientes na praça Martim Afonso as lanchas funcionarem. Revoltadas com mais essa paralisação

142 *O Fluminense*, 20/3/1959, p.1, ed. 11148; 14/4/1959, p.1, ed. 11168.

143 *O Fluminense*, 17/5/1959, p.4, ed. 11196.

144 *Correio da Manhã*, 31/3/1959, p. 1.

145 *O Fluminense*, 16/5/1959, p.1. ed. 23373.

partiriam para cima dos fuzileiros, o que foi relatado da seguinte forma pelo *Jornal do Brasil* do dia seguinte:

explosão popular em cadeia começou às 8:30h da manhã quando 130 fuzileiros, acuados por uma multidão de 3.000 pessoas sem barcas para transportá-las dispararam suas metralhadoras, iniciando-se a convulsão que prosseguiu com o incêndio de quatro palacetes da família Carreteiro, duas estações de barcas, um escritório, um edifício, um estaleiro, duas lanchas, uma barcaça, 2 fazendas, um jipão da marinha, além de um ônibus atirado ao mar.¹⁴⁶

A explosão popular que resultaria no quebra-quebra das barcas¹⁴⁷ era de certa forma esperada, mas nada prepararia a sociedade e o Governo para a extensão dos seus danos. A ira popular indicava o esgotamento da população com os maus serviços da empresa, mas também com a inépcia dos governantes em atender suas demandas. Havia um jogo de interesses entre os sucessivos governos estaduais e os Carreteiros, que nem um Deputado diligente como Vasconcelos Torres conseguira desmontar, mesmo quando propôs um serviço de travessia marítima bancado pelo Estado.

O Governador Roberto Silveira, recém-empossado, discursou na praça Martim Afonso prometendo que sua polícia não atiraria na população. Para seus adversários ele teria insuflado o povo. Amaral Peixoto, de volta ao Brasil, não mediria esforços para uma intervenção militar na cidade que a reconduzisse à normalidade.

A revolta popular das barcas renunciaria os tempos de muita radicalização. O Estado do Rio seria conflagrado, ainda, por outros motivos urbanos. Parcela importante do empresariado do estado decidiria

146 JB, 23/5/1959, p.7.

147 Sobre o tema ver Nunes, Edson, *A Revolta das Barcas*, RJ, Garamond, 2000.

transferir a sede das suas empresas para o Distrito Federal, prejudicando a economia fluminense. O próprio Amaral Peixoto convenceria alguns a voltar atrás, como foi o caso de Antônio Augusto da Paz que manteve seus vários negócios na cidade .

Posteriormente, em 24 de junho, proporia à Câmara a criação de uma sociedade de economia mista, denominada Transportes Guanabara S.A., cuja finalidade seria o transporte marítimo de pessoas e bens, entre o Distrito Federal, as ilhas situadas na Baía de Guanabara e Niterói.¹⁴⁸

Durante esse ano, Vasconcelos Torres ainda apresentaria à Câmara Federal projeto de lei que criaria uma Universidade Federal para o Estado do Rio de Janeiro, tema que será abordado no próximo capítulo.

Encerrando o ano, os jornais noticiariam a condecoração recebida pelo Deputado, como indicado da Liga Brasileira contra acidentes do Trabalho, da Medalha de Mérito na Segurança Industrial. Ao longo da década de 1950, Vasconcelos Torres se aproximaria dos sindicatos urbanos, assim como já era próximo dos sindicatos ligados às cooperativas agrícolas. Em outubro de 1959, apoiaria a greve deflagrada pelos empregados dos estaleiros Costeira e pelo Loide por mais direitos e forçaria o Governo a assegurar meios ao Instituto dos Marítimos para assistência dos aposentados.¹⁴⁹

A liderança de Vasconcelos Torres ganharia mais destaque ainda, quando, em janeiro de 1960¹⁵⁰, seria escolhido para Presidente da Comissão Especial constituída para apreciar o projeto que criaria o Estado da Guanabara. Mas antes da Comissão dar seus primeiros pareceres, o Deputado se mudaria para Brasília com toda a família, não sem antes visitar seus correligionários conforme anotado pelo *O Fluminense*:

148 *O Fluminense*, 24/6/1959, p.3, ed. 11228.

149 *O Fluminense*, 21/10/1959, p.3, ed. 11330.

150 *O Fluminense*, 30/1/1960.

Despedindo-se provisoriamente de seus eleitores e correligionários (...) o Sr. Vasconcelos Torres , vem realizando autêntica maratona política pelo interior do Estado. Nos últimos 12 dias percorreu todos os municípios do sul fluminense (...) visitará a partir de amanhã os municípios de Barra do Pirai, Macaé, Conceição de Macabu, Magé, Petrópolis, Friburgo, Bom Jardim, Cordeiro, Cantagalo, São Sebastião do Alto, São Fidelis, Pádua e Miracema.¹⁵¹

Viajar pelo interior do Estado do Rio, talvez tenha sido dos maiores prazeres de Vasconcelos Torres, ao lado, claro, do charuto “Suerdieck médio”. As peregrinações pelo interior eram semanais, o que o afastava do convívio familiar. O filho João Batista costumava participar dessas viagens e também das visitas aos sindicatos. Durante a semana, dedicava um dia inteiro para receber seus eleitores em sua casa, no então aristocrático bairro do Ingá. João ainda se recorda das filas que se formavam ao amanhecer, na Rua Pereira Nunes nº 140. Eram eleitores do interior que visitavam o Deputado para pedir bolsas de estudos, internações e empregos. Lembra-se de uma situação em especial, que foi motivo de risadas na família: certa vez a mãe, D. Carlota, precisou falar com o marido para resolver um problema doméstico. Os eleitores acharam que ela estava furando fila e os ânimos se acirraram. Vasconcelos teria que pedir calma e explicar que a senhora em questão não estava furando fila, era sua esposa.

Em 1961, a família voltaria para Niterói e a rotina de Vasconcelos se daria da seguinte forma: às segundas– feiras recebia o povo em casa; na terça-feira voava para Brasília retornando na quinta-feira à noite no voo que ele denominava de “esperança de suplente”¹⁵². A sexta– feira seria passada com a família, e sábados e domingos visitava os

151 *O Fluminense*, 10/3/1960, p. 1, ed. 23618A.

152 Era como o Senador chamava o último voo de Brasília para o Rio, uma vez que se o avião caísse os suplentes poderiam assumir as cadeiras.

correligionários no interior. Essa foi uma prática que perduraria até sua morte.¹⁵³

Com a experiência acumulada e suas qualidades, Vasconcelos Torres almejava a indicação do PSD para concorrer à sucessão estadual em 1961. Em 16 de janeiro de 1960, afirmaria à reportagem do *Correio da Manhã* que já havia iniciado sua campanha ao Governo do Estado: “para tanto estou autorizado pela condição de pessedista fiel à linha partidária”.¹⁵⁴ Afirmaria, ainda, que contava com o apoio de Amaral Peixoto e do coronel Barcelos Feio. Novamente, em 25 de março assegurou que só declinaria da candidatura se Amaral Peixoto pretendesse voltar ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Neste caso, seria candidato a Senador.

Vale dizer que o prestígio de Vasconcelos Torres no período só aumentava, como demonstra a nota abaixo:

Acabamos de ler nos jornais que o Deputado Vasconcelos Torres acaba de ser investido de líder no Governo da Câmara de Deputados. Aí está uma notícia que agrada aos fluminenses, particularmente aos niteroienses. Vasconcelos Torres, na realidade, vem, desde a adolescência se consagrando à política com invulgar brilhantismo, se reelegeu em três legislaturas Deputados estadual para alcançar a deputação Federal, no último pleito, com uma votação de extraordinário relevo. No antigo Palácio Tiradentes a sua conduta foi marcada pela operosidade e pelas atenções que sempre dispensou aos problemas da terra fluminense e, embora partidário extremado, sempre manteve uma conduta de equilíbrio nos debates, merecendo os louvores do próprio adversário. Participando ativamente dos trabalhos de várias comissões técnicas, em todas ele apareceu como verdadeiro representante do nosso povo e da nossa gente, lutando pelas questões que de perto falavam

153 Tanto João como Rosalvo Vasconcelos Torres descreveram a mesma rotina. Primogênito, João acompanhou muito o pai entre os anos 50 e 60. Já Rosalvo, mais novo, foi o companheiro do pai nos anos 70.

154 *Correio da Manhã*, 16/1/1960, p.10.

os interesses do nosso rincão, fixando-se como um homem de virtude que merece realmente admiração, o respeito e o reconhecimento dos seus concidadãos. A indicação de Vasconcelos Torres para líder do Governo da maioria da Câmara de Deputados, como se noticia, abstraindo-se quaisquer pendores partidários ou colorações políticas, teve como não podia deixar de ter, a mais larga repercussão em todos os círculos do Estado do Rio, onde o jovem representante fluminense desfruta da situação invejável de um marcante prestígio, aliado aos seus méritos de cidadão prestante, zeloso do mandato que lhe foi conferido e excelente amigo. O nosso grande abraço com votos de felicidades ao Deputado Vasconcelos Torres.¹⁵⁵

Enquanto sua candidatura amadurecia, continuaria a trabalhar sob ritmo intenso. Em julho de 1960, eleito Vice-Líder da maioria e Líder do PSD enviaria à Mesa da Câmara o projeto que transformava o aprendizado industrial em nova modalidade de prestação do serviço militar. Em 27 de julho, manteria seu compromisso com os funcionários da massa falida do ex-Grupo Carreteiro, ao apresentar plano para incorporar as empresas e seus empregados ao Loide Brasileiro. Durante o período em que foi Deputado Federal se destacaria pela autoria da Emenda Constitucional para manter o Correio Aéreo Nacional. Seria favorável à nacionalização das companhias de seguros, integraria as Comissões de Justiça, de Transportes e de Relações Exteriores da Câmara.¹⁵⁶

Às vésperas da eleição presidencial, partiria com Amaral Peixoto para o interior do Estado do Rio para fazer a campanha do Marechal Lott para a presidência. A campanha de Lott, como se sabe foi um fracasso, porém, Vasconcelos Torres visando sua candidatura aproveitaria cada visita para reforçar seus laços com os diretórios do partido. Afinal apesar de ter definido uma *personalidade* própria, fora sempre fiel ao PSD.

¹⁵⁵ *O Fluminense*, 10/6/1970, p. 10, ed. 23627.

¹⁵⁶ Vasconcelos Torres. Verbete disponível em <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-vasconcelos-torres>, Acesso em: 11/3/2020.

Finda a eleição presidencial, as atenções se voltariam para os pleitos estaduais. Roberto Silveira indicava que não iria concorrer à reeleição, pretendendo partir para o plano federal.

Assim, em 4 de fevereiro de 1961, *O Fluminense* noticiaria os debates sobre a sucessão estadual no PSD. Amaral Peixoto se reuniria com seus correligionários para debater a sucessão de Roberto. Os nomes de Vasconcelos Torres, Afonso Celso e do Vice-Governador Celso Peçanha estavam na mesa. O Coronel Feio ficaria responsável em ouvir a opinião dos diretórios do interior sobre os candidatos. Parcela expressiva dos pessedistas vetavam o nome de Peçanha.

Mas a morte inesperada de Roberto Silveira mudaria os rumos da sucessão. O Governador, vítima de queimaduras decorrentes de um acidente de helicóptero, agonizaria durante uma semana, período no qual sofreria uma tentativa de impedimento desferida por seu vice, Celso Peçanha. Badger Silveira, irmão de Roberto, recordaria mais tarde, em entrevista ao Prof. José Ribas, do diálogo que manteve com Vasconcelos Torres na ocasião:

Quando eles pleitearam o impedimento do Roberto e eu fiquei assustado, apavorado com a possibilidade deles impedirem o Roberto e o Roberto piorar, agravar o Estado de saúde dele, eu convoquei o Estado-Maior do PTB e disse das minhas preocupações. E falei que precisava desmascarar isso na Assembleia antes que eles votassem e insistissem. Porque realmente, se eles fossem lá e fizessem um exame médico, com uma junta médica, o Roberto estava todo enfaixado, não podia se mexer, não podia assinar, podiam realmente votar o impedimento dele. Então havia a necessidade de um nome para denunciar isso. E o Bocayuva lembrou: 'O nome é Vasconcelos Torres.' (...) Então eu falei para o Bocayuva: 'Você procura o Vasconcelos e conversa com ele.' O Vasconcelos telefonou para mim, do Rio, eu estava em Petrópolis com o Roberto ainda doente, e falou: 'Vou fazer isso porque acho que é uma indignidade o que estão querendo fazer com o Roberto, mas sei

que vou arriscar a minha carreira política.' E eu falei: 'Olha, Vasconcelos, eu assumo um compromisso com você em nome do Roberto. Você terá a vaga que você quiser dentro do PTB para concorrer ao que você quiser.'¹⁵⁷

Em *O Fluminense*, de 24 de fevereiro de 1961, Vasconcelos Torres tornaria públicas as mal intencionadas armações de Peçanha contra Roberto, atritando-se com o partido:

O Deputado Vasconcelos Torres, do PSD Fluminense, denunciou ontem que se prepara um golpe contra o Governador Roberto Silveira a fim de levar a Assembleia Legislativa a considerá-lo inutilizado para o desempenho de suas funções até o fim de seu mandato, abrindo, assim, a vaga para o Sr. Celso Peçanha. A manobra estaria em curso nos bastidores políticos do Estado do Rio, mas, segundo o Deputado Vasconcelos Torres, encontrará repulsa dentro dos quadros do próprio PSD. (...) A manobra consiste em levar a Assembleia Legislativa a votar o impedimento do Governador Roberto Silveira. O Sr. Celso Peçanha na qualidade de Vice-Governador assumiria o cargo até 31 de janeiro de 1963. (...) O Deputado Vasconcelos Torres declarou que o PSD, o seu partido, deve repelir qualquer articulação nesse sentido, pois ao seu ver só poderia partir de um bando de chacais, insensíveis à luta que o Governador Roberto Silveira trava contra morte. O afastamento do Governador Roberto Silveira e a sua substituição pelo Sr. Celso Peçanha daria ao Deputado do PSD a sua maior oportunidade para reconquistar o poder no Estado do Rio. (...) Adiantou o Deputado Vasconcelos Torres que está disposto a apelar para o Sr. Amaral Peixoto no sentido de que intervenha para impedir a monstruosa ação e exortou o Sr. Celso Peçanha a manifestar, publicamente, repulsa à manobra.

157 Entrevista Badger Silveira. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1186.pdf>. Acesso em: 8/3/2020.

A morte de Roberto Silveira, além do trauma coletivo que provocaria no Estado do Rio de Janeiro, desorganizaria todo o quadro partidário fluminense, ainda mais se considerando a conjuntura de greves, motins e saques que vinham ocorrendo.

Na verdade, o PSD, com vários líderes pleiteando a candidatura ao cargo majoritário, cindiu-se. Amaral Peixoto, chamado a apagar o fogo, não conseguiu criar consenso. Vasconcelos Torres, que acreditava que deveria ser o candidato natural do partido, mantendo seus preparativos e, como dissidente, se registraria no TRE como candidato a Governador pelo PRT (Partido de Representação Trabalhista).¹⁵⁸ Vasconcelos firmaria convicção que o PSD lhe abandonara em função dos episódios posteriores ao acidente de Roberto Silveira. Anos mais tarde, diria: “Eu me rebellei e, em troca, recebi toda ira do partido. Fiquei sozinho (...)”.¹⁵⁹

Em 24 de maio, *O Fluminense* anunciaria a presença de Juscelino Kubitschek na Convenção do PSD. Na mesma nota informaria que Vasconcelos Torres se candidataria a Senador pelo PTB. Entre maio e agosto de 1962, o nome de Paulo Fernandes se consolidaria como candidato oficial dos pessedistas, e os dissidentes Afonso Celso Ribeiro de Castro e Vasconcelos Torres ingressariam no PTB.

Nesse ponto é importante lembrar da conversa travada entre Badger e Vasconcelos por ocasião da agonia de Roberto, relatada anteriormente. O apoio a Roberto lhe renderia admiração popular, mas, como o próprio confirmaria, fechou-lhe as portas do seu partido. O PSD não perdoava indisciplina partidária. Nessa hora, Badger honraria o compromisso, recebendo-o no PTB como candidato ao Senado.

Naquela altura da campanha, a possibilidade de vitória para o Governo de Tenório Cavalcante aumentava, devido à adesão de um político popular como Vasconcelos Torres, com grande trânsito entre os sindicatos, apoio da Aliança Eleitoral para a Família – tipo de agremiação muito

158 *O Fluminense*, 2/3/1962, p.2, ed.51.

159 JB, 21/11/1978, p.4, Caderno B.

forte na época – e da Frente Parlamentar Nacionalista, o que renderia votos decisivos para Badger. Além disso, havia muitas afinidades entre o Deputado e a ala reformista do PTB.

Com o slogan “Para Senador, Vasconcelos Torres, o Senador do Povo” e o *jingle* *Marcha do Povo Fluminense*, sua campanha marcaria época. Embora este livro não venha acompanhado de um CD, segue abaixo a letra da marchinha:

“É Vasconcelos Torres
Vasconcelos Torres
É o voto livre do trabalhador....
Agora ninguém vence o povo fluminense.
É Vasconcelos Torres para Senador.
O homem da cidade e do interior
Irá para o Senado com o grande Senador
Operários vão, camponeses vêm,
Vasconcelos Torres
Nosso voto tem.
O voto é Badger, para Governador
E Vasconcelos Torres
Para nosso Senador.
Agora é tudo azul.
Agora é sangue novo.
Agora é no Senado.
O Senador do Povo.”

Na disputa para o Senado, Vasconcelos Torres teria à frente ninguém menos que Celso Peçanha, que havia se desincompatibilizado do cargo de Governador para disputar uma das cadeiras do Estado do Rio no Senado. Na ocasião, ele não perderia a oportunidade de saudar o afastamento de Peçanha do Governo Estadual a quem consideraria “um dos

exemplos mais frisantes da desmoralização da vida pública brasileira.¹⁶⁰ João Batista de Vasconcelos Torres Filho, que acompanhou a campanha do pai para o Senado, ainda lembra dos cabos eleitorais do Ex-Governador cobrindo as faixas de campanha do pai.¹⁶¹

Contrariando as previsões de alguns jornalistas políticos do período,¹⁶² a disputa interna do PTB ao Governo do Estado não se daria entre Paiva Muniz e Augusto de Gregório. O escolhido do partido foi Badger da Silveira, que disputou com Tenório Cavalcanti, o homem da capa preta (PST-PTN).¹⁶³, em que Badger saiu-se vitorioso.

Nas eleições para o Senado foram eleitos Vasconcelos Torres e Aarão Steinbruch, com votações próximas. Celso Peçanha e o PSD foram os grandes derrotados do pleito.

A atuação parlamentar de Vasconcelos Torres entre 1947 e 1962 seria intensa. Se inicialmente esteve dividido entre a vida acadêmica e a política, a segunda falou mais forte, mesclada a uma aguda sensibilidade social. Como Deputado se comprometeria com as demandas populares, atuando em todas as frentes. Na Assembleia e nas viagens pelo interior, iria construir seu estilo apertando a mão de homens e mulheres e ouvindo seus relatos do cotidiano: da falta de transportes, da inflação, do desemprego, do abandono da terra. Estreitaria laços com os sindicatos, ampliando seu público. Cada vez que subia na tribuna, acreditava dar a

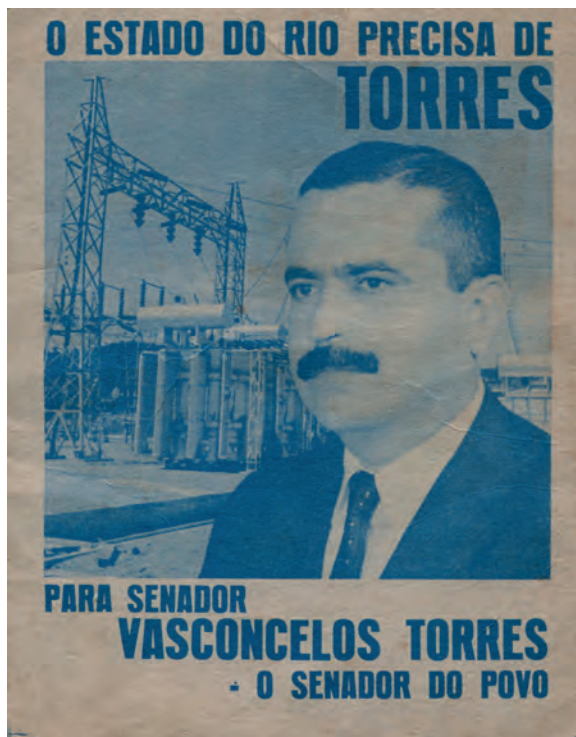
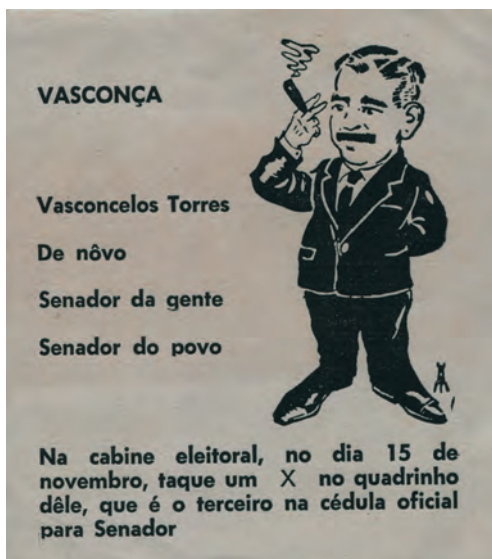
160 *O Fluminense*, 5/7/1962, p.2, ed. 157.

161 Entrevista de João Batista de Vasconcelos Torres Filho à autora, em 7/1/2020.

162 Entre eles destaca-se Hélio Fernandes, que em 1961 escreveria: "A morte de Roberto Silveira desagregou os partidos do E. do Rio, e antecipou a luta em todos eles. A UDN, que marchava para uma reorganização, enfrenta séria crise, pois o grupo de Edilberto pretende lançar a candidatura Prado Kelly, como que não concorda com o grupo de Alberto Torres, que prefere um nome fora do partido, o do Sr. Brígido Tinoco. O PSD, que oscilava entre Vasconcelos Torres e Celso Peçanha, agora parece que caminha para Amaral Peixoto, ressuscitado quase milagrosamente. E o PTB, o grande prejudicado, lançou Badger Silveira, irmão de Roberto. Mas no E. do Rio 'todo mundo' sabe que esse lançamento é apenas sentimental, e que durará pouco tempo. A grande luta se travará entre Paiva Muniz e Augusto de Gregório. É possível que, como 'tertius', seja lançado o nome de Bocayuva Cunha, ligadíssimo a Roberto Silveira, de excelente atuação na Câmara Federal e, no momento, talvez o único com possibilidade de unir o partido." *O Fluminense*, 29/3/1961, p.4. ed. 11771.

163 Tenório Cavalcanti foi candidato pela aliança entre Partido Social Trabalhista (PST) e Partido Trabalhista Nacional (PTN).

devida dimensão pública aos problemas dos seus eleitores. Seria amara-
lista, pessedista, mas o foi a seu modo, insubmisso. Por fim, forjar-se-ia
pelo *habitus* incorporado no “homem do bigode, do charuto e do pé espa-
lhado”, uma liderança popular singular e autêntica.



Panfletos de campanha.

Solenidade de recebimento do título de Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal Fluminense.



CAPÍTULO 3. A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FLUMINENSE: O SONHO DE UMA GERAÇÃO CONCRETIZADO POR VASCONCELOS TORRES.

“Vasconcelos Torres é desses moços de talento que honram a geração a que pertencem. Não se poderia encontrar melhor patrono para a causa. Desde cedo, revelou ele alguma coisa singular que o extremava do comum dos seus colegas. O que lhe falta em anos sobra-lhe em inteligência e entusiasmo, para defender, com brilho, na Assembleia, o projeto da Universidade Fluminense.”

Professor Ismael Coutinho, em *O Fluminense*, 1948.

Vasconcelos Torres, ao longo de sua vida, definiu a forma como queria ser lembrado. Uma dessas formas foi a narrativa do seu encontro com o interventor Ari Parreiras. Narrado em perspectiva, o adulto fala do seu passado de criança pobre, e como essa criança construiu seu futuro ao abordar o interventor, solicitando uma bolsa de estudos. Ainda com pouca idade, entendia que somente por meio dos estudos atingiria seus objetivos. Outras formas se sucederiam quando, em entrevistas diversas, afirmaria que ninguém esqueceria que ele foi o Senador que mais apresentou projetos e que era presença constante na Voz do Brasil. O mesmo se pode dizer do tipo político que criou: o terno escuro, bigode farto, charuto, pé espalhado que, usado repetidamente, fixaria sua figura no imaginário coletivo da época. É correto afirmar, portanto, que o Senador trabalhou junto a seus eleitores, familiares e amigos as formas de ser lembrado, perpetuando, assim, seu legado.

Outro marco desse trabalho de memória seria o pedido que fez aos filhos para que em sua lápide gravassem o título de **"Pai da Universidade Federal Fluminense"**, título recebido em vida conferido pelo corpo docente.

De acordo com Pierre Bourdieu (1998), "o relato, seja ele biográfico ou autobiográfico (...) se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica (...) ¹⁶⁴ à sua própria história. Ao expressar tal desejo, que foi realizado pela família, Vasconcelos Torres coroaria sua história.

Assim, os referidos marcos, na falta de um livro de memórias do Senador, se constituem em notas autobiográficas que devem ser consideradas como os desejos e intenções do próprio protagonista. Sem poder ignorá-los e correndo o risco da repetição, deve-se destacar aquilo que ele considerava seu projeto mais importante: a criação da Universidade Fluminense, que, marcada em bronze no mármore de seu túmulo,

164 BOURDIEU, Pierre, A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaina (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. RJ, FGV, 1998, p. 186.

encerraria o círculo da sua trajetória: do encontro com o interventor à criação da Universidade Federal Fluminense.

Importante destacar que a fundação de uma Universidade Federal no Estado do Rio foi o sonho de gerações de estudantes das décadas de 40 e 50, que sentaram nos bancos das faculdades existentes na capital, e que encontrariam em Vasconcelos Torres uma voz privilegiada e atuante. Do ponto de vista historiográfico, trata-se daqueles raros momentos em que indivíduo e coletividade, iniciativa pessoal e necessidade social convergiriam para dar sentido a um movimento.

A capital do Estado do Rio de Janeiro, no final dos anos 40, se destacaria como um polo universitário, atraindo para suas fileiras estudantes de todo o interior. A cidade possuía uma importante malha universitária composta pela Faculdade de Direito de Niterói (antiga Faculdade Teixeira de Freitas, datada de 1912); da Faculdade de Farmácia e Odontologia (1912); da Faculdade de Medicina (1926); das Escolas Fluminenses de Medicina Veterinária (1936), Ciências Econômicas (1942), Enfermagem (1944), Serviço Social (1945) e Engenharia (1952), além da Faculdade Fluminense de Filosofia (1946)¹⁶⁵.

Segundo Corte & Martins, a demanda universitária da capital se ampliaria na conjuntura do Estado Novo, quando da implementação do parque industrial fluminense, referido anteriormente. Tal fato, além de promover o desenvolvimento econômico, permitiria que a capital conhecesse a intensificação de seus padrões urbanos, o que se refletiria no aumento do fluxo migratório para a cidade. Nessa conjuntura, amadureceria o sonho da efetivação de uma Universidade Federal no Estado. De acordo com as autoras, o desejo expressava a confiança dos fluminenses em seu crescimento e a aspiração à sua equiparação com os outros

165 Sobre a origem da UFF, ver: CORTE, Andréa Telo da & MARTINS, Ismênia de Lima. *50 anos da Universidade Federal Fluminense*. 1960-2010. Niterói, RJ, Editora da UFF, 2010. O curso de Ciências Sociais foi reconhecido em 1950; os cursos de Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Pedagogia, História e Geografia, em 1951, e, por fim, os cursos de Matemática, Letras Anglo-Germânicas e Didática foram reconhecidos em 1954.

estados da Federação. Sinalizava, também, seu anseio por autonomia intelectual em relação ao Distrito Federal.¹⁶⁶

Vale ressaltar que o Estado do Rio de Janeiro era um dos poucos estados da Federação que não possuía uma Universidade Federal. Além disso, as faculdades federalizadas, como Medicina e Direito, não viam cumpridas suas dotações orçamentárias.

Diante dessas expectativas, a sociedade fluminense se mobilizaria, contando particularmente com a ação decisiva dos diretórios das Faculdades de Direito, de Medicina e da União Fluminense dos Estudantes (UFE). Vasconcelos Torres, que fora uma liderança formada pelo Centro Acadêmico Evaristo da Veiga (CAEV)¹⁶⁷, foi presença determinante nessa luta.

É possível que o tema da Universidade Fluminense tenha aparecido nos jornais no início dos anos 40. Entretanto, nas fontes pesquisadas se destaca o ano de 1947, precisamente julho de 1947, quando uma reportagem no *Jornal do Brasil*, intitulada “Criação da Universidade Fluminense” anunciaria:

Na Câmara dos Deputados do Estado do Rio, o Sr. Vasconcelos Torres apresentou um projeto, criando a Universidade Fluminense. Sabemos que o Presidente da República considerou o assunto com especial simpatia, sendo certo que assinará o respectivo decreto logo que, depois dos tramites legais, o processo lhe chegar às mãos.¹⁶⁸

Seis meses depois, em 29 de janeiro de 1948, seria a vez do *Diário de Notícias* informar sobre a criação da Universidade Fluminense no que

166 CORTE, Andréa Telo da & MARTINS, Ismênia de Lima. Op. cit, p. 17.

167 O CAEV foi fundado em 1924.

168 *Jornal do Brasil*, 13 e 14 julho 1947, p.5, ed. 162. Não logramos êxito em localizar o projeto nos arquivos da Alerj. Em função disso não foi possível precisar suas especificidades.

citaria o projeto de Vasconcelos Torres.¹⁶⁹ Dois meses depois, o mesmo jornal anunciaria que o projeto da Universidade estava prestes a ser aprovado, com a promessa do Governador de pôr em execução imediatamente.¹⁷⁰ No dia seguinte, *O Fluminense* publicaria uma longa entrevista com o então eminente Professor Ismael Coutinho, Secretário de Educação e Cultura do Estado. No intuito de recuperar, mesmo que parcialmente, a dimensão que o assunto tomou na sociedade fluminense, optou-se por transcrevê-la abaixo:

A ideia de criação da Universidade Fluminense agita, no momento, os estudantes e Professores das escolas superiores do Estado do Rio. O Centro Acadêmico Evaristo Veiga da Faculdade de Direito assumiu a liderança do movimento. Está organizando um programa de conferências em que será focalizado o projeto Vasconcelos Torres, ora em curso na Assembleia Legislativa. Promoverá também, com o mesmo objetivo, entrevistas com órgãos do Poder Público e com Professores das nossas Faculdades. Tocou hoje ao Professor Ismael Coutinho, Secretário da Educação e Cultura, a vez de falar sobre o palpitante assunto:

— Que diz da criação de uma Universidade Federal Fluminense?

— Digo que é uma ideia excelente, merecedora dos aplausos de todos os fluminenses. É para lastimar que não se tenha pensado nisso há mais tempo. Mas nunca é tarde para as grandes realizações.

— Julga, então, que há em Niterói ambiente para a criação de uma Universidade?

— (...) Niterói possui várias escolas superiores, frequentadas por um avultado número de alunos,

169 *Diário de Notícias*, 29/1/1948, p.4, ed. 7750.

170 *Diário de Notícias*, 25/3/1948, p.2, ed. 7796.

onde pontificam mestres que honrariam as cátedras de qualquer faculdade norte americana ou européia.

– Acredita ser o momento para sua criação?

– Estou convencido de que não se deve procrastinar mais. Urge, pois, que deem os primeiros passos para a concretização desse ideal. Tal é o número de academias existentes entre nós, que a capital do Estado, sem um comércio ativo ou indústria desenvolvida, que lhe imprimam feição característica. A vida, se transformou, há muito, num centro verdadeiramente acadêmico. (...)

– Conhece o Deputado Vasconcelos Torres?

– Conheço. Acho-o excelente. Não se poderia encontrar melhor patrono para a causa. Vasconcelos Torres é desses moços de talento que honram a geração a que pertencem. Orgulho-me de ter sido seu Professor. Desde cedo, revelou ele alguma coisa singular que o extremava do comum dos seus colegas. O que lhe falta em anos, sobra-lhe em inteligência e entusiasmo, para defender, com brilho, na Assembleia, o projeto...¹⁷¹

A entrevista permite entrever como o Secretário e seu grupo social e político pensavam a capital, assinalando-a como um centro acadêmico, e, principalmente, como Vasconcelos Torres se destacava junto à elite local.

Todavia, apesar do entusiasmo e das promessas do Governador, o projeto da criação da Universidade ainda teria que ser aprovado na Comissão de Finanças, para onde seria enviado a 24 de abril. Antes disso, a Associação Fluminense Estudantil, a União Fluminense dos Estudantes, além de diversos diretórios acadêmicos e do CAEV, se manifestariam

171 *O Fluminense*, 26/3/1948, p.1, ed. 19336.

apoiando a iniciativa do Deputado.¹⁷² O CAEV, inclusive, passaria a realizar domingueiras dançantes para arrecadar recursos e contribuir para torná-la realidade.¹⁷³ Vários Deputados também manifestariam sua satisfação pela “realização próxima do que chamaram de velho sonho da mocidade fluminense.”¹⁷⁴ Porém, a proposta estacionaria na Comissão e, somente a 29 de janeiro de 1949, ou seja, um ano depois, o assunto reapareceria nos jornais. No *Diário de Notícias* a manchete chamaria a atenção do público: “Urgência para o projeto que cria a Universidade”.¹⁷⁵

Finalmente, a 2 de fevereiro, os semanários noticiariam que o “velho sonho da mocidade fluminense” não se realizaria tão cedo. O autor optaria por retirar de pauta o projeto antes que fosse rejeitado, em função da recusa da Comissão de Finanças em aprová-lo.¹⁷⁶

Haveria, também, um empecilho técnico relativo à Faculdade de Medicina, que era estadualizada, enquanto Direito, Farmácia e Odontologia já eram federalizadas. O autor, que era líder do PSD à época, julgaria necessário que viesse primeiro a decisão do Governo Federal sobre o caso, o que somente ocorreria em 1950.

Vasconcelos Torres, entretanto, não desistiria e, em 18 de fevereiro de 1950, se congratularia “consigo mesmo, com os estudantes e com a Assembleia pela aprovação do seu antigo projeto.”¹⁷⁷ Já o Deputado Alberto Torres manifestaria a certeza de que a proposta seria sancionada pelo Governador. No dia seguinte, *O Fluminense* noticiaria a festa dos estudantes e transcreveria os telegramas enviados às autoridades pela UFE. Em 20 de abril, esse mesmo jornal informaria os nomes que concorreriam para a reitoria da Universidade:

172 *Diário de Notícias*, 8/4/1948, p.10, ed. 7807.

173 *Diário de Notícias*, 1/5/1948, p.15, ed. 7827.

174 *Diário de Notícias*, 16/4/1948, p.2, ed. 7814.

175 *Diário de Notícias*, 29/1/1949, p.4, ed. 8057.

176 *Diário de Notícias*, 2/2/1949, p.3, ed. 8060.

177 *Diário de Notícias*, 18/2/1950, p.2, ed. 8384.

Está em organização a Universidade Fluminense, que reunirá em seu seio todas as escolas superiores do Estado do Rio. A escolha de reitor da Universidade está sendo feita pelo Governador Edmundo de Macedo Soares que deverá assinar, por estes dias, o respectivo ato de nomeação. Estamos informados que foi organizada uma lista de dez nomes para essa escolha, entre os quais estão incluídos os Srs. Plínio Leite, Rocha Lagoa, Ismael Coutinho, Abel Magalhães e Durval Batista Pereira.¹⁷⁸

Pouco tempo depois, o Governador nomearia como reitor o Sr. Paulino José Soares de Souza Neto, Professor Catedrático de Direito Civil, da Faculdade de Direito de Niterói, Presidente do Tribunal de Contas, e ex-Procurador Geral do Estado.¹⁷⁹ Em 21 de julho encaminharia mensagem à assembleia criando o quadro da reitoria da Universidade Fluminense e abriria créditos para o seu funcionamento para o mesmo ano corrente.¹⁸⁰ O Governador tinha pressa, era ano de eleição, e Amaral Peixoto pretendia voltar ao cargo. Embora fossem do mesmo partido, Macedo Soares não queria deixar os louros para o comandante.

Entretanto, apesar das providências do Governador, a Universidade Fluminense não sairia do papel, mais uma vez. Três anos depois, faltando pouco mais de doze meses para o final do Governo Amaral Peixoto, o *Diário de Notícias* apresentaria uma entrevista com o acadêmico Laurindo de Albuquerque Melo, Presidente da UFE, sobre o problema.

De acordo com Melo, a UFE havia deliberado antecipar-se ao Governo para ver instalada a Universidade Fluminense, promovendo nova campanha. Para tanto a entidade dos estudantes ofereceria para a Reitoria condições materiais e humanas que lhe permitissem a pronta efetivação. Além disso, o Centro Acadêmico Evaristo da Veiga cederia uma

178 *O Fluminense*, 20/4/1950, p.1, ed. 20619.

179 *O Fluminense*, 27/4/1950, p.1, ed. 20625.

180 *O Fluminense*, 21/7/1950, p.1, ed. 20695.

ampla sala mobiliada, em que se instalaria provisoriamente, até que fosse transferida para a UFE, ou para a cidade universitária.

A UFE cobraria do Governador que remetesse à Assembleia Legislativa Projeto de Lei sobre a organização da Universidade e a aprovação dos seus estatutos. A entidade cobraria, também, a construção de uma cidade universitária na localidade de São Domingos, uma vez que:

Das dez Escolas Superiores de Niterói, apenas três estão mais ou menos bem instaladas: a Faculdade de Direito, a de Medicina e a Escola de Veterinária. A nova Escola de Engenharia, que nasceu sob tão bons auspícios, fazendo um primeiro ano de nível elevadíssimo, e a Faculdade Fluminense de Filosofia estão em colégios do Estado, mal instaladas, aliás.

A Faculdade de Ciências Econômicas ocupa velho e impróprio casarão. As Escolas de Serviço Social e Enfermagem também muito lucrariam vindo instalar-se na Cidade Universitária, o mesmo acontecendo com a Faculdade de Farmácia e Odontologia.¹⁸¹

A cobrança da UFE era legítima e nos jornais da época não se encontraria resposta para a inoperância do Governo Estadual. Mas a sociedade fluminense não desistiria e, em 1957, o Governador Miguel Couto, pressionado, enviaria mensagem ao Poder Legislativo para reorganização da Universidade Fluminense, que passaria a denominar-se Universidade do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com a nova proposta, seriam incorporadas à Universidade as Escolas de Engenharia, Serviço Social e de Enfermagem, bem como a Faculdade Fluminense de Filosofia seria agregada, mediante acordo a ser firmado com a sua Sociedade Mantenedora.¹⁸²

181 *Diário de Notícias*, 3/6/1953, p.10, ed. 9381.

182 *Diário de Notícias*, 5/10/1957, p.3, ed. 10707.

Oito meses depois, em 14 de junho de 1958, *O Fluminense* noticiaria a sanção do Governador à lei que criava a Universidade, da seguinte forma:

De parabéns a mocidade estudantil deste Estado. Sancionada, ontem, pelo chefe do Governo, a lei que cria a Universidade.

Dando cumprimento ao seu programa educacional, o Governador Miguel Couto Filho, acaba de sancionar a Lei nº 3.656, com base na Lei nº 808, de 10 de março de 1950, de autoria do Deputado Vasconcelos Torres, criando a Universidade Fluminense, redigida nos termos abaixo:

Art. 1ª – A Universidade Fluminense, criada pela Lei nº 808, de 10 de março de 1950, com sede nesta Capital, instituição de ensino superior e de alta pesquisa, com *personalidade jurídica*, dotada de autonomia didática, financeira e administrativa, possa denominar-se Universidade do Estado do Rio de Janeiro e fica organizada na forma desta lei.

Art 2º – Ficam incorporados à U.E.R.J a Escola Fluminense de Engenharia, a Escola de Serviço Social e a Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro.

§.1º – Fica agregada à U.E.R.J., mediante acordo ou convênio, quaisquer outros institutos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos pelo Governo da União, desde que sediados no território do Estado.

Art. 3º – Dentro de 90 dias, a partir da publicação desta Lei, serão organizados pelo Conselho Universitário e na forma porque se constituir, os Estatutos da UERJ, que adotará as demais providências da legislação Federal do ensino universitário para o seu regular funcionamento.

Art. 4º – Fica o Governo do Estado autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$2.000.000,00,

necessário à execução da presente Lei e a fazer constar do orçamento verba anual destinada à manutenção dos serviços da Secretaria e Reitoria da UERJ.

Art. 5º – A Secretaria de Educação e Cultura fiscalizará a aplicação da verba a que se refere o artigo anterior.¹⁸³

Porém, os 90 dias se passariam e a Universidade Fluminense, mais uma vez, não sairia do papel. A UFE manteria sua mobilização, realizando encontros, mesas redondas em todo o Estado para sensibilizar a sociedade em favor da causa. Com apoio do candidato a Governador Roberto Silveira, favorável à federalização das faculdades existentes, pressionariam os Deputados Federais a enviarem projeto para a criação de uma Federal no Estado do Rio. A UFE, já sob liderança do acadêmico de medicina, João Kiffer Neto, provaria a existência de dotação orçamentária entre os recursos do MEC para tal.¹⁸⁴

Importante destacar que a pressão dos estudantes aumentava na mesma medida que o entusiasmo do desenvolvimentismo tomava conta do país, e que os esforços do Ministério da Educação, do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) direcionavam-se para erradicar o analfabetismo, ampliar o número de vagas nas escolas públicas e promover a criação de institutos de ensino superior.

Mas, no curso dessa jornada, uma declaração do então Governador de São Paulo, Jânio Quadros, a propósito da criação de uma Universidade de Filosofia em Limeira, no interior paulista, repercutiria negativamente em Niterói. Quadros, com sua retórica peculiar, afirmaria que “muito pior

183 *O Fluminense*, 14/6/1958, p.1, ed. 23097.

184 CORTE & MARTINS, Op. cit., p.24.

de que não haver um instituto superior na sua terra ou em qualquer parte do nosso país, é haver faculdade, vou dizê-lo, sim, as de Niterói.”¹⁸⁵

A declaração de Jânio Quadros mexeria com os brios da sociedade fluminense, servindo como elemento de coesão para pressionar os Poderes Executivo e Legislativo para finalmente, resolverem o problema da Universidade. Nesse momento, mais uma vez, caberia ao então Deputado Federal Vasconcelos Torres redigir o projeto definitivo, amparado pela seguinte justificativa:

Desde quando exercemos o nosso mandato de delegado do povo na Assembleia do Estado do Rio de Janeiro, preocupados com o desenvolvimento cultural da terra fluminense, foi nossa a iniciativa de criar uma Universidade à altura das tradições de progresso daquela velha província. Nesta ocasião tivemos a honra de ver aprovado projeto de nossa autoria que se transformou na Lei nº 808, de 10 de março de 1950. Por circunstâncias várias e, especialmente, porque os anseios da classe universitária fluminense eram e, ainda hoje, são os de que a instituição deveria ser criada nos moldes das Universidades federais, ela não teve a existência efetiva que nós esperávamos.

Os constantes reclamos fazem com que voltemos, agora, com esta nova providência, tendo em vista que uma universidade para o Estado do Rio de Janeiro é uma necessidade inadiável, contando já agora com 10 (dez) estabelecimentos de ensino superior sediados na capital do Estado, alguns dos quais com mais de 40 (quarenta) anos de existência e todos eles prestando os mais assinalados serviços à causa do ensino e da cultura, faltando-lhes, apenas, uma maior assistência dos poderes públicos para o que se deve congregá-las em uma unidade essencial e autônoma, o que caracteriza o regime brasileiro.

185 Apud RIBAS, José Vieira. *A Universidade Federal Fluminense: de um projeto adiado à sua consolidação institucional. Subsídios para uma interpretação.* In: CORTE & MARTINS, Op. cit, p.24.

Trata-se, como se vê, de uma antiga aspiração do povo fluminense e iniciativa que visa a incentivar, ainda mais, a difusão da cultura em seus vários ramos. Ainda, porque neste particular, tem sido o nosso Estado esquecido dos poderes públicos federais, de vez que, é ele um dos poucos Estados da Federação que, ainda, não possuem a sua Universidade, apesar das condições que apresenta para exigí-la.

Com relação ao aumento de despesas, é de se verificar que o mesmo seria mínimo, considerando que todas as unidades incorporadas ou agregadas já possuem dotações próprias no orçamento da União. (...).

Sala das Sessões, 15 de junho de 1959.¹⁸⁶

O projeto, entretanto, demoraria ainda algum tempo para ser aprovado. Em dezembro de 1959, o *Diário de Notícias* publicaria matéria que destacaria a urgência da Universidade e a mobilização dos estudantes:

Estudantes fluminenses querem já universidade

Depois de mais de quinze anos de luta para obterem a criação da Universidade do Estado do Rio, os estudantes fluminenses conseguiram uma mensagem presidencial, para qual será pedido regime de urgência, na Câmara, pelo Deputado fluminense Vasconcelos Torres. Existem, no Estado do Rio, cerca de quatorze faculdades, quatro das quais funcionando no interior: duas em Friburgo e duas em Petrópolis. (...). As dez faculdades de Niterói contam com um efetivo global de seis mil alunos.¹⁸⁷

186 Vasconcelos Torres (apud CORTE & MARTINS), Op. cit., p.26. A íntegra do Projeto de Lei se encontra em anexo ao final do livro.

187 *Diário de Notícias*, 11/12/1959, p.13, ed. 11373.

Em 26 abril de 1960, mediante a demora do Congresso em aprovar o projeto, a União dos Estudantes Fluminenses radicalizaria sua atuação ao inaugurar a Tribuna Estudantil na Praça Martim Afonso. Na oportunidade, os universitários fizeram um comício que contaria com a presença de vários secretários de governo e de Deputados. O público presente exigiria uma Universidade para seu Estado. Os oradores bradariam que a Universidade “significa autonomia, cultura, facilidade para todos que desejam cursar uma escola superior e que não possuem os meios necessários.” Conforme reportagem do *Diário do Povo*, o público aplaudira entusiasticamente a iniciativa dos estudantes. O Presidente da UFE, João Kiffer Neto, declararia:

que agora tem certeza de que a Universidade se tornará realidade, porque também o povo adquiriu o espírito de Universidade que estava faltando. A nossa demonstração veio apenas confirmar que os estudantes fluminenses não se omitem como querem muitos, pelo contrário, sabem vir à rua no momento oportuno, no momento psicológico. Finalizando as suas declarações, agradeceu de coração o apoio da imprensa, dos homens públicos, e particularmente do Deputado Vasconcelos Torres e do Governador do Estado, Roberto Silveira.¹⁸⁸

Dada a repercussão das manifestações, entre abril e dezembro de 1960, inúmeros encontros ocorreriam em Brasília reunindo o Ministro da Educação, Clóvis Salgado, a UFE, os diretórios acadêmicos, autoridades do Governo Estadual e membros da bancada fluminense. Vasconcelos Torres, da mesma forma que os estudantes, seria decisivo ao negociar os acordos que garantiriam efetividade ao projeto. Finalmente, em 18 de dezembro, o projeto se transformaria na Lei nº 3.848, sancionada por Juscelino Kubitschek no dia 22 de dezembro de 1960. Assim, nas vésperas do Natal, surgiria a Universidade Federal do Estado do Rio de

188 Apud CORTE & MARTINS, Op. cit., p.27.

Janeiro. Somente em novembro de 1965 a UFERJ. passaria a ser denominada como Universidade Federal Fluminense.

Como reconhecimento de sua expressiva contribuição à causa da criação da Universidade, em 30 de junho de 1966, receberia a insígnia universitária de Professor "Honoris Causa" da Universidade Federal Fluminense, em solenidade realizada no Salão Nobre da Faculdade de Direito.

Os primeiros anos da UFERJ., entretanto, seriam muito difíceis em função das rivalidades entre as faculdades que já eram federalizadas e as agregadas, e com problemas relativos à infraestrutura, dotação orçamentária e quadro de pessoal. Vasconcelos Torres seria, mais uma vez, determinante na institucionalização do quadro funcional da Universidade. O médico e Ex-Professor da UFF Waldenir Bragança¹⁸⁹, que foi líder estudantil na época e conheceu de perto a atuação de Vasconcelos, acompanharia o desenrolar dos acontecimentos:

Mas não tinha quadro de pessoal. A Escola de Serviço Social, de Enfermagem e de Engenharia eram estaduais, já a de Ciências Econômicas era particular. Então, não existia um ordenamento funcional de pessoal que precisava ser aprovado pelo DASP, e assim este assunto não progredia. Quatro anos depois de ter sido efetivamente criada, a Universidade ainda não possuía o quadro de pessoal. Foi aí, que a Professora Violeta Saldanha da Gama, que considero uma líder histórica para essa Universidade, soube que João Goulart e Vasconcelos Torres estariam presentes para um comício em Bom Jesus de Itabapoana, realizado em março de 1964. Nós pegamos um ônibus em Niterói à noite e, no amanhecer do dia, estávamos em Bom Jesus. Levávamos um maço, um pacote com vários nomes e vários processos dos Professores que eram funcionários da Universidade. No palanque se encontrava Vasconcelos Torres. E eu gritei para ele:

189 Waldenir Bragança também foi prefeito de Niterói entre 1983-1988.

– Vasconcelos... eu preciso lhe falar.

– Sobe.

Vasconcelos pediu aos soldados armados com fuzil que estavam em volta do palanque de madeira:

– Deixa ele subir.

Eu subi e entreguei a ele toda documentação.

– O que você quer com isso?

– Nós precisamos que o senhor pegue com o Presidente João Goulart o despacho.

– Qual despacho?

– Ao DASP para atender com urgência.

Vasconcelos pegou, bateu no ombro do Presidente João Goulart, que olhou pra esquerda e perguntou:

– O que é?

– A Universidade precisa do despacho do senhor, autorizando o DASP a atender com urgência.

João Goulart atendeu ao pedido. A partir daquele momento me dirigi a beirada do palanque e mostrei o despacho assinado. Com alegria, desce-mos, pegamos o ônibus e voltamos porque a missão estava cumprida, graças a João Batista Vasconcelos Torres, Pai da Universidade e o grande apoiador, grande incentivador para que existisse de fato uma Universidade com quadro de pessoal, Professores e

tudo mais. No dia seguinte, a Professora Violeta pegou um avião para Brasília para entregar ao DASP o despacho.¹⁹⁰

Os jornais registrariam a passagem do Presidente João Goulart em Bom Jesus de Itabapoana, em 18 de março de 1964, ocasião em que assinaria o contrato de construção da hidrelétrica de Rosal, em conjunto com o Governador fluminense Badger Silveira, obra prioritária do plano de eletrificação do norte fluminense. Na oportunidade, Jango faria um comício em que defenderia as reformas de base.¹⁹¹ Deve-se ressaltar que Vasconcelos Torres, naquela altura, já era Senador atuante pelo PTB.

No *Jornal do Brasil*, de 19 de março de 1964, encontra-se uma matéria sobre esse comício. A reportagem informa que, antes, durante e depois, o Presidente João Goulart receberia 30 pedidos escritos, um deles de diretores, Professores e funcionários da escola de Serviço Social de Niterói. Justamente o pedido que fora encaminhado por Vasconcelos Torres.

Waldenir Bragança, ao reconstituir na narrativa sua experiência no processo de organização do quadro funcional da Universidade Federal Fluminense, o faz do ponto de vista de líder estudantil¹⁹². No caso de Waldenir Bragança, em sua fala sublinha a indissociabilidade da figura de Vasconcelos Torres à criação da Universidade.

Importante dizer que a narrativa de Waldenir está em consonância com aquilo que pensava a União Fluminense dos Estudantes. João Kiffer Neto, como demonstrado anteriormente, por ocasião da inauguração da Tribuna Estudantil em 1960, fez questão de enfatizar seu agradecimento

190 Entrevista de Waldenir Bragança a João Batista Vasconcelos Torres Filho, em 11 de março de 2020. Mantive-se na transcrição da entrevista a oralidade da fala do Professor, com suas pausas, lapsos e repetições. Ressalte-se que Vasconcelos já era naquela altura Senador.

191 JB, 19/3/1964, p.3.

192 PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, pp. 59-72. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/plu-ginfile.php/819739/mod_resource/content/1/PORTELLI%20Alessandro%20%E2%80%93%20A%20Filosofia%20e%20os%20fatos.pdf Acesso em: 14/3/2020.

a atuação de Vasconcelos Torres. Pouco tempo depois da efetivação da Universidade, os estudantes e professores da U.F.E, gravariam sua gratidão a Vasconcelos ao entregar-lhe uma placa designando-o como **“Pai da Universidade Federal Fluminense.”** Waldenir Bragança, 60 anos depois, refaz a cena como se ainda fosse o líder estudantil que fora, e ao refazê-la em seu relato atualiza e mantém vivo o apreço daquela geração de estudantes pelo Senador:

Nós estudantes já cansados de ver leis que não eram colocadas em prática (...) então fomos para a praça XV, a praça Araribóia em Niterói e fizemos um movimento. Além desse movimento (...) a União Fluminense muito ativa, os diretórios muitos ativos e todos trabalhando no sentido de ser criado uma Universidade Federal e encontramos a receptividade, a solidariedade objetiva no espírito público, sobretudo, do então Senador Vasconcelos Torres, que pegou a causa, abraçou e levou adiante para tornar realidade a Universidade. (...) ¹⁹³

Destaque-se que a narrativa de Waldenir aponta, também, para outra direção, ao permitir que se vislumbre um mundo político muito diferente daquele que se conhece hoje, marcado pela informalidade e, sobretudo, pela proximidade entre os cidadãos e os seus constituintes. Essa proximidade se traduzia, de modo particular, na afetividade entre esses pares.

Tem sido comum caracterizar políticos daquela época como líderes carismáticos, tal como a interpretação ultrapassada do fenômeno do populismo. Na verdade, líderes populares são porque estabelecem uma relação afetiva com seus eleitores. Vasconcelos Torres, no curso de sua atuação política, acumulou esse afeto, preservado na memória de quem trabalhou ao lado dele na causa comum da criação da Universidade.

193 Entrevista de Waldenir Bragança a João Batista Vasconcelos Torres Filho, em 11 de março de 2020.

Assim, quando, anos mais tarde, ele solicita aos filhos que gravem em sua lápide a designação que os professores e os estudantes fluminenses lhe atribuíram, é importante dizer que esse é um processo consciente. Ele acaba por eternizar, perpetuar parte da sua experiência social como político e, por conseguinte, da sua época. Nesse sentido, sua memória ultrapassa a dimensão individual para ser inscrita como memória de um grupo e no plano maior, da memória coletiva fluminense.¹⁹⁴ Afinal, como Maurice Halbwachs analisou, as memórias de um sujeito nunca são apenas suas porque estão inscritas nos quadros sociais nos quais ele se deslocou.¹⁹⁵

A criação da Universidade Federal Fluminense foi a expressão de anseios de gerações de estudantes de diferentes classes sociais, homens e mulheres que acreditaram no processo de modernização vivido pelo país, em particular pelo Estado do Rio de Janeiro na época. Nesse sentido, sua solicitação à família configura-se em uma forma de monumentalizar¹⁹⁶ não apenas o seu apadrinhamento àquela causa, como experiência histórica.

Ressalte-se, uma vez mais, que o Senador, ao evocar tal memória em sua lápide, conclama a lembrança dos grupos sociais que atuaram em favor da criação da Universidade e o projeto coletivo que inspirou sua criação, baseado na crença na ciência e na educação como forma de ascensão social. Se voltarmos ao capítulo 1 e à caracterização que Eric Hobsbawm faz do período pós-segunda guerra mundial como a “idade de ouro” do crescimento econômico, observa-se uma identidade comum entre pessoas de distintas regiões do globo nas atribuições que deram à ciência e à educação superior. Portanto, o Senador e os fluminenses da época, também, almejavam para si o progresso contínuo e ilimitado que o pós-guerra prometia.

194 BOSI, Ecleia. Op. cit., p.55.

195 Halbwachs, Maurice. A Memória Coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: ed. Centauro, 2013, p. 30.

196 LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. Disponível em: <http://ahr.upf.br/download/TextoJacquesLeGoff2.pdf>. Acesso em: 14/3/2020.

Finalmente, ao designar a UFF como seu legado à sociedade, e nesse sentido sua ação é consciente, Vasconcelos Torres define como quer ser lembrado. A criação da Universidade sintetiza a trajetória que ele próprio veio construindo desde que narrou seu encontro com o Almirante Ari Parreiras, passando por sua atuação como sociólogo, político, e todas as causas que defendeu. Legá-la significa inserir a Universidade Federal Fluminense no universo dos bens simbólicos reunidos sob a chancela do “patrimônio”,¹⁹⁷ transferir para os presentes a missão de preservá-lo, e, por último, livrar sua memória do risco do esquecimento.



Solenidade de recebimento do título de Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal Fluminense.

197 HEYMANN, Luciana Quillet. Os “fazimentos” do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, pp. 43-58, jan. 2005. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2246>. Acesso em: 14/3/2020.



CAPÍTULO 4. O SENADOR DO POVO

“O difícil para o político em geral é saber mediar todos os seus campos de atividade. Ele tem de cuidar dos assuntos do dia a dia para não perder voto, e deve ater-se, também, a questões mais amplas, às vezes sem sentido para o grande público, do ponto de vista eleitoral. O difícil é encontrar o equilíbrio entre esses dois extremos.”

Vasconcelos Torres

“Vasconça! Vasconcelos Torres de novo! Senador da gente, Senador do Povo!”

Foi com esses dizeres e uma charge da sua figura, carregada no terno preto, bigode grosso, pés espalhados e charuto fumegante, que seu panfleto de campanha circularia pelo Estado do Rio de Janeiro para a disputa de uma das cadeiras do Senado, em 1962. Eleito, estrearia na tribuna em 19 de março de 1963, e em seu primeiro pronunciamento defenderia a indústria nacional, particularmente, a do seu Estado, ao denunciar a importação clandestina por outras empresas de barrilha (carbonato de sódio), uma vez que sua produção seria uma exclusividade da Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio.

Ao lado da defesa das indústrias de capitais brasileiros, nesse mesmo discurso, Vasconcelos Torres faria questão de evidenciar sua posição política:

Senhor Presidente, ao iniciar a minha atividade parlamentar no Senado da República, sabendo que nesta Casa encontram ressonância os problemas legitimamente brasileiros, sem pretender agitar, sem querer servir a este ou àquele grupo, visando única e exclusivamente os interesses da pátria brasileira, solicito a V. Excelência que prontamente despache esse requerimento (...).¹⁹⁸

Considerando-se que esta foi a primeira vez que usou da palavra como Senador pelo PTB, Vasconcelos, ao dizer que não serviria a este ou àquele grupo, confirmaria sua independência política, tal como já se

198 Diário do Senado Federal nº 15, de 1963. Sessão: 18/3/1963. Publicação: 19/3/1963. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/10462?sequencia=12> Acesso em: 19/3/2020.

mostraria nos tempos de Deputado. Essa atitude seria importante e caracterizaria seu comportamento nas complexas conjunturas que atravessaria no curso da senatoria, da radicalização política dos anos Goulart aos Atos Institucionais da Ditadura à Distensão promovida pelo General Ernesto Geisel.

Ressalte-se que, dentre suas bases políticas, se encontrariam, como já foi mencionado, sindicalistas ligados ao PCB, e, também, grupos anticomunistas católicos, religião professada por ele.¹⁹⁹ Equilibrar esses extremos não foi uma tarefa fácil para ele, embora soubesse com maestria conciliar esses pontos divergentes.

A fidelidade aos seus eleitores e a independência política foram algumas das marcas distintivas que caracterizariam a prática de Vasconcelos Torres em seus dezesseis anos no Senado, quando teve que exercitar a arte do equilíbrio, tendo apenas no charuto seu companheiro. Afinal, como costumava afirmar:

– “O charuto era uma tática quando não tinha resposta pronta para uma pergunta embaraçosa.”²⁰⁰

Nesse capítulo, tomando como base tais marcas distintivas, a trajetória do Senador será abordada pelo ângulo da transição partidária, do PTB para a ARENA, e os desafios enfrentados na conjuntura de exceção em que exerceu seu mandato.

199 Seu filho, João Batista, enfatizou, em sua entrevista à autora, a profissão de fé católica do Senador, que sempre circulava com medalhinhas e orações no bolso do casaco. Vasconcelos contava, ainda, com apoio irrestrito da Igreja Católica, e, a cada eleição, recebia endosso da arquidiocese. João lembra, também, do quarto do pai, cheio de estatuetas de santos.

200 JB, 21/11/1978, p.4, Caderno B.

DO PTB À ARENA

Em 16 de dezembro de 1962, o Tribunal Regional Eleitoral fluminense diplomaria os vitoriosos do pleito eleitoral daquele ano. Vasconcelos Torres, como já se sabe, seria um deles. Começaria ali uma nova jornada para ele que, egresso das fileiras do PSD, filiara-se ao PTB de forma circunstancial. Deve-se lembrar da conjuntura da morte de Roberto Silveira e das disputas políticas que grassaram nas hostes pessedistas, e que, envolvendo diversos candidatos, levaram o partido ao racha interno. O Senador, tendo sido preterido no seu projeto de se candidatar a Governador, deixaria o PSD e, valendo-se do apoio de Badger Silveira, se candidataria ao Senado pelo PTB.

Todavia, o PTB, como é comum ao universo das agremiações partidárias²⁰¹, não era homogêneo, havia muitas correntes internas dentro da sigla.

Segundo Lucília Neves, havia, desde antes de 1954, uma vertente reformista no PTB que ganharia autonomia com a morte de Vargas, e que foi hegemônica até 1964. Em síntese, seu programa defenderia a reforma agrária com a desapropriação de latifúndios improdutivos e com crédito para os pequenos e médios produtores; o combate ao imperialismo; a política tributária de favorecimento às empresas nacionais; o controle das remessas de lucro; a estatização econômica por meio do controle pelo Estado das empresas de bens de capital; o distributivismo salarial e de benefícios sociais a ampliação da participação político-eleitoral com a extensão do voto ao soldado e ao analfabeto; e a manutenção do corporativismo oficial no campo da política sindical trabalhista.²⁰²

201 Partidos Políticos, In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. 5ª ed., Brasília, UnB, 2000, pp.898-905.

202 NEVES, Lucília Delgado de Almeida. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*, 2ª ed., SP, LTR, 2011, p.263.

Contudo, entre os próprios reformistas, havia diversas gradações. Aqueles que pregavam o programa de forma generalizante, frisando a luta pela legislação social, a prática sindical e assistencialista, como o Governador Badger Silveira, e os radicais, como Leonel Brizola, que defendiam a reforma agrária “na lei ou na marra.” O elo comum entre essas correntes seria o interesse do partido em permanecer no papel de intermediário entre o Ministério do Trabalho e os trabalhadores.²⁰³

O reformismo apareceria no discurso de Vasconcelos Torres em diversos momentos de sua atuação na Câmara dos Deputados nos anos 50, o que tornaria o PTB um campo de possibilidades²⁰⁴ para ele, no sentido de ser uma alternativa que se apresentou quando sua situação política ficou inviável no PSD. Demonstraria, também, seu poder de adaptação em meio a quadros políticos complexos, e, ainda, sua capacidade de compreender os caminhos do movimento social.

Entretanto, sua passagem pelo partido não seria tranquila. De um lado, apoiaria as reformas de base de Goulart, dentro dos seus princípios de independência e distante de qualquer radicalismo. Exemplo disso, seria sua proposta de Emenda Constitucional para reforma agrária apresentada à Mesa do Senado em 17 de abril de 1963, em face da mensagem presidencial sobre a urgência do tema no país e das dificuldades das duas casas legislativas decidirem sobre o assunto.

Tema delicado em uma conjuntura de grande agitação popular, o Senador demonstraria, com base em ampla retrospectiva de mensagens enviadas por vários dos Ex-Presidentes sobre a questão, que o projeto de João Goulart era acertado. Uma vez que os referidos textos, segundo

203 NEVES, Lucília Delgado de Almeida. Op. cit., p. 260.

204 DELUCA, Gabriela; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; DALLA CHIESA, Carolina. *Projeto e Metamorfose: Contribuições de Gilberto Velho para os Estudos sobre Carreiras*. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>. Acesso em: 20/3/2020. pp.465-6.

suas palavras, “nunca tiveram verdadeiro cunho reformista, limitando-se ao aspecto geral do problema da produção.”²⁰⁵

O Senador, em sua proposta de Emenda, pretendia modificar os artigos 141 e 147 da Constituição, que garantiam a propriedade da terra e veiculavam a reforma agrária a indenizações prévias em dinheiro.²⁰⁶

Assim, pelo seu projeto os artigos seriam redigidos da forma seguinte:

Artigo 141

§ 16 – É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação, que poderá ser:

1-Por necessidade ou utilidade pública, mediante prévia e justa indenização em dinheiro;

2-Por interesse social, visando a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos, e para esse efeito mediante indenização por títulos da Dívida Pública, resgatáveis em prestações, sujeitos à correção do valor monetário na forma que a lei estabelecer.

Artigo 147 – O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A União promoverá a sua justa distribuição e seu melhor aproveitamento segundo os critérios e a forma que a lei estabelecia, obedecido o disposto no Artigo 141, § 16, segundo.

205 Diário do Senado Federal nº 32, de 1963, Sessão: 17/4/1963; Publicação: 18/4/1963, pp.499-512. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/10479?sequencia=6>. Acesso em: 20/3/2020.

206 GRYNZSPAN, Mario. *A questão agrária no Governo Jango*. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_Governo_Jango. Acesso em: 22/3/2020.

A proposta de Vasconcelos Torres era evidentemente uma forma de conciliação de interesses entre os partidos, ao vincular as desapropriações à indenização prévia e a títulos da dívida pública. Dessa forma, atenderia aos interesses dos grandes proprietários e abriria uma brecha para os movimentos sociais, ao combater a especulação da terra, condicionando-a à utilidade pública e interesse social.

Nesse sentido, sua justificativa reclamava a justa distribuição das terras e uma efetiva assistência ao camponês, baseando-se no pensamento cristão. O Senador encerraria sua longa justificativa lembrando os parlamentares das palavras do Papa Pio XII à União Internacional das Associações Patronais Católicas, sobre o equilíbrio entre os direitos fundamentais do ser humano e a propriedade privada.²⁰⁷

Pode-se dizer que Vasconcelos Torres, levando em consideração seus laços com os movimentos sindicais e seus vínculos com associações católicas anticomunistas²⁰⁸, que chancelariam seu nome ao Senado na eleição de 1962, não se furtaria a deliberar sobre assunto tão candente e que polarizava tanto a sociedade na época. Ao contrário, procuraria um caminho independente, mas distante do rótulo de “agitador” e de “radical”, e que lhe permitisse ampliar o diálogo, com vistas às eleições majoritárias de 1966.

Desse ângulo, sua vida no PTB não seria fácil, pois encontraria objeções ao seu nome dentro do próprio partido.

Em agosto de 1963, os jornais começariam a reportar as disputas em torno das eleições estaduais previstas para 1966. Segundo *O Fluminense*: “os círculos políticos fluminenses acreditam que a situação

207 Diário do Senado Federal nº 32, de 1963, Sessão: 17/4/1963; Publicação: 18/4/1963 pp. 499-512. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/10479?sequencia=6> Acesso em: 20/3/2020.

208 Associações como a Liga Democrática Feminina Fluminense e a Aliança Eleitoral pela Família. *Correio da Manhã*, 5/10/1962, p.1.

mais cômoda é a do Senador Vasconcelos Torres". O jornal anotava, também, que "se ele não sair candidato à sucessão do Sr. Badger Silveira, da Convenção do PTB, o PSD não deixará de lançá-lo"²⁰⁹.

De acordo com o mesmo jornal, os pessedistas confiavam na volta de Vasconcelos Torres à legenda e acreditavam que ele tomaria essa decisão quando sentisse que não teria possibilidades de concorrer ao Governo pelo PTB. A notícia sinaliza para aquilo que foi mencionado no início do capítulo: o ingresso circunstancial do Senador na legenda petebista.

Enquanto os partidos debatiam nos bastidores os candidatos à sucessão estadual do Rio de Janeiro, o Senador não perderia tempo. Em Brasília continuaria a defender seus projetos: requeria urgência para a votação dos projetos do salário-família²¹⁰ e da reforma agrária²¹¹.

Em setembro do mesmo ano, aceitaria o convite de João Goulart para presidir o Instituto do Açúcar e do Alcool, que, segundo suas palavras, "era de grande importância para seu Estado"²¹². Entretanto, recusaria o posto, uma vez que o Senado se negaria a licenciá-lo do cargo para assumir o comando do referido Instituto²¹³. O Senador, segundo interlocutores, se mostraria "aborrecido com o trabalho contrário à sua escolha realizado junto ao Presidente da República por setores do próprio partido"²¹⁴. Tais informações apontam para a fragilidade da sua posição no PTB, em que pese sua expressiva votação. Na verdade, os obstáculos que começaria a encontrar na legenda seriam reflexos de uma crise maior que levaria as lideranças petebistas no Senado a convocarem sua

209 *O Fluminense*, 10/8/1963, p.9, ed. 00191.

210 *O Fluminense*, 28/8/1963, p.1, ed. 00201.

211 *O Fluminense*, 31/8/1963, p.3, ed. 00204.

212 *O Fluminense*, 1/9/1963, p.22, ed. 00205.

213 *O Fluminense*, 17/3/1963, p.5, ed. 00207.

214 *Idem*.

bancada à coesão partidária, a fim de superarem suas divergências e convergirem em prol dos projetos do Presidente da República.

Importante ressaltar que João Goulart, após ser reinvestido dos poderes presidenciais com o retorno do presidencialismo, em janeiro de 1963, procuraria reestabelecer a aliança PTB-PSD, a fim de realizar um Governo de conciliação. Contudo, pressionado pelo declínio da taxa de crescimento do PIB, pelas negociações com o FMI e pela escalada inflacionária da época²¹⁵, perderia o apoio dos pessedistas. A deterioração do quadro econômico seria agravada pela crise política provocada por Carlos Lacerda, que, em entrevista no início de outubro, ofenderia o Presidente, sugerindo, também, sua deposição. Lacerda teria, inclusive, sua prisão decretada.

João Goulart, alegando crescente violência política em meio a sucessivas ondas de greve, enviaria mensagem ao Legislativo, solicitando a vigência de Estado de Sítio por 30 dias, o que não seria acatado, conflitando-se com o Congresso e com setores militares. Sem opções, a não ser apoiar-se na ala radical do seu partido, o Presidente inclinaria seu Governo em direção à esquerda, o que explicitaria as contradições internas do PTB e levaria ao afastamento dos setores moderados.

Diante desse quadro, Vasconcelos Torres, em encontro de Senadores com Goulart, em meio à crise do Estado de Sítio, não pouparia o Presidente ao atribuir-lhe os efeitos negativos do conflito com o Congresso “pela falta de assessoramento categorizado em que se encontrava o Presidente República”. Afirmaria, ainda, ao chefe da nação que, “Se não convocar rapidamente conselheiros de gabarito, o Governo arrisca-se a um desprestígio irremediável. A solução do Estado de Sítio, tal

215 A inflação de 1962 chegou a 52% e a inflação acumulada de 1963 foi de 78,8%. BASTIAN, Eduardo F. O PAEG e o plano trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. *Estud. Econ.*, São Paulo, vol. 43, nº 1, pp. 139-166, Mar. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612013000100006&lng=en&nrm=iso>. Access on: 25/3/2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612013000100006>.

como desastrosamente se apresentou, mostra que o Governo vive num clima de improvisação.”²¹⁶

O Senador fluminense criticava abertamente o Presidente da República e as improvisações de seu Governo. Embora reformista, marcaria a partir desse momento seu progressivo afastamento de Goulart. Essa posição teria reflexos nas suas pretensões de candidatar-se a Governador pelo partido.

Tal distanciamento pode ser confirmado por suas declarações em janeiro de 1964, quando, em conversa informal com amigos, afirmaria que o PTB “está se divorciando, paulatinamente, das áreas populistas”.²¹⁷ Nesse quadro, Vasconcelos consideraria reduzidas suas chances de disputar a sucessão do Governador Badger Silveira pelo partido, ainda mais “pelas suas anteriores ligações com o PSD”.²¹⁸

As questões da sucessão estadual ficariam em segundo plano mediante a urgência do debate nacional sobre a reforma agrária. Malsucedido o debate sobre o seu projeto de Emenda Constitucional, Senadores de diversos partidos, incluindo os fluminenses, aderiram à formação de um bloco parlamentar reformista, cogitando a convocação de um plebiscito para realização de uma constituinte.²¹⁹

Vasconcelos Torres, mesmo afastado de Goulart e fazendo jus à sua característica lealdade política, não faltaria ao Presidente ao defendê-lo contra os Senadores udenistas, autoproclamados “vigilantes”. Esses, estimulados por Lacerda, requereram à Mesa do Senado uma convocação extraordinária para defender o Congresso contra um suposto

216 *O Fluminense*, 17/9/1963, p.5, ed. 217.

217 *O Fluminense*, 11/1/1964, p. 3, ed. 21831.

218 *Idem*.

219 *Última Hora*, 6/1/1964. p.4, ed. 4248.

golpe do Presidente. Na oportunidade, Vasconcelos afirmaria: “O Sr. João Goulart não deseja o fechamento do Congresso.” Reafirmaria, ainda, a capacidade de trabalho e realização do Presidente e suas intenções de bem governar, responsabilizando a casa pela gravidade da crise em função da inoperância do Legislativo” no ano anterior.

Apesar da lealdade demonstrada a Goulart naquele episódio, o Senador não deixaria de criticá-lo como reportado pelo *Jornal do Brasil* a 26 de janeiro, ocasião em que demonstraria não crer mais na reforma agrária “democrática e cristã” proposta pelo Presidente²²⁰. Ao mesmo jornal, admitiria apenas que, se confirmasse a decisão governamental de incluir as Forças Armadas, por meio de um convênio, talvez fosse possível realizá-la.

Entretanto, Vasconcelos Torres acreditava que seu passado pesedista reduziria suas chances de concorrer à sucessão de Badger Silveira pelo PTB. Suas últimas declarações se refletiriam dentro do partido na articulação de uma “operação gelo” contra seu nome, conforme noticiado pelo jornal *O Fluminense*, em fevereiro de 1964, e que incluiria, também, o chefe da Casa Civil de Badger, Jorge Loretti, de origem udenista:

Fonte ligada ao PTB revelou a *O Fluminense* que os Deputados Federais Bocayuva Cunha, Paiva Muniz e Edésio da Cruz Nunes estão articulando um movimento que visa desgastar politicamente o Senador Vasconcelos Torres e o chefe do Gabinete Civil do Governador Badger da Silveira, Sr. Jorge Loretti. Isto porque a penetração de ambos no PTB, principalmente nas áreas municipais, poderá prejudicar sensivelmente as aspirações daqueles três parlamentares à sucessão do Sr. Badger Silveira. O Sr. Bocayuva Cunha já determinou que fosse ‘congelado’ o nome do Senador Vasconcellos Torres num matutino carioca

220 JB, 26/1/1964, p.4, ed. 22.

do qual é diretor, o mesmo acontecendo noutra jornal, este niteroiense, recentemente adquirido pelo Sr. Edésio da Cruz Nunes. O Deputado Paiva Muniz, que nos próximos dias deverá licenciar-se na Câmara Federal para iniciar a sua campanha no território fluminense, conta com o apoio do próprio Presidente João Goulart, que irá apoiá-lo, inclusive, através da SUPRA [Superintendência Política da Reforma Agrária].²²¹

O cenário no PTB era desfavorável à candidatura de Vasconcelos. O jornal *Última Hora*, dirigido pelo Deputado Bocayuva Cunha, era o grande bastião da imprensa petebista, que alavancava as candidaturas do partido e único veículo de comunicação que naquela conjuntura defendia Goulart. Vasconcelos Torres sabia que concorrer a chapa majoritária sem o auxílio desse noticioso não seria fácil.

Nessa mesma nota, *O Fluminense* informaria, também, que Vasconcelos Torres e Jorge Loretti eram vistos “como petebistas ortodoxos, sem nenhum vínculo político com a linha programática do PTB”. Lembrando Lucília Neves, mencionada na introdução deste capítulo, Vasconcelos e Loretti seriam petebistas generalizantes, voltados à defesa da legislação trabalhista, dos movimentos sindicais e dos projetos assistenciais, distantes, portanto, dos radicais que naquele momento tomariam conta do partido e ganhariam ascendência sobre o Governo.

De acordo com o jornal, as hostes petebistas estariam divididas e os meios políticos fluminenses acreditavam que Vasconcelos Torres poderia voltar para o PSD, o que seria desejo de uma parcela de pessedistas. Ainda, que a decisão do Senador dependeria de Amaral Peixoto ser ou não candidato ao Governo do Estado. Na hipótese da candidatura do Comandante, Vasconcelos poderia “ingressar num pequeno partido.”

221 *O Fluminense*, 14/2/1964, p.3, ed. 21851B.

Entretanto, o acirramento do quadro político nacional obrigaria o Senador a se dividir entre as questões partidárias locais e os desdobramentos da crise política no âmbito Federal. O desenrolar dos acontecimentos do mês de março, o Comício na Central do Brasil, as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, a deflagração da Revolta dos Fuzileiros Navais, e o discurso pró-reformas de Jango no Automóvel Clube do Rio tornariam irreversível a ruptura institucional.

Nesse período, haveria apenas duas menções a Vasconcelos Torres nos jornais pesquisados. A primeira revelaria sua presença em comício promovido a 9 de março, pela Frente de Mobilização Popular de Duque de Caxias, que, segundo a *Última Hora*, teria reunido 5 mil pessoas e todos os líderes da esquerda.²²² A segunda referência, datada de 12 de março, um dia antes do comício da Central do Brasil, mostraria o Senador estrategicamente distante da agitação do momento e do assunto da hora: as reformas de base.²²³

No Senado, no mesmo período, se registraria o discurso do Senador, no dia 17, oportunidade em que apresentaria as realizações do primeiro ano do Governo de Badger Silveira e particularmente da construção da hidrelétrica de Rosal, que levaria luz para o Norte Fluminense e Espírito Santo.²²⁴ Nos dias seguintes, Vasconcelos embarcaria para Genebra para participar, como observador, de uma Conferência da ONU, de onde voltaria às pressas para o Brasil, em função da deposição de Goulart. Retornaria ao Senado em 6 de abril, quando justificaria sua reapresentação “por motivos óbvios” e relataria um projeto do Poder Executivo para instalar um hospital central em Duque de Caxias.²²⁵

222 *O Fluminense*, 9/3/1964, p.2, ed. 1406.

223 JB, 12/3/1964, p.5, ed. 59.

224 Diário do Senado Federal nº 53 de 1964. Sessão: 17/3/1964; Publicação: 18/3/1964. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/10285?sequencia=10>. Acesso em: 26/3/2020, p.556.

225 Diário do Senado Federal nº 63, de 1964. Sessão: 6/4/1964. Publicação: 7/4/1964. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/10294?sequencia=9>, p.751.

Vasconcelos Torres se manteria, por opção ou cálculo político, distanciado do processo que resultaria na deposição do Presidente.

Importante destacar que a mobilização contra o comunismo ocuparia lugar central no golpe que derrubaria João Goulart.²²⁶ Nesse sentido, em 9 de abril, a Junta Militar que tomou o poder editaria o Ato Institucional nº 1, que viria a cassar e suspender os direitos políticos de pelo menos 102 cidadãos, entre parlamentares, militares de esquerda e militantes políticos de diferentes organizações.²²⁷ Demissões em massa também ocorreriam no serviço público em nome da moralidade revolucionária, efetivando uma caça aos supostos comunistas infiltrados na máquina pública. Além disso, nesse mesmo período se daria o processo de *impeachment* do Governador fluminense Badger Silveira, que se prolongaria até 1º de maio. Na ocasião, o Marechal Paulo Torres seria indicado Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Badger Silveira era um político moderado, que se posicionaria nas eleições de 1962 como anticomunista, mas que, na qualidade de Governador negociaria com todas vertentes da sociedade. O Governador atravessava uma conjuntura de greves de diversas categorias, particularmente, de lavradores que reivindicavam a reforma agrária. Ele tentaria efetivar uma política pública de desapropriações e distribuição de terras, assim como efetuar um movimento popular pela alfabetização de adultos, herdados do Governo de seu irmão Roberto.

A capital fluminense vivia um momento de efervescência política intensa, tendo sediado atos de solidariedade a Cuba e à defesa da legalidade do partido comunista. Em função das restrições impostas pelo Governador Carlos Lacerda a esses eventos na Guanabara, eles foram realizados em Niterói.

226 Motta, Rodrigo P. *Em Guarda contra o perigo vermelho*, SP, Perspectiva, 2002, p. 232.

227 Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>.

Em que pese seu perfil conservador, Badger foi um petebista de primeira hora e se manteria como aliado do Presidente João Goulart até o final. Preso horas depois do golpe, seria solto no mesmo dia e reconduzido ao Palácio do Ingá, de onde assistiria a uma disputa encarniçada, travada entre militares e parlamentares adeptos da “Revolução” pelo seu cargo. Em 1º de maio de 1964, a Assembleia Fluminense votaria seu afastamento.²²⁸

Vasconcelos Torres, que desde o episódio do Estado de Sítio viria afastando-se de Goulart, ainda chegaria a participar do Comício de Duque de Caxias, mas já não acompanharia o Presidente no comício da Central do Brasil. Sua ausência, nesse caso, diz muito da sua desaprovação à condução do momento político pelo Governo, fato confirmado por seu filho João Batista.

Talvez, ciente da gravidade do momento, o Senador tenha preferido permanecer em observação silente, o que justificaria as raras menções ao seu nome nos jornais do período de 9 de março a 31 de maio, e que suas primeiras falas no Senado após a tomada de poder pela junta militar tenham sido dedicadas a homenagear Deputados falecidos, à falta de infraestrutura de Brasília, ou a questões envolvendo seu Estado, como a contaminação das águas da Baía de Guanabara e a situação “miserável” da estrada que ligava São Fidélis a Campos dos Goytacazes.²²⁹

É preciso ressaltar que naquela quadra da história nem aqueles que apoiaram a intervenção militar tinham certeza do que aconteceria e, imediatamente após o Ato Institucional nº 1 e das primeiras cassações, factoides com boatos seriam espalhados e divulgados por vários jornais. O que na atualidade se poderia denominar como *Fake News* também atingiria o Senador, conforme publicado em *O Fluminense*, de 2 de maio:

228 CORTE, Andréa Telo da. *Badger Silveira e o Estado do Rio de Janeiro na conjuntura de 1964: memória e história*. In: *Governar em Tempos Difíceis*. 1964. Memórias de Badger Silveira. Publicação O Norte fluminense. Bom Jesus de Itabapoana, RJ, 2019.

229 Respectivamente discursos publicados no Diário do Senado Federal em 9/4, 20/5, 21/5 e 22/5, de 1964.

CASSAÇÕES

(...) o já ‘surrado’ manifesto de apoio a Cuba, assinado por cerca de 40 Deputados, voltou a ser usado como ‘instrumento de persuasão’. Para reforçar os ‘entendimentos, anuncia-se como iminente a cassação dos mandatos dos Senadores (petebistas) Vasconcelos Torres e Aarão Steinbruck, além do Deputado Federal Tenório Cavalcanti. (...)’²³⁰

A matéria dá a entender o uso da cassação como método de persuasão para a adesão de parlamentares à “Revolução”. Segundo o filho do Senador,²³¹ entre 1964 e 1966, Vasconcelos Torres esteve ameaçado por esse “fantasma”. Nas rádios divulgavam-se listas falsas com os nomes de possíveis alvos. Na própria Assembleia Fluminense, logo após a votação do *impeachment* de Badger Silveira, o Deputado Luiz Brás, da UDN, afirmaria ter recebido do Comando Revolucionário informações de que o Partido Comunista no pleito de 1962 teria mandado seus eleitores votarem em Tenório Cavalcanti, Vasconcelos Torres e Aarão Steinbruch.²³²

Nessa mesma sessão, outros udenistas iriam sugerir a cassação dos mandatos de parlamentares que assinaram um manifesto de felicitações ao aniversário da Revolução Cubana no ano anterior, reclamando que “a Revolução não pode parar e seus princípios têm de ser cumpridos à risca”. Vasconcelos Torres estava em todas essas listas.

Em 31 de maio, o *Jornal do Brasil* informaria que o Serviço Secreto do Exército e o Conselho de Segurança Nacional estariam investigando fatos ligados às administrações fluminenses de 1955 até 1964, isto é, dos Governos Miguel Couto Filho ao de Badger Silveira. Além disso, pela Portaria de nº 1, de 14 de abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução

230 *O Fluminense*, 11/5/1964, p. 3, ed. 1293.

231 João Batista Vasconcelos Torres, entrevista à autora, em 7/1/2020.

232 *O Fluminense*, 2/5/1964. p.2. ed. 04442.

autorizava a abertura de inquéritos policiais militares para apurar as responsabilidades de todos aqueles que, no país, tivessem atentado contra o Estado e a Ordem Política e Social.²³³ Os IPMs foram o braço legal das ações persecutórias promovidas pela linha-dura das Forças Armadas e as bases para as medidas punitivas tomadas pelo regime.

No Estado do Rio seria instaurado o IPM da ID/1, cujo objeto de investigação seria a vida dos Deputados Estaduais, Federais e dos Senadores fluminenses. Constituíam-se, portanto, a verdadeira devassa. Segundo informava a nota do referido jornal, pesaria sobre os Senadores Vasconcelos Torres e Aarão Steinbruch “acusações de que teriam participado de diversos movimentos grevistas de caráter subversivo, tendo sido ostensivamente apoiados por comunistas”.

Para Vasconcelos Torres, esse seria o início de tempos e decisões muitos difíceis. O Senador, que costumava dizer que “o charuto era seu melhor companheiro para abrandar as dores de cabeça da política”, deve ter excedido sua cota diária de “Suerdiecks”, pois seria indiciado em cinco IPMs: IPM 101, da Fábrica Nacional de Motores; o IPM do Centro de Armamento da Marinha; o IPM da Companhia Siderúrgica Nacional; o IPM do setor marítimo do Estado do Rio de Janeiro e o IPM 709. Os quatro primeiros referiam-se a hipotéticas atividades subversivas, como discursos e encontros com sindicalistas. Já IPM 709, investigaria o Partido Comunista no Brasil e seus supostos colaboradores, indiciando mais de 900 pessoas.²³⁴

Além dos IPMs, o Senador teria que lidar com os agentes da polícia política que o classificariam algumas vezes como “extremista” por ter participado em 1961, no Teatro Municipal de Niterói, de uma conferência de solidariedade a Cuba e de ter sido Vice-Presidente da Comissão

233 Portaria de nº 1, de 14 de abril de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/portar/1960-1969/portaria-1-14-abril-1964-378840-publicacaooriginal-1-csr.html>. Acesso em: 27/3/2020.

234 Fundo Polícia Política, Notação 2977, 20/11/1970. APERJ.

Nacional de solidariedade àquele país. Os policiais o denunciariam, ainda, por ter recebido apoio de comunistas na sua eleição para o Senado em 1962 e ter comparecido à comemoração do 40º aniversário do PCB, ocasião em que teria discursado e ficado ao lado de Luís Carlos Prestes no Ginásio do Caio Martins, em Niterói.²³⁵

Em seu prontuário,²³⁶ seria classificado, ainda, como um “agitador rural” que teria incentivado materialmente a realização de um movimento camponês em Capivari, Lamarão e São Lourenço. Além de ter insuflado trabalhadores ligados ao sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda a “cerrarem fileiras em torno de João Goulart.” Haveria, entretanto, outra acusação: Vasconcelos Torres contribuiria para o PCB mensalmente com a quantia de CR\$25,00 (vinte e cinco cruzeiros).²³⁷

Importante destacar que a maior parte desses IPMs seriam arquivados e que muitas informações eram falsas ou “plantadas” com fins persecutórios aos acusados. Seu filho João Batista recorda-se do caso do IPM da FNM, quando seu pai foi duramente interrogado para justificar uma foto sua existente no sindicato dos trabalhadores daquela fábrica.

Vasconcelos Torres era um político ligado aos sindicatos. Portanto, era mais do que natural que seu nome estivesse arrolado em atas e documentos de reuniões sindicais. Entre a documentação inventariada no prontuário do Senador, constam cópias de telegramas de felicitações passados a sindicalistas que concorreram às eleições do Comando Geral dos Trabalhadores, em Duque de Caxias, como no caso de Silas Conforte e Ubiraci Gonçalves, eleitos para secretariar a referida organização em setembro de 1963.²³⁸

235 Fundo Polícia Política, Notação 2977, 20/11/1970. APERJ.

236 O referido prontuário do Senador registra 25 anotações realizadas em datas diversas, que vão de 1937 até 1973.

237 Fundo Polícia Política, Notação 2977, 20/11/1970. APERJ.

238 Fundo Polícia Política, Notação 2977, 19/3/1970. Informação 130/70.

Vasconcelos Torres não era um parlamentar ideológico e seu protagonismo político junto aos movimentos sindicais estabelecia-se na luta pela extensão da legislação social e previdenciária, em uma atuação centrada no ministério do Trabalho e em atividades assistenciais, dentro dos marcos do reformismo católico. Portanto, nada teria a temer dessas investigações não fosse o quadro de exacerbação de uma suposta infiltração comunista no Brasil que acirraria os ânimos dos setores médios e de direita que apoiaram a intervenção militar.²³⁹

Assim, o Senador, considerando-se seu eleitorado católico, teve que agir com muita cautela e equilíbrio para driblar as falsas notícias disseminadas sobre sua conduta e as sistemáticas investidas dos agentes do DOPS devassando sua vida.

Ressalte-se que, mesmo com as incertezas dos primeiros tempos após o golpe, acreditava-se que a intervenção militar seria temporária com a manutenção do sistema político-partidário e do calendário eleitoral que previa eleições majoritárias para 1965 em 11 Estados e para os demais em 1966. Neste último, seria incluído o sufrágio para o Legislativo e o pleito direto para Presidente da República. Nesse sentido, em 17 de setembro de 1964, Vasconcelos Torres proporia ao Senado a extensão em um ano dos mandatos dos Governadores a serem eleitos em 1965 “prevendo a coincidência geral em 1970 pois é melhor dar um ano a mais para os que vierem a ser eleitos, do que para os atuais.”²⁴⁰ O Senador acreditaria que o Presidente Marechal Castelo Branco, no lugar de prorrogar os mandatos, apoiaria sua tese de que a dilatação dos mandatos deveria ser referendada pelo pronunciamento das urnas.

Nesse período, mesmo indiciado em IPMs, Vasconcelos Torres nutria, ainda, o desejo de se candidatar à sucessão do Marechal Paulo Torres. Entretanto, o PTB continuaria a “operação gelo”, contra seu nome,

239 MOTTA, Rodrigo P. *Em Guarda contra o perigo vermelho*. SP, Perspectiva, 2002, p. 237.

240 JB, 17/9/1964, p.13, ed. 220.

conforme noticiaria o *Jornal do Brasil*, de 15 de abril de 1965. Em 3 de julho, o mesmo jornal afirmaria que o Senador estaria em plena campanha eleitoral.²⁴¹ Na edição seguinte, detalharia as articulações em prol da sua candidatura, dando conta de que setores do PTB recorreriam ao Presidente nacional do partido o Sr. Lutero Vargas, a fim de exigir uma aliança com o PSD e ameaçando “abrir dissidência caso o partido não se fixe no nome do Senador.”²⁴²

Entre julho e setembro de 1965, o JB, detalhou o *rush* que Vasconcelos faria no interior do Estado e as adesões que receberia a sua campanha. A reportagem relatava o prestígio de que gozava junto aos quadros do PSD ao informar que setores daquele partido queriam seu nome na chapa estadual. Para o jornal, o Senador procurava se manter alheio às articulações em torno da sua candidatura e quando consultado afirmava continuar um trabalhista:

Só saio do PTB se o partido se reunir e decidir expulsar-me. Do contrário, continuarei trabalhista, pois esta definição não cabe apenas a quem paga religiosamente todos os meses a sua mensalidade: trabalhista é quem sente e interpreta as necessidades do país e se preocupa apenas dos seus concidadãos, sem participar de crises políticas.²⁴³

A campanha de Vasconcelos ganhava corpo e possuía até *slogan*: “Não há nada como um Torres depois do outro”²⁴⁴ numa alusão, ao Governador Paulo Torres, cujo Governo fora bem avaliado. Com as articulações para a campanha de 1966 avançadas, o Senador embarcaria para Nova York como integrante da delegação brasileira à Assembleia Geral da

241 JB, 13/7/1965, p.3, ed. 22279.

242 JB, 19/8/1965, p.6, ed. 22311.

243 JB, 29/8/1965, p.3, ed. 22230.

244 JB, 7/9/1965.

ONU, onde permaneceria por 40 dias. Nesse intervalo, seriam realizadas as eleições para Governadores de 11 Estados, entre eles a Guanabara. O resultado negativo do pleito para o Governo Militar levaria ao fechamento do Congresso no dia 20 de outubro e à edição do AI-2.

O Ato Institucional nº 2, baixado em 27 de outubro de 1965 pelo Marechal Castelo Branco, representaria um passo na direção do endurecimento do regime. O ato determinaria a extinção dos partidos políticos, a reabertura dos processos de cassação e eleição indireta para Presidente da República.

Vasconcelos Torres esteve muito perto da cassação, conforme registro encontrado em seu prontuário datado de 5/10/1970, quando foi feita uma atualização das informações existentes sobre suas atividades. De acordo com o agente, cujo nome não é revelado, o Senador: “teve seu extrato de prontuário organizado para as sanções do AI-2”.²⁴⁵ Contudo, por algum motivo desconhecido, Vasconcelos foi poupado, enquanto outros integrantes da bancada do PTB, como Humberto El-Jaick e Doutel de Andrade, entre outros, foram cassados naquela oportunidade. Seu filho João Batista acredita que o bom relacionamento estabelecido entre seu pai e Castelo Branco, que fora diretor da Escola do Estado Maior do Exército, à época que Vasconcelos ali lecionou, talvez justifique o fato dele não ter sido cassado.

Mesmo pisando em terreno movediço, Vasconcelos Torres continuaria a sonhar com o Palácio do Inghá, sem saber por qual partido poderia concorrer, uma vez que o AI-2 extinguiria as legendas, embora o regime militar mantivesse o compromisso com a realização de eleições para Governador em 1966. Em 27 de novembro de 1965, *O Fluminense* abordaria o assunto:

245 Fundo Polícia Política, Notação 2977, 5/10/1970. APERJ.

Vasconcelos Torres diz que continua candidato ao Inga e que a extinção dos partidos melhorou sua situação. O Senador Vasconcelos Torres, do extinto PTB, disse ontem a *O Fluminense*, que continua candidato ao Governo do Estado do Rio e acha que as suas possibilidades aumentaram com a dissolução de partidos, porque nunca contou com a simpatia dos dirigentes das antigas agremiações políticas fluminenses. Acrescentou que vai se filiar, no Senado, ao partido que vier manter uma linha de independência do Governo Federal e salientou que, de acordo com o Ato Complementar número quatro, não acredita que mais de duas agremiações tenham condições de se formar no País, mas não comentou o sistema bipartidário.²⁴⁶

Dessas afirmativas, pode-se deduzir que Vasconcelos Torres teria mesmo alguma esperança na realização das eleições de 1966 e que acreditava que ainda haveria algum espaço para os políticos no interior de um regime que caminhava para o endurecimento. Ao salientar que a extinção dos partidos aumentaria suas chances e de que não gozava da simpatia das lideranças dos antigos partidos, o Senador revela sentir-se preterido em suas aspirações pelas antigas legendas, indicando certa frustração em não eleger-se a Governador do Estado, cargo ao qual tinha todos os dotes intelectuais e acumulara vasta experiência na negociação com os diversos setores da sociedade.

Na mesma nota, o Senador garante que se filiaria ao partido que fosse independente do Governo Federal. Todavia, no sistema bipartidário criado logo após o AI-2, Vasconcelos Torres, surpreendendo o mundo político fluminense, optaria por se filiar à ARENA, Aliança Renovadora Nacional.²⁴⁷

246 *O Fluminense*, 27/11/1965, p.3. Ed: 22391.

247 *O Fluminense*, 12/12/1965, p.13, ed. 22404.

O bipartidarismo, como se sabe, foi criado pelo AI-2, ocasião em que o mundo político que sobreviveu às primeiras cassações teve apenas 45 dias para organizar os novos partidos. Em tese, a intenção do Governo era garantir tanto respaldo para suas ações, como assegurar minimamente a vida política, ao criar dois partidos parcialmente opostos, ARENA e MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

A historiografia sobre a ditadura militar, particularmente sobre os partidos da época, tem sido quase exclusivamente investigada sob o ponto de vista dos militares aparecendo como fruto unilateral da ação da cúpula do regime, ou sob a ótica da esquerda, enaltecendo o MDB. A historiadora Lúcia Grinberg inovou o tema ao problematizar a criação e a trajetória da ARENA, cuja imagem pós-ditadura foi marcada “pela ridicularização, associação com o adesismo e à subordinação.”²⁴⁸

De modo diferente, Grinberg aborda a legenda redimensionando-a em um campo de disputas políticas entre militares, instados por civis a intervir no jogo político em 1964, e parlamentares que atuavam profissionalmente desde a redemocratização de 1946, além daqueles quadros que remontavam ao Estado Novo, como atores da política que vão aderir ao sistema bipartidário que a ditadura criou. Ressalte-se que, no caso brasileiro, o regime fez questão de manter um Poder Legislativo razoavelmente ativo, com eleições, partidos – situação e oposição, embora em alguns momentos o Congresso tenha sido fechado.

Apesar das diversas gradações do campo da direita que o novo partido abrigaria e sua missão de assegurar os desejos do regime, a trajetória da ARENA, conforme analisa a autora, está distante do bordão criado nos anos setenta de “partido do sim, senhor”. Caracterizando-se

248 GRINBERG, Lúcia. *Partido Político ou Bode Expiatório: um estudo sobre a Aliança Nacional Renovadora (ARENA) 1965-1979*. RJ, Mauad X, 2009. p.18.

pela incerteza, pela diversidade e heterogeneidade entre seus filiados, e a disputa entre setores da legenda com o Executivo pelos seus rumos.²⁴⁹

Grinberg destaca, ainda, que, naquela conjuntura, a ARENA, embora inventada pelo novo regime, “seus membros não o foram” tendo em sua maioria “longa prática na política partidária, razão pela qual não se pode deixar de reconhecer sua visibilidade e representatividade junto à população”²⁵⁰. Tal reflexão é importante porque desmistifica a ação dos políticos no período, apontando para a complexidade das relações que mantiveram entre si e com o regime e por indicar que a política continuava viva, apesar do esforço dos militares em deslegitimar os referidos políticos.

No caso de Vasconcelos Torres, não é possível explicar o porquê da sua decisão de ingressar na ARENA, que recebeu muitos setores do PSD e da UDN, e não no MDB, para onde acorreram outros pessedistas, como Amaral Peixoto e, principalmente, os petebistas. É possível, entretanto, examinar as possibilidades que se apresentaram ao Senador naquele momento.

De acordo com João Batista de Vasconcelos Torres Filho, a entrada do grupo liderado por Celso Peçanha no MDB teria levado o pai para a ARENA em função dos atritos que tiveram no passado e que contribuíram para que ele deixasse o PSD em 1962. João Batista é enfático ao lembrar seu pai dizer que “não poderia estar no mesmo partido que Peçanha.”²⁵¹

Por outro lado, o exame da documentação do DOPS indica que o Senador esteve na mira dos militares para ser cassado. Portanto,

249 NEGRO, Antônio L. A ARENA não é a filha da UDN que caiu na zona. *Estud. hist.* (Rio J.), Rio de Janeiro, v.23, n.46, p.394-397, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000200012&lng=en&nrm=iso>. Access on: 29/3/2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-2186201000020001>.

250 GRINBERG, Lúcia. Op. cit., p.32.

251 Entrevista em 31/3/2020.

ingressar na ARENA poderia ter sido uma estratégia de sobrevivência para poder manter sua atividade política.

Deve-se considerar também que, tanto no PSD como no PTB, Vasconcelos foi preterido na corrida para candidatar-se a Governador do Estado. No caso do Partido Trabalhista foi submetido a uma “operação gelo”, o que deve ter ferido demasiadamente um parlamentar como o Senador, fiel cumpridor da disciplina partidária. Ao seguir esse raciocínio, o MDB poderia representar um espaço político pouco favorável para Vasconcelos Torres.

Assim, ao observar-se todos esses ângulos, a decisão de Vasconcelos Torres de se filiar à ARENA pode estar relacionada à procura por uma legenda que lhe oferecesse um ambiente político melhor, sem os embaraços que o PSD e o PTB criaram a sua liderança, mas coerente com suas posições. Pelo conjunto de evidências apresentados, acredita-se que a ARENA pode ter lhe parecido o lugar certo para se filiar. O Senador pode ter compreendido a nova legenda de forma parecida como a analisada por Grinberg, como “uma novidade em posse de lideranças experimentadas”. E tal como toda a novidade, haveria muitas oportunidades e esperanças a se encontrar.

Nesse sentido, vale considerar as declarações que emitiria ao jornal *O Fluminense* em 18 de dezembro de 1965, ocasião em que afirmaria que o então Governador Marechal Paulo Torres seria a mola mestra da ARENA no Estado do Rio de Janeiro:

Afirmou não haver hipótese de hostilidade ao Chefe do Executivo Estadual, porque o Partido que se lança pretendendo ser renovador não poderia adotar velhos métodos de caciquismo. Disse que o mal político do momento é que ‘os saudosistas das legendas mortas, no naufrágio de suas ilusões, ao invés de apanharem o salva-vidas da realidade que lhes estamos

entregando, preferem morrer afogados, mas tentando levar outros em sua companhia'.²⁵²

Depreende-se dessa declaração que o Senador enxergava a extinção dos antigos partidos como forma de iniciar um novo tempo político, “virando a página” de legendas que não teriam sido capazes de resolver a crise que culminaria com a intervenção militar. Libertos dos “velhos métodos” seria possível avaliar um sistema partidário melhor e atualizar os projetos. Tal declaração é uma lição de pragmatismo ou realismo político, qualquer que seja a expressão que se queira usar para definir uma percepção tão clara do momento vivido e que só poderia vir de uma liderança muito experiente: os novos partidos seriam “o salva-vidas da realidade”.

Vale dizer que, para muitos dos políticos da época, o bipartidarismo seria visto como um sistema provisório, que permitiria a criação de uma fórmula política que renovaria, de fato, o país.²⁵³

Talvez, frente ao campo de possibilidades que Vasconcelos Torres teve a disposição, a filiação à ARENA tenha-lhe parecido a oportunidade de tentar algo novo, de levar adiante seus projetos, contribuindo para sua metamorfose política no período.

Importante ressaltar que, naquela conjuntura, a ARENA estaria distante da pecha de servilidade que lhe foi atribuída ao longo dos anos 70 e principalmente a partir dos 80, quando uma memória negativa sobre essa legenda seria engendrada.

252 *O Fluminense*, 18/12/1965, p.1, ed. 22409.

253 GRINBERG, Lúcia, *Op. cit.*, p. 96.

No breve período entre 1966 e 1968, as diferentes lideranças arenistas tentariam imprimir um rumo alternativo ao regime e ao partido, se confrontando com as propostas do Executivo, fato que ficaria bem claro no processo de votação da nova Carta Constitucional. Vasconcelos Torres integraria a Comissão Mista da Reforma que examinaria o anteprojeto de Constituição enviado pelo Executivo, recusando-se, como vários de seus pares, a subscrever o artigo que dispunha sobre a realização de eleições indiretas para a presidência da República, o que consideraria como “medida antidemocrática.”²⁵⁴ Outros artigos levariam a uma rebelião dentro do partido do próprio Governo no mesmo momento em que a Carta foi votada, como a supressão das garantias individuais do cidadão e aqueles que ampliavam o poder do Presidente para governar por meio de decretos, como se constata na edição do *Jornal do Brasil*, de 21 de janeiro de 1967.

Vasconcelos Torres foi atuante em todo o processo de elaboração da nova Carta, tendo sido encarregado pelo relator-geral, Senador Konder Reis, de apreciar as sugestões de emendas referentes ao capítulo do Poder Legislativo, que, segundo acentuaria em declaração ao jornal “transplantaria quase todo o contido na Carta de 1946.”²⁵⁵

O Senador seria combativo no que se refere à Lei de Imprensa, proposta, enviada no apagar das luzes do Governo Castelo Branco, e que reiterava o disposto no AI-2 sobre os limites da liberdade de expressão. Porém, se anteriormente se vedava aos “processos violentos de subversão”, o projeto proposto transformaria toda e qualquer propaganda supostamente subversiva em crime. Sobre a lei, Vasconcelos Torres declararia ao *Diário de Notícias*, em janeiro de 1967, que lutaria para que o projeto se enquadrasse dentro dos postulados da liberdade e que, ao final, a imprensa brasileira sairia vitoriosa, pois prevaleceriam os pontos de

254 *O Fluminense*, 16/12/1966, p.1, ed. 22706.

255 *O Fluminense*, 27/12/1966, ed. 22715.

vista defendidos pelos sindicatos e associações de jornalistas de todo o Brasil.”²⁵⁶

No Congresso, o texto do projeto enviado pelo Governo seria bastante debatido e alterado em diversos pontos, convertendo-se na Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Entretanto, como se tornaria regra naquele período, um dia antes da lei entrar em vigência, o Presidente Costa e Silva, deslegitimaria o trabalho do Senado ao assinar o Decreto-Lei nº 314, que classificava como delitos de imprensa qualquer informação que ofendesse os interesses do Governo e transferindo para foro militar o julgamento de tais delitos.

Em janeiro de 1968, Vasconcelos Torres mesmo sabendo da disposição do General Costa e Silva em não reformar a Constituição, continuaria defendendo as eleições diretas para Governador. Desde que o AI-3 fora baixado, em 5 de fevereiro de 1966, determinando a realização de eleição indiretas para os cargos majoritários, sua candidatura ao Ingá encontrava-se, como diria, “em fase de hibernação”. Dias após a decretação do ato, o Senador, em nota ao *Fluminense*, assumiria que suas chances seriam remotas com eleições indiretas.²⁵⁷ Naquele ano o Governo Militar indicaria o pouco conhecido Jeremias Matos Fontes para o Governo do Estado do Rio.

Assim, ao retomar o tema das diretas em 1968, Vasconcelos lutaria com o Governo sobre o lugar dos políticos no regime vitorioso em 1964. Para o Senador, as eleições diretas deveriam ser retomadas porque constituíram-se na etapa decisiva do processo de redemocratização e, também, porque seria a oportunidade de se corrigirem as anomalias verificadas nos 11 estados onde havia governadores indicados. Apesar da defesa enfática das diretas, sabia que o assunto não seria cogitado pelo

256 *Diário de Notícias*, 11/1/1967, p.4, ed. 13542.

257 *O Fluminense*, 28/2/1966, p.19, ed. 22444.

Governo nem pela oposição, apenas “pelos pescadores de águas turvas”, como se definiam na ocasião.²⁵⁸

A ARENA e o Governo Militar viveriam no período que antecedeu ao AI-5 um duelo, em que parcela expressiva dos arenistas faria questão de lutar pelas prerrogativas dos políticos tanto no campo eleitoral quanto pela participação no Governo. Vasconcelos Torres, particularmente, mostraria habilidade para lidar com essa situação. Encontraria com o Presidente para reclamar sobre a situação de marginalização do Estado do Rio de Janeiro no plano federal. Defenderia naquele momento as sublegendas²⁵⁹ como forma de acomodar lideranças dos antigos partidos e que ficaram de fora do sistema bipartidário. Insurgir-se-ia também contra o projeto de lei do Executivo que transformaria, por decreto, 68 municípios em áreas de Segurança Nacional, entre eles Duque de Caxias.

Tal projeto previa a indicação de prefeitos para os municípios assim considerados, o que privaria as bases políticas locais de exercerem suas formas tradicionais de organização política sustentados na democracia representativa. Parlamentares de ambos os partidos se uniram contra o Governo fazendo emergir, como sugere Grinberg, “uma forte resistência à supressão de procedimentos que garantiam práticas eleitorais mais ampliadas.”²⁶⁰

A atuação de Vasconcelos Torres nesse episódio, assim como em outros, incomodaria Costa e Silva, que conforme noticiado pelo jornal *O fluminense*, em visita ao Senado, diria: ‘Você está trabalhando e dando

258 *O Fluminense*, 10/1/1968, p.3, ed. 23026.

259 *O Fluminense*, 10/1/1968. p.3. ed. 23026. A sublegenda foi um instituto da legislação eleitoral aplicada no país durante a ditadura militar e instituída pelo Ato Complementar de 20/11/1965. Tal recurso permitia que um partido político apresentasse mais de uma lista de candidatos a cargos eletivos, computando-se os votos a eles dado para a legenda partidária. De acordo, ainda com o cientista político Jairo Nicolau, “foi uma maneira de acomodar interesses das diversas lideranças políticas que apoiavam o regime militar”. (Nicolau, J. *História do Voto*. RJ, Zahar, 2002).

260 GRINBERG, L. *Op. cit.* p.117.

trabalho ao meu pessoal com seus pedidos de informações. Quer saber de tudo. Vá com calma!"²⁶¹

O clima de disputa entre ARENA e o alto comando do Governo Militar e ainda as frequentes rebeliões de seus parlamentares, na Câmara e no Senado, atingiriam o clímax no episódio da votação do pedido de cassação do Deputado Márcio Moreira Alves, quando 94 Deputados da ARENA votaram junto com o MDB e negaram o pedido de licença para o Governo processar o Deputado. Enquanto os parlamentares comemoravam o resultado como uma reação do mundo político a tentativa de enquadramento dos militares, horas depois o Governo baixaria o AI-5: fecharia o Congresso, instalaria censura prévia, suspenderia o instituto do *habeas-corpus*, iniciaria nova onda de cassação de mandatos de parlamentares e a suspensão dos direitos de qualquer cidadão considerado suspeito. O AI-5, muito além de ser um instrumento para aniquilar as esquerdas, "era claramente um expediente antipartidário e antiparlamentar."²⁶²

O historiador Rodrigo Patto Motta vem se ocupando de sistematizar uma reflexão sobre as motivações internas do regime para decretação do AI-5, longe das teses que o atribuem exclusivamente como uma reação às esquerdas. Motta credita parte dessas motivações como tentativa de "enquadrar autoritariamente o Congresso, evitando que se tornasse um foco de oposição ao Governo Militar,"²⁶³ destacando, dessa forma, a resistência dos parlamentares ao seu alijamento do campo político.

A historiografia é unânime no que se refere aos efeitos nefastos do Ato Institucional nº 5 para o Brasil. Inúmeros estudos sobre as experiências de exilados e, também, relatos de militares que estavam na

261 *O Fluminense*, 21/4/1967. p. 3. ed.22809.

262 GRINBERG, L. Op. cit., p.127.

263 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 38, n. 79 (pp. 195-216). p.206.

ativa à época, organizados pelo CPDOC da FGV. Entretanto, são raros os trabalhos que tiveram como objeto examinar as sequelas desse ato para as lideranças que atuavam no Congresso naquele momento, em especial aquelas relacionadas à ARENA, e que conforme lembrou Grinberg, eram lideranças forjadas pela redemocratização de 1946. Líderes que, apesar das incertezas pós-64, acreditaram poder reorganizar o sistema partidário no país e governar em conjunto com os militares.

Esse foi o caso de Vasconcelos Torres, que, de acordo com seu filho, “nunca mais foi o mesmo” depois do AI-5. O próprio João Batista, que na época tinha 18 anos e começava a estudar engenharia na UFF, não tem, ainda hoje, palavras para traduzir a reação do pai ao decreto.

Mais uma vez o Senador esteve para ser cassado. A consulta ao seu prontuário revela, conforme nota oriunda do Centro de Informações do Exército, o CLEX, que: “tramitou na Comissão de Investigação Sumária do Exército o enquadramento do nominado no AI-5, o qual foi encaminhado ao Ministério da Justiça para apreciação.”²⁶⁴

Embora a cassação não tenha sido concretizada, seus passos foram vigiados de perto entre 1969 e 1970, quando até suas idas ao tradicional restaurante Gruta de Capri, em Niterói, eram motivo de anotação, ou a sua presença em reuniões nos sindicatos, cuja representação, apesar da repressão, manteve-se na agenda do Senador.

Merece atenção o registro datado de 1º/9/1970:

Repercute negativamente a presença do candidato a Senador Vasconcelos Torres na cidade de Macaé, por ocasião do aniversário da mesma. O Senador Vasconcelos Torres vem praticando uma

264 Fundo POI POI, Notação 2977, 25/3/1969.

operação, que ele mesmo denomina de ‘operação cara de pau’, que consiste em abordar qualquer pessoa na rua, bater-lhe nas costas e tornar-se amigo. Isto feito, mesmo durante a passagem do nosso sagrado pavilhão nacional, num ‘achincalhe’ aos nossos símbolos e uma prova de demagogia barata. Este fato causou profunda revolta na guarnição onde o Senador Vasconcelos Torres já não goza de nenhum prestígio.”²⁶⁵

A referida “operação cara de pau” era, segundo João Batista e Antônio Rosalvo Vasconcelos Torres, uma das estratégias do pai para se aproximar dos eleitores, prática da qual tinha orgulho e que permaneceria no seu rol de atividades até o final da sua vida política. Contudo, descrita como “achincalhe” e como “demagogia barata” pelo agente do DOPS, cujo tom é de condenação ao Senador, permite vislumbrar como a atividade política vinha sendo deslegitimada pelos operadores do regime e os políticos profissionais, estigmatizados. Pode-se afirmar que é antiga no Brasil a condenação da política e dos políticos.

Outro registro que merece destaque é uma anotação de 4 de novembro de 1969, em que o Senador seria denunciado por ter enviado um telegrama ao Governador Jeremias Fontes em que o chamava “de amoral e não escondia junto aos parlamentares certas particularidades e comportamentos amorais do referido Governador.”²⁶⁶

No arquivo de Vasconcelos Torres foi encontrado um telegrama enviado pelo Senador ao Governador Fontes em 22 de maio de 1967 no qual Vasconcelos, em tom pouco habitual, qualifica Jeremias Fontes como um “puritano, despreparado moral e intelectualmente”, atribuindo a si próprio o equívoco de ter-lhe dado o voto decisivo para “guindá-lo à presidência da ARENA”. O Senador, ainda, diria da “infelicidade de ter

265 Fundo POL POL, Notação 2977, 1º/9/1970.

266 Fundo POL POL, Notação 2977, Extrato de Prontuário, 4/11/1969.

um homem vingativo, despersonalizado e inculto dirigindo o destino do Estado do Rio”.

Apesar de o telegrama ser de 1967, é possível que o DOPS vasculhasse a vida de Vasconcelos Torres para enquadrá-lo no AI-5. Nesse sentido, os agentes recuperariam todos os indiciamentos em IPMs, a solidariedade a Cuba, a mensalidade do partido comunista. Enfim, foi um período de perseguições já muito bem documentado pela historiografia, em que “valia tudo” para cassar adversários, ainda mais, se assim se pudesse punir um Senador da República.

Por outro lado, o desentendimento entre Jeremias Fontes e Vasconcelos Torres que a pesquisa na imprensa mostrou estar relacionado às fofocas palacianas²⁶⁷ demonstra as dificuldades que as tradicionais lideranças tiveram para reformar o sistema partidário e renovar seus quadros, o que gerou ocasião para oportunistas e despreparados ascenderem a postos que os mecanismos partidários deveriam reservar para os melhores qualificados, tanto no voto quanto na experiência e cultura.

Apesar da tensão do momento e do Congresso fechado, o Senador não deixaria de lado seu espírito trocista. Assim, na edição de 28 de abril de 1969, de *O Fluminense*, encontra-se a seguinte pérola:

“Vela, ‘valium’ e reza...

Por falar-se em cassação: está marcada para a próxima terça-feira, dia 29, no Palácio do Planalto, em Brasília, mais uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, especialmente para cuidar do assunto. E desta feita nas três áreas: municipal, estadual e Federal. Tão logo soube da data, o desembargador Navega Cretton saiu-se com esta: — ‘Quando é anunciada qualquer reunião do Conselho, aumenta

267 *O Fluminense*, 2/5/1967. p.3. ed. 22834.

enormemente o consumo de dois produtos: vela de cera ou estearina e tranquilizantes'. Ao ouvi-lo, o Senador Vasconcelos Torres, hoje inteiramente dedicado às coisas da administração da Usina Carapebus, não se conteve:

– E não apenas isso. Aumentam também as rezas dos suplentes. E como rezam!²⁶⁸

Apesar das dificuldades da época, das “velas, do valium” e das “orações dos suplementes”, Vasconcelos Torres sobreviveria novamente à onda de cassações e se candidataria à reeleição. Na ocasião fez uma campanha forte no interior, “com muitos carros de som” e um *jingle* que entraria para os anais das campanhas políticas: “A Marcha do Povo Fluminense”, que, segundo seu filho Antônio Rosalvo, seria veiculada insistentemente em todas as cidades. Ainda hoje, garante Rosalvo, há no interior do Estado aqueles que cantarolam de cor o *jingle*. A marchinha era anunciada da seguinte forma:

“Do mesmo autor de Pra frente Brasil, de Miguel Gustavo, Clara Nunes canta a Marcha do Povo Fluminense

É Vasconcelos Torres, Vasconcelos Torres

Vasconcelos Torres a corrente pra frente formou-se de novo.

É Vasconcelos Torres, Vasconcelos Torres

Vasconcelos Torres, Vasconcelos Torres

Quem trabalha, quem merece,

268 *O Fluminense*, 28/4/1969. p.2. ed. 20419

Quem merece tem louvor
Fluminense não esquece Vasconcelos Senador
Agora ninguém vence, povo fluminense
Agora no Senado, Senador da gente
É Vasconcelos Torres, Vasconcelos Torres
Vasconcelos Torres, Vasconcelos Torres
Agora tudo azul, agora é sangue novo
Agora é no Senado, Senador do povo.
É Vasconcelos Torres, Vasconcelos Torres
Vasconcelos Torres, Vasconcelos Torres

Eleito, seria alçado ao Senado Federal pela segunda vez com 459.545 votos, 1% a menos que Amaral Peixoto que ficaria com a 1ª cadeira do Estado para o Senado, e como vários de seus colegas se dedicaria a tentar reformar o partido. A partir de 1974 participaria do projeto da distensão política contribuindo para a redemocratização. Nessa década ocuparia todos os espaços da tribuna para fazer ouvir sua voz, mas não esqueceria o velho sonho de governar o Estado do Rio.

O Senador encontraria em seu caminho três grandes barreiras que não apenas inviabilizariam uma eventual chapa para o Governo do novo Estado do Rio de Janeiro, como impediriam sua terceira eleição ao Senado: a fusão, o Almirante Faria Lima e Nelson Carneiro.

A fusão dos Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara foi um projeto antigo do Senador, que em 1959 presidira na Câmara Federal uma

comissão para estudar a reunião dos Estados. Sua exposição de motivos será examinada no próximo item, mas adiante-se que ele entendia a questão pelo prisma do determinismo histórico. Sabia, segundo seu filho João Batista, que o ato teria consequências colaterais para ele, uma vez que o eleitorado da Guanabara era muito maior que o do Estado do Rio, onde não era conhecido. Todavia não contava com o desinteresse do Governador nomeado para gerir a fusão. O Almirante Faria Lima detestava política e tratou de se cercar de quadros técnicos. Somente se filiaria à ARENA em 1976, ocasião em que Vasconcelos Torres diria em discurso: “o partido deseja que o Governador trabalhe não apenas para a agremiação, mas que trabalhe também com ela.”²⁶⁹



Solenidade de recebimento do título de Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal Fluminense.

269 O Fluminense, 20/4/1976. p.3.

Tal declaração demonstraria o momento difícil que o partido passava, afinal a ARENA saía derrotada das eleições de 1974 e seus diretórios refletiam as disputas políticas em jogo na conjuntura de organização do novo Estado e da própria distensão. Durante todo o ano de 1977 e 1978 correriam boatos de intervenção no diretório do partido, que teve enorme dificuldade de organizar sua chapa para as eleições legislativas, particularmente para Senador. Sem apoio, Vasconcelos Torres em carta à direção arenista desistiria de concorrer ao Senado, alegando motivos pessoais.²⁷⁰ Todavia, três meses depois e às vésperas do pleito, a ARENA homologaria o seu nome e o da deputada Sandra Cavalcanti para o Senado.²⁷¹ Em uma campanha de 35 dias, “sem faixas, sem prospecto colado ao poste, sem gastar um tostão”, o Senador não se elegeria ao terceiro mandato.



270 *O Fluminense*, 3/6/1978. p.7.

271 *O Fluminense*, 14/9/1978. p.5. ed.02593.

Vasconcelos Torres, aos 57 anos e 32 de carreira política decidiria retirar-se da grande política. Em entrevista ao jornal do Brasil diria:

O bom político é como o artista que reconhece a hora de deixar a ribalta, ou como o velho craque de futebol que pressente a hora de pendurar as chuteiras. Para encurtar: de imediato, tinha percebido que a minha hora estava se esgotando, em grande parte por culpa do Partido, a ARENA: formado apenas para registrar candidaturas, mas sem motivação ideológica que deveria ter. Para falar a verdade, a ARENA não soube nem aproveitar as obras do Governo Federal e do Estado.²⁷²

Na mesma entrevista, o Senador diria, também, que alertara o Presidente Geisel sobre o esfacelamento da máquina partidária e “de tudo que acontecia no Estado do Rio,” como as descortesias de Faria Lima, Heleno Nunes e Alair Ferreira, que foram os dois últimos Presidentes do partido no Estado.²⁷³ Afirmaria ainda, entre uma baforada e outra, que não haveria mais lugar para ele após a fusão.

Importa destacar que não fica claro o porquê de Vasconcelos Torres voltar atrás em sua decisão de não se candidatar. Na referida entrevista ao *Jornal do Brasil*, comentaria brevemente de apelos que teria recebido do General Figueiredo, então candidato à Presidência da República, a se candidatar. Seu filho João Batista é novamente enfático ao afirmar que ele não queria e se recusou a fazer campanha.²⁷⁴

Vasconcelos Torres também não queria disputar com colegas um cargo na Câmara baixa, como faria seu colega e amigo Paulo Torres, nem

272 JB, 21/11/1978. Caderno B.

273 Tribuna da Imprensa, artigo de Aristóteles Drummond. “A Retirada de Vasconcelos”. 29/6/1978.

274 João Batista Vasconcelos Torres Filho à autora, em 7/1/2020.

renunciaria às suas convicções e trairia seus eleitores. Desmotivado politicamente, não se reelegeu. Ao retornar para Niterói, mencionaria à imprensa que estaria repensando sua carreira política e também um livro de memórias.

Todavia, ao regressar de Brasília, não descansaria e partiria imediatamente com o filho Antônio Rosalvo para visitar os correligionários no interior. Segundo Rosalvo, que tinha a percepção de estar sendo preparado para ingressar na política, Vasconcelos Torres tentaria, ainda, se articular com setores cariocas para organizar uma chapa para 1982. A morte do ex-prefeito do Rio Marcos Tamoio, entre outras coisas, inviabilizaria a estratégia.²⁷⁵

Na verdade, a vereança ou a prefeitura de Niterói nunca estiveram no horizonte de Vasconcelos Torres. Na conjuntura de reorganização partidária do final da ditadura, o ex-Senador regressaria à cena política ao ingressar no Partido Popular, de Tancredo Neves, em 1981, que incorporava parte da mística do antigo PSD. No ano seguinte, o PP se reuniria ao PMDB e Vasconcelos faria campanha para os Deputados da legenda.

Em 25 de setembro de 1982, aos 62 anos, retornando de um comício em Petrópolis, sentiu-se mal, sendo levado a um posto de saúde em Xerém. O Senador do povo não resistiu, vindo a falecer, às vésperas da primeira eleição direta para Governador em 20 anos.

Em seu obituário no *Jornal do Brasil*, o Senador seria descrito como um político que embora “pessedista (sic) em 1962 acabou vinculado aos ideais de 1964, mas sem incorporar a mística acusatória dos que assumiram o poder”. Em outra parte, destacariam que “a roupagem arenista nunca lhe caíra bem”.²⁷⁶

275 Antônio Rosalvo Vasconcelos Torres. Entrevista à autora, 22/1/2020.

276 JB, 27/9/1982. Na matéria há um engano. Em 1962, Vasconcelos Torres já não seria mais pessedista e sim petebista.

Estar no PSD, no PTB e na ARENA nunca foi um problema para o Senador relacionando-se mais a fatores conjunturais do que a ideológicos. Mesmo em uma conjuntura de exceção, Vasconcelos Torres não declinaria jamais do seu tipo político, nem das suas marcas distintivas. Equilibrar suas posições políticas em uma conjuntura de exceção foi o desafio que enfrentou corajosamente no Senado e foi procurando manter sua independência que conduziu sua trajetória naquela Casa.

Diplomação para o Senado, em 1970, com sua família e a de seu suplente, Dr. Ricardo Augusto Viana.



CAPÍTULO 5. NO SENADO

Para um parlamentar, mesmo um Senador da República, não existem assuntos de maior ou menor importância para o país. Nem assuntos inoportunos. Tudo o que se refere à vida do país e do povo é importante (...)

Vasconcelos Torres,
1970.

A epígrafe que abre este livro, agora retomada para realçar o sentido do capítulo, encerra de forma precisa como Vasconcelos Torres compreendia a atividade de um parlamentar. Para ele, não deveriam existir assuntos de maior ou menor relevo, nem questões impróprias. A “grande política”, aquela destinada aos temas mais amplos do desenvolvimento socioeconômico e das relações internacionais do país encontrava-se no mesmo patamar da chamada “pequena política”, relacionada ao dia a dia e que envolvia a regulação dos preços dos aluguéis, as reivindicações salariais, a loteria esportiva, ou o problema da padronização das caixas de cereais. O Senador acreditava que todos os problemas importavam e mereciam ser debatidos na tribuna do Senado como se fossem uma coisa só: os interesses do povo brasileiro. Tal concepção nortearia toda a sua atividade política, da Assembleia Legislativa Estadual à Câmara Federal e ao Senado da República.

Nesse sentido, a pesquisa nas fontes relativas ao Senado registrou 1319 “usos da fala” a partir das quais se identificou um conjunto de 23 temas privilegiados pelo Senador na tribuna, e que permitem afirmar a multiplicidade de seus interesses.²⁷⁷ Tais temas abordariam:

- Política Industrial
- Relações Externas
- Economia popular
- Reforma Agrária
- Discriminação Racial
- Igreja Católica
- Soberania Nacional

²⁷⁷ Importante esclarecer que nesse cômputo foram deixados de fora pronunciamentos relativos a homenagens, comemorações, aniversários, comentários à Ordem do Dia, requerimentos, solicitações de inserção nos anais do Senado, elogios, debates sobre o regimento interno, entre outras coisas, que embora façam parte do universo cultural do Senado, não deixam transparecer os interesses do Senador. Nesse sentido, o que se registrou concentra os principais “usos da fala” de Vasconcelos Torres e que permitiram identificar seus interesses.

- Executivo Federal
- Ciência e Tecnologia
- Meio Ambiente
- Desenvolvimento Regional
- Turismo
- Pesca
- Movimento e legislação trabalhista
- Educação
- Forças Armadas
- Segurança Pública
- Brasília
- Segurança Nacional
- Petróleo
- Política Econômica
- Reforma Política

Portanto, visto por esse ângulo, não é demais afirmar que a atuação parlamentar de Vasconcelos se deu, realmente, em diversas direções.

O ângulo do Senado, entretanto, não é o único pelo qual se podem definir os interesses de Vasconcelos Torres. Suas proposições e comentários seriam divulgados pela imprensa da época, que repercutiria junto à população suas teses no Senado. Entre 1970 e 1979, tempo que corresponde ao final do primeiro e a íntegra do seu segundo mandato, foi possível mapear as notícias sobre a sua atuação veiculadas em diversos jornais. *O Fluminense*, à época um jornal de grande penetração nos municípios do Estado do Rio de Janeiro e que, por suas afinidades com o Senador, cobria detalhadamente sua atividade política. Esses registros

permitem que se conheça como os assuntos tratados na Câmara alta se destacariam no noticiário.

A pesquisa no jornal *O Fluminense* apontou 471 referências entre notas breves e reportagens de maior expressão. Os registros referem-se a aproximadamente 60 temas diferentes, que englobam e até extrapolam os debates do Senado.

O cruzamento dos discursos encontrados no diário do Senado Federal com os dados referentes aos jornais possibilitou averiguar a maneira como a “grande” e a “pequena” política se articulariam no discurso do Senador.

Nesse capítulo, a fim de objetivar a análise, dividiu-se a atuação do Senador em três direções:

- Demandas Populares
- Questões Político-partidárias
- Temas de Repercussão Nacional

Tais conjuntos, que serão analisados separadamente, abrigam a dialética entre a macro e a micropolítica no discurso de Vasconcelos Torres nos seus anos no Senado, propiciando, ainda, identificar os grupos sociais para quem dirigia seu discurso, e em nome dos quais falava.

DEMANDAS POPULARES

A chamada “pequena” política aparece no discurso e na ação de Vasconcelos Torres ao procurar atender às diversas demandas populares:

- a) Reivindicações a favor de municípios e Câmaras de Vereadores junto ao Executivo e também de entidades filantrópicas. Indo de conservatórios de música às residências estudantis.
- b) Mediação junto ao Executivo Federal e Estadual para recuperação de fábricas, como no caso da Companhia Petropolitana de Tecidos.
- c) Projetos e declarações em prol das domésticas, como férias de 30 dias, salário férias e extensão da CLT. Benefícios aos funcionários públicos, como contagem de tempo de serviço e enquadramento, particularmente para os trabalhadores da Embrapa, CSN e das universidades federais. Extensão do salário família e do auxílio-funeral. Extensão de direitos trabalhistas a trabalhadores nacionais em legações estrangeiras no Brasil. Proteção do menor e de aposentados. Direito de rescisão de contratos de trabalho quando realizado pelo trabalhador. Gratificação anual aos trabalhadores na forma de um 14º salário.
- d) Intermediação de audiências junto ao Ministério do Trabalho, em benefício de sindicalistas e cooperativistas, com particular atenção para o Sindicato dos Estivadores e Arrumadores do cais de Angra dos Reis. Liberação de bolsas de estudos para trabalhadores sindicalizados.
- e) Atuação em prol de tombamento de conjuntos arquitetônicos.

- f) Atividades em benefício de famílias em situação de desabrigo, como aquelas despejadas dos terrenos da Fábrica Nacional de Motores, vendida para a Alfa Romeo no final dos anos 60.

- g) Projetos de interesses populares como a reorganização da Loteria Esportiva. Limitação da velocidade dos carros. Obrigatoriedade da gorjeta. Fim do abuso do uso de carros oficiais e mordomias. Exigência do troco ao cliente. Exigência de cadeiras para descanso dos trabalhadores de estabelecimentos comerciais. Construção de uma estação hidroviária entre a Praça XV e o bairro de Neves, em São Gonçalo. Obrigatoriedade da discriminação das fórmulas dos remédios nas embalagens. Contra a padronização da caixa de cereais. Contra o abuso das nomeações de membros estranhos à magistratura nos tribunais superiores. Criação de agência para defesa do consumidor;

- h) Promoção da cultura e proteção dos trabalhadores de atividades culturais com a transformação de espaços ociosos de prédios da União em auditórios. Obrigatoriedade da criação de orquestras nas emissoras de TV.

A amplitude e diversidade de questões abordadas pelo Senador impressiona, mesmo no caso de Senadores que exerceram mandatos sucessivos. A essa altura do livro é redundante dizer que o Vasconcelos Torres se interessava por tudo que dizia respeito ao seu país, seu Estado e à defesa do trabalhador.

Nesse sentido, o conjunto referente às demandas populares se constituiria em ações ou projetos para atender a seus eleitores, que se situavam entre os funcionários públicos²⁷⁸, os trabalhadores sindicaliza-

278 *O Fluminense*, 19/4/1977. p.6; 4/5/1973. p. 3; 23/4/1977, p.6; 6/7/1977, p.7.

dos – metalúrgicos, estivadores, marítimos²⁷⁹– Professores, domésticas e trabalhadores rurais. Grupos, para quem falava e representava no Parlamento.

No caso das domésticas seria um dos pioneiros a dedicar-lhes atenção ao defender a extensão da legislação trabalhista para esse enorme grupo, quase exclusivamente composto por mulheres²⁸⁰. Conquista só recentemente assegurada por intermédio da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Defenderia, também, a aposentadoria das trabalhadoras rurais.²⁸¹

Aos maiores de 70 anos pleitearia o arrendamento de imóveis da União para garantir-lhes um teto, assim como o auxílio-funeral.²⁸² Seria interlocutor, ainda, dos garçons²⁸³ e trabalhadores da cultura afiançando-lhes meios de subsistência.²⁸⁴

O trabalhador de baixa renda seria o destinatário privilegiado das ações e proposições de Vasconcelos Torres que reconhecia a necessidade de elevar-lhes a renda para, dessa forma, injetar dinheiro na economia. A proposta de um 14º salário para o trabalhador seria destacada da seguinte forma pelo jornal *O Fluminense*:

279 *O Fluminense*, 10/5/1977, p.6; 9/3/1978, Capa e p.2; 10/3/1978, p.5.

280 *O Fluminense*, 4/5/1973, p.12; 25/10/1977, p.7; 24/11/1977, p.7

281 *Tribuna da Imprensa*, 21/8/1977.

282 *O Fluminense*, 28/6/1977, p.7; 17 e 18/7/1977, p.1.

283 *O Fluminense*, 21 e 22/7/1974, p.8; 8/8/1974, p.2.

284 *O Fluminense*, 9/9/1977, p.5.

“Vasconcelos Torres quer empresa pagando gratificação anual

Vasconcelos Torres propõe projeto para garantir pelo empregado uma gratificação salarial, independente da remuneração anual, modificando a redação do artigo 1 da Lei nº 4090. (...) Tal medida refere-se aos trabalhadores que ainda não recebem esse tipo de gratificação ‘esta é uma tese simples e humana que consiste no reconhecimento da necessidade urgente de elevar o poder aquisitivo da grande, humilde e silenciosa massa de trabalhadores que constitui a maior parte da força de trabalho de que dispõe o Brasil. A instituição de um 14º salário para os trabalhadores insere-se na linha da justiça social.’ De acordo com o jornal, Vasconcelos Torres acredita que a medida dinamizará a economia nacional numa escala mais ampla e contribuirá para que se apresse a criação daquele grande e estável mercado interno de que tanto precisa o Brasil para minimizar sua dependência econômica externa.”²⁸⁵

É importante destacar que, nos idos de 1978, o “milagre econômico” já se transformara em pesadelo e o país viveria às voltas com empréstimos do FMI. Portanto, a medida proposta pelo Senador seguiria na direção contrária aos pressupostos econômicos da época, que defenderiam a contenção dos gastos públicos, a elevação da taxa juros e a implementação de políticas salariais que perderiam sempre para a inflação.²⁸⁶ Nesse sentido, Vasconcelos Torres se posicionaria de modo bem diferente à maioria do partido e do Governo que deveria dar sustentação, marcando mais uma vez sua independência política.

285 *O Fluminense*, 4/5/1978. p.7, ed. 02483(1).

286 CARVALHO, Lívio de. Políticas salariais brasileiras no período 1964-81 In: *Rev. bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 36 (1): 51-84, jan Imar. 1982

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/280/6507> Acesso em: 6/4/2020. p.52-55.

Ainda no que se refere ao conjunto das demandas populares, deve-se ressaltar projetos que beneficiariam coletivamente os trabalhadores como a propositura de uma agência de defesa do consumidor em 1974²⁸⁷, lembrando que o primeiro Procon, criado no Estado de São Paulo, data de 1976. Outro projeto que alcançaria visibilidade na imprensa foi o da padronização das caixas de cereais, que acrescentaria o Senador:

Por toda parte há uma tendência crescente a vender arroz, feijão, farinha e outros produtos essenciais a todas as mesas em volumes unitários que excedam ao poder aquisitivo de quem, dentro de suas possibilidades, se arma o modesto chefe de família ou a preocupada dona de casa, para dar uma circulada no supermercado ou na feira, em busca do essencial.²⁸⁸

Considerando sua acurada sensibilidade social, Vasconcelos Torres defenderia, ainda, que se oferecesse ao consumidor a opção pela venda de alimentos em pacotes de ½ kg, 1kg e 5kg. De outro modo, defenderia a construção de uma estação hidroviária em Neves, um bairro do município de São Gonçalo, próximo a Niterói, com a finalidade de poupar tempo e dinheiro de passageiros do operariado da região, assegurando-lhes maior conforto.²⁸⁹

Os professores não seriam esquecidos por Vasconcelos que enviaria Projeto de Lei para garantir o piso mínimo nacional para a categoria, além de outros benefícios para o professorado. Vale lembrar que a lei que criaria o piso para o magistério seria sancionada apenas em 16 de julho

287 *O Fluminense*, 30/8/1974, p.2.

288 *O Fluminense*, 3/7/1976, p. 3.

289 *O Fluminense*, 12/9/1975, p.9.

de 2008, (Lei nº 11.738). Além disso, apresentaria Projeto de Lei para regulamentar a profissão de sociólogo²⁹⁰.

O atendimento às demandas populares, já referidas aqui como a “pequena política”, mobilizavam o Senador e absorviam parte considerável do seu tempo, conforme observado pela leitura dos jornais, particularmente *O Fluminense*. Muitos de seus projetos se antecipariam em anos ou décadas àqueles em vigor na atualidade, demonstrando que no aspecto da legislação social Vasconcelos Torres era um político de vanguarda.

Nesse sentido, é importante alinhar a coerência que atravessa sua trajetória desde seus trabalhos inaugurais, como os já mencionados livros *A Mobilidade Rural Brasileira*, de 1950, e *Uma Face do Problema Agrário Fluminense*, de 1951, passando pela batalha empreendida contra os Carreiros na Assembleia Estadual nos anos 50, à Emenda Constitucional para reforma agrária às vésperas de 1964 e os Projetos de Lei de amparo aos trabalhadores dos anos 70. Coerência que ele próprio reafirmaria na introdução do seu livro *Metalúrgico*. Calor e suor na luta pela sobrevivência, publicado no final do seu mandato em 1978 e que, de certa forma, pode ser entendido como testamento político:

“A linha de coerência que me preocupa, que me anima, limita e orienta meus passos é a da solidariedade com os pobres, com os humildes, com os que ganham o pão através do trabalho, com todos os que precisam de apoio e defesa para suas reivindicações e aspirações. Daí minha antiga afinidade com os patrícios trabalhadores de todas as categorias, pois, integram eles, exatamente, esse grupo humano que

290 Diário do Senado Federal nº 81 de 1974 Sessão: 02/8/1974, Publicação: 03/8/1974 <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=03/8/1974&paginaDireta=2710>

tema sobrevivência física ligada ao desempenho incessante de uma atividade muscular e cerebral.”²⁹¹

QUESTÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS

Os registros assinalados como questões político-partidárias combinam as duas esferas da ação de Vasconcelos Torres e referem-se à:

1. Presença em festas locais nos municípios fluminenses.
2. Reforma da ARENA e fim das sublegendas; debate sobre o sistema bipartidário; crítica à Mesa do Senado pela rejeição sumária dos projetos de iniciativas de Senadores; naufrágio da ARENA nas eleições de 1974; eleições 1974, 1976 e 1978;
3. Considerações sobre o Projeto Brasil de Teotônio Vilela;

São inúmeros os registros referentes à presença do Senador nos festejos dos municípios fluminenses, o que permite vislumbrar o seu cuidado junto aos eleitores do interior. Vasconcelos Torres ficaria conhecido como andarilho, dedicaria seus finais de semana para visitar os correligionários do norte ao sul do Estado e não hesitaria deixar Brasília, para cumprimentar seus constituintes nas solenidades locais.

O Jornal *O Fluminense* destacaria a presença de Vasconcelos Torres nos festejos dos santos padroeiros de todos municípios fluminenses,

²⁹¹ VASCONCELOS TORRES. Metalúrgico. Calor e suor na luta pela sobrevivência. Brasília, 1978. Senado Federal. P.23. O livro é uma compilação de discursos e proposições sobre a defesa dos trabalhadores, precedida de ensaio introdutório do autor.

pois para o Senador não haveria hipótese de faltar a tais comemorações. O compromisso político com seus eleitores era muito importante e as festas locais seriam o lugar ideal para reafirmar esses laços.

O referido jornal também anotaria a presença do Senador na posse de bispos, almirantes e comandantes; nos centenários de associações mutualistas ou recreativas, literárias ou musicais. Vasconcelos Torres se multiplicaria entre Brasília, Baixada Fluminense e o interior do Estado do Rio de Janeiro marcando sua presença em todos os lugares possíveis.

A reforma da ARENA e seu naufrágio político, o fim das sublegendas, a crise do bipartidarismo,²⁹² mereceriam espaço na agenda do Senador, que também comentaria as propostas de democratização do país, como os planos anunciados no livro *Projeto Brasil*, de Teotônio Vilela.²⁹³ Contudo, apesar de seu envolvimento em sucessivas tentativas de reformar a ARENA, sua atuação parlamentar vista pela ótica da longa duração do seu mandato na senatoria evidenciaria a procura pela independência frente a princípios doutrinários, à dependência crônica a caciques, e a rótulos ou siglas partidárias.²⁹⁴

292 *O Fluminense*, 31/12/1972, p.3; 9/2/1973, p.3; 2/1/1975, p.2; 2 e 3/2/1975, p.2; 22/4/1975, p.4; 20/4/1976, p.3.2 e 3/5/1976, p.7; 25/11/1976, p.5; 27/11/1976, p.5; 22/3/1977, p.6; 17e 18/7/1977, p.1.; 3/12/1977, p.6; 6/1/1978, p.320/1/1978, ed. 02397(1), entre outras.

293 *O Fluminense*, 18/5/1978, P. 7, ed. 02495, p.7, comentários ao Livro *Projeto Brasil*, de Teotônio Vilela e Raphael de A. Magalhães, livro em que em que reivindicavam o restabelecimento da democracia e das liberdades individuais, e ainda: o pluripartidarismo, o *habeas corpus* para crimes políticos e a liberdade de organização sindical; eleição gerais diretas; suspensão dos Senadores biónicos, fim da censura à imprensa; e uma política energética baseada em combustível vegetal como alternativa ao petróleo. Fonte: <http://itv.org.br/institucional/teotonio-vilela>

294 VASCONCELOS TORRES. Metalúrgico. Calor e suor na luta pela sobrevivência. Brasília, 1978. Senado Federal, p.23.

TEMAS DE REPERCUSSÃO NACIONAL

Os temas da grande política que mobilizaram o Senador e foram destacados nos principais jornais e referiram-se às seguintes questões:

1. Crítica ao Itamaraty.
2. Proteção ao meio ambiente.
3. Soberania Nacional: expedição à Antártida e mar territorial.
4. Indústria automobilística.
5. Defesa da estatização dos serviços essenciais.
6. Distribuição dos *royalties* do petróleo.
7. Exame da Ordem dos Advogados.
8. Êxodo rural e crise da agroindústria do açúcar no Norte Fluminense, particularmente crítica à lei de transferência de cotas das usinas de açúcar.
9. Justificação da Fusão do Estado do Rio de Janeiro e da Guanabara; Projeto de lei que cria áreas metropolitanas.

O Itamaraty foi alvo constante dos discursos de Vasconcelos Torres na tribuna do Senado com grande repercussão nos jornais. Na verdade, desde 1959, ainda na qualidade de Deputado Federal pelo PSD, ele lançaria sua crítica à Casa do Barão do Rio Branco na oportunidade de uma reforma que, segundo suas alegações, atenderia apenas às necessidades dos diplomatas ao prever a ampliação dos cargos da chancelaria, das suas vantagens pecuniárias e o reagrupamento de serviços meramente burocráticos.

Nesse sentido, invocaria a pressão de empresários, exportadores de café, colonistas da imprensa e parlamentares para a modernização do Ministério das Relações Exteriores. Pressionaria por uma chancelaria

atualizada, eficiente e agressiva no comércio exterior, com corpo técnico qualificado e capaz de examinar com profundidade os problemas econômicos relacionados com a política externa.²⁹⁵

Já na qualidade de Senador, em 1965, apresentaria projeto para abolir o fardão usado pelos diplomatas brasileiros em cerimônias e recepções, no Brasil e no exterior. Na tribuna não pouparia apreciações negativas à postura reativa do Itamaraty frente às críticas recebidas, considerando que o órgão agiria como uma corporação privada, incapaz de modernizar-se de acordo com as transformações do mundo no pós-guerra. Ressaltaria, também, alguns aspectos presentes na diplomacia brasileira e que seriam anacrônicos, como o discurso-declamação vazio, as missões diplomáticas onerosas e a reserva dos cargos às classes privilegiadas, além da vestimenta ultrapassada dos fardões. Defenderia uma mudança estrutural na casa, sugerindo a reformulação dos conhecimentos requeridos e a exigência de ensino superior aos candidatos acabando, assim, com o limite etário para ingresso na carreira diplomática, a fim de admitir profissionais com experiência e conhecimentos acerca da realidade política e socioeconômica brasileira.²⁹⁶

Em reportagem de *O Globo* sobre tal projeto, Vasconcelos Torres investiria novamente contra o fardão e reafirmaria que os diplomatas brasileiros tal como se ainda estivessem no Império, participavam “de um desfile permanente e impertinente de fantasias em lugares diversos dos adequados às passarelas dos bailes de fantasias.” Sem dar trégua ao Itamaraty, comparava-os ao Castelo, o famoso livro de Kafka,²⁹⁷ que, dentre suas diversas interpretações, sinaliza para a burocratização e correspondente esterilidade da vida em sociedade.

295 *Correio da Manhã*, 9/7/1959. pp.7 e 9, ed. 20332(3)

296 Diário do Senado Federal nº 130 de 1965 Sessão: 15/9/1965 | Publicação: 16/9/1965. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/10182?sequencia=10> Acesso em: 7/4/2020.

297 *O Globo*, 5/6/1965.

Em 1968, em novo discurso denunciaria, uma vez mais, a precariedade da execução da política externa brasileira pelo Itamaraty.²⁹⁸ Em 1975, voltaria à carga ao contestar a medida de extinção dos adidos culturais. Afirmaria que tal medida, assim como a extinção dos adidos econômicos, afastaria ainda mais a estrutura diplomática da realidade socioeconômica brasileira, marcada pela miséria e pelo subdesenvolvimento. Novamente criticaria a insistência da Casa do Barão do Rio Branco em manter-se como um “clube de boas maneiras”, voltado para uma diplomacia vazia, mesmo quando a nova política externa adotada pelos Governos militares forçava-a à modernização.²⁹⁹

A preocupação de Vasconcelos Torres com as relações externas também pode ser vista nos discursos sobre as relações comerciais entre Brasil-Argentina³⁰⁰ e na denúncia ao que consideraria como campanha hostil à construção de hidrelétricas brasileiras na Bacia do Prata, levada a cabo pelo jornal argentino *El Clarín*. Reclamaria, também, junto ao Ministérios das Relações Exteriores, o direito ao uso comum da referida bacia, fechada para os pescadores brasileiros em virtude de um tratado entre Argentina e Uruguai, cobrando, portanto, uma posição do Itamaraty quanto ao assunto.³⁰¹

As relações com os Estados Unidos também estariam na mira do Senador, ao abordar a proposta de uma nova política para os países latino-americanos, prometida por Richard Nixon, em 1969. Considerava que a política americana “sempre se opusera à industrialização” da região, impingindo aos povos do sul o mero papel de consumidores dos seus produtos, do que resultaria o exacerbado antiamericanismo da região. Entretanto, face à promessa de acordos mais equilibrados, admitiria a

298 Diário do Senado Federal nº 41 de 1968. Sessão: 21/3/1968 | Publicação: 22/3/1968. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/9120?sequencia=4>. Acesso em: 7/4/2020.

299 Diário do Senado Federal nº 44 de 1975 Sessão: 13/5/1975 | Publicação: 14/5/1975 Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/8454?sequencia=21>. Acesso em: 7/4/2020.

300 Diário do Senado Federal, 29/3/1973. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=29/3/1973&paginaDireta=312>

301 Senado Federal, 8/10/1968. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/9282?sequencia=20>

necessidade do país “assumir uma posição nova face aos Estados Unidos”.³⁰²

Merece atenção o projeto que apresentaria em 1974, para facilitar o processo de imigração de portugueses para o país, em face à situação atravessada por Portugal na conjuntura da guerra ultramarina. Seu projeto visava, também, estender os direitos políticos para esse grupo, que, conforme expressara em seus livros dos anos 40, representaria o “imigrante ideal”, dotado da mesma identidade étnica, linguística e de formação cultural dos brasileiros. Estenderia sua preocupação com o “português não branco da África”, grupo que consideraria como um dos alicerces “dessa democracia multirracial, que é o Brasil.”³⁰³

Como homem de sua época, Vasconcelos Torres seria muito influenciado pelo livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, lançado em 1933 e no qual o sociólogo defenderia a tese de que o Brasil escapara do racismo e da discriminação racial, graças em parte à benignidade do imperialismo português e à intimidade entre senhores e escravos. Além disso, Freire argumentaria que a miscigenação continuada entre brancos, negros e índios levaria a uma “meta-raça”, o que teria impedido o surgimento de categorias raciais rígidas. Assim, diferente da realidade de outros países, o Brasil seria um exemplo de “democracia racial”.

Vale dizer que até fins dos anos 70 a referida tese seria motivo de orgulho no Brasil. A partir da década de 1980 e da afirmação dos movimentos negros, tal mito se desfaria. O Senador, embora tenha recebido tais influências, sempre atento às transformações e questões do presente, usaria a tribuna mais de uma vez para defender o fim da discriminação racial, ocasiões em que abordaria o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, o *apartheid* na África do Sul e na Rodésia. Acreditava

302 Diário do Senado Federal nº 11 de 1969 Sessão: 06/11/1969 | Publicação: 07/11/1969. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/8836?sequencia=23>. Acesso em: 7/4/2020.

303 Diário do Senado Federal nº 98 de 1974 Sessão: 27/8/1974 | Publicação: 28/8/1974. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/8604?sequencia=16>. Acesso em: 7/4/2020.

firmente que “os sentimentos contra o *colored people* não poderiam mais ter lugar no mundo civilizado.”³⁰⁴

Destaque-se que aproximação com os portugueses era antiga e muito provavelmente se relacionasse a importância da colônia portuguesa de Niterói que se constituiria em parte expressiva da elite do antigo Estado do Rio de Janeiro. O Senador, ainda apresentaria o Projeto de Lei nº40, que instituiu a data de 22 de abril, como o “Dia da Comunidade Luso-Brasileira” e que seria sancionado em 1965.³⁰⁵ Em 1966, a convite do Governo Português visitou aquele país e as colônias, que então eram mantidas por Portugal na África. Ao final dessa viagem Vasconcelos tomou posse como membro da Sociedade Geográfica de Lisboa. *O Fluminense* reproduziria integralmente a conferência do Senador naquela solenidade.³⁰⁶

Em 15 de setembro de 1967, recebeu a comenda da Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique, em reconhecimento ao trabalho em prol do fortalecimento da Comunidade Luso-Brasileira. Em seu discurso de agradecimento, ressaltou seu apreço por Portugal e sua gente.

Outro tema que ocuparia a atenção do Senador seria o Meio Ambiente. Na verdade, o desmatamento das florestas apareceria como sua preocupação desde 1951, quando denunciaria a desertificação e as alterações climáticas provocadas pela ação predatória da Cia. Leopoldina Railway de transformar em carvão as reservas florestais fluminenses. Posteriormente, em 1964, da tribuna alertaria o país para as dificuldades enfrentadas pelos pescadores das colônias de Niterói para garantir sua

304 Ver os discursos de 7/11/1965, 28/8/1963, 26/10/1963 e 30/11/1977, respectivamente In: [Http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=17/11/1965&paginaDireta=4014](http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=17/11/1965&paginaDireta=4014)
<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=28/8/1963&paginaDireta=2169>
<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=26/10/1963&paginaDireta=3079>
<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=30/11/1977&paginaDireta=7260>

305 Senador Gabriel Hermes. O Dia da Comunidade Luso-Brasileira. Discurso proferido no Senado Federal na sessão do dia 25/4/1983. Brasília, 1983.

306 *O Fluminense*, 4/9/1966. p.5

subsistência, em função da poluição das águas da Baía de Guanabara. Diria, então, que sua fauna ictiológica estava quase dizimada pelos detritos jogados ao mar por navios e pelo esgoto das cidades próximas que desaguavam na Baía.³⁰⁷

Em 1970, abordaria no Senado o ritmo acentuado do desmatamento no Sudeste brasileiro, alertando, mais uma vez, para as consequências. Destaca-se o seguinte trecho:

Ao longo do tempo, o ritmo das derrubadas vem apenas aumentando. No Centro-Sul, Estados como o de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro estão hoje com as suas reservas florestais reduzidas a um mínimo e ninguém precisa ser técnico para saber que essa ausência de florestas traz um perigoso desequilíbrio ao meio natural em que vive o homem, comprometendo-lhe as condições primárias de sobrevivência. (...) Todos os que transitam pelas estradas do País estão habituados ao espetáculo rotineiro dos caminhões carregados de lenha ou de carvão vegetal, rumando morosos e ragedores para os centros de consumo... Prosseguimos, pois, nessa destruição irracional de uma riqueza sem preço.³⁰⁸

Ressalte-se que, nos anos da ditadura, a política para desenvolvimento do Centro-Oeste baseou-se em fortes incentivos ao extrativismo. Na Amazônia, tal política ficaria conhecida pelo lema “Integrar para não Entregar”, o que resultaria ao longo da década de 70 na derrubada de aproximadamente 14 milhões de hectares.³⁰⁹ A preocupação demonstrada pelo Senador com o desmatamento, embora enfatize a Região Sude-

307 Diário do Senado Federal, nº 90 de 1964 Sessão: 20/5/1964 | Publicação: 21/5/1964. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/10321?sequencia=8>. Acesso em: 7/4/2020.

308 Diário do Senado Federal nº 12 de 1970 Sessão: 15/4/1970 | Publicação: 16/4/1970. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/9342?sequencia=10>. Acesso em: 7/4/2020.

309 Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/7/90722_amazonia_timeline_fbdtte. Acesso em: 8/4/2020.

te, revelaria, a apreensão com o modelo de desenvolvimento econômico predatório encampado pelo país, mesmo em um contexto de taxas de crescimento elevadas. Além de enfatizar seu pioneirismo no tema, note-se que Vasconcelos Torres seria uma voz crítica a tal modelo, marcando, dessa forma, sua preocupação na preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, nos anos seguintes, faria uma série de pronunciamentos para acusar as contradições geradas por esse modelo “irracional” de progresso econômico. Vale lembrar que o termo “desenvolvimento sustentável” ainda não tinha sido difundido no Brasil, embora já circulasse nas ideias do Senador, como se depreenderá da sua atuação. Em 1972, atuaria para denunciar o avanço da poluição no Estado do Rio de Janeiro e o seu impacto econômico no turismo, na produção de sal e na pesca.³¹⁰ Em 1975, apontaria à Secretaria Especial do Meio Ambiente e ao Ministério da Saúde as ações danosas das usinas da região de Campos e Macaé. Essas indústrias poluíam o ar, despejavam vinhoto nos rios, o que resultava na mortandade dos peixes e causava danos aos pescadores e à saúde da população local.³¹¹ Da mesma forma, em 1976, acusaria o desmatamento generalizado na região do Imbé, em Campos dos Goytacazes.³¹²

A preocupação com a poluição no Estado do Rio de Janeiro o levaria a propor a criação de uma comissão para investigar o problema, conforme destacaria o *Diário de Brasília* em 23 de julho de 1976:

Mostrando-se seriamente preocupado com os problemas da área metropolitana do Grande Rio, o Senador Vasconcelos Torres (ARENA-RJ) sugeriu a criação de uma comissão especial do Senado destinada a estudar com profundidade soluções para

310 Senado Federal, 4/4/1972. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/9705?sequencia=10>

311 Senado Federal, 7/9/1975. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/8659?sequencia=25>

312 Senado Federal, 2/4/1976. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/8261?sequencia=25>

problemas como poluição, tratamento do lixo urbano, expansão das redes de esgoto, destinação dos resíduos industriais. ‘Todas essas medidas, afirmou o parlamentar, só são válidas quando integradas no contexto de um elenco mais amplo de providências que abrangessem o próprio processo global de deterioração do meio ambiente em todo o espaço metropolitano do Grande Rio’.

Nesse mesmo ano, o Senador apresentaria projeto para modificar a Lei de Segurança Nacional, incluindo entre os crimes, ali catalogados, o uso de desfolhantes químicos nas operações de desmatamento. O projeto mereceria, no ano seguinte, a atenção de alguns jornais, como o *Diário de Brasília*, que estampou na matéria a seguinte manchete: “Punição para quem destrói as florestas”³¹³, em que Vasconcelos destacaria ter sido detectado o uso do agente laranja no interior de São Paulo. No Senado, também apresentaria o Projeto de Lei nº 27/1976, que dispunha da retirada do Brasil da Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia e determinava a proibição da referida pesca no mar territorial brasileiro por dez anos.³¹⁴

O engajamento de Vasconcelos Torres com a questão ambiental, nova para seus contemporâneos e pauta tão relevante nos dias atuais, levaria o Senador a cogitar a criação de um Ministério do Meio Ambiente. De acordo com o *Jornal de Brasília*, de 18 de março de 1977, Vasconcelos já teria conseguido 22 assinaturas de Senadores de ambos os partidos para propositura do novo ministério justificado pela necessidade de se “definir a política a ser adotada pelo Governo Federal no combate à poluição, a racionalização do uso das riquezas naturais e preservação ecológica.” Somente em 1985, no Governo Sarney, seria criada uma pasta para o Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio

313 *Diário de Brasília*, 26/5/1977.

314 Diário do Senado Federal, nº 80 de 1978. Sessão: 28/6/1978. Publicação: 29/6/1978. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/7976?sequencia=14>

Ambiente, para o qual concorreu, certamente, parte do legado de projetos e discursos do Senador.

Em seu último ano no Senado, Vasconcelos Torres levantaria sua voz, mais uma vez, para abordar o desastre ambiental em curso desde 1971, no litoral sul brasileiro, provocado pelo despejo ao mar de substâncias altamente inflamáveis pelo navio Taquira, do Loide Brasileiro, naufragado na região naquele ano e que viria a dizimar inúmeras espécies marinhas.³¹⁵ Criticaria, na oportunidade, novamente, o modelo de “industrialização conduzido pelo emprego de tecnologias sofisticadas, intensivas de capital, poluidoras e vorazes consumidoras de matéria-prima”. Apelaria, nesse mesmo discurso, ao então Chanceler Azeredo da Silveira, para que o Itamaraty se posicionasse em relação à transformação do Atlântico Sul em um vasto depósito de lixo industrial. De modo veemente, advertiria:

Um crime está sendo perpetrado, no momento, sobre a face da Terra, Sr. Presidente. Mas o surpreendente equívoco do criminoso ou dos criminosos, é que, nos atentados ao meio ambiente perpetrados em qualquer ponto deste louco e errante mundo chamado Terra, o equívoco, repito, é que as vítimas do crime acabarão sendo também eles próprios, os atuais agentes dos atentados genocidas.

As preocupações de Vasconcelos Torres com o meio ambiente, além de revelar seu protagonismo na questão, demonstrariam, sobretudo, a conexão direta que possuía com a realidade. Diferente da maioria, o Senador não era de fechar os olhos para o mundo à sua volta. Numa alusão a José Saramago, “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”³¹⁶,

315 Senado Federal, 21/6/1978. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/7970?sequencia=35>

316 Epígrafe de *Ensaio sobre a Cegueira*, 1995.

Vasconcelos via e reparava a deterioração ambiental e a urgência de enfrentá-la.

As inquietações com o meio ambiente, as relações internacionais e a soberania nacional³¹⁷ levariam o Senador a se empenhar no projeto de extensão do mar territorial de 200 milhas e da promoção de uma expedição à Antártida. O que foi objeto da publicação de um livro de sua autoria, sobre esse tema, intitulado *Mar de 200 Milhas*.

Em 25 de março de 1970, o Governo Federal por meio do Decreto-Lei nº 1.058, tomaria a decisão de ampliar o seu mar territorial para 200 milhas marítimas, abandonando a tradicional política das três mil milhas.

Tal projeto atenderia aos interesses da política exterior brasileira, no quadro do “Brasil Grande Potência”. Nesse sentido, no período entre 1970 e 1982, o país levaria essa tese adiante até a III Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em 1982, quando retrocederia. Entre os objetivos dos militares estava o alargamento da atividade pesqueira, a investigação sobre petróleo em alto mar e, também, dentro do quadro da Guerra Fria, impedir a invasão da costa brasileira por navios estrangeiros para atividades de pesquisa com fins militares e/ou espionagem. Ademais, prevaleceria no Governo a intenção de afirmar sua soberania frente aos Estados Unidos.³¹⁸

Vasconcelos Torres seria um entusiasta das 200 milhas, subindo à tribuna diversas vezes naquele ano para aplaudir a decisão do Governo Federal e reagir contra as críticas desferidas por Roberto Campos ao

317 Desde 1963, Vasconcelos Torres se empenharia na criação de um Ministério da Defesa a fim de articular os diversos órgãos do Executivo brasileiro para garantia da soberania nacional. Ver: Senado Federal, 3/9/1963. In: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/10595?sequencia=11>

318 CARVALHO, Gustavo de Lemos Campos. O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 42, n. 1, p. 110-126, June 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-732919990001000005&lng=en&nrm=iso. access on 8 Apr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-732919990001000005>.

decreto. O ex-ministro do Planejamento manifestaria apoio à tese de Richard Nixon, de que o Brasil deveria revisar a sua decisão de ampliar seu mar territorial. Em um desses discursos ironizaria:

Sr. Presidente, houve um chanceler que disse: o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil. Mas, ao inverso, eu pergunto: por que o que é bom para o Brasil tem de ser mau para os Estados Unidos? O Brasil não ficará em posição secundária perante as nações do mundo e se firmará como grande potência, como é o desejo do Governo, como é o desejo do Senado, da Câmara dos Deputados e do povo brasileiro.³¹⁹

O Senador que no mesmo discurso abordaria o sentimento anti-americano presente na América Latina e se declararia favorável ao *american way of life*, não aceitaria a subordinação da Soberania Brasileira aos irmãos do Norte.

A ocupação da Antártida pelo Governo Brasileiro também era compreendida por Vasconcelos Torres como uma questão de Soberania Nacional e de desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Nesse intuito, apresentaria, em 1973, projeto que consistiria na autorização pelo Poder Executivo uma expedição científica brasileira para a Antártida, que seria financiada pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Tal projeto se justificaria pela necessidade do Brasil montar uma base permanente na região para investigar os fenômenos meteorológicos, recolher amostras de "plâncton" e "benthos", avaliar a atividade de fotossíntese nas águas territoriais sul-brasileiras, suas variações de temperatura e salinidade. Ainda, pesquisar as correntes marinhas,

319 Diário do Senado Federal nº 15 de 1970 Sessão: 20/4/1970 | Publicação: 21/4/1970. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/9345?sequencia=19>. Acesso em: 8/4/2020. Ver também: Senado Federal 21/4/1970 In: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/9345?sequencia=8>.

especialmente aquelas que afetavam as costas brasileiras, entre outros objetivos. A leitura do projeto apresentado comprova o vasto conhecimento científico acumulado pelo Senador sobre o assunto. Haveria, ainda, a preocupação em responder aos ataques realizados pelo Governo Argentino aos interesses brasileiros no continente branco. Vasconcelos tentaria estimular uma ação coordenada pelo Conselho Nacional de Pesquisas, Ministério das Relações Exteriores e Ministérios Militares para garantir apoio logístico à referida expedição.³²⁰

Embora o Brasil tenha realizado sua primeira expedição oficial à Antártica no verão, 1982/1983, Vasconcelos Torres chegou a conhecer o continente de onde voltaria com a certeza de que o país precisava fincar sua bandeira na região. Voltaria, também, animado com a perspectiva alimentar oferecida pelo “kril”, uma espécie de camarão encontrado no lugar, com alto teor nutritivo e que poderia servir como opção para o combate à fome.³²¹

O Senador, fazendo jus a seus múltiplos interesses, não deixaria de fora do seu olhar as questões que afligiriam os brasileiros, inclusive a política econômica. Em 1963, em meio à disparada inflacionária que consumiria o país e as agitações políticas do Governo Goulart, apresentaria projeto instituindo um novo padrão monetário como resposta à crise econômica.³²² Em 1967, debateria na reunião do Fundo Monetário Internacional realizada no Brasil, ocasião em que questionaria o real interesse da organização na superação da situação de dependência do Brasil. Nesse sentido, comentaria:

320 Diário do Senado Federal nº 10 de 1973 Sessão: 20/3/1973 | Publicação: 21/3/1973. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/8728?sequencia=15> Acesso em: 8/4/2020. Em seu discurso, o Senador revela que já em 1957 havia documentos propondo uma expedição à Antártida.

321 JB, 21/11/1978. Caderno B.

322 Senado Federal 20/9/1963 In: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/10618?sequencia=3>

(...)a política econômica de um país tem, como se sabe, dois polos, dois condicionamentos: um externo e um interno. Em primeiro lugar, os Governos bitolam os gastos, moderam os investimentos, restringem os salários, transformam em objetivo fundamental alcançar a estabilidade monetária, quando organismos como o Fundo Monetário Internacional e Governos de países desenvolvidos assim recomendam, tendo em vista o ideal discutível de um mundo financeiramente estável, embora habitado por grandes massas famintas, quase de todo excluídas do que se chama a civilização. Mas, em segundo lugar, quando os técnicos de qualquer Governo levam demasiadamente a sério essas recomendações vindas de fora e deixam de atentar para o fato primário que os países extensos e de população mal distribuída no seu território, como é o caso do Brasil, não tem outra coisa a fazer, senão promover, a curto prazo e a qualquer preço, o mercado que lhe garantirá o crescimento autossustentado, é porque alguma coisa não está certa, é porque perdeu-se de algum modo, o contato necessário com aquilo que se chama o interesse nacional (...)³²³

Considerando-se a ortodoxia econômica que o FMI impôs ao Brasil nas décadas que se seguiram a essa fala do Senador e a adesão dos tecnocratas brasileiros a tal discurso, reitera-se a capacidade de Vasconcelos Torres de observar a realidade e vincular dependência e pobreza aos artificios do sistema internacional liderado por aquele fundo. Como mencionaria o Senador, tal Instituição fora amigável com as ditaduras que se espalharam no ocidente durante a Guerra Fria, mas particularmente hostil aos valores democráticos, aos direitos humanos e, sobretudo, aos direitos trabalhistas. Sua capacidade de observação do real mantém o vigor, a força e a atualidade do pensamento de Vasconcelos Torres.

323 Diário do Senado Federal nº 151 de 1967 Sessão: 08/11/1967 | Publicação: 09/11/1967 Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/9055?sequencia=17> Acesso em: 8/4/2020.

Na linha oposta ao FMI, o Senador, em discurso datado de 1976, faria uma defesa enfática da intervenção do Estado na economia, uma vez que a desestatização seria contra os interesses nacionais. Argumentaria que a presença das multinacionais, ligadas aos países desenvolvidos, ocupam espaços estratégicos do mercado nacional, perpetuando a dependência.³²⁴ Todavia, nos jornais, não se furtaria a defender a participação do capital privado em setores não essenciais, exemplificando a possibilidade do emprego desses no setor de transportes urbanos. Nesse caso, frente às péssimas condições de transportes na Região Metropolitana do Rio Janeiro, faria a seguinte provocação:

Por que não procurar uma solução para esse descalabro? Por que não apelar para o capital privado e para a tão propalada eficiência gerencial do particular? Dizem que o Estado é mau patrão, um mal empresário. E, ainda que eu não a aceite de todo, sou levado a admitir que o que se passa nas empresas públicas ligadas aos transportes, na área do Grande Rio, pelo menos parcialmente se confirma. (...) Na verdade é mais um ataque do que um debate dos que criticam a estatização crescente do país. (...) Os defensores da livre iniciativa não querem nem ouvir falar nisso. O que lhes interessa é o filé mignon, o osso, para eles, deve ficar com o Governo, conclui.³²⁵

O Senador, ao provocar os defensores do que hoje possa vir a ser entendido como Estado Mínimo, apontaria para a dependência do empresariado brasileiro que, embora cobrasse as liberdades características do liberalismo econômico, não pretendia assumir os riscos do investimento na infraestrutura, reclamando as benesses do Estado para tal. Pode-se afirmar que as críticas de Vasconcelos Torres encontram eco na atualidade.

324 Senado Federal, 14/5/1976. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/8290?sequencia=26>.

325 *O Fluminense*, 13 e14/2/1977, p. 24. ed. 223535A(1)

O discurso sobre a desestatização e seus males para o país, embora datado de 1976, refletiria posições assumidas pelo Senador muito tempo antes. Entre 1965 e 1968, Vasconcelos Torres empreenderia várias batalhas contra a indústria automobilística, compiladas no livro *Automóveis de Ouro para um Povo de Pés Descalços*.

Neste livro, cuja história da publicação é por si só uma epopeia, Vasconcelos reuniria 14 discursos, 30 requerimentos e 11 projetos de lei referentes aos custos, *royalties*, empréstimos, composição de diretorias, remessas de lucro e contabilidade das indústrias automobilísticas no país.³²⁶ Ofereceria à leitura, também, os relatórios finais de duas CPIs, uma requerida por ele, em 1965, no Senado, e outra requerida na Câmara Federal em 1968, que tratariam do tema.

O Senador, como se observa, era um obcecado pela industrialização brasileira, questão sobre a qual dedicaria 58 discursos no Senado. Acreditava que essa seria a única forma de acabar com o subdesenvolvimento e distribuir renda. Todavia, não concebia a ideia de abrir o país a multinacionais que não estivessem dispostas a comprometer-se com o desenvolvimento nacional. A indústria automobilística nos moldes em que se implantou no país, com amplos subsídios fiscais e tecnologia ultrapassada seria para ele “uma pedra no caminho” do progresso nacional.³²⁷ Em outras palavras: “uma indústria parasitária, que fabrica automóveis de ouro, dilapida o país, enriquece testas de ferro e empobrece o povo.”³²⁸

326 Para acessar os discursos do Senador seguem os links:
<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=19/9/1963&paginaDireta=2473>
<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=18/6/1971&paginaDireta=2389>
<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=03/8/1972&paginaDireta=1977>
<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=19/6/1973&paginaDireta=1697>

327 VASCONCELOS TORRES. *Automóveis de ouro para um povo de pés descalços*. Brasília, 1977. Senado Federal. p. 21.

328 Idem, p.39.

Segundo o Senador, essa indústria se acomodara face aos subsídios fiscais garantidos pelo Estado e não se esforçaria para elevar sua produtividade e reduzir os preços dos automóveis para os trabalhadores brasileiros, sob a alegação de lucro insuficiente. Em tom indignado, revelaria que o mesmo carro que no Brasil seria comprado por \$3.000 dólares, o seria na Alemanha, com impostos, por \$1.900 e perguntaria: “Quem está pagando a mais valia?” Criticaria o majoramento sucessivo dos preços dos veículos, prejudiciais ao consumidor brasileiro e vantajosos aos fabricantes. De acordo com Vasconcelos Torres, o Brasil perderia reservas e o consumidor sua minguada poupança.

Tal reflexão seria direcionada, também, para a cobrança de tarifas de fretes urbanos e rodoviários que atenderiam apenas às empresas que compraram caminhões e ônibus. Ao seu ver, se transformaria em obstáculo para que o Estado destinasse a renda auferida pelo trabalho para outros fins.

A CPI que requereu em 1965 e que teria por finalidade investigar o custo da fabricação dos veículos automotores e abrir a contabilidade de tais empresas, não contaria com apoio do Executivo para cessão de técnicos capazes de analisar tais dados. Mas Vasconcelos Torres não deixaria de propor a padronização da contabilidade da Indústria automobilística para que se evitasse escamoteações contábeis que prejudicassem o consumidor.³²⁹

Conforme relataria, a CPI levaria a uma campanha de difamação contra ele, tentativas de suborno e outras pressões que dificultariam a publicação da sua contenda com a indústria automobilística em livro, cujos originais chegaram a ser roubados e que somente conseguiria lançar em 1977. Frente a essas tentativas de intimidação, faria questão de grafar seu recado no texto: “Não me vendo, nem cedo às pressões.”³³⁰

329 Ibidem, p. 28.

330 Ibidem, p.461.

A indústria farmacêutica, também seria alvo de Vasconcelos Torres, que, em 1966, enviaria projeto para redução e tabelamento de preços dos medicamentos, que levaria em consideração a realidade daqueles que, ganhando um salário mínimo, gastariam na farmácia para garantir o remédio ao filho doente.³³¹ O projeto objetivaria, também, disciplinar a remessa de *royalties* e dos pagamentos de *know-how* por laboratórios instalados no Brasil e promover a indústria farmacêutica nacional.³³²

Importante destacar que, ao se debruçar sobre a questão da industrialização, Vasconcelos Torres sempre se posicionaria favoravelmente à presença do Estado como indutor da economia, como nesse discurso de 1968:

Não sou contrário à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do Brasil, mas, discordando dos que advogam uma política de fronteiras abertas e de ampla liberdade interna para esse capital vindo de fora. Acho que o Estado brasileiro tem um papel ativo a cumprir face a quaisquer fatos relacionados com a implantação de uma estrutura industrial no país.³³³

O Senador seria, inclusive, contra o pagamento de *royalties* pelo uso de patentes. Para tanto, apresentaria um projeto proibindo a transferência para o exterior de recursos para pagamento de *royalties* devidos pela utilização no país de marcas de indústrias da mesma espécie. Tal projeto seria largamente anunciado pelos jornais como na manchete

331 Diário do Senado Federal nº 129 de 1966 Sessão: 15/9/1966 | Publicação: 16/9/1966 disponível em <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=16/9/1966&paginaDireta=2616>. Acessado em: 9/4/2020.

332 JB, 14/8/1966. P.20.

333 Diário do Senado Federal nº 133 de 1968 Sessão: 09/8/1968 | Publicação: 10/8/1968. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/9232?sequencia=9>Acessado em: 9/4/2020.

do *Diário de Brasília*, de 21/10/1977: **“Brasil não deve pagar royalties por patentes”**.

Mas no que se refere a *royalties*, o Senador seria um dos pioneiros a propor o pagamento destes aos Estados e territórios, pela exploração do petróleo em alto mar, por intermédio do PL 4/75³³⁴, o que também alcançaria bastante destaque nos jornais. No *Fluminense*, de 15 de abril de 1975, a reportagem enfatizaria o apoio de Almirante Faria Lima ao referido projeto, que mudaria a redação do artigo 27 da lei nº 204/10/1953³³⁵ e que passaria a obrigar a Petrobrás a pagar aos estados 5% sobre o valor do óleo, do xisto e do gás extraído da plataforma continental. Além disso, repercutiria positivamente o propósito de Vasconcelos Torres de repassar 30% desse valor aos municípios, a fim de que tais recursos fossem empregados em obras de infraestrutura econômica e desenvolvimento do ensino técnico profissional.³³⁶ O Projeto de Lei não foi aprovado, mas possibilitaria o debate sobre os direitos dos estados e municípios às indenizações, o que somente em 1985 lhes seria assegurado com a aprovação da Lei 7.453. Desde então, a referida lei vem sendo sucessivamente alterada.

As questões ligadas ao desenvolvimento regional foram aquelas que demandaram mais atenção dentre os “usos da fala” do Senador. Problemas relativos a portos, à Companhia Siderúrgica Nacional, à Companhia Nacional de Alcalis, a hidrelétricas, terminais pesqueiros, ramais ferroviários, canais em rios, asfaltamentos de estradas, construção de rodovias, o tráfego na Baía de Guanabara, as obras da ponte Rio-Niterói, a instalação e fechamento de indústrias no Estado do Rio de Janeiro, a precariedade da telefonia e o saneamento da Baixada Fluminense

334 Senado Federal, 12/3/1975 In: <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=12/3/1975&paginaDireta=292>

335 Trata-se da 1ª lei que regulava o assunto. Determinava que os *royalties* deveriam ser pagos exclusivamente a Estados (80%) e Municípios (20%) correspondendo a uma alíquota de 5% sobre o petróleo extraído de poços em terra. Sobre o assunto ver: Confederação Nacional de Municípios - CNM. Estudos Técnicos CNM / Confederação Nacional de Municípios - Brasília : CNM, 2010.

336 *Fluminense*, de 15/4/1975. p.4.

ocupariam grande parte do seu tempo e apareceriam em pelo menos cem discursos. Dentre eles, as dificuldades da agroindústria do açúcar teriam grande destaque totalizando onze “falas” inteiramente dedicadas à questão que alcançaria, também, notoriedade nos jornais. Tal crise ampliaria o fenômeno do êxodo rural que explodira no Estado do Rio, entre os anos de 1960 e 1970.

Em 25 de maio de 1972, o Senador abordaria no Senado o problema, em discurso referido nos anais da Casa como “Desajustamento econômico-social que atravessa a região Norte do Estado do Rio de Janeiro, com a aplicação de dispositivo da chamada “Lei Açucareira” que permite a transferência de quotas de usina de um Estado para outro.”³³⁷ A íntegra de tal discurso não está disponibilizada no site do Senado Federal, porém, é possível acompanhar as preocupações de Vasconcelos Torres pelos jornais.

Na edição 21110 (1), *O Fluminense* faria ampla reportagem sobre o êxodo rural em curso do Norte fluminense para Niterói e Baixada em função da crise que atacava o setor desde a década de 60 e que foi potencializada pela Lei Açucareira – Lei nº 5654 de 14/5/1971. Tal lei disporia sobre as necessidades do consumo interno e de exportação do açúcar e determinaria o limite de cotas de produção das usinas de açúcar situadas em duas áreas geoeconômicas: a Região Norte-Nordeste e a Região Centro-Sul, que passaria a compreender tanto o Sudeste, como o Sul e o Centro-Oeste. A referida lei no seu parágrafo 2º, definiria que “para efeitos de incorporação de cota oficial de produção de usinas situadas na mesma região geoeconômica, seria considerada a maior produção realizada pela usina incorporada no triênio imediatamente anterior, até o limite da respectiva cota.”³³⁸

337 Diário do Senado Federal, nº 33, de 1972, Sessão: 24/5/1972 | Publicação: 25/5/1972. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/9728?sequencia=3> Acesso em: 10/4/2020.

338 LEI No 5.654, DE 14 DE MAIO DE 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15654.htm Acesso em: 10/4/2020.

Tal determinação permitiria a compra de cotas de usinas com menor produtividade por outras com maior capacidade de produção o que atingira em cheio o Estado fluminense, que embora tivessem alta produtividade nos canaviais não atingiria a mesma envergadura no setor de beneficiamento da cana. Disso resultaria a compra ostensiva de cotas das usinas fluminenses por usineiros paulistas, acirrando a crise que já atingira a agroindústria do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, *O Fluminense* repercutiria a fala de Vasconcelos Torres no Senado criticando a política de transferência de cotas prevista na nova legislação:

Há necessidade urgente de uma nova revisão da Lei Açucareira, pois estou regressando da área onde se processa o esvaziamento econômico e verifiquei que um terrível desajustamento social assola o meu Estado e pelo que sei, também, outras regiões do país (...) e onde há êxodo, vai haver certamente aumento da população da cidade, determinando necessariamente um desequilíbrio e um Estado de pânico e inquietação. Há municípios que estão sendo abandonados em massa, porque o açúcar e o café, grandes fontes de trabalho terminaram.

Na mesma reportagem o Senador abordaria o drama vivido pelos trabalhadores com o fechamento das usinas:

(...) os trabalhadores da usina recebem indenização irrisória, ou então, são chantageados no sentido de se transferirem para São Paulo, como no caso da usina de Poço Gordo, em que senhores com mais de dez anos de trabalho vão ser transferidos para o município paulista de Araraquara.

A fim de deter a crise na região, Vasconcelos Torres apresentaria Projeto de Lei em que criaria uma 3ª região geoeconômica integradas pelos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara immobilizando, assim, a venda das cotas para os outros Estados incluídos na Região Centro-Sul. Na justificativa do referido projeto argumentaria:

(...) Repetidamente tenho ocupado a tribuna do Senado, denunciando a transferência de cotas de usinas de açúcar do Estado do Rio de Janeiro, particularmente para o grande e próspero Estado de São Paulo (...) foram várias usinas (...) que infelizmente pela ganância de alguns usineiros resolvem seus problemas e atiram na desgraça e na miséria centenas e centenas de famílias como ocorreu (...) em Cambuci, Miracema, Itaboraí, Campos e já agora no município de Saquarema (...) Ora o Estado não pode ser agente disseminador da pobreza e estimular a concentração de riqueza em áreas pré-determinadas, ocasionando o êxodo rural, o desemprego e o subemprego.³³⁹

Determinado “a estancar a sangria no Estado do Rio” que considerava “a maior vítima da nova lei”, Vasconcelos Torres cobraria medidas ao então Governador fluminense, Raimundo Padilha, e denunciaria como “cortina de fumaça” suas reuniões com o ministro da Indústria e do Comércio, Prati de Moraes, para resolver a situação canavieira local. Assim, prosseguiria protestando contra a transferência das cotas das usinas mais importantes do Estado como a do Poço Gordo, Santa Lúcia e São José. Sobre tal situação advertiria:

Se tal acontecer, o Estado do Rio estará pagando um tributo pesado a esses economistas que, sem cuidarem que a economia deve andar muito paralelo ao problema social (...) faz que a pobreza venha a ser disseminada (...) simplesmente para fornir

339 O Fluminense, 1/5/1973. p.5.

de mais recursos monetários aqueles capitalistas (...). Por que o Estado do Rio há de ser vítima desses poderosos?³⁴⁰

O Senador condenaria, também, a prática da fusão entre usinas dentro do próprio Estado, como no caso da usina Paraíso, em Itaperuna, que desempregaria grande contingente de trabalhadores agravando o problema social do norte fluminense.

Vasconcelos Torres honraria seu compromisso de lutar pelo Estado do Rio de Janeiro em todas as oportunidades sendo, nesse sentido, “campeão” na propositura de projetos em prol do desenvolvimento fluminense, para o quê, não encontraria apoio nas demais lideranças do Estado. A crise da agroindústria do açúcar era antiga e como atestaria em seus livros dos anos 40 e 50 se relacionaria, tanto a permanência de uma estrutura arcaica, semicolonial, quanto à sobreposição dos interesses do usineiro em detrimento das necessidades de sobrevivência do plantador. Seus discursos e Projetos de Lei seriam por ele reunidos no livro, *Cana de Açúcar, Sabor Amargo de uma Cultura Perseguida*, editado pelo Senado Federal em 1976.

Importante destacar que as críticas e proposições do Senador se dariam no período em que estava em curso um processo de transformação radical do campo brasileiro, que resultaria hoje, no chamado agrogócio. São Paulo e Mato Grosso seriam beneficiados pela liberalidade dos recursos federais que financiariam a modernização agrícola dessas regiões e que faltariam para o Estado do Rio de Janeiro que continuaria, assim, atrelado ao passado. Talvez por isso, o Senador tenha se empenhado tanto na fusão, entendida por ele como reunificação.

340 *O Fluminense*, 9/54/1973. p.12.

O tema da fusão entre os dois estados não era novidade e remontava às cartas constitucionais de 1824, 1891, 1934 e 1946, que determinavam a edificação de uma capital no interior do país. Somente com o advento de Brasília é que o problema começaria a ser enfrentado. Entre 1958 e os primeiros meses de 1960, debates entre parlamentares dos dois estados envolvidos foram realizados. Vasconcelos Torres presidiria a comissão criada na Câmara Federal em 1959 para examinar a possibilidade da reunificação entre o Distrito Federal, que em 1960 perderia seu status político e a “Velha Província”.

Todavia, a transação em torno da fusão não foi capaz de suplantar as divergências políticas em torno da questão, que acabou não acontecendo. Para muitos especialistas, a fusão não ocorreria naquele momento porque a preocupação das lideranças dos dois estados estaria voltada para a sobrevivência dos seus respectivos colégios eleitorais.

Paralelamente a tais debates, a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Federação das Indústrias da Cidade do Rio de Janeiro fariam campanha pela fusão das duas entidades, que teria, segundo Versiani & Osório, “apoio da maioria da sociedade carioca e fluminense naquele momento”.³⁴¹ Ernani do Amaral Peixoto, entretanto, considerava que mesmo naquela época o interior fluminense era maciçamente contrário à fusão por acreditar que perderia representação, uma vez que todas as atenções se voltariam para a cidade do Rio de Janeiro.³⁴²

Na década de 1960, Vasconcelos Torres voltaria diversas vezes ao assunto no Senado. Em 17 de dezembro de 1966 como integrante da comissão mista para exame da reforma constitucional proposta pelo Executivo, iria sugerir emenda com vistas a realização de plebiscito para decidir a fusão dos Estados. Tal proposta não seria aprovada.

341 OSÓRIO, Mauro; VERSIANI, Maria Helena. História de capitalidade do Rio de Janeiro In: Cadernos do Desenvolvimento Fluminense. PMRJ, Ceperj, março-junho de 2016. p.71-72.

342 CAMARGO, Aspásia (Org). *Artes da Política*, RJ, Nova Fronteira, 1968. p.503.

Na década de 1970, o movimento pela fusão tomaria forma pelas mãos do General Ernesto Geisel, então Presidente da Petrobrás. Em 1973, um ano antes de assumir a presidência Geisel receberia o líder da ARENA na Câmara Federal, Deputado Célio Borja, para tratar do assunto. O projeto chegaria a Brasília, em março de 1974, praticamente pronto.

O Governo justificaria o plano pela necessidade geopolítica de criar um Estado forte na Região Centro-Sul do país para contrabalançar o peso de São Paulo e Minas Gerais, o que asseguraria maior equilíbrio para federação. Na verdade, a fusão integraria um projeto maior, denominado “Brasil Grande” que dizia respeito ao fortalecimento das áreas metropolitanas, e que pretendia, no caso dos Estados do Rio e da Guanabara fundir o complexo industrial, os comandos militares³⁴³ e os centros de pesquisa que se encontravam nos dois Estados. Posição essa, que seria defendida pela Associação Comercial do Rio de Janeiro e pela Federação das Indústrias do Estado da Guanabara. Sob esse ponto de vista, a fusão poderia ser pensada dentro de um projeto de constituição de um complexo industrial-militar no novo Estado do Brasil.³⁴⁴

De fato, Ernesto Geisel, ao assumir a Presidência da República tomaria para si o desafio de implementar a fusão e transformar o Estado do Rio em vitrine de um tipo bem sucedido de administração pública, onde teriam-se juntado, de maneira eficiente, o suporte generoso do Governo Federal com a gerência técnica e apolítica do Executivo estadual.³⁴⁵

343 MOTTA, Marly Silva da. *A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos*. In: Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro. Organizadores: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. pp.19-56.

344 EVANGELISTA in MOTTA, 2001, EVANGELISTA, Hélio de Araújo. *A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 29.

345 MOTTA, 2001, p.44. Importante destacar que durante muito tempo a historiografia consideraria a fusão como forma de coerção contra a Guanabara, que desde 1966 era governada pelo MDB. No entanto, estudos sobre o chaguismo vêm demonstrando que o partido era, na verdade, grande aliado da ditadura no período. Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. *A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política* In: ABREU, A. A. (Org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. RJ, FGV, 2006.

No período que antecedeu à fusão, a bancada fluminense se dividiria sobre o assunto. O Senador Paulo Torres agiria nos bastidores contra a fusão; Amaral Peixoto, então no MDB, seria contrário, porém não ofereceria resistência dando lugar ao seu conhecido pragmatismo. Vasconcelos Torres defenderia o projeto como meio de reunificação e apelaria para o determinismo histórico para falar da região: “mesma história, mesma geopolítica, mesma economia, e da mesma gente”. Já a bancada carioca, integrada então pelos Senadores Nelson Carneiro, Danton Jobim e Benjamim Farah, todos do MDB, rejeitariam unanimemente a proposta. Acreditavam que a fusão significaria prejuízo econômico para a Guanabara, uma vez que a identidade carioca seria muito diversa da fluminense.

Entre 1973 e 1974, *O Fluminense* mostraria as diversas posições dos políticos envolvidos na questão. Jorge Loretti, ex-chefe da Casa Civil de Roberto e Badger Silveira e muito influente nas questões locais, seria ouvido pela reportagem e se pronunciaria favoravelmente à fusão. Loretti defenderia uma fusão de forma gradativa, apenas com a fusão política imediata, e que mantivesse as duas máquinas administrativas. Defenderia, ainda, que a nova capital estivesse fora do âmbito de Niterói e da Guanabara.³⁴⁶

O jornal registraria, também, que em Brasília, os Senadores da ARENA, Vasconcelos Torres e Paulo Torres, se manifestariam pró e contra a fusão. Porém, não apresentaria o pronunciamento de Paulo Torres, apenas o de Vasconcelos, que além da defesa do determinismo histórico, acrescentaria a necessidade de que:

(...) A fusão não se faça de afogadilho (...) pensamento que acredito ser também dos responsáveis pelos destinos dessa nação. Mas, na criação das áreas metropolitanas e a construção da ponte

346 *O Fluminense*, 7/1/1973. p.15.

Rio-Niterói, não temos dúvida de que a fusão está próxima, já existe de fato, faltando apenas ser concretizada plenamente.³⁴⁷

Em maio de 1973, o Senador contribuiria para a fusão ao apresentar Emenda ao Projeto de Lei da Presidência da República sobre a criação de áreas metropolitanas, ao conceber a região metropolitana do Grande Rio e as normas do seu funcionamento.³⁴⁸

Em fevereiro de 1974, às vésperas da posse de Geisel, o Senador Danton Jobim afirmaria em público que a fusão seria um “genocídio”, ao que Vasconcelos Torres afirmou que seria, na verdade, a “ressurreição do Rio de Janeiro e da Guanabara, que juntos terão condições de quebrar a liderança de São Paulo.”³⁴⁹

A fusão seria sancionada pelo Presidente da República, Lei Complementar nº 20, em 12 de julho de 1974.

O tema da fusão é, ainda hoje, bastante controverso. Nos seus aniversários de 10, 20, 30 e 40 anos, mereceria artigos que quase sempre a renegariam e até movimentos pró “desfusão” seriam estimulados resvalando em manifestações de pertencimento “carioca” contra os fluminenses. Vasconcelos Torres, se vivo fosse, certamente continuaria a defender a fusão por entendê-la como único meio para elevar o Estado do Rio a potência econômica em face à avassaladora industrialização paulista. É nesse sentido que se pode entender sua defesa da fusão como “ressurreição”.

347 *O Fluminense*, 7/1/1973. p. 15.

348 *O Fluminense*, 10/5/1973. p.3.

349 *O Fluminense*, 6/2/1974. p.2.

Todavia, o projeto “Brasil Grande” de Ernesto Geisel seria corroído pela já citada escalada inflacionária que afligiria os brasileiros a partir de 1976 e a crise da dívida externa que comprometeria as gerações seguintes. Faltariam recursos federais para cumprir os compromissos assumidos no ato da criação do (novo) Estado do Rio de Janeiro e que seriam destinados a resolver os problemas da Baixada Fluminense, dos transportes com o investimento maciço no metrô e nos canais de integração das diversas regiões fluminenses. Faltaria, também, vontade política ao último Presidente da ditadura, general João Batista Figueiredo e aos Governadores que se seguiram à fusão e ainda, aos prefeitos da cidade do Rio que se recusariam a estadualizar a Guanabara.

Conforme assinalado no início deste capítulo, Vasconcelos Torres acreditava que todas as questões que tratassem do interesse do povo brasileiro deveriam ser debatidas no Senado. Nesse sentido, levaria para a tribuna temas que variaram da grande à “pequena” política. Debateria questões consideradas tabus como a fusão, o pagamento de *royalties* e também o voto do analfabeto, que defenderia por coerência política, uma vez que a população passaria a partir de 1977, a servir como referência básica para o estabelecimento do número de Deputados.³⁵⁰

Da mesma forma, dirigiria seu olhar para todos os lados e direções, até mesmo para a extinção do latim do currículo das faculdades de Direito ou a dispensa ao exame da Ordem para bacharéis, “questões menores” que defenderia com paixão. Nada escaparia ao seu radar. Pertenceria a uma geração de políticos que honrariam seu compromisso com os Estados que representaram, com a nação e, sobretudo, com a história. Ulysses Guimarães, na abertura da quadragésima nona legislatura, em 1991, alertaria os Deputados recém-empossados sobre os desafios da política: “a história nos desafia para grandes serviços, nos consagrará se

350 *Tribuna da Imprensa*, 15/5/1977.

os fizermos, nos repudiará se desertarmos.”³⁵¹ Vasconcelos Torres não desertaria!



Recebendo a comenda da Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique na Embaixada de Portugal

351 Discurso proferido na sessão de 1º/2/1991. Publicada no DCN (Seção I) de 2/2/1991, p. 3.



CAPÍTULO 6. FOLCLORE POLÍTICO E MEMÓRIA

“Ninguém resiste a uma foto colorida. Eles pegam, levam para casa, põem num lugar de honra. Eu fico lá, entronizado. No dia da eleição, quem é que vai disputar aquele voto comigo?”

(Vasconcelos Torres *In*: Nery, 1975).

Vasconcelos Torres, nas difíceis conjunturas que enfrentou ao longo de sua vida pública, teve no humor uma de suas marcas distintivas. Frasista de primeira e político de estratégias populares, como vários de seus contemporâneos, gostava de contar “causos”. Millôr Fernandes, no prefácio ao famoso livro de Sebastião Nery sobre o folclore político brasileiro, escreveria que tais “causos”, às vezes originais, outras vezes de origens remotas, perdem-se no tempo incomensurável do folclore, e ainda assim, “na boca do contador local, na linguagem malandra do político médio brasileiro, ela adquire um tom inapelavelmente nacional.”³⁵²

Nesse sentido, os políticos adaptam as histórias às realidades locais, assim o que era um caso original na fala de um político pessedista, revive e revigora-se na pele de outro. Sebastião Nery costumava narrar uma situação folclórica em torno de José Maria Alckmim. Ilustre pessedista mineiro, Ministro da Fazenda de JK e Vice-Presidente da República do Marechal Castelo Branco, contava a seguinte situação ao encontrar o filho de um eleitor:

– Como vai seu pai, meu filho?

– Meu pai já morreu há muito tempo, doutor Alckmim.

– Morreu para você, filho ingrato. Porque continua vivo em meu coração.³⁵³

Vivida ou inventada, tal história também constaria do repertório particular de Vasconcelos Torres. Em seu caso, *O Fluminense* teria um papel significativo na veiculação do folclore em torno do Senador. Na *Coluna Tenda Árabe*, que remonta à década de 1960, um conjunto importante de seu repertório seria encontrado. Em 9 de maio de 1964, o autor

352 Millôr Fernandes. Prefácio. In: Nery, Sebastião. *350 Histórias da Política Brasileira*. Guanabara, Edições Politika. Editora Tora, 1975.

353 NERY, Sebastião. *350 histórias da Política Brasileira*. Guanabara, Edições Politika. Editora Tora, 1975. p.10.

intitulado “*B. do Hino*”, pseudônimo do Deputado João Rodrigues de Oliveira, do PSB, escreveria:

Quando começaram a falar que o Senador fluminense Vasconcelos Torres ia ter o mandato cassado pelo Alto Comando Revolucionário, o ex-Deputado Gouvêa de Abreu estranhou. E disse aos que lhe levavam a notícia: — Não creio. O Vasconcelos até que colaborou muitíssimo para a escolha do general Paulo Torres...

— Como?

— Em toda a sua campanha de 1962, o Vasconcelos fez espalhar pelos nossos 63 municípios, milhares de faixas e cartazes, que diziam: O ESTADO DO RIO PRECISA DE TORRES...³⁵⁴

A graça da anedota está no fato da coluna datar de maio de 1964, logo após o *impeachment* do Governador Badger Silveira e da escolha do Marechal Paulo Torres para o Governo do Estado do Rio de Janeiro pelo Alto Comando da Revolução. Portanto, não possuía relação alguma com a campanha de Vasconcelos para o Senado em 1962. A política, assim como o futebol, sempre tem os seus incautos, o que demonstra que essa prática é feita por gente comum, com cultura ordinária e poucos recursos intelectuais. Não seria esse o caso de Vasconcelos Torres, que era um homem intelectual, de vasta erudição e que se importava em ampliar as chances dos trabalhadores de se educarem, como no Projeto de Lei que elaborou determinando que as bibliotecas passassem a funcionar 24h e abrissem aos sábados para atender a “mocidade estudiosa do país.”³⁵⁵

354 *O Fluminense*, 9/5/1964. p.3 ed. 21920

355 *Tribuna da Imprensa*, 10/6/1977; 29/8/1977.

A graça da anedota não está apenas naquilo que é sobejamente explicitado, mas na espuma que flutua a sua volta, ou seja, no que se insinua, no caso a perspectiva da cassação do Senador.

Assim, para efeitos desse capítulo, não basta narrar o anedotário do Senador, mas, considerando os estudos realizados, abordá-los a partir da dimensão cultural que reveste o fenômeno político, e que permite ao historiador apreender os valores, as crenças, as normas e as representações que emergem das narrativas. Investigá-las sob tal enfoque possibilita, assim, obter uma visão ampliada do processo em curso no momento de sua criação e avaliar sua permanência no tempo, contribuindo para revelar aspectos gerais do que seria uma cultura política brasileira ou um recorte do imaginário político local.

Ainda que se afirme que “cultura política” e “imaginário político” são categorias que se diferenciam,³⁵⁶ a pesquisa sistemática e regular sobre essas fontes aponta para a interação entre esses conceitos. O anedotário pode consolidar a lembrança, positivamente ou negativamente, por sucessivas gerações,³⁵⁷ fornecendo leituras comuns do passado.

Partindo desses pressupostos, a análise do extenso anedotário colecionado em torno do Senador permitirá vislumbrar suas marcas pessoais, ou seja, aquilo que lhe é específico, e que merece ser contado. Contribuirá também, para desvendar detalhes das práticas cultivadas pelo mundo político entre 1947-1978, sobretudo a tessitura das relações

356 Ver “Culturas políticas, autoritarismos e historicidade”: uma entrevista com Rodrigo Patto Sá Motta *In: Historiae*, Vol. 9, nº2. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/9664> Acesso em: 14/4/2020. Destaque-se que a categoria de cultura política, além de considerar valores, normas, tradições e práticas políticas, envolve a ideia de passado comum e perspectiva de futuro para se validar como conceito.

357 Vale a lembrança da sátira feita pelo jornalista Élio Gaspari, “Eremildo, o idiota”. A sátira refere-se àqueles que abusam do dinheiro público, mas Eremildo era o nome do reitor da UFRJ nos anos 60. Eremildo Viana, aliado da ditadura colaborou para destruir o campo das humanidades ao denunciar diversos Professores como conspiradores e dessa forma levando à aposentadoria compulsória importantes nomes da Faculdade Nacional de Filosofia, como Maria Yeda leite Linhares, Manoel Maurício de Albuquerque, José Américo Pessanha, Evaristo de Moraes Filho, Marina São Paulo de Vasconcellos e Eulália Lobo. Assim, ao dar o nome de Eremildo aos que usam indevidamente o dinheiro público, consolidou de forma negativa a memória de Eremildo Viana.

entre os políticos e seu eleitorado e, também, aquelas que estabeleceram entre si, tramadas quase sempre, como diria Nery, na “sala do cafezinho”.

A propósito do cenário político evocado na *Coluna Tenda Árabe*, outro registro merece atenção:

A ÚLTIMA DO ÚLTIMO

Corre a notícia de que o Presidente Castelo Branco passou a admitir a criação de três partidos, embora preferisse apenas dois: um governista e outro opositorista. E o Deputado Último de Carvalho, pessedista mineiro e homem de espírito, ao saber da decisão do Marechal-Presidente, saiu-se com esta:

– Dois partidos, um com as forças revolucionárias, outro com os adotados pelo fujão João Goulart, são suficientes. Os que pedem um terceiro partido, o ‘independente’, querem uma posição comodista: o conforto de casado e a liberdade de solteiro. [...]

VELHACARIA

Também o Deputado Manoel Taveira é contrário à criação de mais dois partidos. Entrevistado pela reportagem, na Câmara Federal, justifica sua opinião:

– Um terceiro partido só abrigaria os velhacos...

TROCANDO O 'T' PELO 'C'

Já o Senador fluminense Vasconcelos Torres é pelo pluripartidarismo. Ao conhecer o pensamento do Deputado Taveira foi dizendo:

– Ele não age como Taveira e sim como 'caveira' do regime.³⁵⁸

No mês de setembro de 1965, portanto, pouco mais de 30 dias antes da extinção dos partidos determinado pelo AI-2, em 27 de outubro de 1965. Percebe-se pelo registro que a ideia do bipartidarismo circulava pelo Parlamento. Talvez Castelo Branco esperasse uma convergência de opiniões antes de assinar o ato, mas, temendo resultados eleitorais negativos em 1966, apostou na criação de agremiações bem definidas. O que os militares não imaginariam é que seria difícil disciplinar os políticos do seu próprio partido.

Observe-se que a coluna serve como temperatura do momento político, e Vasconcelos Torres agarrado, naquele momento, ao pluripartidarismo, com sua fina ironia diria que o Deputado Taveira atuava como Caveira do regime, uma vez que os "velhacos" poderiam optar pelo terceiro partido. Quem seriam os velhacos? Os moderados que disputariam com os militares as rédeas do partido? Abrem-se, nesse ponto, questões que não se pode responder, apenas acenar com interpretações. O importante a ressaltar é a ironia do Senador como resposta a uma proposição tão inepta.

Já o ano que se seguiria ao AI-5 seria marcado pelo fechamento do Congresso e pela recorrente ameaça de cassação que pairava sobre o mundo político. A referida coluna, driblando a censura, não deixaria

358 *O Fluminense*, 13/11/1965. p.11 ed. 22380.

Vasconcelos Torres ser esquecido, reafirmando a parceria entre o jornal e o Senador:

O Senador Vasconcelos Torres encontra-se em Portugal e para todos os amigos de fé está enviando postais com as mais diferentes mensagens. Vasconça manda dizer que está com saudades do Brasil e, principalmente, dos charutos brasileiros.³⁵⁹

O Senador era um viajante frequente, visitaria todos os continentes sempre à procura de novidades, de apreciar as diferenças e aplacar seu desejo de conhecimento. Portugal era, em parte, sua casa. Como autor do dia da Comunidade Luso-Brasileira, era prestigiado pelo Governo português. Mas o que chama atenção do leitor para a nota é a saudade, os postais, as diferentes mensagens que enviaria aos amigos e sobre as quais nunca se saberá o conteúdo. Sobre o trecho “Vasconça manda dizer que está com saudades do Brasil”, alude-se à constância do Senador em se fazer lembrar, em marcar sua presença. Vale dizer que seus filhos, em entrevista, disseram que o Senador não gostava de subir em palanques. Preferia ficar na plateia, cumprimentando o público, ou ainda, quando chegava em uma cidade, optava por circular pelo centro, tomar cafezinho e se hospedar nos mesmos lugares. Ver e ser visto era seu lema. Assim, fora do palanque do Congresso Nacional, distante de seus pares, Vasconcelos mandava postais e fazia-se notar mesmo pela ausência.

Como ensina o ditado popular, “não há bem que sempre dure, nem mal que nunca se acabe”, a reaberta do Congresso trouxe de volta a emoção das eleições e Vasconcelos Torres não perderia a oportunidade de se reafirmar, conforme narraria “*B. do Hino*”:

359 *O Fluminense*, 1/9/1969. p.4 ed. 20525B.

Tão logo soube que diversos candidatos à Câmara Alta estão fumando cigarros ‘Senador’, o Sr. Vasconcelos Torres, que é apontado como ‘parada muito dura’, não se conteve:

– Comigo esta história de ‘Senador’, com filtro ou sem filtro, não pega. Eu só fumo charuto. Charuto baiano. Puro ‘Salvador’.

E arrematando, com aquele seu largo sorriso de campista de Guarus e niteroiense naturalizado:

– Quanto ao resto, disputarei na velha base, isto é, ‘charuto na boca, bigode grande e pé espalhado’...³⁶⁰

A brincadeira com o cigarro acima foi oportunidade para Vasconcelos realçar seu tipo: ‘charuto na boca, bigode grande e pé espalhado’ e ir à luta na corrida pelos votos. É interessante também, em tempos de censura, ele afirmar que “Comigo esta história de ‘Senador’ com filtro ou sem filtro, não pega.” Em outras ocasiões o Senador replicaria esta afirmativa de forma séria:

– Nunca faltei nas chamadas questões fechadas, com a minha lealdade e o meu voto, obedecendo ao comando das lideranças partidárias a que estive subordinado, na Assembleia Legislativa Fluminense, na Câmara Federal ou nesta Casa. Mas, nunca fiz dessa obediência às diretrizes partidárias, uma razão ou um pretexto para deixar de criticar qualquer setor da administração Federal (...).³⁶¹

360 *O Fluminense*, 17/12/1969, p.2, ed. 20617.

361 Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1968/1968%20Livro%2019. Acesso em: 15/4/2020.

Era, sem dúvida, um Senador “sem filtro”, afiançando sua independência em tempos tão difíceis.

A ironia presente na história anterior reapareceria em outra coluna – denominada *Drops* – onde se leria, em 25 de novembro de 1969, frase do Senador Vasconcelos Torres a um amigo a quem não via há anos: “Cheguei ao Senado da República graças à minha memória e ao meu estômago”.³⁶² À parte os risos, o Senador fluminense era conhecido por ter uma memória privilegiada: não esquecia nomes, sabia detalhes de todos os municípios do seu Estado, lembrava até dos apelidos de cães e gatos dos compadres, conforme contam seus filhos. Tal memória seria uma arma na corrida eleitoral.

Quanto ao estomago, João Batista de Vasconcelos Torres Filho lembra de seu pai dizer que “Político tem que ter estomago de aço”:

Ele sempre dizia que não poderia ter ofensa maior do que um candidato recusar algum prato de comida ou uma bebida quando em visita na casa de um eleitor. Essa atitude era perda certa do voto. E não foram poucas às ocasiões que, em um mesmo dia, teve que almoçar e jantar diversas vezes na casa de eleitores, e o que é pior, em alguns casos comidas que ele não apreciava. Para enfrentar esse problema desenvolveu uma técnica, baseada que o importante era deixar o meio do prato vazio, então ele cortava os alimentos em pequenos pedaços e ia os empurrando para as bordas do prato.³⁶³

Fernando Henrique Cardoso, décadas depois do Senador, confirmou que Vasconcelos Torres estava certo ao considerar uma ofensa ao eleitor recusar o prato local. FHC, em campanha eleitoral no Nordeste,

362 *O Fluminense*, 25/11/1969 P.17, ed.: 14432.

363 João Batista de Vasconcelos Torres Filho, em entrevista à autora, em 7/1/2020.

em 1994, passaria pelo teste da buchada de bode. De acordo com a tradição local, o candidato que não enfrentasse esse típico prato sertanejo, não costumava ser bem visto por onde passasse. Informa a reportagem:

O político que mostra naturalidade e devora a buchada sem se espantar com a cabeça do bode, só tem a ganhar em prestígio.

Fernando Henrique Cardoso, candidato do PSDB, enfrentou uma buchada anteontem, na visita a Canudos (BA).

'É uma delícia. Vocês estão assim porque nunca moraram em Paris, onde esse é um prato sofisticado', disse FHC, diante da incredulidade dos repórteres.³⁶⁴

Não se sabe se FHC utilizou a tática do Senador de deixar o prato vazio no meio, mas a sabedoria de Vasconcelos Torres seria consagrada pela comunidade política.

João Batista narraria, ainda, outro episódio envolvendo comida e que permite dimensionar o quanto Vasconcelos Torres levava a sério seu eleitor:

Certa vez, ao chegar a Barra do Piraí, Vasconcelos Torres com sua comitiva de meia dúzia de pessoas, rumou direto para a casa do seu cabo eleitoral local, que por sinal era seu compadre. Bateu na porta e foi atendido por sua comadre, que informou que seu marido tinha dado uma saída, mas logo estaria de volta e convidou todos para entrar. Já com todos sentados à mesa, ela se disse envergonhada por não ter nenhuma comida a oferecer. Vasconcelos que

364 FSP, 14/6/1994.

naquele dia já tinha almoçado três vezes se sentiu aliviado. Em seguida, ela diz que para compensar a falta iria oferecer um “suquinho” para todos beberem. Minutos depois ela volta com uma bandeja com seis copos de suco de maracujá. Ao dar seu primeiro gole, Vasconcelos sente um gosto terrível de sabão, mas como sabia que seria uma desfeita não o beber, prende a respiração e de uma vez só esvazia e retorna seu copo a bandeja. Até aí tudo bem, não fosse a comadre perceber que no fundo desse copo tinha um pedaço de sabão português.

Ela, totalmente passada, diz:

– Não acredito compadre, logo no seu copo, me perdoe!

Vasconcelos não perde tempo e sem titubear aproveita a situação e afirma:

– Comadre, é impressionante a nossa sintonia! Imagina a senhora que estou com problemas estomacais e ontem o meu médico me receitou fazer uma lavagem estomacal, sempre colocando um pouco de sabão no fundo dos copos com os líquidos que bebo!

Ela então o abraçou emocionada e exclamou:

– Conte sempre comigo, compadre!

A história é realmente engraçada e demonstra a consideração de Vasconcelos Torres às suas centenas de comadres e compadres. Demonstra, também, a forma afetuosa como se comportava com os eleitores.

Sobre os seus afilhados, o colunista de *O Fluminense*, Gilson Monteiro escreveria a respeito do centenário do Senador: “Entre as baforadas do seu inseparável charuto e com irresistível carisma, chegava nas

mais longínquas bibocas, cumprimentando as pessoas pelo nome. Por isso, acabou sendo o político com o maior número de afilhados de batismo no território fluminense.”³⁶⁵

Portanto, o Senador não estava exagerando na importância da sua memória e do seu estômago para alcançar a vaga no Senado. Ele contaria com esses recursos para alcançar suas expressivas votações nos pleitos que disputou.

A propósito da sua bem sucedida carreira política, João Batista narraria, ainda, outras histórias do pai, em que seria testemunha ocular:

“Vou te contar uma que presenciei em Macaé, no bar do Hotel Imbetiba. Um candidato a Deputado Estadual se aproximou de papai e perguntou qual o segredo para se ter uma vida política de sucesso como a dele. Seguiu-se esse diálogo:

— ‘Meu amigo, o segredo de um bom político é a arte de nunca dizer não.’

— ‘Mas Senador, se um eleitor pedir para transar comigo (ele foi mais direto usando um termo impúblicável), o que faço?’

— ‘Responda a ele que no momento está difícil essa pretensão, mas que você anotaria o pedido e quem sabe no futuro poderia ser atendido.’

A história é impagável! Porém, registra uma questão comum aos políticos da época, que seria atender às demandas, mesmo que inusitadas, dos eleitores. A vontade do eleitor era o limite para Vasconcelos

365 O Fluminense, 11/3/2020. Disponível em: colunadogilson.com

Torres, que, no Senado, como analisado no capítulo anterior, dedicaria 27% de seus “usos de fala” para tratar diretamente das demandas populares.

O culto ao eleitor também pode ser visto na crônica de “B. Do Hino”, o “Califa de Pendotiba”, da referida *Coluna Tenda Árabe*:

Há muita coisa curiosa, muita esquisitice entre destacadas figuras (...) Aqui entre nós, nesta pacata Praia Grande, temos também muitos camaradas curiosos e esquisitos (...) o ministro Bezerra de Menezes, Presidente da Academia de Letras Fluminense não se deita sem antes persignar-se e pedir a Deus, muitos votos para o Deputado João Galindo. O Dr. Orlando Martins, querido subchefe do gabinete civil do Governador Padilha não se recolhe sem antes telefonar para São Gonçalo, sua terra, e saber se está tudo em paz. O médico e Professor de Medicina Calixto Kalil só se candidata a eleição quando recebe ordens diretas da Bahia, da famosa Menininha do Gantois. O Deputado e Professor de Direito Hamilton Xavier não se deita sem antes dar boa noite ao Senhor Ernani Amaral Peixoto. O Deputado e escritor Brígido Tinoco não dá gorjeta para não humilhar o garçon. E o jurista Macário Picanço, só entra no Palácio da Justiça para defender alguém, depois de fumado o 7^o charuto ‘Ouro de Cuba’ que lhe fornece o velho amigo Senador Vasconcelos Torres, o qual por seu turno, não se deita sem antes visitar pelos menos 11 eleitores.³⁶⁶

Na crônica de 1974, “B. Do Hino”, elencaria os principais nomes da política fluminense e suas práticas políticas. Em meio à galhofa, deixaria entrever modos, valores e comportamentos que provavelmente foram compartilhados pelos profissionais de outros estados, constituindo, de

366 *O Fluminense*, 30/7/1974. p.11.

certa forma, um padrão comum ao período, no sentido preciso de uma cultura política.³⁶⁷

Dentre os nomes mencionados por B. Do Hino, o Senador se destacaria como aquele que corteja o eleitor, que pede a sua benção e que estava em permanente campanha. O mesmo sentido se encontraria em outra nota, breve, em que o articulista informava que Vasconcelos Torres aproveitaria o recesso para percorrer todo o Estado do Rio, finalizando-a com uma de suas tiradas bem humoradas: “Enquanto descanso, carrego pedra.”³⁶⁸ A essa frase se somaria outra, que conserva o vigor do parlamentar para os trabalhos da política: “Para descansar, temos a eternidade.”

Embora a essa altura do livro seja repetitivo afirmar, para Vasconcelos Torres a centralidade da política estava no eleitor e não nas questões partidárias. O político era, nesse sentido, um servidor. Por isso era imperativo agradar, conquistar o eleitor. Não custa lembrar, como o fez Lucia Grinberg, que foram políticos que viveram a experiência de 1946, da reconstrução democrática, que mergulharam em campanhas populares, portanto, seus projetos eram coletivos e nacionais e, quase sempre, nacionalistas. Gabavam-se por sua proximidade com o constituinte. Não estava no imaginário deles a crise que paira, na atualidade, sobre a democracia representativa.

B. do Hino colecionaria, ainda, outras pérolas do Senador que mostram seu humor nas mais diversas situações. Assim, retomando a questão do bipartidarismo, desta feita em outra conjuntura, 1970, depara-se com a seguinte tirada de Vasconcelos Torres:

367 Nesse sentido, tais políticos tinham como horizonte não apenas as eleições de 1974, como a distensão e a redemocratização.

368 *O Fluminense*, 16/2/1975, p.3.

Para o Senador Josafá Marinho (MDB), o bipartidarismo está com os dias contados. Diz ele que de tal forma a atuação dos partidos atualmente existentes 'beira as raízes da pantomina que só é 'lícito esperar que a própria revolução que os criou termine por extingui-los, convencida afinal de que está por eles desmoralizada. Na sua opinião e para que haja autenticidade, isto é, para que existam organizações capazes de representar as diversas tendências do pensamento político brasileiro, teremos que ter não dois nem treze, mas 4 ou 5 partidos, para os conservadores, os socialistas, os cristãos democratas e os trabalhistas.

— 'Ah, sim, seria o Vale de Josafá... 'salientou o Senador Vasconcelos Torres, 'cofiando os grossos bigodes.³⁶⁹

A resposta do Senador demonstra sagacidade. Ele seria rápido em fazer troça com o nome do Senador Josafá para lembrar-lhe a dura realidade em que viviam, afinal, o Vale de Josafá, no Antigo Testamento, representava o lugar onde Deus julgaria as nações, confortando os justos e condenando os ímpios ao fogo do inferno. Como diria Millor Fernandes, "muitas vezes parar de enfrentar o tigre frente a frente e puxar-lhe o rabo inesperadamente é mais útil à causa e muito mais eficiente". O Senador, no ambiente político emoldurado pelo AI-5, fazia do humor uma estratégia para dizer o que não poderia ser dito.

De outra feita, *B. do Hino* abordaria a descoberta de um matadouro clandestino, que abasteceria sete municípios fluminenses de "carnes de cavalos velhos, paraplégicos, caquéticos, vítimas de mormo e jarrote-lho". Perguntado sobre o assunto, o Senador diria, com calculada gravidade que: "O alfe dessa carne custava mais caro. E não era para menos. Além das calorias, o freguês comprava caquexia, paraplegia, mormo e

369 *O Fluminense*, 1/2/1970. p.2.

jarrotelho. E pagava somente a carne...³⁷⁰ Do verbo alfar, alfe significa bosta. O Senador certamente riu quando sugeriu essa resposta ao colunista.

Também, intimidades do Senador seriam reveladas nas letras miúdas dos jornais:

O Senador Vasconcelos Torres apreciador de um bom whisky escocês (quem não o aprecia?) justificava para o Presidente do Congresso, seu colega Petrônio Portela porque preferia duas marcas: JB, e VAT 69. Ambas levam seu nome completo: João Batista Vasconcelos Torres.³⁷¹

Mas foi a máquina de fotografar *Polaroid* que garantiu um lugar nos anais do folclore político brasileiro. Sebastião Nery lhe consagraria o epíteto de Senador *Polaroid*:

Vasconcelos Torres é conhecido no Estado do Rio como o Senador *Polaroid*. Sai pelo interior de *Polaroid* em punho, abraçando eleitores e futuros eleitores e fazendo fotos, entregues na hora, lindamente coloridas. Nelas, ele sempre sai junto:

– Ninguém resiste a uma foto colorida. Eles pegam, levam para casa, põem num lugar de honra. Eu fico lá, entronizado. No dia da eleição, quem é que vai disputar aquele voto comigo? A família toda já está acostumada com minha presença na sala. E em cores.

370 *O Fluminense*. ed.20848(1).

371 *O Fluminense*, 1972. ed.21117(1).

O Senador, de acordo com seus filhos, não resistia a nenhuma inovação tecnológica. Viajava muito e sempre trazia na bagagem as últimas novidades do mercado. Em 1966, esteve em Nova York para participar de uma conferência da ONU e voltou com a Polaroid a tiracolo. Desde então passou a usá-la não como acessório, mas como peça-chave da sua figura política, que já contava com o bigode, o charuto e a forma característica de andar, transformando-a numa peça estratégica para conquistar o voto dos seus eleitores.

Imagine-se percorrer o interior fluminense dos anos 60, ainda bastante rural, oferecendo fotografias instantâneas coloridas quando o comum eram os fotógrafos lambe-lambes das pracinhas sede de distrito. Não se pode assegurar que a frase atribuída a ele por Nery seja verdadeira, contudo é verossímil que Vasconcelos tenha dito “Eu fico lá, entronizado. No dia da eleição, quem é que vai disputar aquele voto comigo?” A Polaroid é mais uma estratégia política do Senador em busca do voto. Ressalte-se que não é uma tática comum, mas algo diferente para a realidade local, quebrando o preto e branco do cotidiano.

João Batista de Vasconcelos Torres Filho, explicaria, ainda, que o Senador sublinhava que outros políticos fingiam tirar fotos em câmeras sem filme, dizendo ao eleitor que depois mandariam as fotografias, o que não acontecia: “Já com ele era diferente tirava a foto e revelava na hora.”³⁷²

Tal estratégia apostava, também, na busca da intimidade com o eleitor, afinal, por meio da fotografia, entraria na sua casa, ganharia um espaço no álbum de recordações da família, partilhando, de certa forma, de seu dia a dia. O Senador apostava assim, na longa duração dessa relação, da qual se entrevê, também, seu projeto de futuro como político.

372 João Batista de Vasconcelos Torres Filho em entrevista à autora, em 7/1/2020.

Quando deixou o Senado, em 1978, e anunciou sua retirada, foi saudado pelos jornais e seu anedotário seria ressaltado. No *Jornal do Brasil*, seria destacada a sua legenda de batedor de estrada, mas com uma história *sui generis*:

Mas o que sempre se lembra sobre sua Legenda de batedor de estrada à cata de voto é quando foi surpreendido com um revólver no carro. «Era um Parabelum, e o guarda insistiu não nos documentos de motorista, mas no porte de arma. Foi quando respondi ao inspetor: ‘Pense bem’ – disse Vasconcelos – ‘a tal arma só pode ser levada por um marginal ou uma grande autoridade, cabe ao senhor fazer a opção’. E Vasconcelos partiu, sem ser molestado pela patrulha rodoviária.

E ainda pelo seu humor rápido, que mais do que um estado de espírito, era uma visão de mundo:

O anedotário sobre Vasconcelos Torres ainda é narrado em Brasília. Como a história daquele jovem que, muito afetado e arrogante, pediu-lhe um emprego sob o argumento de que falava seis idiomas: ‘O senhor não acredita, caiu do céu: há um lugar de porteiro no Hotel Nacional.’³⁷³

Vasconcelos Torres, enfim, seria saudado por suas diversas qualidades, mas o dado principal foi ser distinguido como “último místico de uma era que começou a desaparecer em 1964.”³⁷⁴ Reconhecia-se, portanto, o fim de uma geração política que viria à luz com a Constituição de 1946, e, em meio à industrialização e urbanização aceleradas,

373 JB, 21/11/1978. Caderno B. p.1

374 JB, 30/5/1978.

enxergaria pela primeira vez os aspectos mais anacrônicos da vida no país: a estrutura arcaica e semicolonial rural predominante; e a pobreza irrestrita da maior parte dos brasileiros, cujas demandas sequer eram conhecidas. Geração que descobriria a realidade do Nordeste, a favela, a Baixada Fluminense, inventaria planos de desenvolvimento econômico e colocaria em pauta, também, de forma original, a questão social. Destaque-se, principalmente, que descobriria o eleitor livre das amarras que o tornariam mera caricatura na 1ª República.

No tempo que se seguiria a morte do Senador, o país mudaria ainda mais. O novo Estado do Rio de Janeiro, no entanto, permaneceria sem completar os planos originais da fusão. Nesse sentido, o antigo Estado do Rio permanece, ainda, como uma memória subterrânea pronta a ser escavada pelos historiadores-arqueólogos.

A atuação parlamentar do Senador, diferente do que se possa imaginar, não foi esquecida, paira no “imaginário político” brasileiro, registrada e consagrada, também, no enorme anedotário que se colecionou à sua volta. Nesse sentido, tal folclore deve ser entendido como uma forma coletiva de testemunhos, “caminhos de recordação e reconhecimento que levam, sobretudo, à memória dos outros”³⁷⁵, porque a memória só existe se for evocada por alguém, no caso aqueles que conviveram com o Senador. Constituem-se, portanto, em informações sobre o passado, dados que podem ajudar a mapear as rupturas de comportamentos, a mudança de costume propiciando analisar como as distintas gerações velam pelas tradições.³⁷⁶

No caso deste livro, ao sistematizar as lembranças da experiência humana, social e política de Vasconcelos Torres no seu breve, mas

375 RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, ed. Unicamp, 2007. p.131.

376 AZEVEDO, Joachin de Melo S. *Nos interstícios da memória e do esquecimento: Paul Ricoeur e a escrita da história*. In: Anais do XXVI, Simpósio Nacional de História - ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312993357_ARQUIVO_JoachinMeloartigoanpuh2011.pdf

intenso, período de vida, pretendeu-se realizar um diálogo entre gerações, ao tornar inteligível àqueles que vivem os turbulentos tempos do presente e os dias difíceis do passado. Difíceis, porém igualmente cheios de esperança e que sinalizavam e ainda sinalizam para um futuro econômico e socialmente melhor. Afinal, como diria o Senador em mais uma de suas frases potentes: “É preciso espernear mesmo quando tudo parece perdido”.





Parte II - Discursos

Alguns discursos selecionados.

1

145409

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PROBLEMAS E OMISSÕES DA MÁQUINA DIPLOMÁTICA BRASILEIRA.

16/9/1965 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=16/9/1965&paginaDireta=3098>

2

3404

POLITICA ECONÔMICA

DESESTATIZAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL.

14/5/1976 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=14/5/1976&paginaDireta=2460>

3

108392

COMENTA A REUNIÃO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL NO RIO DE JANEIRO. REFERE-SE ESPECIFICAMENTE À SITUAÇÃO DO BRASIL NO CENÁRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO MUNDIAL.

9/11/1967 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=09/11/1967&paginaDireta=2879>

4

1900

PETRÓLEO

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4/75, QUE DISPÕE SOBRE *Royalties* DEVIDOS A ESTADOS E TERRITÓRIOS, PELA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO.

12/3/1975 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=12/3/1975&paginaDireta=292>

5

326006

ECONOMIA POPULAR

DENUNCIA O AUMENTO DE FALCATRUAS NO COMÉRCIO IMOBILIÁRIO DO PAÍS, PREJUDICANDO A POPULAÇÃO QUE ACREDITOU NAS CONSTRUÇÕES.

4/10/1968 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=4/10/1968&paginaDireta=3788>

6

359327

REFORMA AGRÁRIA

REFERE-SE À MENSAGEM ENVIADA PELO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO CONGRESSO, FRISANDO A ÊNFASE DADA À URGÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA. CITA, NESTA OCASIÃO, TRECHOS DE MENSAGENS DE ANTIGOS PRESIDENTES, EM QUE É FOCALIZADO AQUELE GRAVE PROBLEMA.

18/4/1963 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=18/4/1963&paginaDireta=499>

7

174871

EDUCAÇÃO

ANÁLISE ACERCA DAS TRÊS CONCLUSÕES A QUE SE CHEGOU PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL. SÃO ELES: O DESENVOLVIMENTO DEVE SER GLOBAL; A EDUCAÇÃO É A BASE PARA O DESENVOLVIMENTO, E QUE A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA REPRESENTAM UM FATOR ESPECIAL DE TAL IMPULSO.

APROVEITANDO O ENSEJO, ANALISA CRITICAMENTE O SISTEMA EDUCACIONAL DO PAÍS.

19/1/1968 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=19/1/1968&paginaDireta=30>

8

174225

GOVERNO FEDERAL

PROTESTA A RESPEITO DA VENDA DA FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES AO GRUPO ITALIANO ALFA ROMEO.

9/5/1968 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=09/5/1968&paginaDireta=1377>

9

787

EXPEDIÇÃO À ANTÁRTIDA

JUSTIFICA PROJETO DE LEI QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER APOIO LOGÍSTICO À EXPEDIÇÃO BRASILEIRA A ANTÁRTIDA, ORGANIZADA PELO CLUBE DE ENGENHARIA DO RIO DE JANEIRO.

21/3/1973 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=21/3/1973&paginaDireta=161>

10

81473

MEIO AMBIENTE

DESMATAMENTO SISTEMÁTICO NO PAÍS. SOLICITA PROVIDÊNCIAS DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO SENTIDO DE PROGRAMAR E EXECUTAR O PLANTIO MACIÇO NOS PLANOS NÃO AGRICULTÁVEIS.

16/4/1970 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=16/4/1970&paginaDireta=338>

11

81486

SOBERANIA NACIONAL

PROTESTO CONTRA AS PALAVRAS PROFERIDAS POR RICHARD NIXON, PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA, PEDINDO UMA REVISÃO DO BRASIL NA FIXAÇÃO DAS DUZENTAS MILHAS DO MAR TERRITORIAL BRASILEIRO.

27/5/1970 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=27/5/1970&paginaDireta=1704>

12

81606

EXTENSÃO DO MAR TERRITORIAL. ATUAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA EM DEFESA DOS INTERESSES NACIONAIS. ANALISA O CONCEITO DE PLATAFORMA CONTINENTAL.

21/4/1970 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=21/4/1970&paginaDireta=480>

13

669

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESAJUSTAMENTO ECONÔMICO-SOCIAL QUE ATRAVESSA A REGIÃO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM A APLICAÇÃO DE DISPOSITIVO DA CHAMADA LEI AÇUCAREIRA, QUE PERMITE A TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS DE USINA DE UM ESTADO PARA OUTRO.

25/5/1972 DCN2 981

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=25/5/1972&paginaDireta=981>

14

1195

FUSÃO

COMENTÁRIOS SOBRE A FUSÃO DOS ESTADOS DA GUANABARA E DO RIO DE JANEIRO.

23/5/1974 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=23/5/1974&paginaDireta=1684>

15

108166

SEGURANÇA PÚBLICA

DENUNCIANDO DESMANDO POLICIAL OCORRIDO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI, NA BAIXADA FLUMINENSE, ONDE AUTORIDADES POLICIAIS FUZILARAM CRIANÇAS QUE SE ENCONTRAVAM NUM AUTOMÓVEL, PROVOCANDO A MORTE DE UM JOVEM.

25/10/1967 DCN2

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=25/10/1967&paginaDireta=2619>

16

352100

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

ANÁLISE DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA E DENÚNCIA DE FATURAMENTO EXCESSIVO POR PARTE DELAS.

30/10/1964 DCN2 4162

<http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=30/10/1964&paginaDireta=4162>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1 APERJ

- Fundo Polícia Política. Notação 2977.

1.2 ENTREVISTAS

- Antônio Rosalvo Paz de Vasconcelos Torres, 22/1/2020, à autora.
- João Batista de Vasconcelos Torres Filho, 7/1/2020, à autora.
- Waldenir Bragança. Entrevista a João Batista de Vasconcelos Torres Filho, 11/3/2020.

1.3 LIVROS

- *Conceito de Religião entre as Populações Rurais do Brasil*, RJ, A. Coelho Branco Fº, 1941.
- *Ensaio de Sociologia Rural Brasileira*, RJ, A. Coelho Branco Fº, 1943.
- *Condições de Vida do Trabalhador da Agroindústria do Açúcar*. RJ, IAA, 1945.
- *Problemas do Município de Parati*. RJ, Imprensa Estadual. Divisão de Obras, 1949.
- *A Mobilidade Rural Brasileira*. RJ, Livraria Clássica Brasileira, 1950.

- *Uma Face do Problema Agrário Fluminense*, Imprensa Estadual. Divisão de Obras, 1951.
- *Movimentos Migratórios das Populações Rurais Brasileiras*, RJ. Freitas Bastos, 1957.
- *Cana de Açúcar. Sabor Amargo de uma Cultura Perseguida*. Brasília, Senado Federal, 1976.
- *Automóveis de Ouro para um Povo Descalço*. Brasília, Senado Federal, 1977.
- *Metalúrgico, Calor e Suor na Luta pela Sobrevivência*. Brasília, Senado Federal, 1978.

1.4 PERIÓDICOS

BN/Hemeroteca Digital

- *O Fluminense*
- *Correio da Manhã*
- *Diário de Notícias*

GOOGLE: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1lRwC>

- *Jornal do Brasil*

APEOSP

- *Última Hora*

1.5 SENADO FEDERAL

Diário do Senado Federal on-line

- Usos da fala Senador Vasconcelos Torres 1963–1978.

Acervo do Senado Federal:

- Clipping Senador Vasconcelos Torres

2. BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

AARÃO REIS, D. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. *In*: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo, MOTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe a ditadura militar: quarenta anos depois. Bauru, Edusc, SP, 2004.

ALBERTI, Verena. O século do moderno: modos de vida e consumo na República *In*: GOMES, Ângela M. C.; PANDOLFI, Dulci; ALBERTI, Verena. A República no Brasil. RJ, Nova Fronteira, CPDOC, 2002.

ALVES, Heloiza Manhães. A sultana do Paraíba: reformas urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes, 1890-1930. RJ, APERJ, 2009.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Teorias para o desenvolvimento. ago. 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/8/20/teorias-para-o-desenvolvimento>

ARAÚJO, Victor Leonardo de; MELO, Hildete Pereira de. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/11532/9081>

AZEVEDO, Joachin de Melo S. Nos interstícios da memória e do esquecimento: Paul Ricoeur e a escrita da história *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, Julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312993357_ARQUIVO_JoachinMeloartigoanpuh2011.pdf

BASTIAN, Eduardo F. O PAEG e o plano trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 139-166, mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612013000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25/3/2020.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*, 29. Sintra, 5ª ed. Publicações Europa-América, s/d.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5ªed., Brasília, UnB, 2000.

BOSI, Ecleia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Cia. das Letras, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica *in* FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaina (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. RJ, FGV, 1998.

CAMARGO, Aspásia. *Artes da Política*. 1ª ed; RJ, Nova Fronteira, 1986.

CARNEIRO LEÃO, Igor Zandoni Constant; & e OGAMA, Danilo Ferraz de Oliveira. *Relendo os Dois Brasis, de Jacques Lambert: o desenvolvimento econômico e sua apologia*. REVISTA PARANAENSE DE

DESENVOLVIMENTO, Curitiba, v.38, n.133, p.245-258, jul./dez. 2017. Disponível em: [Dialnet-RelendoOsDoisBrasisDeJacquesLambert-6245374\(1\).pdf](#)

CARVALHO, Gustavo de Lemos Campos. O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 42, n. 1, p. 110-126, Jun. 1999 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8/5/2020.

CARVALHO, Lívio de. Políticas salariais brasileiras no período 1964-81 *In*: Rev. bras. Econ, Rio de Janeiro, 36 (1): 51-84, jan-mar. 1982 Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/280/6507>

CASTRO, Josué de. Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço), 1ª ed. 1946. CHAVES, Luís Guilherme Bacelar. Francisco José de Oliveira Viana *In*: Verbete. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-jose-de-oliveira-viana>

CÔRTE, Andréa Telo da. De Indesejável a desejável. Breve História da Imigração Portuguesa através da Política de Imigração Brasileira. *In*: CORTE, A.T. A Imigração madeirense para Niterói. Um estudo de caso. Niterói, Dissertação de Mestrado. PPGH-UFF, 2002.

CORTE, Andréa Telo da & MARTINS, Ismênia de Lima. 50 anos da Universidade Federal Fluminense. 1960-2010. Niterói, RJ, Editora da UFF, 2010.

CORTE, Andréa Telo da. Novos capítulos de História Fluminense. Niterói, Funarj, 2014.

CORTE, Andréa Telo (ORG). *Artes da Política*. Dialogo com Amaral Peixoto. 3ª ed. revista e aumentada. Niterói, RJ, Museu do Inga, 2014.

CORTE, Andréa Telo da. Badger Silveira e o Estado do Rio de Janeiro na conjuntura de 1964: memória e história *In: Governar em Tempos Díficeis*. 1964. Memórias de Badger Silveira. Publicação O Norte fluminense. Bom Jesus de Itabapoana, RJ, 2019.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. *In: FERREIRA Jorge; NEVES Lucília DELGADO de Almeida*. O Brasil Republicano, v. 2. RJ, 2003, Civilização Brasileira, 2003.

DELUCA, Gabriela; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; DALLA CHIESA, Carolina. Projeto e Metamorfose: Contribuições de Gilberto Velho para os Estudos sobre Carreiras. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>

EVANGELISTA *in* MOTTA, 2001, p. 29; EVANGELISTA, Hélio de Araújo. A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

FERNANDES, Millôr. Prefácio. *In: NERY, Sebastião*. 350 Histórias da Política Brasileira. Guanabara, Edições Politika. Editora Tora, 1975.

FERNANDES, Raquel Brum. Pierre Bourdieu e a noção de liderança política. Revista Ensaios Publicação do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e das graduações em Ciências Sociais e Sociologia da UFF. v. 2, nº3. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/37124>

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento quemista. *In*: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília Delgado de A. Brasil Republicano. O tempo da Experiência Democrática. v. 3; 2003.

FERREIRA, J. O Nome e a coisa: o populismo na política brasileira. *In*: FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação *In*: REMOND, René. Por uma história política. 2ªed; Rio de Janeiro, FGV, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política *In*: ABREU, A. A. (Org.). A democratização no Brasil: atores e contextos. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Velha Província Fluminense: crises e alternativas *In*: CORTE, Andréa Telo da. Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no Cenário da Federação. Niterói, Museu do Ingá, 2010. pp. 19-38.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Niterói Poder. A cidade como centro de poder. *In*: MARTINS, I.; KNAUSS, P. Cidade Múltipla. Niterói, Niterói Livros, 1997.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Economia e trabalho no Brasil republicano. *In*: GOMES, Ângela M. C.; PANDOLFI, Dulci; ALBERTI, Verena. A República no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, CPDOC, 2020.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões *In*: SOIHET, R; BICALHO, M. F.; GOUVEIA, M. F. (Org). Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. Culturas políticas, autoritarismos e historicidade”: uma entrevista com Rodrigo Patto Sá Motta *In*: *Historiae*, v. 9, nº2. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/9664>

GRINBERG, Lúcia. Partido Político ou Bode Expiatório: um estudo sobre a Aliança Nacional Renovadora (ARENA) 1965-1979. Rio de Janeiro, Mauad X, 2009.

GRYNZSPAN, Mario A questão agrária no Governo Jango. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_Governo_Jango

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Tradução de Beatriz Sídou. 2ª ed. São Paulo: ed. Centauro, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. Os “fazimentos” do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 43-58, jan. 2005. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2246>

HIPÓLITO, Lúcia. PSD de Raposas e Reformistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

KNAUSS, Paulo. Amaral Peixoto e a arquitetura moderna: a construção do patrimônio cultural fluminense. *In*: CORTE, Andréa Telo da (Org). Amaral Peixoto: História, memória, política. Niterói, Museu do Ingá, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto, ed. Puc-Rio, 2006.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. 2ª ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1967.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. Disponível em: <http://ahr.upf.br/download/TextoJacquesLeGoff2.pdf>

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A política econômica em tempos de turbulência. *In*: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília Delgado de A. *Brasil Republicano. O tempo da Experiência Democrática*. v. 2; 2003.

LUZ, Nícia Vilela. O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano. São Paulo, Revista de História. 1964. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322612638_0_papel_das_classes_medias_brasileiras_no_movimento_republicano

MOREIRA, Vania Mª Lozada. Os anos JK: industrialização e modelo Oligárquico de desenvolvimento rural. *In*: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília Delgado de A. *Brasil Republicano. O tempo da Experiência Democrática*. v.2; 2003.

MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. *In*: *Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*/ Organizadores: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MOTTA, Rodrigo P. *Em Guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo, Perspectiva, 2002. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Desafios e possibilidades na*

apropriação de cultura política pela historiografia *In*: Motta, R. Culturas Políticas na Historiografia. Novos Estudos. BH, Fino Traço, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *In*: Revista Brasileira de História, vol. 38, nº 79.

NEVES, Lucília Delgado de Almeida. PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964). 2ª ed., São Paulo, LTR, 2011.

NEVES, Lucília Delgado de Almeida. 1964: temporalidade interpretações *In*: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo, MOTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe a ditadura militar: quarenta anos depois. Bauru, Edusc, São Paulo, 2004.

NEGRO, Antônio L. A ARENA não é a filha da UDN que caiu na zona. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v.23, n.46, p.394-397, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-2186201000020001>

NERY, Sebastião. 350 histórias da Política Brasileira. Guanabara, Edições Politika. Editora Tora, 1975.

NICOLAU, J. História do Voto. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767.

NUNES, Edson. A Revolta das Barcas. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

PEREIRA, Walter Luís. Créditos e bancos em Campos dos Goytacazes (1863-1888) *In*: SANTOS, Ana Maria dos; MENDONÇA, Sonia Regina de. A economia agrícola fluminense (1910-1920). Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fato: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

PRADO, Luiz Carlos Delorme & EARP, Fábio Sá. O “milagre brasileiro”: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda. *In*: FERREIRA, Jorge & NEVES, Lucília Delgado de A. Brasil Republicano. O tempo da Experiência Democrática. v.4; 2003.

REMOND, René. Por uma história política. 2ª ed; Rio de Janeiro, FGV, 2003.

RIBAS, José Vieira. A Universidade Federal Fluminense: de um projeto adiado à sua consolidação institucional. Subsídios para uma interpretação. Niterói: UFF/PROAC, [s.d.].

RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, ed. Unicamp, 2007.

ROCHA, José Sérgio. Roberto Silveira: a pedra e o fogo. Niterói, Casa Jorge Editorial, 2003.

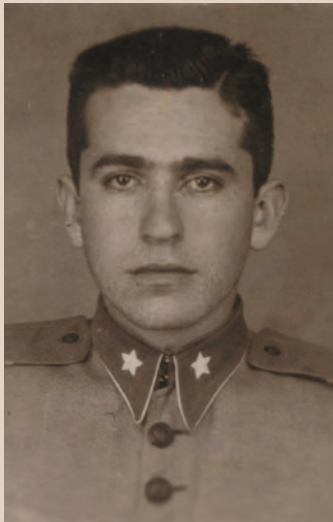
SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, mai./jun./jul./ago. 2002 n. 20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>

SIMÕES, Celso Cardoso Silva. Breve histórico do processo demográfico in: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884_

SOUZA, Joseane de; FRUTUOZO, José Victor de Paula. Rio de Janeiro: considerações sobre os processos de expansão urbana e interiorização do crescimento (1980-2010). *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana*, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 124-139, Apr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692018000100124&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 Feb. 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.010.001.ao12>

VASCONCELOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: A herança sociológica. *Educ. Soc., Campinas*, v. 23, n. 78, p. 77-87, Apr. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1º/3/2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200006>

ANEXOS



DADOS BIOGRÁFICOS

JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS TORRES

PROFISSÃO: Advogado

NASCIMENTO: 2 de abril de 1920, Estado do Rio de Janeiro.

FALECIMENTO: 25 de setembro de 1982, Xerém, Duque de Caxias, RJ.

FILIAÇÃO: Rosalvo Martins Torres e Zélia Vasconcelos Rosa Torres.

CÔNJUGE: Carlota Paz de Vasconcelos Torres.

FILHOS: João Batista de Vasconcelos Torres Filho, Angela Cristina de Vasconcelos Torres Velasco, Clara Maria de Vasconcelos Torres Moreira Franco e Antônio Rosalvo Paz de Vasconcelos Torres.

ESTUDOS:

Primário e Secundário - Colégio Brasil, Niterói, RJ.

Superior - Faculdade de Direito de Niterói, Niterói, RJ.

Curso de Extensão em Sociologia Rural – Purdue University, West Lafayette, Indiana, USA.

MANDATOS ELETIVOS:

- De 1946 a 1951: Deputado Estadual Constituinte.
- De 1951 a 1955: Deputado Estadual.
- De 1955 a 1959: Deputado Estadual.
- De 1959 a 1962: Deputado Federal.

- De 1963 a 1971: Senador.
- De 1971 a 1979: Senador.

PRINCIPAIS FATOS DA VIDA PARLAMENTAR E ADMINISTRATIVA:

Advogado do Banco do Brasil, Professor de Sociologia da Escola de Estado-Maior do Exército, Professor de Sociologia da Fundação Getúlio Vargas, Deputado Estadual, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Oficial da Reserva do Exército, Deputado Federal, Vice-Líder da Maioria na Câmara dos Deputados.

Eleito Senador em 1962, Vice-Líder da Maioria no Senado, Presidente da Comissão de Serviço Público Civil, Membro da Comissão Diretora do Senado (1963–1968). Reeleito Senador em 1970, Vice-Presidente da Comissão de Economia, Membro da Comissão de Agricultura e Vice-Presidente da Comissão de Segurança Nacional. Autor de inúmeros projetos transformados em Lei, inclusive o que criou a Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Fluminense de Letras, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Associação Fluminense de Jornalistas, do Instituto Histórico de Petrópolis.

MISSÕES NO EXTERIOR:

Como Deputado Estadual, a convite oficial, participou do Primeiro Congresso Ibero-Americano de Municípios, realizado em Madrid. Como Deputado Federal, participou como representante do Congresso Nacional da reunião do GATT, em Genebra. Ainda como Deputado Federal, foi autorizado pela Câmara dos Deputados a frequentar o curso de extensão de Sociologia Rural na Universidade de Purdue, nos Estados Unidos, durante seis meses. Observador Parlamentar na Conferência Internacional do Desenvolvimento Econômico realizada na Suíça. Participou

por três vezes das Assembleias da ONU como Observador Parlamentar. Convidado pelo Governo Português, visitou as províncias ultramarinas na África e se tornou membro da Sociedade de Geografia de Lisboa, ocasião que proferiu uma Conferência. Membro da Delegação que compareceu à Reunião dos Chanceleres Americanos, na Assembleia realizada em Buenos Aires. Delegado do Brasil na Conferência Interparlamentar realizada em Tóquio em 1974. Membro da Delegação Brasileira na Conferência da ONU, em 1975, a convite de Governos estrangeiros, visitou vários países da América Latina, Europa, África e Ásia.

CONDECORAÇÕES:

Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique (Portugal), Medalha de Madrid (Espanha), Grande Oficial do Mérito Aeronáutico, Comendador do Mérito Naval, Medalha do Pacificador, Mérito Tamandaré, Mérito Santos Dumont, Mérito General Castrioto, Mérito General José Pessoa, Mérito do Trabalho, Professor Honoris Causa da Universidade Federal Fluminense, Medalha Mérito Saldanha da Gama, Medalha Mérito Barão Ayiuroca, Medalha do Mérito Dom João VI.

VASCONCELOS TORRES



METALÚRGICO
calor e suor na luta
pela sobrevivência

BRASÍLIA-1978

**AUTOMÓVEIS
DE OURO
PARA UM POVO
DESCALÇO**



VASCONCELOS TORRES

BRASÍLIA - 1977

VASCONCELOS TORRES

AVIAÇÃO
presença antiga na
integração nacional



Brasília - DF. 1971

VASCONCELOS
TORRES **cana
de
AÇÚCAR**

**SABOR
AMARGO
DE UMA CULTURA
PERSEGUIDA**



BRASÍLIA - 1976

VASCONCELOS
TORRES

**COMPROMISSO
DE RIACHUELO**

1974



Vasconcelos Torres

**mar de
200
milhas**



PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

- **PALAVRAS QUE RIMAM** - Niterói, 1937.
- **LÁGRIMAS RIMADAS** – Niterói, 1938
- **O COMANDANTE ARI PARREIRAS** – Rio de Janeiro, Editora Zélio Valverde, 1940.
- **O CONCEITO DE RELIGIÃO ENTRE AS POPULAÇÕES RURAIS DO BRASIL** - Rio de Janeiro, A. Coelho Branco Filho, 1941.
- **ENSAIO DE SOCIOLOGIA RURAL BRASILEIRA** - Rio de Janeiro, A. Coelho Branco Filho, 1943.
- **CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR DA AGROINDÚSTRIA DO AÇÚCAR** – Rio de Janeiro, IAA, 1945.
- **PROBLEMAS DO MUNICÍPIO DE PARATI** – Rio de Janeiro, Imprensa Estadual, 1949.
- **A MOBILIDADE RURAL BRASILEIRA** – Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1950.
- **UMA FACE DO PROBLEMA AGRÁRIO FLUMINENSE** – Rio de Janeiro, Imprensa Estadual, 1951.
- **COOPERATIVISMO** – Sem referências bibliográficas.

- **GRANDE BRASIL** – Sem referências bibliográficas.
- **OLIVEIRA VIANA SUA VIDA E SUA OBRA** – Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1956.
- **MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DAS POPULAÇÕES RURAIS BRASILEIRAS** – Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1957.
- **IMUNIDADES PARLAMENTARES AOS VEREADORES** – Brasília, Senado Federal, 1964.
- **FUNDAMENTOS OBJETIVOS DA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA** – Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1966.
- **MINHAS LUTAS NO SENADO EM FAVOR DOS TRABALHADORES** – Brasília, Senado Federal, s/d.
- **REFORMA DO PODER LEGISLATIVO E UNIFICAÇÃO DE SERVIÇOS** – Brasília, Senado Federal, 1969.
- **MAR TERRITORIAL E MARINHA DE GUERRA** – Brasília, Senado Federal, 1970.
- **AVIAÇÃO – PRESENÇA ANTIGA NA INTEGRAÇÃO NACIONAL** - Brasília, Senado Federal, 1971.
- **ITAMARATI – VERDADE E MENTIRA** - Sem referências bibliográficas.
- **COMPROMISSO DE RIACHUELO** – Brasília, Senado Federal, 1974.

- **A EUROPA CURVOU-SE ANTE O BRASIL** – Brasília, Senado Federal, 1974.
- **A NOVA CRISE DA NA AVIAÇÃO COMERCIAL** - Brasília, Senado Federal, 1975.
- **CANA DE AÇÚCAR – SABOR AMARGO DE UMA CULTURA PERSEGUIDA** - Brasília, Senado Federal, 1976.
- **AUTOMÓVEIS DE OURO PARA UM POVO DESCALÇO** – Brasília, Senado Federal, 1977.
- **METALÚRGICO – CALOR E SUOR NA LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA** - Brasília, Senado Federal, 1978.
- **MAR DE 200 MILHAS** – Rio de Janeiro, Guavira Editores, 1981.

ÍTEGRA DO PROJETO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Projeto de Lei 468/59 transformado na Lei 3848 de 18 de dezembro de 1960

Art. 1º – É criada a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói, integrada no ministério de Educação e Cultura – Diretoria do Ensino Superior incluída na categoria constante do item I, artigo 3º, da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Parágrafo único. A Universidade terá *personalidade jurídica* e irá gozar de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar na forma da lei.

Art. 2º – A Universidade compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

- a) Faculdade Fluminense de Medicina (mantida pela união nos termos da Lei nº 1254, de 4/12/1950);
- b) Faculdade de Odontologia (mantida pela união nos termos da Lei nº 3463, de 20/11/958);
- c) Faculdade Fluminense de Medicina Veterinária (mantida pela união nos termos da Lei nº 1.055, de 16/1/1950);
- d) Faculdade de Direito de Niterói (mantida pela união nos termos da Lei nº 2.721, de 30/1/1956);
- e) Faculdade Fluminense de Farmácia (mantida pela união nos termos da Lei nº 3.079, de 29/12/1956);

- f) Escola Fluminense de Engenharia (mantida pelo Estado e reconhecida pelo decreto Federal Nº 42.517, de 5/11/1957);
- g) Escola de Serviço Social (mantida pela união nos termos da Lei nº 38.958, de 3-4-1956);
- h) Escola de Enfermagem (mantida pelo Estado e reconhecida pelo Decreto Federal nº 22.5256, de 27/1/1947);
- i) Faculdade Fluminense de Filosofia (mantida por uma Sociedade Cooperativa e reconhecida pelos Decretos Federais nº 29.362, de 14/12/1951 e nº 35.628, de 8/6/1954);
- j) Faculdade de Ciências Econômicas (mantida e reconhecida por uma Sociedade Civil e reconhecida pelo decreto Federal nº 26.937, de 21/7/1949).

§1º— Fica desmembrado da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro o curso de Farmácia, para constituir a faculdade Fluminense de Farmácia, como unidade Universitária.

§2º— O curso de Odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro fica incorporada à faculdade Fluminense de Odontologia constituindo uma só unidade universitária.

§3º— Serão assegurados os direitos e prerrogativas dos Professores catedráticos do curso odontológico da faculdade de farmácia e odontologia do Estado do Rio de Janeiro transferidos para faculdade Fluminense de odontologia

§4º— Agregação de outros cursos ou de outros estabelecimentos de ensino depende de parecer favorável do Conselho Universitário e de liberação do Governo, na forma da Lei, E assim a desagregação.

Art. 3º – Patrocínio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro será formado pelos:

- a) bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio da união e utilizados pelos estabelecimentos de ensino superior mencionados no artigo anterior e que são transferidos por esta lei;
- b) bens e direitos adquirir ou que ele seja transferido de na forma de lei;
- c) legados e doações legalmente aceitos;
- d) saldos da receita própria e dos recursos orçamentários, ou de outros que lhe forem destinados.

Parágrafo único. A aplicação desses saldos depende de deliberação do Conselho Universitário e somente poderá sê-lo em bens patrimoniais ou em equipamentos instalações e pesquisas, vedada qualquer alienação sem expressa autorização do Presidente da República.

Art. 4º – Independente de qualquer indenização, são incorporados ao patrimônio da Universidade, mediante Escritura pública todos os bens móveis e imóveis e direitos ora na posse ou utilizados pelas faculdades e escolas mantidas pela união.

Art. 5º – para execução do que determina o artigo primeiro são criados no quadro permanente do Ministério da Educação e Cultura um cargo de reitor padrão CCE3,1 uma função gratificada de secretário FG5 e uma de chefe de portaria FG 7.

Art. 6º – recursos para manutenção e desenvolvimento de serviços previsão das dotações orçamentários que eles forem atribuídos pela união e pelo Estado; das rendas patrimoniais; da receita de taxas escolares; da retribuição de atividade remunerada de Laboratórios, de doações auxílios subvenções e eventuais.

Parágrafo único. A receita e a despesa da Universidade constarão de seu orçamento e a comprovação de gastos separar nos termos da

legislação vigente, obrigados todos os depósitos em espécie no Banco do Brasil, cabendo a reitoria a movimentação das contas.

Art. 7º— Para cumprimento das disposições desta lei, é aberto no Ministério da Educação e Cultura o crédito de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros).

Art. 8º — O Estatuto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que obedecerá aos moldes genéricos das Universidades Federais, será expedido pelo Poder Executivo dentro de 120 (cento e vinte) dias da data da publicação desta lei.

Parágrafo único. Enquanto não for expedido o Estatuto a que se refere este artigo, a Universidade reger-se-á pelo Estatuto da Universidade do Pará, aprovado pelo decreto nº. 3.191, de 2-7-1957, no que lhe for aplicável.

Art. 9º — A Federalização das Faculdades e Escolas referidas nas letras *f, g, h, i e j*, do artigo 2º, somente se realizará depois de efetuada a transferência mencionada no artigo 4º.

Art. 10º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Secretaria de Editoração
e Publicações





Baixe gratuitamente
este livro em seu celular